UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

CARMEN OSORIO HERNÁNDEZ

POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: um meio de "empoderamento" para as mulheres rurais?

Porto Alegre
2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

CARMEN OSORIO HERNÁNDEZ

POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: um meio de "empoderamento" para as mulheres rurais?

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof[a]. Dr[a]. Anita Brumer

Série PGDR – Tese nº 17
Porto Alegre
2009

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

O83p Osorio Hernández, Carmen
Política de crédito rural com perspectiva de gênero : um meio de "empoderamento" para as mulheres rurais? / Carmen Osório Hernández. – Porto Alegre, 2009.
248 f. : il.

Orientadora: Anita Brumer

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

1. Crédito rural : Mulher : Rodeio Bonito (RS). 2. Políticas públicas : Crédito rural : Brasil. 3. Políticas públicas : Desigualdade social. 4. Agricultura familiar : Crédito rural. 4. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. I. Brumer, Anita. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 336.774

CARMEN OSORIO HERNÁNDEZ

POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: um meio de "empoderamento" para as mulheres rurais?

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada, *com louvor,* em: Porto Alegre, 16 de março de 2009.

Profa. Dra. Anita Brumer (Orientadora - Presidente)
Departamento de Sociologia / UFRGS

Profa. Dra. Ligia Albuquerque de Melo
Instituto de Pesquisas Sociais / Fundação Joaquim Nabuco

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil
Departamento de Ciências Econômicas / UFRGS

Profa. Dra. Renata Menasche
Instituto de Ciências Humanas / UFPel

DEDICATORIA

Dedico esta tese a minha mãe e a meu pai, que juntos na caminhada da vida camponesa têm sido persistentes, lutando dia a dia, sob o sol e a chuva, plantando sementes e colhendo esperanças.
A meus irmãos e irmãs pelo apoio e pela força transmitida ao longo de minha ausência.
A todas as mulheres e os homens que acreditam num novo amanhecer.

AGRADECIMENTO

A culminação do processo de doutorado, através desta tese, não teria sido possível sem o apoio incondicional de muitas pessoas que contribuíram para fazer parte desta trajetória, que se inicia com a minha formação como bióloga e mestre em Desenvolvimento Rural. O tema que aqui apresento é apenas uma "semente" que responde às minhas inquietudes surgidas ao longo de cinco anos de trabalho com as mulheres rurais do México, através de pesquisas desenvolvidas na área de "Gênero e Produção" del Colégio de la Frontera Sur (ECOSUR). Nesse sentido, agradeço especialmente à Dra. Esperanza Tunón Pablos por ter me motivado a continuar com meus estudos de doutorado.

Essa passagem concretizou-se com a maravilhosa troca de experiências vivenciadas com as mulheres agricultoras brasileiras de Rodeio Bonito, região do Alto Uruguai, Rio Grande do Sul. Assim, agradeço de forma especial a minha orientadora, professora Anita Brumer por ter me acolhido nesta caminhada, pela excelente orientação e por todos os desafios colocados.

Agradeço a Fundação Ford pela bolsa concedida, para vir ao Brasil e favorecer a minha dedicação exclusiva no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na elaboração desta tese. Portanto, sou grata ao PGDR por ter me aberto as portas e pela maravilhosa oportunidade de construir novos conhecimentos através do profissionalismo dos professores. Também agradeço especialmente a Eliane, a Lisiane e a Marilene pelas devidas atenções ao longo dos quatro anos de estadia no Programa.

Meus agradecimentos à Marina Cadaval, Blanca Ceballos e Xóchitl Hernández do IFP-México/CIESAS, pelo apoio proporcionado durante meu processo como bolsista.

Ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito e Pinhal, através do apoio da Janes Ciprandi (Coordenadora Regional das Mulheres Rurais). De igual forma a Emater/RS, em especial a Ana, pela informação facilitada durante o trabalho de campo, realizado em 2007.

A Ana Luiza Muller pelo apoio na aplicação das entrevistas e a Adriana Chemite na transcrição das fitas.

A minha grande amiga “colorada” Tanice pela convivência, compreensão, tolerância e, sobretudo pela amizade. Também pela disposição de responder às minhas constantes dúvidas do português e do “colonês”, por todas as reflexões que surgiram nas horas do “cafezinho” e do “ritual do chimarrão”. Muitas das idéias construídas nesses momentos fazem parte desta tese.

Aos membros da banca examinadora: as professoras Ligia Albuquerque de Melo, Renata Menasche e ao professor Paulo Dabdab Waquil, pelas excelentes contribuições que permitiram melhorar a versão final desta tese.

A minha turma de doutorado (2005) com sede em Florianópolis, Bagé, Viamão, Canoas, Santos, Rio Grande do Norte, Passo Fundo e Moçambique. Em especial, ao “núcleo duro” da República. Muito obrigada a todos e todas pela amizade, força moral, troca de idéias e experiências. Mas, sobretudo, pela oportunidade de fazer parte do nosso livro de histórias.

A todas as pessoas que contribuíram brilhantemente com seu valioso tempo e esforço na leitura desta tese e as correções do português.

Ao Oscar, a Graciela, a Rosane, ao Adriano, a Margarita, a Mariana, ao Francinei, a Gladys, a Tais, a Lidiane e demais amigos (as) dos diferentes cantos do Brasil e da América Latina, pelos momentos compartilhados e que hoje fazem parte de minha árvore de amizade.

De forma especial, agradeço a minha família, aos amigos e as amigas do México que creditaram e depositaram sua confiança em mim e me apoiaram moralmente através da distância.

A todos e todas vocês

Muito Obigrada!!! Muchas Gracias!!!

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é examinar o impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), especificamente na aplicação da linha de crédito Pronaf-Mulher, considerando as relações de gênero numa perspectiva de empoderamento sob a dimensão econômica, social e política. O estudo é de corte qualitativo e sustenta-se na teoria feminista, considerando o gênero como categoria analítica. A unidade de análise centra-se nas mulheres rurais em relação a seu acesso a este Programa, durante o período de 2005-2006, bem como as mudanças ocorridas e a relação estabelecida com os agentes de mediação vinculados com o crédito. Portanto, a partir de entrevistas semi-estruturadas e observação participante, recuperam-se as experiências de 25 mulheres agricultoras e 16 agentes de mediação (lideranças, técnicos e funcionários) representantes de diversas instituições, entrevistados no ano 2007. O contexto empírico da pesquisa localiza-se no município de Rodeio Bonito, na Região Alto Uruguai, Estado de Rio Grande do Sul. Com base no *software* NVivo e na técnica de *análise de conteúdo*, os resultados são sistematizados e analisados em três blocos: 1) Aspectos normativos do Pronaf-Mulher, destacando o processo de gestão, de aplicação e as perspectivas de pagamento do crédito; 2) O papel dos agentes de mediação e a participação das mulheres como condições de empoderamento; e 3) A inserção das mulheres na agricultura familiar. Os resultados mostram que existem potencialidades e limites na efetivação do Pronaf-Mulher. A partir da atuação dos diversos agentes de mediação em relação ao crédito, é possível identificar um distanciamento do impacto do Programa para a transformação social e mudanças nas relações de gênero. Embora existam diferentes espaços para as mulheres participarem, há diversos fatores que condicionam a efetividade de sua participação, o que repercute no seu processo de empoderamento sob a dimensão social e política. De acordo com a inserção das mulheres na agricultura familiar, especificamente nas atividades produtivas para as quais destinam o crédito, identificam-se algumas mudanças na reconfiguração da divisão sexual do trabalho e no processo de produção. Porém, o gerenciamento das atividades e a utilização dos recursos são realizados sob uma lógica familiar, permitindo questionar o empoderamento sob a dimensão econômica. Conclui-se, que embora o Pronaf-Mulher signifique uma "conquista" para as mulheres (por serem reconhecidas pelo Estado) e uma estratégia para complementar a economia familiar, as próprias características e a forma de operacionalização do Programa não tem contribuído para a melhoria na posição das mulheres na hierarquia familiar; questionando assim seu empoderamento e possíveis mudanças nas relações de gênero.

Palavras - chave: Políticas Públicas. Pronaf-Mulher. Empoderamento. Agricultura Familiar.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es examinar el impacto del Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (Pronaf), específicamente en la aplicación de la línea de crédito Pronaf-Mujer, considerando las relaciones de género a partir de la perspectiva de empoderamiento bajo la dimensión económica, social y política. El estudio es de corte cualitativo y se sustenta en la teoría feminista, considerando el género como categoría analítica. La unidad de análisis está centrada en las mujeres rurales en relación a su acceso a este Programa, durante el periodo 2005-2006, así como los cambios propiciados y la relación establecida con los agentes de mediación vinculados con el crédito. Por lo tanto, a partir de entrevistas semiestructuradas y observación participante, se recuperan las experiencias de 25 mujeres agricultoras y 16 agentes de mediación (líderes, técnicos y funcionarios) representantes de diferentes instituciones, entrevistados en el año 2007. El contexto empírico de la investigación se localiza en el municipio de Rodeio Bonito, región Alto Uruguay, en el estado de Río Grande del Sur. Con base en el *software* NVivo y la técnica de *análisis de contenido*, los resultados son sistematizados y analizados en tres partes: 1) Aspectos normativos del Pronaf-Mujer; 2) El papel de los agentes de mediación y la participación de las mujeres como condiciones de empoderamiento; y 3) La inserción de las mujeres rurales en la agricultura familiar. Los resultados muestran que existen potencialidades y límites en la efectividad del Pronaf-Mujer. A partir de la actuación de los diferentes agentes de mediación, en relación al crédito, es posible identificar un distanciamiento del Programa para la transformación social y cambios en las relaciones de género. A pesar de que existen diferentes espacios para que las mujeres participen, hay diversos factores que condicionan la efectividad de su participación, que al mismo tiempo, repercute en su proceso de empoderamiento bajo la dimensión social y política. De acuerdo con la inserción de las mujeres en la agricultura familiar, específicamente en las actividades productivas, para las que destinan el crédito, se identifican algunos cambios en la reconfiguración de la división sexual del trabajo y en el proceso de producción. Sin embargo, la administración de la actividad y la utilización de los recursos son realizadas bajo una lógica familiar, permitiendo cuestionar el empoderamiento económico de las mujeres. Se concluye que el Pronaf-Mujer significa una "conquista" para las mujeres (por haber sido reconocidas por el Estado) y una estrategia para complementar la economía familiar. No obstante, las propias características y la forma de operacionalizar el Programa, no han contribuido para el mejoramiento de la posición de las mujeres en la jerarquía familiar, por lo que se cuestiona su empoderamiento y posibles cambios en las relaciones de género.

Palabras clave: Políticas Públicas. Pronaf-Mujer. Empoderamiento. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

This research aims to examine the impact of the National Program for the Strengthening of Family Agriculture (Pronaf), specifically the application of the Pronaf-Woman credit facility, considering gender relations in a perspective of empowerment on the economic, social and political dimensions. The study is of qualitative nature and sustained on the feminist theory, considering gender as the analytical category. The unit of analysis is centered on rural women and their access to the program during the period of 2005-2006, as well as on changes occurred and the relations established with mediation agents connected to the credit. Therefore, through semi-structured interviews and participant observation, the experiences of 25 women farmers and 16 mediation agents (leaders, technicians and employees) that represent several institutions were recovered through interviews carried out in 2007. The empirical context of the research was the municipality of Rodeio Bonito in the High Uruguay Region in the state of Rio Grande do Sul. Based on the NVivo software and the *content analysis* technique, the results were systematized and analyzed in three parts: 1) The normative aspect of Pronaf Woman, emphasizing management and application processes and the prospect of credit payment; 2) The role of mediation agents and the participation of women as conditions for empowerment; and 3) The insertion of women in family agriculture. The results demonstrated that there are potentialities and limits in the effectuation of Pronaf-Woman. Through actions of several mediation agents concerning the credit, it was possible to identify that the Program had different impacts considering social transformation and changes in gender relations. Although there are several different spaces for women to participate in, there are also several factors that condition the effectiveness of their participation, which has repercussions on the empowerment process on the social and political dimensions. Regarding the insertion of women in family agriculture, specifically in the productive activities to which the credit is destined, some changes in the reconfiguration of the sexual division of labor and the production process could be identified. However, management of activities and resource use are carried out within a family logic, allowing one to question empowerment on the economic dimension. It can be concluded that, although Pronaf-Woman represents an "achievement" for women (due to the fact that they are recognized by the State) and a strategy to complement family economy, the characteristics themselves and the way the Program works have not contributed for the improvement of the position of women in family hierarchy, thus putting in question their empowerment and possible changes in gender relations.

Keywords: Public Policies. Pronaf-Woman. Empowerment. Family Agriculture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Esquema síntese sobre o conteúdo da tese	42
Figura 2-	Localização geográfica do município onde foi realizada a pesquisa empírica	101
Figura 3-	Ações desenvolvidas pelos agentes de mediação, implicados com o crédito Pronaf-Mulher, representantes das diversas instituições	168
Gráfico 1-	Evolução da participação das mulheres no número de contratos e no montante do crédito do Pronaf, Safras 2001/2002 a 2005/2006	82
Gráfico 2-	Número de operações por sexo, Safras 2001/2002 a 2005/2006	83
Gráfico 3-	Evolução da população total com relação à população feminina e masculina do município de Rodeio Bonito	102
Gráfico 4-	Evolução da população urbana e rural do município de Rodeio Bonito (1970-2000)	103
Gráfico 5-	Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano	110
Quadro 1-	Comparação entre o modelo de agricultura patronal e o modelo de agricultura familiar	74
Quadro 2-	Características e composição familiar com base nos dados da idade, estado civil, escolaridade, ocupação e número de filhos (dividido por sexo) das mulheres entrevistadas	115
Quadro 3-	Itens financiados conforme o número de mulheres que solicitaram o financiamento Pronaf-Mulher	136
Quadro 4-	Síntese sobre os principais limites e possibilidades para efetivação do Pronaf-Mulher	153
Quadro 5-	Elementos simbólicos relacionados com o papel das mulheres no seu acesso ao Pronaf-Mulher, identificados pelos diversos agentes de mediação	173

LISTA DE TABELAS

1 -	Número de contratos por modalidades da linha especial Pronaf-Mulher elaborados no período de 2005 a 2006, no município de Rodeio Bonito	38
2 -	Principais cultivos temporários no município, segundo área cultivada, produtividade e volume produzido na safra 2007-2008	105
3 -	Pessoal ocupado na agropecuária por atividade segundo o Sexo (%)- Brasil, 2004	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM– Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEMTR – Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais

CONDRAF– Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura

Cooper A1 – Cooperativa Agrícola Catarinense

Cooperodeio – Cooperativa Agropecuária Rodeio

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

CPPIGRE – Comitê Permanente de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

CREHNOR – Cooperativa Central de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária

CRELUZ – Cooperativa de Eletrificação Rural

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DOU – Diário Oficial da União

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMATER/RS – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul.

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FEE– Fundação de Economia e Estatística

FETAG/RS – Federação de Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

GED – Gênero e Desenvolvimento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAA – Ministério de Agricultura e do Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MED - Mulher e Desenvolvimento

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MPA – Movimento de Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PBF – Programa Bolsa Família

PFZ – Programa Fome Zero

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas do Desenvolvimento

PNPM– Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PPA – Plano Plurianual

PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

PPM– Pesquisa Pecuária Municipal

PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER– Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SEPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17
1.1 Problema de pesquisa 28
1.2 Objetivo geral 30
1.2.1 Objetivos específicos 30
1.3 Hipótese principal 30
1.3.1 Hipóteses secundárias 31
1.4 Procedimentos metodológicos 31
1.4.1 Método de pesquisa e instrumentos de coleta de dados 33
1.4.2 Amostragem 34
1.4.3 Coleta de dados 35
1.4.4 Análise de dados com base em entrevistas semi-estruturadas 38
1.5 Estrutura da tese 40
2 GÊNERO NAS POLITICAS PÚBLICAS E O EMPODERAMENTO COMO ESTRATEGIA DE DESENVOLVIMENTO 43
2.1 Relações de gênero: do determinismo biológico ao gênero como categoria analítica 44
2.1.1 As desigualdades de gênero a partir dos sistemas econômicos (Marxismo) 45
2.1.2 Gênero como produto da construção social e sua emergência como categoria analítica 49
2.2 Construindo vínculos entre gênero e desenvolvimento: gênero na agenda das políticas públicas 53
2.2.1 Políticas públicas para as mulheres ou políticas com perspectiva de gênero? 58
2.3 O empoderamento, como estratégia de desenvolvimento 61
2.3.1 O empoderamento em ação 63
3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E A POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL (PRONAF) 70
3.1 Agricultura familiar e a emergência de gênero: duas categorias em construção liar 75
3.2 Política de crédito rural para a Agricultura Familiar: o Pronaf 78
4 ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E SOCIOECONÔMICOS DA ÁREA DE PESQUISA 97
4.1 Contextualização regional e municipal 97
4.1.1 Caracterização geral do município: aspectos demográficos e socioeconômicos 100
4.2. Situação das mulheres rurais no contexto brasileiro 110
4.2.1 Perfil das mulheres entrevistadas: composição familiar, faixa etária e escolaridade 113
4.2.2 Principais atividades econômicas: condições de terra e aspectos de produção 119

5 “QUEM APLICA, COLHE E PAGA”: CONDIÇÕES DE ACESSO E APLICAÇÃO DO CRÉDITO PRONAF–MULHER 124
5.1. Processo de gestão: informação, documentação e elaboração de projetos 124
5.1.1 As formas de concessão do crédito 132
5.2 Aplicação do crédito: produção e comercialização 135
5.2.1 O retorno financeiro e as tomadas de decisões 145
5.2.2 Perspectivas do crédito: estratégias de pagamento 148
6 O PAPEL DOS AGENTES DE MEDIAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES COMO CONDIÇÕES DE EMPODERAMENTO 155
6.1 Ações de intervenção dos agentes de mediação 155
6.2.“Uma baita conquista”: o significado social do Pronaf-Mulher 169
6.3. O sinuoso caminho da participação social: ações e limitações 176
7 A INSERÇÃO DAS MULHERES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR 186
7.1 A inserção das mulheres na agricultura familiar no contexto empírico 186
7.1.1 Divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: invisibilidade ou complementaridade? 189
7.1.2 A atividade leiteira: do feminino ao masculino 194
7.2 Trajetória das mulheres e principais mudanças: o impacto do Pronaf-Mulher 199
7.2.1 O desafio do Pronaf-Mulher: lógica familiar versus empoderamento 208
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 213
REFERÊNCIAS 222
APÊNDICE A: PRINCIPAIS ITENS FINANCIADOS DENTRO DA LINHA PRONAF-MULHER NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Plano Safra 2005-2006) 237
APÊNDICE B: CONSTRUÇÃO DE INDICADORES COM BASE NAS DIMENSÕES (ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO) DO EMPODERAMENTO 238
APÊNDICE C: INDICADORES E OS POSSÍVEIS EFEITOS QUE PODEM LIMITAR O PROCESSO DE EMPODERAMENTO (ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO) 239
APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA A MULHERES TRABALHADORAS RURAIS 240
APÊNDICE E: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EXTENSIONISTAS, FUNCIONARIOS DO BANCO E REPRESENTANTES DO SINDICATO 243
APENDICE F: EVOLUÇÃO SOBRE AS DIVERSAS PERSPECTIVAS RELACIONADAS À MULHER EM DESENVOLVIMENTO (MED) E GÊNERO EM DESENVOLVIMENTO (GED) 246
APÊNDICE G: CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO, PERFIL DAS MULHERES E CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO PARA TER ACESSO AO PRONAF-MULHER (Plano Safra 2005-2006) 247
APÊNDICE H: CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO PARA TER ACESSO AO PRONAF-MULHER (Plano Safra 2008-2009) 248

1 INTRODUÇÃO

No contexto da globalização e dos impactos das políticas neoliberais, uma das principais preocupações são as transformações socioeconômicas que têm acontecido no meio rural, onde ocorrem mudanças que se manifestam nas relações sociais (MENDRAS, 1978). Desde a década de 1960, o sistema agropecuário brasileiro vem se transformando por um processo de modernização e industrialização, o que tornou a estrutura social e produtiva do campo muito mais complexa. No processo de transformação do meio rural redefiniram- se as relações sociais, as de produção e ao mesmo tempo o papel dos agentes sociais.

Entre as mudanças significativas registradas nas últimas décadas está o êxodo rural, no qual predominam mulheres jovens, que têm migrado para as grandes cidades em busca de trabalho ou de formação educacional. Este processo migratório pode ser explicado por diversos fatores ligados a dinâmicas intrafamiliares, tais como questões referentes à sucessão geracional dos estabelecimentos agropecuários, à divisão sexual do trabalho e à invisibilidade do trabalho feminino, provocando uma maior masculinização do meio rural brasileiro (BRUMER, 2004; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; MELO et al., 2005).

É neste contexto que emerge o questionamento da participação feminina no mundo rural (MELO; DI SABBATO, 2006), a partir da constatação da invisibilidade de seu trabalho, e de sua fraca inserção nas atividades agropecuárias, principalmente nos estabelecimentos familiares, onde existe um alto nível de mecanização. Graças a este questionamento, a partir dos anos 1980, com a nova Constituição Federal (1988), o Estado brasileiro passou a reconhecer os direitos das mulheres e a implementar políticas públicas, através de programas de transferência de renda, orientadas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, como é o caso da previdência social rural[1] (direito da aposentadoria e salário-maternidade), a partir da qual as mulheres foram reconhecidas como "trabalhadoras rurais" (BRUMER, 2002, p.52).

Para estas iniciativas é pertinente destacar a luta dos diferentes agentes sociais– especificamente movimentos de mulheres – na demanda para inclusão das trabalhadoras

[1] Este sistema de previdência consiste num seguro social, constituído por um programa de pagamentos que prima por promover uma redistribuição de renda muito importante junto a um segmento da população trabalhadora oriunda do meio rural (homens maiores de 60 anos e mulheres maiores de 55) e historicamente excluída das conquistas sociais do País (DELGADO; CARDOSO, 2001, p. 225). Brumer (2002) faz uma análise sobre as transformações do sistema de previdência social brasileiro nas últimas décadas, destacando seus efeitos no contexto rural do Rio Grande do Sul.

rurais na economia, a partir de diversas ações[2]. Entre essas ações, destaca-se a participação das mulheres como possíveis beneficiárias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)[3], especificamente da linha especial Pronaf-Mulher[4]. O programa, através do crédito como estratégia de desenvolvimento rural, pretende propiciar as condições para o aumento da capacidade produtiva, a melhoria da qualidade de vida e a aplicação do exercício da cidadania das mulheres, a partir da ampliação de sua autonomia, participação econômica e política, no seu contexto familiar e social (MDA/NEAD, 2005, p. 14). Esta ação tem constituído uma forma de reconhecimento das mulheres, pelo estado brasileiro, sobre sua situação desprivilegiada na sociedade.

No entanto, segundo estudos realizados em diferentes regiões do Brasil (ALVES, 2006; FERNANDES, 2008; MELO, 2003; MDA/NEAD, 2005; ROMANO; BUARQUE, 2001; ZORZI, 2008), as mulheres enfrentam alguns entraves no aceso ao crédito que evidentemente repercutem nas condições de sua reprodução social e desestimulam a continuidade de suas atividades produtivas. De acordo com Alves (2006), existe uma representação "naturalizada" do homem como chefe da família e responsável pela produção, o que resulta na desvalorização e marginalização das atividades realizadas pelas mulheres na esfera produtiva e reprodutiva. Desta forma, a lógica da divisão sexual do trabalho na família representa um entrave para a participação das mulheres em atividades produtivas remuneradas e, portanto, no acesso ao crédito.

Outra problemática se centra na ação dos agentes envolvidos na assistência técnica e extensão rural, pois nem sempre os profissionais são sensibilizados com as questões de gênero e, muitas vezes, atuam mais como fatores de permanência que de transformação das relações sociais. Isto constitui um aspecto fundamental, porque esses agentes representam um elo

---

[2] Estas ações fazem parte do primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2004. O plano prevê execução de 198 ações por diversos órgãos do governo federal, em parceria com os executivos estaduais e municipais, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. O documento está estruturado em torno de cinco áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres; gestão e monitoramento (BRASIL/SEPM, 2007).

[3] O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) teve início em 1995, encontra-se entre os maiores programas de microcrédito do mundo. Ele nasceu por um lado pela pressão da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em favor das transformações estruturais e a democratização das políticas públicas, e de outro lado pelo interesse do reconhecimento da importância da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 2004; SACCO DOS ANJOS et al., 2004).

[4] O Pronaf-Mulher nasceu no Plano Safra 2003/2004, na ocasião não se tratava de uma linha de crédito específica, mas sim como um sobreteto, ou seja, um valor adicional de 50% ao montante de recursos já disponibilizado às famílias nas linhas de crédito para projetos de investimento em atividades a serem desenvolvidas pelas mulheres. Circunscrito às mulheres de famílias enquadráveis nos grupos C e D. O sobreteto Pronaf-Mulher foi operacionalizado apenas pelo Banco do Brasil, que emprestou nessa safra R$2.595.609,00 correspondendo a 469 operações, sendo 80% dessas concentradas na Região Sul do país (BUTO, 2006, p. 110).

importante entre as comunidades locais e as instituições de crédito, por serem responsáveis pela elaboração de projetos produtivos.

Por outro lado, como indicam Romano e Buarque (2001), as instituições financeiras, principalmente as de caráter oficial (bancos) funcionam sob a lógica dos sistemas de financiamento voltados a atender, principalmente, os grandes empreendedores. Esta lógica demanda a construção de projetos bem elaborados, capacitação e assistência técnica, que geralmente são limitados, o que leva muitas vezes a imporem-se às mulheres atividades a serem financiadas, além de cobranças para a elaboração do cadastro, abertura do crédito e remuneração do agente financeiro, que se soma aos valores pagos, em muitos casos, para a elaboração dos projetos (muitos deles de baixa qualidade).

Acrescentam-se também os atrasos na liberação dos recursos para as mulheres desenvolverem suas atividades produtivas. Esses recursos, muitas vezes, são viabilizados em descompasso com as necessidades do calendário agrícola e as incertezas do pagamento dos empréstimos, pela fragilidade dos produtores ou produtoras diante de intempéries (tais como estiagem prolongada, excesso de chuva e mudanças climáticas), o que diminui as possibilidades de inserção do produto no mercado.

Outro problema comum às mulheres é carecer de documentação básica necessária para ter acesso ao crédito, o que dificulta sua participação nos espaços políticos e mudanças nas relações de gênero, no sentido de inibir sua autonomia e a tomada de decisões nas questões que afetam sua vida privada e pública. Dessa forma, ficam mais vulneráveis ao isolamento e às diferentes violações de seus direitos (ROMANO; BUARQUE, 2001, p. 89).

Romano e Buarque (2001) salientam também que o endividamento da família, percebido como sendo exclusivamente do marido, na maioria das vezes é desconhecido pelas mulheres e impossibilita seu acesso ao crédito, uma vez que, dentro do Pronaf, o crédito destinava-se para a unidade familiar. Além disso, os instrumentos de operacionalização do próprio crédito, tal como a Declaração de Aptidão (DAP)[5], representam barreiras no acesso ao crédito pelas mulheres, já que instituem apenas um titular como representante da família na contratação da operação do crédito.

[5] A DAP é um formulário obtido por intermédio de sindicatos, empresas estaduais de assistência técnica extensão rural e outros órgãos credenciados para obter crédito junto ao sistema financeiro. Esta passou a ser feita obrigatoriamente em nome do casal, estimulando, desta forma, maior inclusão das mulheres no programa (MDA/NEAD, 2005).

Para tornar grande parte desses problemas, as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater)[6] passaram a incorporar a "dimensão de gênero"[7], de tal modo que os conteúdos, critérios de seleção de projetos a serem financiados e orientações metodológicas levam em consideração as necessidades das mulheres trabalhadoras rurais. Assim, para ampliar a participação e o controle social das mulheres nas políticas públicas, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) ampliou o número de organizações na sua composição e criou o Comitê Permanente de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (CPPIGRE)[8] (MDA/NEAD, 2005, p.16).

As pesquisas realizadas sobre a avaliação do Pronaf em geral, em algumas regiões de Rio Grande do Sul (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005; SACCO DOS ANJOS et al., 2004), mostram que tanto na amplitude (a quantidade absoluta de unidades familiares ou empresas agrícolas beneficiadas) quanto na cobertura (a população meta do programa que é efetivamente atingida), o número de contratos (beneficiários) aumentou, mas as dificuldades são inúmeras, tanto no modo de fomentar e operacionalizar o programa quanto na eleição do público alvo.

Embora o Rio Grande do Sul seja um dos estados com maiores "beneficiários do Pronaf", Abramovay e Piketty (2005) argumentam que isto ocorre pelo fato de haver uma maior organização dos agricultores, pressões de empresas agroindustriais às quais estes produtores estão vinculados e a ação eficiente da assistência técnica e extensão rural. No entanto, ainda existe uma distribuição desigual, privilegiando o "verdadeiro agricultor", "aquele que tem a capacidade empresarial e está apto para encontrar na atividade agrícola a fonte da quase totalidade da renda familiar" (CARNEIRO, 1997, p.78). Desta forma, são excluídos os pequenos agricultores que não conseguem obter os níveis de renda para sua reprodução social e são obrigados a desenvolver atividades não agrícolas de tipo complementar. Estes fatores não se manifestam apenas na lógica dos pequenos agricultores,

---

[6] Este programa procura reconhecer as mulheres como sujeitos sociais, fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar, a partir de sua contribuição nas atividades agrícolas e não-agrícolas, na conservação da biodiversidade, na geração de renda e agregação de valor na unidade familiar e organização coletiva da produção de mulheres trabalhadoras rurais (BRASIL/MDA, 2007).

[7] A dimensão de Gênero é definida por diversos autores e autoras como uma construção cultural, social e histórica, e que tem importantes repercussões políticas, ao mesmo tempo, permite identificar e visar aspectos culturais e relações de poder entre homens e mulheres. Portanto, gênero como categoria analítica é o conjunto de idéias, crenças, representações e atributos sociais construídas nas diferentes culturas tendo como base a diferença sexual (LAMAS, 1996, 2003; SCOTT, 1995).

[8] O CPPIGRE é um dos órgãos que atua no desenvolvimento de políticas públicas que buscam promover os direitos econômicos das trabalhadoras rurais, das populações indígenas e das comunidades quilombolas, através do apoio à produção, acesso e garantia de uso da terra e cidadania através do acesso à documentação civil, participação e controle social (BRASIL/MDA, 2007).

mas também nas condições e situações das mulheres agricultoras que têm acesso ao crédito e seu vínculo com outros atores sociais.

Na Região do Alto Uruguai, as políticas públicas destinadas ao meio rural, como é o caso do crédito rural[9], sempre foram chaves para a reprodução social e econômica da agricultura familiar. Porém, em grande medida, elas não levaram em conta os pressupostos de operação das unidades familiares, tais como a diversidade produtiva, a importância do grupo familiar, suas estratégias de reprodução, entre outros aspectos (CONTERATO, et al. 2007; GAZOLLA, 2004). O Município de Rodeio Bonito, imerso nesta região, não escapa desta realidade; pois além do crédito para as lavouras de soja, fumo e a fruticultura (implantação de videiras e pomares de laranja), ele é destinado, também, para a produção leiteira (através de aquisição de matrizes leiteiras, formação de pastagens, ordenhadeiras mecânicas, compra de resfriadores ou congeladores). Essa lógica de crédito visa, em grande medida, contribuir para o fortalecimento e incremento da produção agropecuária, a especialização produtiva e a inserção mercantil dos agricultores familiares nas cadeias agroindustriais (CONTERATO, 2004; GAZOLLA, 2004).

Ainda que esse município tenha sido uns dos primeiros a ter incorporado o crédito dentro desta linha Pronaf-Mulher[10], sob o pressuposto de que ele contribuiria para a autonomia das mulheres, ainda mostra algumas fragilidades, decorrentes, em parte, da qualidade de informação sobre os critérios normativos, a ponto de eles constituírem entraves para sua participação, seja de forma individual ou grupal, nas diversas atividades produtivas. Nesse sentido, além de existir uma lógica determinada de atividades a serem financiadas, existem também critérios de ordem estrutural, que limita e fragiliza a participação das mulheres, gerando condições de desigualdade nas relações sociais, presente não apenas nas relações de gênero, mas também nas estruturas de classe e raça, que determinam a hierarquia e a posição do individuo, definindo o papel, a identidade, as perspectivas e as relações de poder.

---

[9] Conforme o BRASIL (2008a, p. 267), o crédito rural "é a modalidade que tem por objetivo estimular os investimentos rurais feitos pelos produtores ou por suas associações; favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários; fortalecer o setor rural; incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento de produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais".

[10] Informação proporcionada, em agosto de 2006, pela Coordenadora Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Regional de Frederico Westphalen. Nesta data foram estabelecidos os primeiros contatos para realizar esta pesquisa, através de três reuniões, organizadas pela Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais (CEMTR) nas instalações da Federação de Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG/RS).

A desigualdade é generalizada nas sociedades, em todo o mundo, e a discussão tem se centrado, basicamente, em que as desigualdades nas recompensas materiais e simbólicas que os indivíduos recebem é o resultado das manifestações das diversas capacidades dos seres humanos. Considerando-se, ainda, que a desigualdade não é necessariamente resultado das diferenças individuais, mas também das oportunidades que as pessoas têm, sua origem está nos fundamentos sociais e econômicos da sociedade (RODRÍGUEZ, 2005).

Outras questões estão relacionadas ao reconhecimento da diferença – indexada a partir de categorias como classe, raça e gênero – que ganham legitimidade a partir da mobilização dos diferentes movimentos sociais desde a década de 1960, sob a idéia de uma sociedade igualitária. A desigualdade de classe, fundamentada na teoria marxista, por muito tempo explicou a base da desigualdade social a partir dos processos econômicos. No entanto, estes processos, regidos pela lógica capitalista, criaram formas complexas e dinâmicas de ordenamento social, de maneira que as desigualdades passaram a ter novos significados e conseqüências materiais que moldam estruturas e indivíduos (DUBET, 2003; MAYER, 2005).

As análises das múltiplas desigualdades que resultam de um conjunto complexo de fatores, e em diversos contextos, mostram como muitas vezes elas surgem do resultado de diversas práticas ou de políticas sociais que têm como objetivo limitá-las (DUBET, 2003). Neste sentido, as relações entre homens e mulheres, que implicam desigualdades políticas, econômicas e sociais, e que configuram papéis diferenciados segundo o sexo, estão intimamente ligadas ao princípio de hierarquia (COLLING, 2004).

Portanto, poder-se-ia dizer que as desigualdades sociais têm se estabelecido historicamente em função de uma ordem de hierarquia e uma relação de poder, que tende a estratificar a sociedade. Tanto no contexto rural quanto no urbano, estão presentes as relações de desigualdade entre homens e mulheres, que têm origem da construção sociocultural do masculino e do feminino. Graças a esta construção de gênero, atribuem-se papéis diferenciados a ambos os sexos, que são "naturalizados", de modo a construírem-se valores, símbolos, comportamentos e atributos a mulheres e homens, que tendem a inferiorizar o papel das mulheres na sociedade, colocando-as em condição de desigualdade em relação aos homens.

Ao abordar uma problemática que concerne as mulheres rurais, a partir das considerações teóricas de gênero, procura-se interpretar de forma relacional as ações, representações e discursos em torno do impacto de uma determinada política pública, como é o caso do Pronaf. Partindo do pressuposto que a reivindicação pela igualdade de direitos no aceso ao crédito e a inserção das mulheres neste programa permitiria o aumento de sua

autonomia no âmbito da família, da comunidade, e da esfera pública. Esta inserção pressupõe ações mediadas pelas relações de gênero[11], que têm como base a construção social das diferenças entre os sexos (SCOTT, 1995).

Algumas controvérsias que surgem a partir das considerações teóricas de gênero vão desde aspectos relacionados ao determinismo biológico, até aspectos socioculturais, para reconhecer as diferenças entre homens e mulheres. O determinismo biológico, fundamentado a partir dos postulados de Freud (1961)[12] citado por Lamas (2003), entende que as diferenças entre o comportamento masculino e feminino são decorrentes da própria constituição natural com base nas características anatômicas e cerebrais, próprias de cada sexo. Segundo Santos (2002), essas diferenças prevalecem nas representações simbólicas, significados culturais e atitudes de homens e mulheres.

A abordagem sociocultural propõe que as diferenças são produzidas pela socialização transmitida de geração em geração; neste sentido, "gênero é considerado como a forma pela qual cada sociedade trata as diferenças entre os sexos, criando estereótipos e valorizando diferentemente seus atributos próprios" (GONÇALVES, 1998, p.50). Oliveira e Scavone (1997)[13], citado por Santos (2002), salientam a determinação cultural das características de gênero. Dessa forma "gênero é uma categoria explicativa das características específicas, ou seja, cada cultura impõe representações ao masculino e ao feminino, a partir do lugar social e cultural construído hierarquicamente como uma relação de poder entre os sexos" (SANTOS, 2002, p.42).

Portanto, as diferenças de gênero são concebidas como produto de determinações sociais e não como características biológicas naturais dos indivíduos; é a partir destas determinações que constroem sua identidade de gênero, que não é algo fixo e sim produto de contextos específicos (SANTOS, 2002).

A discussão recente sobre as diversas correntes teóricas de gênero ultrapassa as diferenças biológicas entre os sexos; ela se centra, por um lado, nas diferenças e desigualdades de papéis entre homens e mulheres pelo contexto socioeconômico, as condições culturais, históricas e políticas das diversas sociedades onde eles se inserem; e por outro lado, num construto sócio-cultural e lingüístico, produto e efeito das relações de poder.

---

[11] Relações de Gênero refere-se às relações hierárquicas de poder entre homens e mulheres. Podem ser relações sociais, econômicas e políticas mediadas por diversas instituições (Família, Escola, Estado, Normas, etc.). Neste sentido, Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos (SCOTT, 1995; KABEER, 1998).

[12] FREUD, S. "*Female Sexuality*". In: The complete works of Sigmund Freud, vol. 19, Hogarth, London, 1961.

[13] OLIVEIRA, E; SCAVONE, L. (orgs.) **Trabalho, saúde e gênero na era da globalização**. Goiânia: AB Editora, 1997.

Neste sentido, a categoria de gênero "privilegia o social e o cultural, como sendo constituídos e atravessados por representações – sempre múltiplas, provisórias e contingentes – de feminino e masculino e que ao mesmo tempo reproduzem e/ou ressignificam essas representações" (MEYER, 2004, p.15).

Bourdieu (1989; 2005), em suas interpretações sobre as estruturas simbólicas *(habitus*), privilegia a construção social do sexo, destacando que as especificidades culturais e históricas de gênero inculcam normas e valores, de maneira que a ordem social "naturaliza", ocultando sua própria arbitrariedade. Para o autor, é a partir da dominação masculina que se constitui a violência simbólica, que é um mecanismo opressor. Assim, para ele, as estruturas subjetivas da diferença do sexo são estruturas que resistem ao longo do tempo e, por serem perduráveis e transferíveis, se encarnam nas estruturas mentais. Nesta lógica, a teoria de gênero reconhece a diversidade, a construção cultural da identidade de homens e mulheres, considera a dominação masculina como um produto cultural e simbólico e é situado como uma visão crítica das relações de gênero.

Esta base teórica de gênero permite redimensionar seu uso como uma ferramenta não apenas teórica, mas também metodológica e política (marco institucional); isto significa que a abordagem de gênero, no contexto do debate de políticas públicas, implica um longo processo social e político em diversos cenários, com a participação de diferentes atores. É evidente que a inclusão da categoria de gênero está condicionada pelo contexto político de caráter global e pelos valores e normas hegemônicas de gênero (GUZMÁN, 2002). Assim, as demandas de acesso, numa determinada política para as mulheres, poderiam instaurar as possibilidades de ruptura com as visões tradicionais do feminino (BANDEIRA; BITTENCOURT, 2005).

Nos anos recentes, os programas de crédito ou micro-crédito[14] têm adquirido maior importância como estratégia do desenvolvimento e de combate à pobreza, principalmente no que tange a pequenos agricultores e a mulheres rurais. Estes programas também têm sido visados como uma proposta para a provisão de serviços financeiros para a população de baixa renda, na expectativa de mudanças nas relações de gênero, com base na proposta de

[14] Esses programas se fundamentam na experiência de diversos sistemas de microfinanciamento desenvolvida pelo Grameen Bank, em Bangladesh, o banco Rakyat, na Indonésia; o Banco para Agricultura e Cooperativas agrícolas, na Tailândia; o Banco Sol, na Bolívia, entre outros (NAVAJAS et al. 2000; JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005; SCHRODER, 2006). Segundo Kabeer (1998) e Teyssier (1997), a experiência do Grameen Bank tem desenvolvido algumas ações práticas focalizadas às limitações que enfrentam as mulheres, principalmente de escassos recursos.

empoderamento das mulheres[15], e como estratégia do desenvolvimento (HIDALGO, 2002; HOFMANN; MARIUS-GNANOU, 2004; MAHMUD, 2003; MAYOUX, 1998).

Pressupõe-se que, através do acesso ao micro-crédito[16], as mulheres tenham novas oportunidades de adquirir conhecimento, permitindo-lhes ampliar suas opções, tanto na vida pessoal quanto nos espaços públicos. Essas novas oportunidades estariam possibilitando-lhes aumentar seu capital social e cultural, condição necessária para desenvolver sua autonomia, o que significaria algumas mudanças de *habitus*[17] (BOURDIEU, 1989) na dinâmica familiar, manifestadas nos aspectos de bem-estar, participação, conscientização, acesso e controle aos recursos. Segundo Stromquist (1997), os parâmetros do empoderamento são: a) construção de uma auto-imagem e confiança positiva, b) desenvolvimento de habilidades para pensar criticamente, c) construção de coesão de grupo, e d) promoção de tomada de decisões para determinadas ações. Neste sentido, Deere e Leon (2002) indicam que se trata de um processo que não é linear, nem igual para todas as mulheres.

Porém, o empoderamento das mulheres é possível desde que estejam presentes as condições necessárias, tanto na lógica de formulação, execução e operação das políticas públicas, quanto na intervenção dos diversos agentes de mediação[18] envolvidos, que ao mesmo tempo cumprem a função de mediadores. Segundo Velho e Kuschnir (1996) e Neves (2008), os mediadores podem constituir importantes agentes de mudanças; pois a partir do quotidiano, decisões e ações localizadas e invenção de papéis sociais, criam novos espaços, inovam e redefinem situações numa sociedade complexa, onde prevalecem diferentes visões do mundo. Portanto, eles podem ser necessários como catalisadores ou facilitadores essenciais que ajudam a iniciar processos de empoderamento, o que vai depender das oportunidades

[15] A palavra empoderamento é equivalente ao verbo **empower** e ao substantivo **empowerment**, que tem sido traduzido como fortalecimento e "aquisição de poder". Portanto, este termo é um processo referido a mudanças, decisão e poder, por meio do qual um indivíduo ou grupos que não tem poder ou pouco poder adquirem a habilidade para a tomada de decisões que transformam suas próprias vidas. Entre os objetivos do empoderamento das mulheres estão o desafio à ideologia patriarcal (dominação masculina e subordinação feminina) e a transformação das estruturas que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero e a desigualdade social (BATLIWALA, 1997; KABEER, 1998).

[16] O microcrédito é a concessão de empréstimos de relativamente pequeno valor (através de instituições públicas ou privadas) para atividades produtivas, no contexto das microfinanças; ele envolve aspectos como o destino dos recursos, a associação do acesso ao crédito a serviços bancários, o estabelecimento de novas relações sociais, entre outros (NICHTER et al., 2002; JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005).

[17] O conceito de *habitus* constitui um sistema de percepções, apreciações e de ação. Ou seja, é o conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo do tempo que permitem perceber, agir e evoluir num determinado universo social. Desta forma o *habitus* é um operador de uma racionalidade prática, inerente num sistema histórico de relações sociais (BOURDIEU, 1989).

[18] Entende-se por mediação o conjunto de ações sociais nas quais um agente, o mediador, articula aos agentes mediados, a universos sociais que se lhes apresenta inacessíveis, dessa forma os mediadores tendem atribuir um papel emancipador pela transmissão de outras visões do mundo (NEVES, 1998).

existentes e da extensão e rapidez com que as pessoas interiorizem a transformação (SEN, 1997; NUSSBAUM, 2002).

Neste contexto, acredita-se que a lógica da operacionalização do Pronaf[19] pode repercutir nas relações sociais dos grupos domésticos que se manifestam não apenas em mudanças na renda, mas também na demanda e redistribuição das atividades produtivas; na iniciativa individual ou coletiva para acesso ao crédito, tomadas de decisões visando o controle dos recursos e estratégias de participação pública e política.

Portanto, é possível apontar que o desenvolvimento da autonomia econômica[20] das mulheres e de seu processo de empoderamento depende não apenas do fato de ter acesso ao crédito, mas também das condições que possibilitam desenvolvê-lo. Neste sentido, é importante considerar o papel (divulgação, capacitação, informação, intervenção) dos agentes externos envolvidos com o crédito, que cumprem a função de mediadores e podem ou não contribuir para a construção deste processo.

Considerar esse processo a partir de um "olhar" de gênero permite ampliar a dimensão de análise, uma vez que a teoria de gênero enfatiza o aspecto relacional e reivindica seu uso como categoria social, histórica e analítica para desenvolver qualquer tipo de pesquisa. Assim, a perspectiva de gênero como uma construção sociocultural, histórica e simbólica permite uma visão crítica e explicativa das relações de gênero, identificando elementos que permitem analisar e entender as características que definem a condição e a posição de homens e mulheres nos aspetos de produção e reprodução, além de entender as mudanças sociais na vida cotidiana.

Na construção desses novos sujeitos, implica refletir na assimetria de gênero como um elemento existente na vida social. Então, considerar a noção de empoderamento sob diversas dimensões, como possível mudança nas relações de gênero, significou refletir a forma em que se constroem essas relações no âmbito da família e também no papel de diversos agentes mediadores que promovem ou dificultam este processo, através de elementos detonadores que

[19] Embora o Pronaf seja considerado um dos maiores Programas de Microcrédito (ABRAMOVAY, 2004), o programa nasceu com a finalidade de prover "crédito agrícola e apóio institucional aos pequenos agricultores" (SCHNEIDER, et al. 2004, p.23). Sob critérios normativos, este programa compreende diversas linhas de crédito, entre as quais se destaca o Pronaf-Mulher. Portanto, no decorrer desta tese será utilizada a palavra "crédito" para se referir a esta linha.

[20] A autonomia entende-se aqui, como a qualidade de autodeterminação e independência de uma pessoa na capacidade de definir as próprias metas e agir em conseqüência delas (ANDERSON; HONNET, 2004). Logo, a autonomia econômica refere-se à capacidade de gerar renda e de decidir sobre a forma de como essa renda é utilizada para gastos próprios e familiares (KABEER, 1999).

levam a questionar as possibilidades e limites da construção da autonomia econômica das mulheres, através de políticas públicas.

Os programas de crédito através de concessões de microcrédito sustentam-se na problemática das condições de pobreza e desigualdade de gênero. Nesse sentido têm o foco no setor mais pobre e vulnerável da população, neste caso "as mulheres rurais", que tem acesso ao crédito na sua condição de agente de transformação e não apenas como agente passiva de mudanças. Portanto, a pertinência do crédito rural, especificamente o Pronaf, como fio condutor para a análise de gênero, situa-se como um campo importante para questionar as condições em que se desenvolve a autonomia econômica das mulheres no contexto brasileiro.

Ao longo de dez anos o Pronaf[21] se transformou em uma alternativa para alguns setores da agricultura brasileira. Neste período têm sido desenvolvidos diversos estudos sobre a análise e avaliações do programa em diferentes regiões do país (MATTEI, 2006b). Ainda que a maior parte da produção acadêmica esteja concentrada na região sul do país, mesmo nesta região, há falta de estudos analíticos de corte qualitativo com enfoque de gênero. Referente a este tema há poucos trabalhos que evidenciam, a partir de casos específicos, a facilidade ou dificuldade de acesso ao crédito, os obstáculos em sua implementação e execução e seus possíveis impactos nas condições de vida das mulheres rurais. Assim, o trabalho aqui proposto, sem pretensões de generalizar, oferece uma contribuição a partir das experiências e das vozes dos principais atores envolvidos, para o desenho dos objetivos e reformulação do Pronaf-Mulher.

Portanto, tornou-se necessário investigar as repercussões desse programa sobre as condições sociais, políticas e econômicas das mulheres que tiveram acesso ao crédito, e a participação dos diferentes atores no processo de desenvolvimento das mulheres trabalhadoras rurais. Portanto, esta pesquisa visou colocar a discussão teórica das relações de gênero no marco da construção e desenho das políticas públicas, no contexto da agricultura familiar. A pertinência desta temática fundamentou-se nas desigualdades de gênero, que tem diversos impactos, principalmente nas condições de vida das mulheres rurais, tanto no acesso às políticas públicas, a partir do crédito rural (Pronaf), quanto no âmbito doméstico e produtivo, e nas relações com diferentes atores sociais.

[21] Sobre este programa têm surgido numerosas pesquisas que são referidas na obra "*Pronaf 10 anos: mapa de produção acadêmica"* (MATTEI, 2006b).

1.1 Problema de pesquisa

Na construção do problema da tese considerou-se como questão central os efeitos da política de crédito rural, especificamente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na situação das mulheres rurais, no município de Rodeio Bonito, localizado na Região do Alto Uruguai. Esta tese sustentou-se em questões estruturais sobre as políticas públicas de crédito rural e problemas da desigualdade social, especificamente nas relações de gênero.

A pertinência dessa problemática se funda no fato de que a política de crédito rural no Brasil, durante muito tempo, destinou-se predominantemente aos grandes produtores e à agricultura empresarial. A inclusão dos agricultores familiares é relativamente recente e o espaço para as mulheres teve início há apenas cinco anos. A demanda das mulheres trabalhadoras rurais pelos direitos ao acesso às políticas públicas parte da justificativa de sua situação de "invisibilidade de trabalho", como conseqüência da cultura patriarcal, que define a inferioridade do papel feminino na sociedade (MELO; DI SABBATO, 2006).

Esses autores argumentam que essa invisibilidade é vislumbrada pelo elevado número de pessoas de sexo feminino, caracterizado como trabalhadoras sem remuneração no meio rural, expressando uma problemática latente de inferioridade feminina, visível particularmente na análise das relações sociais do mundo rural: o impacto da modernização da agricultura sobre a mão-de-obra feminina, a proletarização da família rural e a intensificação do lugar da mulher na produção de alimentos e no seio da família, tem permitido manter o trabalho delas no plano simbólico, caracterizado como trabalho complementar ou como "ajuda" às tarefas desempenhadas pelos homens.

Assim, o trabalho realizado pela mulher, principalmente na horta e no quintal, é percebido como coadjuvante e, por sua vez, uma extensão de seu papel de mãe/esposa/dona de casa. No contexto da agricultura familiar[22], além de cuidar da casa e dos filhos/as, as mulheres participam do trabalho no campo e se responsabilizam pelo quintal, onde realizam atividades agrícolas (horta, pomar e transformação de alimentos) e tratam os animais de

[22] No período recente, a expressão agricultura familiar vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil. Este termo é utilizado com freqüência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por pesquisadores, sobretudo pelos estudiosos das ciências sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural (espaço rural) (JOLLIVET, 1994 *apud* SCHNEIDER, 2003). A agricultura não se resume apenas à atividade econômica agrícola, pois a ela passaram a se incorporar outras dimensões como a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições, o que imprime maior complexidade a noção da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2003).

pequeno porte, destinados ao consumo da família (HEREDIA, 1979, 1987; KANDIYOTI, 1986).

Essas atividades não são consideradas como trabalho, pois não são contabilizadas em termos monetários[23], e quando o são, a participação das mulheres é vista como "ajuda", uma vez que a responsabilidade por sua execução cabe aos homens. Neste sentido, Brumer (2004) menciona que, a partir de diversos estudos relacionados com a divisão do trabalho por sexo na agricultura, conclui-se que as mulheres ocupam uma posição subordinada e seu trabalho é considerado como "ajuda", mesmo trabalhando tanto quanto os homens, inclusive, nas mesmas atividades.

De fato, ainda hoje, a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (produção destinada para a comercialização) e as mulheres pelo trabalho reprodutivo (cuidado das crianças e do lar, preparação de alimentos), o que faz com que as atividades desenvolvidas pelas mulheres permaneçam invisíveis. Assim, a divisão do trabalho por sexo está relacionada com as representações sociais vinculadas a homens e mulheres.

Portanto, pretendeu-se indagar sobre as mudanças nas relações sociais de gênero, a partir da experiência das mulheres que tiveram acesso ao crédito e suas condições de existência na dinâmica familiar. A perspectiva adotada aqui procurou interpretar representações, dinâmica de ações e discursos de diversos atores sociais, enfatizando o aspecto relacional.

Assim, para o desenvolvimento desta tese, partiu-se do pressuposto de que uma política como o Pronaf tem um impacto diferencial nas relações de gênero, que depende das condições (normativas) de acesso ao crédito, do perfil das mulheres agricultoras, das diversas situações no qual elas estão inseridas nos estabelecimentos familiares[24] e da relação com os agentes mediadores (técnicos de extensão, gerentes de banco e lideranças de sindicato). Considerou-se que esses aspectos poderiam ser relevantes para o desenvolvimento da

[23] De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), as atividades agrícolas desenvolvidas pelas mulheres concentram-se nos itens "produção para o consumo" e "trabalho não remunerado". Desta forma, no ano de 2002, essas atividades absorviam respectivamente 42% e 39% das mulheres ocupadas na agricultura, 72% das pessoas ocupadas em atividades de produção voltada para o consumo são as mulheres, nesse trabalho, elas declaram uma jornada inferior a 15 horas semanais; o que indica que o trabalho da mulher nas atividades de consumo é visto como uma extensão do trabalho doméstico, reforçando a invisibilidade que cerca a percepção sobre o papel feminino na agricultura familiar (MELO; DI SABBATO, 2005; HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

[24] Essas diferentes situações foram identificadas na pesquisa de campo e estão expressas na posição da mulher no estabelecimento familiar, estado civil, número de filhos em idade escolar; e filhos casados que moram dentro ou fora da propriedade.

autonomia econômica e social das mulheres, que por sua vez, seria uma das condicionantes para possibilitar o processo de empoderamento.

Portanto, esta tese procurou responder: Qual é o efeito das políticas públicas de crédito rural, especificamente o Pronaf-Mulher, na situação das mulheres rurais e em que situações apresentam-se as condições para seu empoderamento?

Os questionamentos específicos que orientaram o desenvolvimento da tese foram:

Em que medida as condições de acesso ao Pronaf (o acesso à informação, posse de documentação, tomada de decisões no manejo, no controle dos recursos e gerenciamento das atividades produtivas) facilitam a participação das mulheres neste programa?

De que forma o programa de crédito Pronaf tem contribuído para redefinir as relações de gênero e criar as condições para seu empoderamento, no contexto da agricultura familiar?

1.2 Objetivo geral

Examinar o impacto do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) a partir das relações de gênero, numa perspectiva de empoderamento das mulheres rurais.

1.2.1 Objetivos específicos

1) Analisar o processo de acesso ao crédito do Pronaf pelas mulheres trabalhadoras rurais, a partir de 2005, com destaque para o acesso à informação, a elaboração do projeto e seu encaminhamento para a implantação e acompanhamento, destacando os fatores que possibilitam e limitam o empoderamento das mulheres rurais

2) Identificar as principais mudanças (pessoal e familiar) nas relações de gênero, no contexto da agricultura familiar, percebidas pelas beneficiárias do crédito e pelos agentes de mediação (gerentes, técnicos de extensão e lideranças de sindicatos).

1.3 Hipótese principal

O acesso ao Pronaf-Mulher não é uma condição necessária, nem suficiente para o empoderamento das mulheres agricultoras.

1.3.1 Hipóteses secundárias

1) O acesso ao Pronaf-Mulher pelas mulheres provoca mudanças mais importantes (autonomia e empoderamento) em suas vidas, de acordo com: a) a qualidade e a continuidade dos projetos, envolvendo a possibilidade ou não de pagamento da dívida e de permanência, ao longo do tempo, da atividade para a qual foi destinado o crédito; b) o desenvolvimento de atividades de certo modo independentes daquelas assumidas pelos homens.

2) O impacto do acesso ao Pronaf-Mulher, pelas mulheres, no sentido de seu empoderamento, depende da atuação dos agentes mediadores: a) na formalização da documentação para o acesso ao crédito; b) na tomada de decisões sobre a elaboração do projeto para o qual são solicitados os recursos; c) no monitoramento de seu desenvolvimento.

3) As mudanças na vida das mulheres, devido ao acesso ao Pronaf-Mulher, variam conforme algumas condições como a simetria ou assimetria nas relações de gênero predominantes na família; e a socialização e experiência prévias das mulheres no trabalho e na gestão na unidade familiar. Espera-se que a obtenção do crédito, por parte das mulheres, represente avanços em sua autonomia econômica e empoderamento, quando as relações de gênero vigentes na família sejam mais simétricas e elas tenham experiência anterior no desenvolvimento de projeto produtivo e de gestão na propriedade familiar

1.4 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa sustentou-se na teoria feminista, considerando o viés de gênero como categoria analítica. A abordagem do estudo foi de corte qualitativo, pois além de permitir um maior grau de exploração dos aspectos subjetivos na questão, é o mais adequado para entender, em profundidade e extensão, a qualidade de um fenômeno social como é caso em estudo.

A unidade de análise focalizou-se nas mulheres agricultoras[25] que tiveram acesso ao Pronaf-Mulher no período de 2005-2006, ano em que se implementou o programa no município onde foi feita a pesquisa empírica. O desenvolvimento deste trabalho baseou-se na recuperação das experiências das mulheres em relação a seu acesso ao crédito, bem como as mudanças ocorridas na situação das mulheres e os vínculos estabelecidos com os agentes externos em relação ao processo do crédito. As entrevistas realizadas foram complementadas com a observação participante, além da interação constante com as mulheres.

A natureza qualitativa da pesquisa permitiu ter acesso à realidade social e critérios que possibilitaram estabelecer os procedimentos e as regras interpretativas que são adequados para representar os processos de construção do senso dos atores sociais. Neste caso, das mulheres rurais sobre seu acesso ao crédito e ainda apreender no conjunto das informações obtidas, especificamente nas narrativas, valores socialmente construídos, atitudes e opiniões em torno do processo, algumas vezes contraditórias outras convergentes (MINAYO; SÁNCHEZ, 1993; SERIAPONI, 2000).

O trabalho empírico foi realizado no município de Rodeio Bonito, localizado na Região do Alto Uruguai. A pesquisa baseou-se inicialmente num estudo exploratório feito neste município em maio de 2007, quando foram realizadas 15 entrevistas com mulheres que acessaram o crédito, assim como alguns agentes mediadores (técnicos do sindicato e da extensão rural, lideranças de sindicato e gerentes do banco)[26]. Isto permitiu não apenas ter certo conhecimento sobre as características socioeconômicas e ambientais, mas também ter idéia geral sobre as condições de crédito no município.

Cabe sublinhar que anteriormente à pesquisa exploratória foram feitos alguns contatos com a liderança (Coordenadora Regional das Mulheres Trabalhadoras) do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município. Um primeiro contato foi realizado em agosto de 2006, a partir de uma reunião organizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG/RS), na qual a pesquisadora, autora desta tese, foi convidada. Nessa reunião estiveram presentes 22 coordenadoras regionais das mulheres, originárias de diversos

[25] Embora a pesquisa considere a perspectiva de gênero, as entrevistas não privilegiaram a participação dos homens (os maridos), uma vez que a intenção do trabalho era recuperar a percepção das próprias mulheres, sobre as mudanças nas relações de gênero, a partir de sua experiência no acesso ao crédito. No entanto, em alguns casos foram considerados as opiniões dos maridos, em torno a questões mais gerais sobre o crédito, com algumas ressalvas de corte metodológico.

[26] Os contatos foram realizados por indicação da Coordenadora Regional das Mulheres Trabalhadoras (secretária do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município).

municípios do Rio Grande do Sul. Cada uma das representantes foi expondo sobre a situação do crédito na região, referindo casos específicos de seus municípios.

A partir das impressões dessa reunião, a pesquisadora optou por visitar alguns municípios (Novo Tiradentes, Pinhal e Rodeio Bonito) da microrregião de Frederico Westphalen, com o intuito de conhecer a dinâmica ambiental, produtiva e social, uma vez que a coordenadora de mulheres, dessa região, colocou como característica principal a predominância de "pequenas propriedades"[27]. Com base neste critério e sob o argumento de que na região já existiam algumas experiências de mulheres que acessaram a linha especial Pronaf-Mulher, se fez um recorte espacial escolhendo o município de Rodeio Bonito. Essa escolha, em parte, também foi sugerida pela coordenadora regional, com a finalidade de facilitar a logística da pesquisa e a indicação da localização das propriedades das pessoas que seriam entrevistadas.

Das 15 entrevistas realizadas durante a pesquisa exploratória, foram aprofundadas 10, que respondiam aos critérios de acesso ao Pronaf. Embora o trabalho exploratório permitisse ter uma idéia geral sobre as condições de crédito, foi preciso pesquisar, através do sindicato e da Emater, a relação das mulheres que tiveram acesso ao Pronaf-Mulher[28].

A partir dessas entrevistas, identificaram-se inicialmente duas situações presentes nas entrevistas com mulheres que receberam o crédito: a) o homem era responsável pelo estabelecimento familiar, b) as mulheres eram responsáveis pelo estabelecimento familiar: solteiras, separadas ou viúvas. A partir destes critérios e com base nos resultados do trabalho de campo, foram definidas algumas condições específicas, para seleção das mulheres a serem entrevistadas: 1) solteiras, viúvas ou separadas (sem cônjuge); 2) casadas e com filhos em idade escolar; 3) casadas e com filhos casados.

1.4.1 Método de pesquisa e instrumentos de coleta de dados

O eixo principal da pesquisa foi identificar os efeitos do Pronaf nas diferentes situações das mulheres, com destaque para mudanças nas relações sociais de gênero, a partir de seu acesso ao crédito. Esses efeitos deveriam ser buscados, tanto no que se refere à

[27] Embora existam algumas dificuldades em classificar as propriedades familiares, os autores do relatório FAO-INCRA (1996, p.39), caracterizam essas pequenas propriedades como altamente diversificadas (para subsistência e comercialização de excedente: culturas de lavoura de verão e inverno, bovinocultura de leite, avicultura, olericultura, piscicultura, fruticultura etc.), com tamanho inferior a 50 hectares e baixo uso de tecnologia. A utilização do crédito rural é incipiente por falta de viabilidade econômica.

[28] Esta relação está composta de 48 projetos sob a modalidade Pronaf-Mulher "C" solicitados (entre 2005 e 2006) para serem financiados. Desse total, apenas foram financiados 35, dos quais 60% foram através do Banco do Brasil e 40% pelo Bansicredi.

produção, quanto no âmbito doméstico, e nos vínculos que as mulheres beneficiadas estabelecem com os agentes externos. Assim, foram entrevistadas apenas as mulheres que receberam o crédito (na linha especial Pronaf-Mulher) e registradas as opiniões de alguns dos maridos e dos agentes externos: técnicos e responsáveis pelo Pronaf, tanto do sindicato quanto da extensão rural; bem como alguns dirigentes de cooperativas e funcionários da carteira de crédito rural dos bancos. Portanto, a pesquisa incorporou informações relativas às condições de existência e trajeto social das mulheres, a partir do impacto do Pronaf.

1.4.2 Amostragem

A amostragem foi com base no princípio da *saturação de amostra*, a partir da relação de projetos disponibilizados pela Emater. Este princípio foi determinado uma vez que as informações tornaram se repetidas e dados novos ou adicionais não foram encontrados.

Nesse sentido, os dados foram coletados até que: a) não surgisse nenhum dado relevante, b) se apresentassem diferentes situações de mudanças (ou falta de) relacionadas ao acesso ao crédito (GLASER; STRAUSS, 1967[29] *apud* FLICK, 2004; BAUER; GASKELL, 2002). Assim, do total de projetos financiados (35), foram entrevistados 25 casos em profundidade: 23 casos no município de Rodeio Bonito (distribuídos em dez localidades)[30] e dois casos no município de Pinhal[31]. Porém, é importante mencionar que apesar dos casos terem um bom nível de aprofundamento, o tamanho de amostra não pretende estabelecer possíveis generalizações. Apenas limita-se a responder à realidade das mulheres que têm acesso ao Pronaf-Mulher, considerando a heterogeneidade e a diversidade de situações apresentadas, segundo as especificidades do contexto empírico em estudo.

As entrevistas com as mulheres foram feitas com base em um roteiro semi-estruturado, contemplando os seguintes aspectos:

---

[29] GLASER, B.G., STRAUSS, A.L. **The Discovery of grounded theory**: Strategies for Qualitative Research. New York:Aldine. 1967.

[30] As entrevistas foram realizadas em dez localidades do município de Rodeio Bonito e uma localidade do município de Pinhal: Linha Bonita (4), Linha Demetrio (1), Linha Giordane (2), Salto velho (2), Sanga da gruta (2), Santa Bárbara (4), Santa Anna (2), Santa Cruz (3), Taquaral (2), São Lucas (2), São Roque (1).

[31] O critério de escolha dos casos entrevistados neste município decorre do fato de que, a partir de 2005, a presidência do sindicato foi assumida por uma mulher, pressupondo que neste caso poderia haver maior espaço para a difusão e ações correspondentes ao Pronaf-Mulher. No entanto, com base na informação proporcionada pela Emater desse município, foi identificado que no período de 2005-2006, foram realizados 30 projetos na modalidade Pronaf C-Mulher, dos quais somente 21 foram financiados pelo Banco do Brasil. A finalidade do crédito foi para agroindústria caseira e fortalecimento da atividade leiteira. No que diz respeito aos nove projetos solicitados no mesmo período, para serem financiados pelo Bansicredi, eles não foram operacionalizados por problemas burocráticos.

a) Perfil das mulheres: idade, estado civil, número de filhos, idade dos filhos, renda e escolarização;

b) Caracterização da unidade produtiva: tamanho de terra; atividades produtivas; divisão sexual do trabalho na unidade produtiva; formas de conciliação da atividade doméstica e produtiva;

c) Condicionantes do acesso ao Pronaf: acesso a documentos; elaboração de projeto; acesso à informação; aplicação do recurso; comprovantes da condição de agricultora, entre outros;

d) Resultados objetivos e subjetivos (auto-estima) do acesso a políticas públicas: tomada de decisão no uso dos recursos e na realização da atividade produtiva; mudança nas relações dentro da família.

Além das entrevistas com as mulheres que receberam o crédito, foram entrevistados cinco técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater): a responsável pela área de gênero, a assistente social, o técnico da agência central e dois técnicos responsáveis pelo processo do crédito no local do estudo. Também foram entrevistados três agentes do banco (Bansicredi e Banco do Brasil) e o responsável da Cooperativa (Cooper A1).

Finalmente, foram entrevistados os presidentes (2) e técnicos (2) do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) dos municípios de Rodeio Bonito e Pinhal; bem como algumas mulheres (informantes chaves) engajadas em questões e problemas das agricultoras e que militam nesses sindicatos, considerando que o papel dos movimentos das mulheres tem sido importante para o processo da gestão das políticas públicas, voltadas para a agricultura familiar. Assim, foram entrevistadas: as coordenadoras estadual, regional e municipal das mulheres.

Então, no total foram entrevistados 16 agentes de mediação e 25 mulheres agricultoras. Tais entrevistas, junto com a documentação existente sobre o assunto, permitiram mapear o espaço dos agentes voltados aos problemas (os conflitos, clivagens e alianças entre os diferentes agentes) das mulheres no meio rural.

1.4.3 Coleta de dados

a) Pesquisa documental e bibliográfica

Além de pesquisar a existência dos dados disponíveis sobre o crédito Pronaf- Mulher no município, também consultou-se material documental, bibliográfico, informação secundária, publicações acadêmicas. A informação de tipo documental (relatórios e registros)

possibilitou contar com insumos que complementaram o contexto social (população total, distribuído por sexo, perfil das mulheres, infra-estrutura, estrutura da organização), econômico (atividades produtivas, acesso aos mercados, etc.) e ambiental (recursos naturais) onde foi realizada a pesquisa de campo.

b) Trabalho de campo

O processo do trabalho empírico foi uma troca de experiências, compartilhando aspetos relacionados com a cultura, a língua, os costumes, as comidas, a lógica de produção, entre outros aspectos do país de origem (México) da pesquisadora. Esses aspetos permitiram construir uma relação de confiança, que evidentemente facilitou o dialogo com as mulheres agricultoras. Portanto, a partir da frase de uma das mulheres "Você é que nem a gente, fala a mesma linguagem", tornou o caminho mais fácil para a "chegada de uma estranha", que sempre respondeu a curiosidades freqüentes (O que se planta? O que se come? Como se vive no teu país?) das entrevistadas.

No início, tentou-se identificar a dinâmica de trabalho das mulheres para não alterar o cotidiano das tarefas domésticas. Neste sentido, geralmente as entrevistas foram realizadas após o almoço, ou na roda do chimarrão; inclusive, às vezes a pesquisadora era convidada para almoçar e pernoitar na casa das entrevistadas; esses momentos foram cruciais para obter informações sobre a estrutura familiar, alguns aspectos históricos e observar a distribuição de tarefas.

Esses elementos permitiram entender a posição social e captar uma "fotografia" das mulheres entrevistadas. Nesse sentido, foi importante registrar fatos, idéias, opiniões, sentimentos, razões conscientes ou inconscientes de determinados aspectos. Assim, foi possível identificar as experiências segundo as trajetórias e vivências individuais relacionadas a um determinado processo (BAUER; GASKELL, 2002; RICHARDSON, 1999), como é o caso do acesso ao programa de crédito.

Em alguns casos, nas primeiras visitas, geralmente os maridos procuraram estar presentes e guiar de alguma forma as indagações. Neste sentido, as questões eram mais gerais sobre o crédito, o que implicou uma segunda ou terceira visita para obter as informações específicas a partir da própria percepção das mulheres. Embora fosse interessante considerar as percepções dos maridos sobre aspectos mais específicos em relação ao impacto do crédito, isto não foi possível, devido a que o registro dessa informação a priori teria que ter sido de forma simultânea, para evitar que as respostas fossem tendenciosas. Por esse motivo, optou-se em registrar algumas opiniões mais gerais.

Para fins desta pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas complementadas com a observação participante[32], com mulheres que acessaram o programa de crédito, com o intuito de obter informações sobre suas experiências como indivíduos, nas condições de acesso ao crédito; bem como as estratégias de apoio familiar e as relações com outros agentes. De acordo com Triviños (1990), esse tipo de entrevista parte de certos questionamentos básicos e, ao mesmo tempo, oferece um amplo campo de questionamentos.

No que diz respeito ao registro da informação, o diário de campo constituiu uma ferramenta importante para a coleta de dados, pois ele permitiu registrar as observações, percepções e reflexões sobre expressões verbais e ações do sujeito (ENGEL, et al., 2005; TRIVIÑOS, 1990). Além de captar elementos que permitiram descrever o contexto, tanto físico quanto social, que envolvia o sujeito que fazia parte da pesquisa, neste caso as mulheres trabalhadoras rurais que desenvolvem atividades vinculadas ao crédito e os agentes externos. Desta forma, as notas de campo foram complementares aos instrumentos de pesquisa, permitindo representar as primeiras buscas espontâneas de significados e primeiras expressões de explicações.

Cabe ressaltar que uma das principais dificuldades foi a não disponibilização dos dados secundários referentes ao Pronaf-Mulher, por parte da agência bancária central. O argumento dos responsáveis da referida agência consistiu na falta de tempo para organizar e sistematizar as informações.

Entretanto, com base nos dados disponibilizados pela Emater (agência central)[33] foi possível ter um panorama geral sobre a situação do crédito Pronaf-Mulher no contexto estadual e municipal. No período de 2004-2008, foram elaborados um total de 6,606 contratos (nas modalidades C, D, e E)[34] para o estado do Rio Grande do Sul, a maioria deles foram concentrados no período de 2005-2006, sendo elaborados 4,982 contratos [35] nas três

[32] A observação participante é uma técnica do método etnográfico. Este método é um instrumento que parte da interação entre o pesquisador e seus objetos de estudo, com ênfase no cotidiano e no subjetivo, possibilitando ao pesquisador/a compreender as práticas culturais (os valores e as regras) dentro de um contexto social mais amplo (FONSECA, 1999).

[33] Vale mencionar que os dados referentes ao estado foram solicitados em maio de 2007, porém a informação somente foi disponibilizada em outubro de 2008, razão pela qual não foi possível explorar com detalhe a experiência deste crédito em outros municípios.

[34] As diferentes modalidades são categorizadas conforme a renda da família, como se explicita no apêndice G.

[35] Para cada contrato ou projeto são financiados vários itens, cujo valor de empréstimo esteja no teto de R$1,500 até R$ 6,000 (máximo valor financiado).

modalidades, financiando diferentes itens agrupados em seis grandes categorias (Apêndice A), em 194 municípios[36], ou seja, apenas 39 % do total do Estado.

Especificamente no município de Rodeio Bonito, para esse mesmo período foram elaborados 62 contratos (C, D e E), distribuídos nas diferentes modalidades conforme a Tabela 1. Desse total, foram elaborados 48 projetos na modalidade "C", sendo financiados somente 35. Os projetos foram financiados pelo Banco do Brasil, Bansicredi e Banrisul.

Tabela 1 - Número de contratos por modalidades da linha especial Pronaf- Mulher elaborados no período de 2005 a 2006, no município de Rodeio Bonito

Ano	Modalidade	Nº de contratos
2005	Pronaf-C	33
	Pronaf-D	8
	Pronaf-E	0
	Total	**41**
2006	Pronaf-C	15
	Pronaf-D	5
	Pronaf-E	1
	Total	**21**

Fonte: Dados disponibilizados pela EMATER/RS, 2008.

1.4.4 Análise de dados com base em entrevistas semi-estruturadas

Após a coleta da informação das entrevistas (gravadas), foram feitas transcrições das 41 entrevistas realizadas, posteriormente a sistematização e a *análise de conteúdo* (esta técnica propõe um olhar relacional do discurso)[37] com auxilio do *software* Nudist Vivo 2.0. Este programa é um dos mais recentes na análise de dados qualitativos e permitiu operacionalizar e agrupar uma diversidade de dados levantados (GUIZZO, et al., 2003) através da codificação, categorização, associação e cruzamento dos dados obtidos a partir das entrevistas e aqueles relacionados ao perfil das mulheres entrevistadas (faixa etária, atividade econômica, escolaridade, número de filhos e/ou das pessoas que moram na propriedade); bem como aqueles que têm a ver com o impacto do crédito, permitindo estabelecer as possíveis

[36] Os municípios que apresentaram maior demanda (mais de 100 contratos) de Pronaf-Mulher na safra 2005-2006 foram: Alpestre (474), Seberi (314), Caiçara (269), Mato Leitão (215), Planalto (214), Iraí (236), Cristal do Sul (162),Cerro Grande (123), Jaboticaba (110), Ibarama (111). Do total de contratos elaborados, a maioria deles foram financiados pelo Banco de Brasil, seguidos pelo Bansicredi, a Crehnor, a Cresol, o Banrisul e a Cooperativa de Crédito (Informação proporcionada pela Emater, agência central).

[37] Conforme Cortes (1998, p. 30), esta técnica permite a categorização de dados em um modo criativo e ao mesmo tempo rigoroso de leitura sistemática de primeiro plano do material empírico, visando atingir uma interpretação que ultrapassa os significados manifestos. A análise de conteúdo leva em conta cinco elementos: *O emissor, o que ele tanta dizer, o receptor, como se diz e com que resultado.*

relações com base nos depoimentos mais significativos, a partir dos indicadores sobre as diferentes dimensões (social, econômico e político) de empoderamento e os possíveis efeitos (apêndice B e C).

No caso das mulheres que tiveram acesso ao Pronaf, as entrevistas contemplaram as dimensões das condições de existência acima levantadas e mais uma parte suplementar sobre os fatores condicionantes do seu acesso ao crédito: vantagens e desvantagens para acessar o crédito; tomada de decisões sobre o emprego dos recursos e o destino dos mesmos no âmbito familiar (doméstico e produtivo). Além do perfil (idade, escolaridade, número de filhos, renda, etc.), foram considerados alguns critérios mais específicos em relação com o acesso ao crédito: a) principais motivos pelos quais têm acesso, b) distribuição da divisão social do trabalho nas atividades domésticas e produtivas, e c) tomada de decisões e perspectivas econômicas sobre essas atividades (apêndice D).

Embora o objetivo do trabalho não fosse realizar entrevistas com mulheres que não acessaram o crédito, foi importante indagar sobre as causas da não implementação do crédito solicitado. Com base na informação fornecida pela Emater, foram visitadas as propriedades de algumas mulheres nesta situação, a fim de estabelecer uma conversa geral com elas. Os motivos ressaltados pelas mulheres foram: não ter a quantia de terra suficiente que permitisse desenvolver uma atividade que gerasse renda, objetivo e condição necessária dos bancos para liberar crédito. Outra razão foi porque o marido já tinha uma modalidade de crédito, por isso aumentaria o risco de endividamento.

Por fim, as entrevistas com os agentes externos (lideranças do sindicato, técnicos e responsáveis pelo crédito Pronaf, os gerentes dos bancos e o gerente da Cooperativa) foram guiadas por tópicos estruturantes sob a forma de questões previamente formuladas nos moldes da entrevista dirigida. Dessa forma, buscaram-se informações detalhadas que ajudaram a aprofundar as informações, em parte, já contidas no roteiro das entrevistas (Apêndice E).

Essas entrevistas abrangeram as seguintes considerações: a) quantidade de mulheres que tiveram acesso ao crédito; b) critérios de seleção (documentação, tipo de propriedade, etc.); c) dificuldades percebidas e estratégias empregadas para solucioná-lo; d) mecanismos de atendimento (capacitações, avaliação e monitoramento) depois da concessão do financiamento e, e) percepção sobre a participação das mulheres no seu acesso ao crédito.

Finalmente, cabe ressaltar que para os depoimentos das mulheres rurais referidos ao longo da tese, foram identificados, através do número de entrevistas correspondentes, a noção de “agricultora” como a maioria delas identificou-se e a idade. Já no casso dos depoimentos

referentes aos agentes de mediação foram identificados tanto pelo número de entrevista como pela função que desenvolvem, nos diversos espaços institucionais.

1.5 Estrutura da tese

Esta tese estrutura-se em sete capítulos, o primeiro é composto por uma parte introdutória, a definição do problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, as hipóteses, os procedimentos metodológicos e a estruturação da tese.

No capítulo 2, apresenta-se uma revisão sobre o referencial teórico que serviu de base para a análise das relações de gênero, considerando aspectos do determinismo biológico ao gênero como categoria analítica. Posteriormente, considera-se brevemente o vínculo entre gênero e desenvolvimento, a partir da incorporação desta categoria na agenda das políticas públicas. Na seqüência, considera-se de forma breve a dimensão de empoderamento como estratégia de desenvolvimento, que por sua vez constitui o eixo das políticas de crédito.

O capítulo 3 contém de forma sucinta as considerações sobre as relações de gênero, especificamente na divisão sexual do trabalho no contexto da Agricultura Familiar. Considera-se brevemente uma caracterização do Pronaf, como parte de uma política de crédito rural. Na primeira parte deste capítulo, é feita uma revisão dos aspetos gerais sobre as questões teóricas e normativas da Agricultura Familiar que sustenta a criação do Pronaf, posteriormente são expostos os antecedentes do programa e os aspectos relativos ao Pronaf-Mulher.

No capítulo 4, consideram-se de forma geral os aspectos geográficos, históricos e socioeconômicos da área de pesquisa empírica, destacando a contextualização regional e municipal. Posteriormente são colocadas algumas considerações sobre a situação das mulheres rurais no contexto brasileiro e uma breve caracterização do perfil das mulheres entrevistadas.

O capítulo 5 apresenta uma análise sobre as condições de acesso e aplicação do Pronaf-Mulher. Na primeira parte consideram-se os aspectos referentes ao processo de gestão do crédito. A segunda aborda as considerações da operacionalização através da aplicação do programa.

No capítulo 6, destaca-se o papel dos agentes de mediação, através de diferentes ações de intervenção. Assim também se considera o significado do crédito para as mulheres, destacando as percepções desses agentes no fato das mulheres obterem o financiamento.

Também são apontados alguns aspectos relacionados com a participação social das mulheres nos diferentes espaços, salientando possibilidades e limites do empoderamento.

No capitulo 7 considera-se a inserção das mulheres na agricultura familiar, a partir do contexto empírico, considerando alguns aspetos sobre a divisão sexual do trabalho na unidade doméstica e a sua participação na atividade produtiva (atividade leiteira) na qual é destinado o financiamento. Também, destacam-se as trajetórias e as mudanças na situação das mulheres rurais, em torno dessa atividade. Finalmente, salientam-se alguns desafios sobre o Pronaf-Mulher, considerando a lógica familiar *versus* o empoderamento na dimensão econômica. E, por fim, salientam-se as considerações finais do estudo.

Na figura 01 apresenta-se uma síntese dos principais pontos que compõem a tese, salienta-se o marco analítico, os resultados empíricos estruturados nos capítulos cinco, seis e sete e, por fim, sintetizam-se algumas considerações sobre os efeitos do Pronaf-Mulher na situação das mulheres rurais.

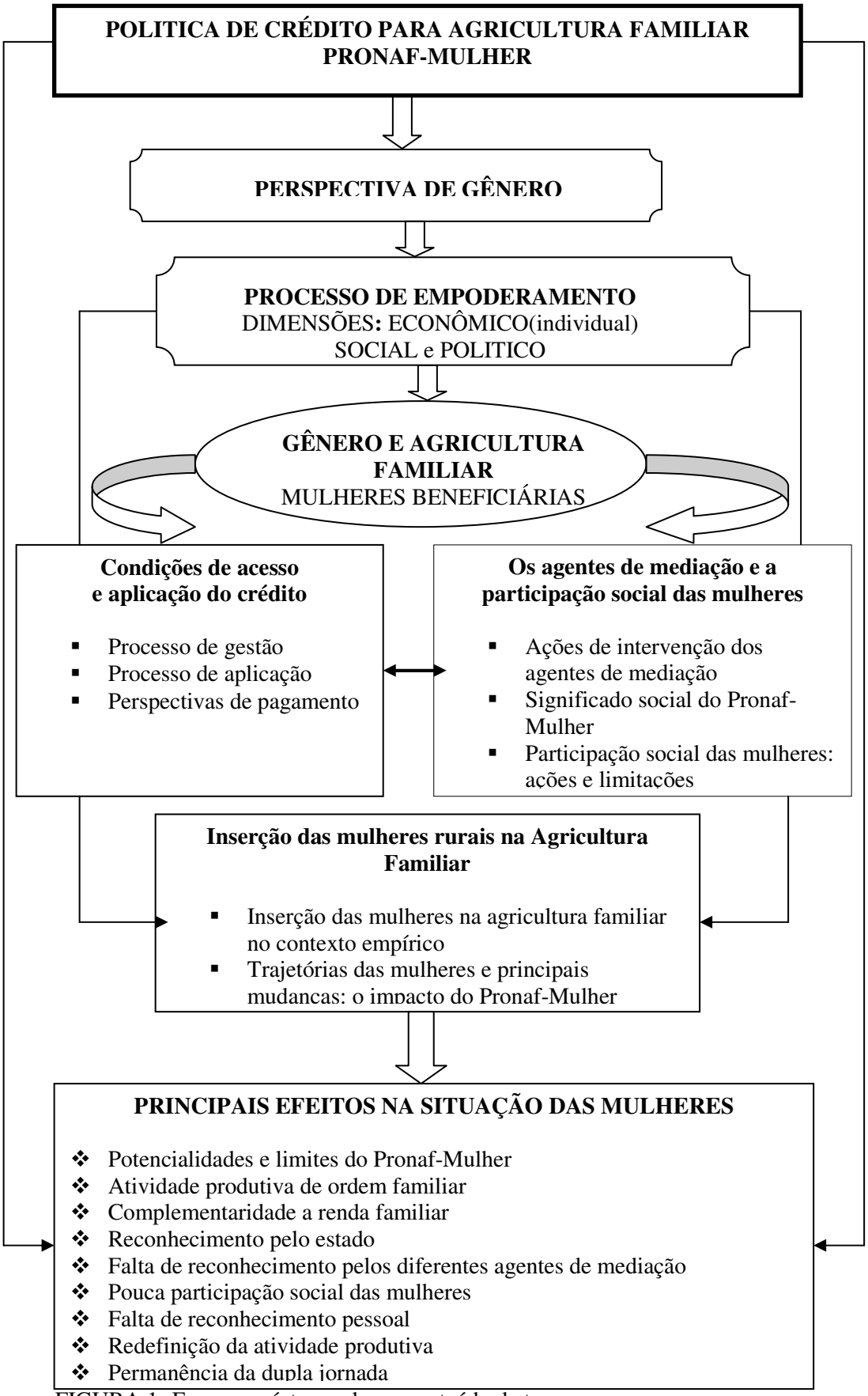

FIGURA 1- Esquema síntese sobre o conteúdo da tese
Fonte: Elaboração da autora.

2 GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O EMPODERAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

O referencial teórico e analítico que orientou o desenvolvimento desta tese centrou-se na abordagem das relações de gênero, com base nos aportes teóricos de Joan Scott[1] sobre o gênero como categoria analítica. Numa postura crítica, procura-se "divisar novos modos de pesquisa que permitem apreender a vida de sujeitos escondidos da história, ou seja, significa levar em conta as diferenças entre homens e mulheres, e não ignorar que os atores sociais se compõem de ambos sexos" (BRUSCHINI, 1992, p. 292). Implica também considerar que os papéis de homens e mulheres são diferentes, segundo o contexto socioeconômico, condições históricas e políticas, assim como padrões culturais e religiosos nos quais eles estão inseridos. Neste sentido, a questão de gênero significa não apenas assumir teoricamente este conceito, mas também adotá-lo como categoria analítica.

Conforme Deere e León (2002, p. 52), alcançar a igualdade entre homens e mulheres requer uma transformação no acesso tanto aos bens (crédito, terra, entre outros) quanto ao poder. Esta transformação depende de um processo de empoderamento da mulher que, por sua vez, tem um efeito na transformação das relações de gênero e, portanto, é uma precondição para a obtenção dessa igualdade.

O crédito rural, como instrumento das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e seu efeito na situação das mulheres rurais constitui um eixo de análise para as relações de gênero, considerando a noção de empoderamento, como estratégia de desenvolvimento. Esta estratégia não necessariamente se traduz num crescimento econômico, mas num processo mais abrangente e multidimensional, no qual diversos agentes sociais têm um papel chave, tal é o caso dos mediadores como possíveis agentes mobilizadores de mudanças sociais.

Portanto, neste capítulo consideram-se alguns pressupostos teóricos que permitem entender a abordagem de gênero como categoria analítica. A partir desta consideração fundamenta-se a incorporação de gênero nas agendas das políticas públicas e a dimensão de empoderamento como estratégia de desenvolvimento humano (NUSSBAUM, 2000; SEN, 1999), considerando as suas diversas dimensões: econômico, social e político (BATLIWALA, 1997; HOFMANN; MARIUS-GNANOU, 2004; MAYOUX, 1998).

---

[1] Joan Scott é historiadora feminista, cuja obra original "Gender: a Useful Category of Historical Analysis", traduzido ao português como "*Gênero: Uma categoria útil de análise histórica"*, constitui um trabalho clássico e referencial nos estudos de gênero.

2.1 Relações de gênero: do determinismo biológico ao gênero como categoria analítica

Nesta sessão colocam-se, de forma sucinta, as principais correntes teóricas sobre as questões de gênero, tentando-se recuperar alguns estudos que defendem a postura do determinismo biológico e aqueles que enfatizam a noção de gênero como uma construção social e categoria relacional.

Assim, um dos aportes das ciências humanas é a questão de gênero, que apresenta diferentes abordagens[2], elas perpassam por diversas perspectivas que explicam as relações de gênero. Assim "enquanto algumas negam o potencial das ciências biológicas para explicar os arranjos sociais, outras reinterpretam estudos da biologia sobre diferenças sexuais, admitindo que estes possam explicar comportamentos humanos e, consequentemente, as desigualdades sociais" (CITELI, 2001, p. 131).

Desta forma, "gênero" é entendido como a criação das diferenças biológicas que opõem homem-mulher, mantendo essas categorias como dicotômicas. Esta postura, que dominou até a década de 1970, parte da idéia de que a partir da diferença biológica entre os sexos se explicava a subordinação feminina em termos "naturais' e até "inevitáveis". Assim, por um lado, a interpretação sobre a origem da opressão da mulher centrava-se na maternidade, e por outro, as diferenças anatômicas eram utilizadas para explicar os comportamentos próprios de cada sexo (CITELI, 2001; NICHOLSON, 2000).

De acordo com Citeli (2001), os adeptos do determinismo biológico procuram explicar que a posição ocupada por diferentes grupos nas sociedades, comportamentos, habilidades, capacidades, padrões cognitivos e a sexualidade, resultam da constituição biológica. Neste sentido, como mostra Nicholson (2000, p.12), a "relação entre o corpo, a personalidade e o

[2] De acordo com Scott (1995), para os/as historiadores/as feministas as abordagens de gênero são resumidas a três posições teóricas: A primeira empenha-se em explicar as origens do patriarcado. Estas posturas têm dirigido sua atenção à subordinação das mulheres, encontrando esta subordinação como uma necessidade masculina de dominar as mulheres. A história do patriarcado no plano mundial esteve marcada por algumas mudanças ao longo do século XX, caracterizadas por quatro correntes ideológicas que se posicionaram com maior ou menor força contra do patriarcado: 1) o movimento feminista, 2) o movimento trabalhista socialista, 3) O liberalismo secularizado (de proveniência principalmente cristão-protestante ou judaica), 4) os nacionalistas desenvolvimentistas (THERBORN, 2006). A segunda parte de uma tradição marxista, que propõe tanto soluções ao conceito de sistemas duais (ou seja, afirma a existência dos domínios separados, mas em interação com o capitalismo e o patriarcado), quanto uma análise baseada em discussões marxistas ortodoxas sobre os modos de produção, a explicação das origens e das transformações dos sistemas de gênero desligada da divisão sexual do trabalho. A terceira é dividida entre o pós estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto (*object-relation theories*) e inspira-se nas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

comportamento coexistem com os aspectos biológicos", o que possibilita a algumas teóricas feministas rejeitá-lo, já que não há aspectos comuns emanados da biologia.

Os estudos de gênero fortalecem a perspectiva de fundamentar as diferenças entre homens e mulheres, rejeitando a idéia de uma explicação natural por aspectos culturais, sociais e econômicos. Neste sentido, nas duas últimas décadas, estes estudos "criaram um paradigma metodológico no que tange à ruptura com o sexo biológico e com a dessubstancialização das categorias naturalizadas de homens e mulheres e apontaram a primazia da diferenciação sobre as diferenças construídas socialmente" (MACHADO, 1998, p.116), por diversas razões:

> Em primeiro lugar porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. Em terceiro lugar, porque se está diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social (MACHADO, 1998, p.109).

2.1.1 As desigualdades de gênero a partir dos sistemas econômicos (Marxismo)

Os problemas da opressão das mulheres e das condições de sua libertação não são temas explícitos nas obras[3] dos autores clássicos, como Marx e Engels, mas aparecem ocasionalmente quando eles tratam de temas como a divisão social do trabalho, a crítica à família burguesa e o exame do processo de produção e do trabalho (ALAMBERT, 1986). Sobre a questão feminina, seus principais discípulos[4] desenvolveram algumas idéias básicas a partir deles, as quais constituem a base para as principais críticas das feministas marxistas.[5]

Para Marx, em sua obra *A sagrada família,* fica claro que "a condição da Mulher é uma questão social". Na idéia de Marx e Engels, "historicamente, para cada tipo de sociedade

---

[3] *A Sagrada Família*, escrito e 1844; a *Ideologia Alemã*, de 1845-46; e o *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848.

[4] August Bebel, Clara Zetkin, Lennin, e Alexandra Kollontai.

[5] Entre estas feministas críticas estão Simone de Beauvoir, através de sua obra *O Segundo Sexo,* publicado em 1949. Para ela, os marxistas clássicos sempre negaram a especificidade da luta das mulheres, já que atribuem a causa fundamental de sua opressão e exploração à propriedade privada dos meios de produção. Segundo esta autora, a burguesia manteve e acentuou a opressão da mulher, mas nunca foi a responsável dessa opressão. Portanto, com sua frase "Não se nasce, mas torna-se mulher", ela concebia a "emancipação das mulheres a partir da denegação da identidade sexual em nome de uma identidade universal" (ALAMBERT, 1986).

corresponde um determinado tipo de família, que se modifica na forma, nas relações internas, nas funções e objetivos, com as modificações que ocorrem nos modos de produção" (ALAMBERT, 1986, p. 20). Já Engels, referindo-se à situação específica da opressão da mulher, em sua obra *A origem da Família a Propriedade Privada e do Estado*, publicada em 1884, afirmava que a origem da opressão sexual das mulheres se devia à aparição da propriedade privada e ao surgimento da sociedade de classes. Neste sentido, a opressão das mulheres não é "natural" e sempre existiu, mas tem causas materiais bem determinadas, prevendo-se que, com o socialismo, esta opressão seria extinta (ENGELS, 2001).

No entanto, como mostra Trotsky em seu texto apresentado em Moscou (1925), a previsão de Engels não ocorreria, porque em "qualquer estrutura social, inclusive na socialista, só se pode modificar a situação da mulher desde a raiz, alterando todas as condições sociais, familiares e domésticas" [6]

No tocante à questão da divisão sexual do trabalho, as idéias de Marx e Engels permitem entender que a historicidade das relações sociais está fundada na família, como um fenômeno social, e que a divisão social do trabalho gera uma forma de divisão sexual entre as funções femininas e masculinas. De fato, Engels apontava que "A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos". Neste sentido, a opressão da mulher é uma condição histórica e ao fazer uma analogia com a estrutura de classe, afirmava que "na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário" (ENGELS, 2001, p.81). Deste modo, a emancipação da mulher e sua igualdade de condição com o homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela continuar excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho privado doméstico.

Na verdade, a inserção das mulheres no mundo de trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos caracterizados pela inferioridade hierárquica, salários menores e por atividades de acordo a suas capacidades "inatas", estabelecendo para elas a dupla e às vezes tripla jornada de trabalho. De fato, Hartmann (1976)[7] citado por Brumer (1988), coloca que o capitalismo pode ser responsável pela hierarquização das tarefas desempenhadas por homens e por mulheres, atribuindo aos homens posições mais elevadas e às mulheres posições inferiores. Segundo Brumer (1988), os estudos relacionados com a situação da mulher na força de trabalho, em diversos países,

---

[6] Esta citação corresponde ao fragmento extraído do artigo "*Para construir o socialismo é preciso emancipar a mulher e proteger a mãe"*, publicado no jornal Pravda, em dezembro de 1925. Tomado de Cadernos desafio N.1. A mulher e a família. Textos de Vladimir Lenin, Clara Zetkin, Leon Trotsky, Karl Marx e Frederich Engels. São Paulo: Editora Desafio, 1994.

[7] HARTMANN, H. Capitalism, patriarchy and job segregation by sex. Signs: *Journal of Women in Culture and Society*, 1 (3):137-169, Spring 1976.

independentemente do modo de produção e grau de desenvolvimento, mostram elementos comuns a todas elas, no que diz respeito à estratificação por sexo na "invisibilidade" de determinadas tarefas realizadas por mulheres, como no caso das tarefas domésticas.

Neste contexto, de acordo com Scott (1995), uma das primeiras categorias construídas pelo marxismo sobre a opressão da mulher é "mulher e trabalho", que considera a subordinação da mulher numa estrutura de relações de poder delimitadas pelo sexo, onde a mulher tem uma posição de desigualdade em relação ao homem, na família e na sociedade em geral, através do trabalho.

Para o feminismo marxista, as relações de trabalho entre homens e mulheres são relações de produção desiguais, nas quais as mulheres realizam determinadas atividades (domésticas, produtivas e reprodutivas) em troca de sua manutenção, uma vez que se encontram excluídas do sistema de patrimônio (COLLING, 2004). As relações entre homens e mulheres, que se materializam no trabalho doméstico, na reprodução e na sexualidade, são relações sociais desiguais, a partir das quais surgem tensões, enfrentamentos e conflitos.

Conforme Scott (1995), as relações da opressão sexual faziam parte da divisão social do trabalho, e conforme o avanço do sistema capitalista, deu-se a separação da esfera pública (da economia e da política, para os homens) e da esfera privada (da reprodução, para as mulheres). Esta autora salienta que a divisão sexual não se expressa apenas pela divisão social do trabalho entre homens e mulheres nos setores produtivo e reprodutivo, mas também, nas normas que regulam esses dois âmbitos, nas representações do feminino e do masculino associados ao reconhecimento social (desigual) de homens e mulheres que deriva dessa relação, assim como nas relações de poder. Incide também nos valores e expectativas das pessoas conforme o seu sexo, que são assumidas como naturais; porém as relações de produção e de reprodução social constituem espaços de construção social.

De fato, a visão dicotômica entre as esferas pública e privada tem sido questionada pela teoria feminista, pois está centrada, sobretudo, na idéia de reduzir o espaço público ao mundo da política e das atividades produtivas, assim como o espaço privado às atividades reprodutivas da família e das relações pessoais. Isto, evidentemente restringe o papel das mulheres no espaço privado. Assim, os principais desafios para o feminismo marxista estão centrados "no reconhecimento do nexo dialético entre o social e o privado, econômico e o cultural, material e o psicológico, entre as relações de produção e as relações interpessoais"(ALAMBERT, 1986, p. 121).

Dentre os avanços marxistas sobre a questão teórica feminina, Alambert (1986) retoma a tese de Godelier (1980)[8], de que o domínio masculino e a segregação das mulheres são contradições mais velhas do que as das classes, para argumentar que historicamente a mulher já se encontrava numa situação de inferioridade, considerando o plano econômico, político e simbólico[9]. Portanto, o domínio do homem e a subordinação da mulher não se baseiam unicamente em diferenças biológicas, mas também, nas relações sociais. É através dessas relações que a diferença biológica aparece como diferença humana. "Esta configuração social da diferença e da contradição homem-mulher adquiriu uma relativa autonomia e se reproduziu durante tanto tempo em circunstancias tão diversas, que aparece como dado "natural" (ALAMBERT, 1986, p. 119).

Em torno às posturas marxistas, com os avanços dos estudos de gênero, destacam-se alguns aspetos que lhes são complementares, mas que também apresentam algumas críticas a elas. Entre estes estão, por um lado, a rejeição do essencialismo, que sustentava que "as exigências da reprodução biológica determinam a divisão sexual do trabalho sob o capitalismo"; e, por outro lado, "o reconhecimento de que os sistemas econômicos não determinam diretamente as relações de gênero e que na verdade a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e ainda subsiste no socialismo" (SCOTT, 1995, p.79).

Outra crítica ao pensamento marxista deriva de sua ênfase excessiva nas estruturas da produção, em detrimento da agência e consciência dos atores sociais. Neste sentido, a opressão das mulheres se reduz ao modo abstrato de produção, ou seja, não existe um reconhecimento de que os homens usualmente são beneficiados a partir da opressão das mulheres, que se manifesta tanto no âmbito privado quanto no âmbito público (KABEER, 1998).

Ainda que, entre as feministas marxistas, existam divergências sobre as condições de desigualdade entre homens e mulheres, elas compartilham a idéia inicial sobre a acumulação de capital, como uma forma de desenvolvimento desigual e com conflitos sociais. Conforme Bicalho (1998), consideram-se alguns aspectos que fundamentam este fato:

a) o mundo moderno leva as mulheres para o espaço público, mas discrimina seu trabalho no espaço privado;

---

[8] GODELIER, M. As relações homem/mulher e o problema de dominação masculina. Rev. Civilização Brasileira. Nº26-Mulher Hoje- Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

[9] No plano econômico, as mulheres estão excluídas do sistema de propriedade. No nível da divisão do trabalho, as mulheres estão reservadas às tarefas de colheita, caça e cuidado dos pequenos animais. Além disso, elas são, universalmente, responsáveis pela unidade doméstica. No plano político, tanto nas relações políticas quanto nos espaços de governo, a ordem social é eminentemente masculina. No plano simbólico, algumas práticas simbólicas são em geral do domínio masculino, as mulheres são excluídas, inclusive de determinados tipos de conhecimento (GODELIER,1980 *apud* ALAMBERT, 1986).

b) ao proporcionar a participação feminina no mundo do trabalho, a mulher duplica sua jornada de trabalho e continua oprimida no espaço privado e doméstico;
c) não se reconhece a maternidade e o trabalho doméstico como funções sociais;
d) tanto a família como a economia de mercado apropriam-se do trabalho da mulher;
e) a dominação e a subordinação nas relações de gênero são características do capitalismo;
f) a condição de classe social agrava a situação de desigualdade nas relações de gênero, mas não explica por si só esta desigualdade.

Segundo Scott (1995, p. 80), a vantagem da abordagem marxista é que "ela evita divergências agudas de posição; sua desvantagem é que ela deixa intacta uma teoria plenamente articulada, que remete às relações entre os sexos e às relações de produção". Assim, para esta autora, as características de gênero são produto da cultura, enquanto, na abordagem marxista, são decorrência das condições históricas e econômicas da sociedade.

2.1.2 Gênero como produto da construção social e sua emergência como categoria analítica

Na década de 1970, as mulheres feministas, nas Academias da Europa e Estados Unidos, introduziram a categoria de gênero na explicação das relações entre homens e mulheres, como construções socioculturais, negando a desigualdade de papéis sociais como "naturais" (BICALHO, 1998; BOCK, 2006). Esta categoria mostrou que a opressão das mulheres não está no fato biológico, e sim no fato sobre o qual é construído o sistema de significados. Assim, o lugar da mulher na sociedade não é produto das coisas que faz, senão no significado que adquirem suas atividades através da interação social (ROSALDO, 1980[10] *apud* RAMIREZ, 2006, p.36). Nesse sentido, a categoria de gênero "remete a todas as formas de construção social, cultural e lingüística implicadas com processos que diferenciam mulheres dos homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade" (MEYER, 2004, p. 15).

[10] ROSALDO, M. Z. The **Uses and abuses of Antropology**: reflections of Feminism and Cross-Cultural Understanding, signs 5, spring, 1980.

De acordo com Scott (1995), a construção de gênero como categoria analítica implica dois níveis que estão inter-relacionados, mas analiticamente diferenciados:

1) O gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças perceptíveis entre os sexos.
2) O gênero como forma primária de representar as relações de poder. As mudanças na organização das relações correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional.

No primeiro caso, Scott destaca quatro elementos principais sobre este conceito, os quais estão inter-relacionados, mas não operam simultaneamente:

a) Os símbolos: culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (com freqüência contraditórias).
b) Os conceitos normativos*:* que expressam interpretações dos significados e dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Estes conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas; e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino.
c) A concepção da política como uma referência às instituições e às organizações sociais: o sistema de parentesco, a família, o mercado de trabalho (segregado por sexo), as instituições educativas e o sistema político.
d) A identidade subjetiva: baseada em análises das identidades ou análises individuais com base nas biografias, mas também em tratamentos coletivos na construção das identidades genéricas em grupos.

No contexto institucional (a Família ou o Estado), as relações de gênero são os aspectos das relações sociais que criam e reproduzem diferenças na posição social entre mulheres e homens, em relação a processos e resultados institucionais. Ainda que essas instituições possam funcionar com suas diferentes ideologias e seus próprios procedimentos, elas compartilham certas normas e pressupostos comuns, que levam a criar e reforçar as desigualdades sociais. Portanto, “as relações de gênero estão entretecidas num contexto mais amplo das relações sociais que estruturam a divisão dos recursos, as responsabilidades, as exigências e as obrigações entre grupos sociais numa sociedade determinada” (KABEER, 1998, p.289).

As relações de gênero remetem, pois, a espaços primários das relações familiares e implicam na construção de uma subjetividade sexuada e de identidade de gênero. Decorre daí a importância das análises que têm por objeto as práticas sociais e as instituições, onde as relações de gênero se constroem. Essas relações implicam não apenas em diferenças, e assimetrias, mas também em hierarquias; são relações de poder que fazem parte dos mecanismos de constituição dos poderes nas sociedades (SOUZA-LOBO, 1991).

De acordo com Meyer (2004), na visão pós-estruturalista, o uso do gênero como ferramenta teórica e política é redimensionado, de modo a abranger cinco pontos:

1. Assumir que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens são social, cultural e discursivamente construídas e não biologicamente determinadas;
2. Deslocar o foco de atenção da mulher dominada em si para a relação de poder em que tais diferenças e desigualdades são produzidas, vividas e legitimadas;
3. Explorar o caráter relacional do conceito e considerar que as análises e intervenções empreendidas neste campo de estudos devem considerar as relações de poder e as muitas formas sociais e culturais que, de forma interdependente e inter-relacionada, educam homens e mulheres como "sujeitos de gênero";
4. "Rachar" a homogeneidade, a essencialização e a universalidade contidas nos termos mulher, homem, dominação masculina e subordinação feminina e, com isso, tornar visíveis os mecanismos e estratégias de poder que instituem e legitimam estas noções;
5. Explorar a pluralidade, a conflitualidade e a provisoriedade dos processos que delimitam possibilidades de se definir e viver o gênero em cada sociedade.

A mesma autora considera que o uso de gênero, como conceito, traz implícita a idéia de que as análises e as intervenções empreendidas devem levar em conta as relações de poder entre as mulheres e os homens e as diversas formas sociais e culturais que os constituem como "sujeitos de gênero". Isso significa, portanto, analisar os processos, as estratégias, os saberes e as práticas sociais e culturais que educam indivíduos como mulheres e homens. Por outro lado, a autora acrescenta que essa abordagem de gênero:

> Implica considerar que as instituições sociais, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis, as doutrinas e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino, ao mesmo tempo em que estão centralmente implicadas com sua produção, manutenção ou resignificação (MEYER, 2004, p.16).

Então, esta abordagem reforça os elementos destacados por Scott (1995) e permite discernir, no contexto de políticas públicas, quais e em que situações existem determinadas representações sobre o significado de ser mulher ou homem. Ao mesmo tempo, possibilita identificar quais são as posições de sujeito, que a linguagem das políticas e dos programas de desenvolvimento estão produzindo e legitimando para as mulheres e os homens.

Estas situações são evidenciadas em diversos contextos, tais como a família, a escola, a igreja, as empresas onde ocorre o trabalho de homens e mulheres, o Estado e a sociedade em geral. Bourdieu (2005), na sua obra *"A dominação masculina"*, destaca o papel das instituições (Família, Igreja, Escola e o Estado) como principais reprodutoras das desigualdades de gênero, as quais, através da moral, das normas, regras e valores representam simbolicamente a feminilidade e a masculinidade.

> É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, ela inculca explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. A escola continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança). Ela é, ao mesmo tempo, um dos princípios mais decisivos da mudança nas relações entre os sexos, devido às contradições que nela ocorrem e às que ela própria introduz. Finalmente o papel do Estado, que veio ratificar e reforçar as prescrições e as proscrições do patriarcado privado com as de um *patriarcado público*, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica (BOURDIEU, 2005, p.105).

O mesmo autor argumenta que a sociedade possui uma estrutura objetiva, mas também é constituída por representações, vontades e ações, portanto há uma relação estreita entre as estruturas sociais (*campos*) e as estruturas simbólicas (*habitus*). Neste sentido, ele aponta que existe na sociedade uma permanência das estruturas simbólicas a partir das quais são construídas as representações sobre a divisão sexual do trabalho. Ele acrescenta que uma das possibilidades de produzirem-se mudanças reais na situação das mulheres na nossa sociedade é a integração das lutas feministas com as lutas políticas mais amplas. A mobilização política

"abriria às mulheres possibilidades de uma ação coletiva de resistência, orientada no sentido de reformas jurídicas e políticas" (BOURDIEU, 2005).

Esta mesma idéia levou durante muito tempo os partidos de esquerda a considerarem as questões de gênero como irrelevantes e a privilegiarem a luta de classes com a idéia de que, com o domínio do proletariado, obter-se-ia a igualdade de gênero.

2.2 Construindo vínculos entre gênero e desenvolvimento: gênero na agenda das políticas públicas

A teoria da modernização foi desenvolvida a partir do modelo de crescimento econômico; sua ênfase está centrada no indivíduo e o progresso é medido pelo avanço tecnológico e pelo aumento de renda econômica. A partir da década de 1950, esta teoria tem influenciado o modelo de desenvolvimento em vigor no Brasil e em outras partes do mundo. Ela foi consolidando-se ao longo dos anos de 1960 com a proposta de Rostow, a partir de sua obra "*The Stages of economic Growth*",[11]publicada em 1953, na qual ele aponta as fases necessárias para se alcançar o desenvolvimento, centrando-se no crescimento econômico, com base na modernização tecnológica.

Nesta lógica, a teoria da modernização pressupunha o desenvolvimento como um processo linear e ascendente, onde uma parte da sociedade ficaria na primeira fase "*tradicional atrasada"* e outra parte faria parte do setor *"moderno e racional"*. Acreditava-se que os efeitos do modelo de crescimento econômico permeasse, inclusive, os setores mais pobres da sociedade. Neste sentido, a mão de obra constituía-se em força de trabalho como base do capital humano.

Considerava-se que o desenvolvimento de um país e seu progresso, durante um período de tempo específico, dependeria das seguintes esferas: a) produção de bens e serviços; b) melhoria do nível de vida dos habitantes; e c) mudanças na capacidade econômica de fornecer bens necessários e serviços no futuro (ONU, 1971[12] *apud* BRUMER, 1980). Isto significava aumentar os insumos de todos os setores da economia e melhorar a qualidade de vida de grandes massas da população, a partir da redução da pobreza, do desemprego e da

[11] Neste livro o autor descreve as etapas consecutivas pelas quais a sociedade teria que passar para se desenvolver. Na primeira fase, a sociedade é tradicional e, na medida em que vai sendo complexa passa automaticamente à segunda fase. Nesta fase são criadas as precondições para se desenvolverem a educação, os serviços, o transporte, as organizações complexas, etc. Na terceira etapa, quando as condições estão prontas, apresentam-se mudanças para entrar na ultima fase, na qual a sociedade tem os avanços tecnológicos que permitirão sua maturidade e, finalmente, na quinta fase, a sociedade teria a capacidade econômica para ter acesso ao consumo massivo (ROSTOW, 1974).

[12] UNITED NATIONS. World Economic Survey, 1969-1970. New York, 1971.

desigualdade econômica (BRUMER, 1980). Porém, no final dos anos 1970, em muitos países, o crescimento da renda *per capita* foi acompanhado do aumento da população pobre e por problemas crescentes de desemprego; com isto, a distribuição de renda tornou-se ainda mais desigual (KABEER, 2006; STREETEN, 1997). Estes problemas foram acentuados com a crise econômica dos anos 1970 e 1980[13], de forma que foram impostas, pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)[14], políticas de ajuste estrutural de corte neoliberal, orientadas principalmente ao mercado, que tem repercutido, sobretudo, nos setores mais pobres da população do meio rural.

A modernização implicava na transformação "total" das sociedades pré-modernas, nas instituições, nos padrões culturais e de comportamento que promoviam (KABEER, 1998). Assim, esta autora argumenta que:

> A lógica do pensamento econômico liberal sempre tem jogado um papel central nos estudos do desenvolvimento e na formulação das políticas públicas. Em geral, os modelos liberais de crescimento econômico com orientação ao mercado têm estabelecido amplos parâmetros para o planejamento do desenvolvimento e têm sido um marco importante para ações das diversas instituições: o Estado, o Mercado, as Agências Internacionais e as Organizações não Governamentais (KABEER, 1998, p.35 tradução livre).

De fato, a questão de gênero não era considerada nas estratégias de desenvolvimento orientado ao crescimento econômico, pois foi apenas nos anos 1970 que ocorreu certa preocupação com as condições de necessidades básicas, a produtividade rural e as atividades no setor informal, na qual foi incluído o papel da mulher no contexto do desenvolvimento, sobretudo com os aportes de Boserup (1970),[15] que argumentava que as mulheres são atores econômicos, mas que em termos de políticas públicas estão sujeitas aos programas que se

[13] Esta crise caracterizou-se, na América Latina, pelo choque do petróleo em 1972, pela estagnação, altas taxas de inflação e dívida externa. Perante esta preocupação foi elaborado o Consenso de Washington, em 1989, destacando nele dez reformas necessárias para "sair da crise": 1) disciplina fiscal, 2) mudança nas prioridades para despesas públicas, 3) reforma tributária, 4) liberalização do sistema financeiro, 5) taxa de câmbio competitiva, 6) liberalização comercial, 7) liberalização da entrada de investimento direto, 8) privatização de empresas estatais, 9) desregulamentação e 10) direitos de propriedade assegurados (WILLIAMSON, 1993).

[14] O Banco Mundial começou a apoiar programas de ajuste estrutural a partir de 1979, porém, foi em 1996 que este organismo instalou o "Grupo Consultivo Externo para Gênero", como resposta à campanha "Mulheres de Olho no Banco Mundial", lançada durante a IV Conferencia Internacional sobre "Mulher, Desenvolvimento e Paz" realizada em Beijing no ano de 1995. No que diz respeito ao FMI, as questões de gênero não foram incorporadas em nenhuma instância, bem como não há possibilidades de interlocução entre este organismo e a sociedade civil dos países onde atua (FRANCH, et al. 2003).

[15] Na década de 1970, a partir de uma série de conferências sobre a Mulher, das Nações Unidas, que começou com "o ano internacional da mulher" em 1975, a mulher foi incluída nos planos de desenvolvimento, considerando os aportes teóricos de Esther Boserup. Esta autora realizou um dos primeiros trabalhos relevantes no âmbito mundial sobre a participação econômica das mulheres na produção agrícola, destacando seu papel no processo de desenvolvimento.

fundamentam no enfoque de bem-estar[16] social (KABEER, 2006). As políticas desenhadas a partir deste enfoque, têm se orientado a satisfazer as necessidades básicas de grupos vulneráveis (as mulheres) em condições de pobreza, considerando a "socialização dos papéis sexuais" (KABEER, 1998, p.41).

Em torno dessa idéia foram desenvolvidos os enfoques teóricos de Mulher em Desenvolvimento (MED) e Gênero em Desenvolvimento (GED), que tem sido os principais eixos de discussão das agências internacionais, organizações não governamentais (ONGs), instituições acadêmicas e inclusive a pauta para a formulação das políticas públicas com perspectiva de gênero.

O enfoque teórico "Mulheres em Desenvolvimento" (MED) diz respeito à necessidade de maiores oportunidades para as mulheres na educação e capacitação, o que facilitaria seu acesso ao setor moderno da economia e ao desenvolvimento econômico. Ela tem três vertentes: 1) a *eqüidade*, cujo fim é a redução da desigualdade entre homens e mulheres, tanto na esfera privada quanto na produtiva. Esta vertente reconhece o triplo papel das mulheres[17] e considera-as como participantes ativas do processo de desenvolvimento. Portanto, a idéia de incorporar as mulheres na lógica do mercado constitui um aspecto prioritário para o desenvolvimento; 2) a a*nti-pobreza* diz respeito à satisfação de necessidades básicas (através de projetos com geração de renda, centrados nas atividades domésticas), principalmente para as mulheres pobres dos países subdesenvolvidos, pois se argumenta que o problema da desigualdade entre homens e mulheres está ligado à situação de pobreza e não aos problemas de subordinação; 3) a *eficiência*, que tem como fim o aumento da eficiência da mão-de-obra feminina como recurso para o processo de desenvolvimento econômico (KABEER, 1998; MACHADO, 1999; MOSER, 1991).

A partir da década de 1970, essas diferentes vertentes ou perspectivas têm tido maior auge conforme a concepção das mulheres nas discussões do desenvolvimento (Apêndice F). Porém, essas perspectivas não necessariamente são excludentes, inclusive muitas delas ainda prevalecem na intervenção de diversas instituições através do desenho e ações das políticas, projeto e programas dirigidas às mulheres.

---

[16]Esse enfoque considera três supostos: 1) que as mulheres são receptoras passivas, mais do que participantes ativas, no processo do desenvolvimento; 2) que a maternidade é o papel mais importante das mulheres na sociedade; e 3) que a criação e a socialização dos filhos é o mais importante. A política enfocada ao *Bem-estar* originou-se na década de 1950, mas teve um auge importante na década de 1970, ao se implementar programas orientados para a planificação familiar, mostrando que este enfoque está mais centrado na concepção familiar, considerando o papel da mulher basicamente no âmbito reprodutivo (MOSER, 1991, p.58).

[17] O triplo papel das mulheres faz referência às diferentes atividades remuneradas e não remuneradas que elas desenvolvem no âmbito produtivo, reprodutivo e comunitário (HEREDIA, 1987; MOSER, 1991).

Para a constituição do enfoque MED, diferentes atores sociais (pesquisadores, responsáveis pelo desenho de políticas públicas e agências internacionais) têm contribuído com diversos interesses (KABEER, 1998). Apesar disso, este enfoque foi amplamente criticado, sendo que a principal crítica fundamentou-se no fato de que essa postura teórica aborda as mulheres sem considerar a situação feminina como produto de relações sociais de gênero. Portanto, deixa de colocar em debate as relações de poder, conflitos sociais e as relações de gênero para entender a situação de subordinação das mulheres (KABEER, 1998; MOSER, 1991; SCOTT, 1995).

Neste contexto, na década de 1990, surge a perspectiva de Gênero em Desenvolvimento (GED), que parte da premissa de que as mulheres têm sido excluídas do processo de desenvolvimento, portanto argumenta-se a necessidade de alcançar a igualdade legal, política e social para as mulheres através de sua incorporação no desenho de políticas públicas que incidam nos interesses práticos e estratégicos[18] para melhorar sua posição (desigualdade) na relação com os homens e permitir seu empoderamento (DEERE; LEÓN, 2002; MOSER, 1991; NAZAR; ZAPATA, 2000). A postura de GED vai além da perspectiva MED pelo fato de não interpretar a situação das mulheres de forma isolada, enfatizar a subordinação das mulheres com relação aos homens, questionar os supostos das estruturas e instituições sociais, culturais, políticas e econômicas e, considerar as relações como socialmente construídas, mutáveis no tempo e espaço.

Estes pontos vêm sendo considerados a partir de diversos encontros internacionais[19], entre os quais se destaca a Quarta Conferência Mundial de Beijing, em 1995[20], onde, de fato,

---

[18] Os interesses práticos estão relacionados com as condições de vida das mulheres (alimentação, saúde, educação); os interesses estratégicos têm a ver com o processo de transformação da desigualdade através da participação, tomada de decisões, e assim por diante (MOSER, 1991; MOLINEUX, 1985 *apud* KABEER, 1998).

[19] Estes encontros e o ciclo de conferências da década de 1990 deram visibilidade à grande mobilização da sociedade civil, e têm sido fundamentais na ordem social. Neste período destacaram-se duas conferências ligadas à questão das mulheres: a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento- Cairo (1994) e a Conferência Mundial da Mulher-Beijing (1995). O Brasil assinou vários instrumentos de caráter internacional e regional (América Latina e Caribe) patrocinados pela ONU, entre as quais se destacam: a) Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher (1979); b) Declaração e Programa de Ação de Viena (1993); c) Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994); d) Declaração de Beijing, adotada pela IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (1995) e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (promulgado pelo Brasil em 2002); d) Convenção Americana sobre Direitos Humanos-Pacto de San José da Costa Rica (1969); e) Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará (1994) (BRASIL/SEPM, 2004, p. 33).

[20] Nesta conferência, foram aprovadas a declaração e a plataforma de ação de Beijing, com o objetivo de promover a igualdade, o desenvolvimento e a paz para todas as mulheres do mundo, criando as condições e os mecanismos institucionais para o desenvolvimento da mulher na sociedade. Também assume o compromisso de realizar tarefas dirigidas para reconhecer e apoiar a participação das mulheres na gestão dos recursos naturais e proteção do meio ambiente através de sua ação na tomada de decisões. Assim também se propõe a

foi adotada a "transversalidade de gênero" (*gender mainstreaming*), que significa incluir a perspectiva de gênero na formulação, aplicação e avaliação das políticas públicas, com o intuito de melhorar o status das mulheres em todas as dimensões da sociedade (econômica, social, política e cultural (BANDEIRA; BITTENCOURT, 2005). Esta idéia tem constituído parte do discurso dominante das agências internacionais e instituições governamentais.

Nessa lógica, o foco de gênero orienta-se na construção social das relações entre homens e mulheres, que tem papéis diferentes na sociedade. Essas diferenças são construídas por determinantes ideológicos, históricos, religiosos, econômicos e culturais em determinadas sociedades. Assim, o fato de que homens e mulheres tenham papéis diferentes tem considerações especificas e, portanto, repercussões importantes na hora de implementar uma determinada política.

Uma primeira consideração é a estrutura familiar, já que se pressupõe que ela é estruturada de forma nuclear (pai, mãe e filhos/as) quando não necessariamente é assim, pois, com o processo da globalização, têm ocorrido mudanças e certa reestruturação no âmbito familiar[21]. Isto significa pensar a família "não mais como um conjunto homogêneo, mas como uma situação de convivência entre indivíduos de diferentes sexos, que realizam trabalhos produtivos e reprodutivos, compartilhando um projeto de sobrevivência" (MELO et al. 2005, p. 11).

Outra consideração é a divisão sexual do trabalho dentro do lar, no qual se assume o homem como "provedor", envolvido basicamente no trabalho produtivo fora do lar, e a mulher como responsável pelo papel reprodutivo (cuidado das crianças) e das tarefas domésticas. Essas suposições estão fundamentadas no enfoque de *bem-estar* e, evidentemente, conduzem a situações complexas na implementação das políticas públicas.

Assim, por exemplo, segundo Deere e León (2002, p. 42), na lógica de distribuição de renda na unidade familiar existem evidências empíricas que demonstram os seguintes aspectos: a) nem toda a renda gerada pelos membros da família é necessariamente reunida no fundo comum; b) homens e mulheres gastam sua renda de forma diferente; c) a renda reunida no fundo comum não resulta necessariamente em consumo compartilhado ou em partes iguais destinadas ao consumo para todos os membros da família, pois a renda controlada pela mulher

---

integração da perspectiva de gênero nas políticas e avaliações de programas do desenvolvimento sustentável (GARCIA; ABRAMOVAY, 1997; RICO, 1998).

[21] Historicamente têm se distinguido três tipos de família: a) a família patriarcal, atualmente denominada como família indivisa (patrilinear); a família-tronco e a família nuclear (THERBORN, 2006). Nestes três tipos, as funções (sexualidade, procriação e convivência) têm sofrido mudanças e transformações nos arranjos familiares que se refletem nas relações de produção e reprodução social (BATTHYÁNY, 2001).

tem mais probabilidades de contribuir para a garantia da alimentação da família e o bem- estar dos filhos do que a controlada pelo homem.

Nesse sentido, Moser (1991) propõe diferenciar entre necessidades práticas e estratégicas de gênero. Esta diferenciação é importante porque a intervenção do Estado, através das políticas públicas, geralmente responde às necessidades práticas de gênero, que constitui a base das mudanças das políticas para as mulheres dos países do terceiro mundo, nos últimos anos.

2.2.1 Políticas públicas para as mulheres ou políticas com perspectiva de gênero?

Embora não seja o objetivo desta tese aprofundar sobre as questões teóricas das políticas públicas, é importante destacar algumas considerações gerais que permitem entender a lógica de ação de uma determinada política:

> Uma política pública constitui um quadro normativo de ação; ela combina elementos de força pública e elementos de competência *(expertise);* ela tende a constituir uma ordem local. Assim uma política pública constrói um quadro normativo de ação, ela é formada, inicialmente, por um conjunto de medidas concretas, que constituem a substância visível da política. Esta substância pode ser constituída de recursos: financeiros (ex. os créditos atribuídos aos ministérios), intelectuais (a competência que os atores das políticas são capazes de mobilizar), reguladores (o fato de elaborar uma nova regulamentação constitui um recurso novo para os tomadores de decisão) (MULLER; SUREL, 2004, p.9).

Toda política tem diferentes fases na sua planificação: a definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, formulação, implementação e avaliação (FREY, 2000; SOUZA, 2003); e do ponto de vista analítico são considerados os seguintes pontos:

a) percepção e definição de problemas: Como um problema pode ser percebido por diferentes grupos sociais isolados, políticos ou pela administração pública e como os problemas foram definidos.
b) elaboração de programas de decisão: é preciso escolher a mais apropriada entre as várias alternativas de ação. A instância de decisão responsável decide sobre um "programa de compromisso" negociado antecipadamente entre os atores políticos mais relevantes.

c) implementação de políticas. A ação é estipulada na fase precedente à formulação e produz determinados resultados e impactos dos conteúdos da política.
d) avaliação de políticas e eventual correção de ação: Apreciam-se os programas já implementados no tocante a seus impactos efetivos. Trata-se de indagar os déficit de impacto e os efeitos colaterais indesejados, reduzindo conseqüências nas ações de programas futuros. Esta fase é imprescindível para o desenvolvimento e adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública.

Assim, é importante contextualizar que no processo de planificação de políticas públicas, especificamente nos países subdesenvolvidos[22], têm sido identificadas algumas inconsistências pela falta de informação e problemas de interpretação. Segundo Kabeer (1998), a consciência de gênero, nas políticas e na planificação de programas, exige uma análise prévia das relações sociais da produção dentro das instituições pertinentes de Família, Mercado, Estado e Comunidade (estrutura de redes dentro dela), com o objetivo de entender como é que se criam e reproduzem as desigualdades de gênero.

Ainda que essas diferentes instituições possam operar com suas próprias ideologias e procedimentos, elas compartilham certas normas e regras que conduzem à criação e reforço sistemático das desigualdades sociais, através das instituições. De acordo com Kabeer (2006), há diversas formas de desigualdades de gênero que poderiam ter influência mais direta com a idéia do crescimento econômico, como a desigualdade em capacidades humanas básicas, que provocam diferenças no contexto da produtividade do trabalho e a desigualdade no acesso aos recursos.

No contexto brasileiro, as políticas públicas, no geral, são dirigidas às mulheres, mas não necessariamente contemplam a perspectiva de gênero[23]. Nesse sentido, é importante distinguir entre políticas com perspectiva de gênero e políticas para as mulheres. As primeiras se centram nas relações socialmente construídas entre homens e mulheres, que se perpetuam

[22] Tinker (1982) citado por Kabeer (1998) identificou três tipos de erros no processo de planificação: a omissão (não consideravam o papel das mulheres na sociedade tradicional), reforço (projetos que reforçavam e reproduziam os papéis das mulheres nas atividades domésticas e reprodutivas), adição (imposição de valores ocidentais sobre o trabalho das mulheres, alterando os valores e os direitos consuetudinários).

[23] Dos 374 programas do PPA (Plano Plurianual 2004-2007) apenas nove foram os que efetivamente incorporaram a noção de transversalidade de gênero, raça/etnia, geração e orientação sexual. Esses programas são os seguintes: 1) atenção à saúde de populações estratégicas em situações específicas de agravo; 2) combate à violência contra as mulheres; 3) gestão da política de gênero; 4) igualdade de gênero nas relações de trabalho; 5) proteção social ao adulto em situação de vulnerabilidade; 6) atendimento integral à família; 7) avaliação de políticas sociais do governo federal; 8) gestão da política de desenvolvimento agrário; e 9)primeiro emprego (BANDEIRA; BITTENCOURT, 2005).

tanto no plano individual quanto no coletivo. Estas envolvem, não apenas a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção do sujeito e a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também, a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidos nas relações interpessoais que se estabelecem entre homens ou mulheres. As segundas se centram no feminino, reforçando a visão de que a reprodução e a sexualidade explicam as diferenças nas relações sociais de gênero, mas, sem questionar as normas hegemônicas de gênero(BANDEIRA; BITTENCOURT, 2005, p.184).

> As políticas públicas de gênero consideram a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas conseqüências se fazem presente, ao longo da vida, nas relações individuais e coletivas (...). Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Esta centralidade posta na mulher-família reafirma a visão *essencialista* de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero de modos simples e inevitável. Configura-se, portanto, em uma política pública que enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, entre outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família e não necessariamente seu *empoderamento* e autonomia (...). As políticas públicas para as mulheres não são excludentes das políticas de gênero, embora tenham uma perspectiva restrita, pontualizada, de menor abrangência, atendendo a demandas das mulheres, mas sem instaurar uma possibilidade de ruptura com as visões tradicionais do feminino (BANDEIRA; BITTENCOURT, 2005, p.185).

Nesse contexto, mesmo que o Pronaf-Mulher seja proposto como um instrumento capaz de transformar as desigualdades de gênero no contexto rural, promovendo a autonomia econômica e social das mulheres (MDA/NEAD, 2005), existem ainda situações específicas que permitem considerá-lo como uma "política para as mulheres", como por exemplo, sua dependência na situação de inadimplência do marido (em outras linhas de crédito) para poder acessar os recursos e dos técnicos para a elaboração de projetos. Adicionalmente, esses projetos nem sempre são bem elaborados ou estão de acordo com os interesses das mulheres, pois, muitas vezes, eles são impostos sob uma "visão produtivista da agricultura familiar" que facilita as condições financeiras e normativas dos bancos, o que dificulta a participação da mulher, não apenas como beneficiária direta, mas também, na condição de agente no processo (ALVES, 2006, 2007; ROMANO; BUARQUE, 2001).

Nesse sentido, as demandas podem ser satisfeitas, mas não necessariamente têm possibilidades de transformação nas relações de gênero, porque ainda não existem políticas que atinjam as mudanças dessas relações, o que prevalece são políticas focalizadas às mulheres através de projetos e programas que reforçam o papel da mulher e as normas

hegemônicas de gênero. Portanto, as políticas com perspectiva de gênero constituem um grande desafio na construção e formulação das políticas públicas, uma vez que não são neutras e tem impactos diferenciados entre homens e mulheres (BANDEIRA; BITTENCOURT, 2005; MEYER, 2004, MOSER, 1991).

2.3 O empoderamento, como estratégia de desenvolvimento

A perspectiva de empoderamento é a mais recente dentro da perspectiva de GED, e tem constituído a principal referência para as diversas agências de desenvolvimento, sob o argumento de que o empoderamento das mulheres constitui uma estratégia de desenvolvimento (HOFFMAN; MARIUS-GNANOU, 2004). Portanto, este tópico aborda no primeiro momento a noção do desenvolvimento que sustenta tal perspectiva. Na seqüência é desenvolvido este conceito, considerando as diversas dimensões (econômica, social e política) que sustenta uma parte da análise desta tese.

Navarro (2001) destaca que a partir da década de 1950 houve dois momentos[24] em que a noção do desenvolvimento cobrou força na orientação de programas governamentais e nos debates intelectuais, especialmente motivando grupos sociais, interessados nos benefícios das mudanças desta noção. Nesse contexto, a noção do "desenvolvimento" adentrou o campo da política, passando a permear e determinar as disputas sociais, constituindo um dos grandes motores das políticas governamentais e dos interesses sociais.

Nos anos 1990, a proposta do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas do Desenvolvimento (PNUD) centrou-se em dois objetivos para combater as condições de pobreza: a) estratégias de trabalho intensivo para gerar oportunidades de renda aos mais pobres, através da disponibilidade de mão-de-obra; b) inversão social em saúde básica e

[24] Num primeiro período que surge nos anos seguintes à Segunda Guerra, particularmente a partir da década de 1950, estendendo-se até o final dos anos 70. Ao longo desse período, com o impacto do crescimento econômico que materializou um padrão civilizatório dominante – revolucionando o modo de vida e os comportamentos sociais – a possibilidade do desenvolvimento sob a lógica da modernização estimulou iniciativas diferentes em todas as sociedades com efeitos negativos e positivos em diversos setores produtivos. O segundo período foi marcado a partir de meados da década de 1990, até nos anos recentes, neste período o tema de desenvolvimento rural foi tomando diversas discussões (NAVARRO, 2001). Assim o desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local são algumas expressões que estão em discussão, e que junto com o desenvolvimento humano configuram aquilo que poderia constituir um desenvolvimento alternativo (FRIEDMANN, 1996 *apud* ANTUNES, 2003).

educação para melhorar a produtividade de trabalho. E com base aos aportes de Sen (1999), o PNUD propôs o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)[25].

Neste sentido, para o ano 2000, como meta do desenvolvimento do milênio, configuram-se as questões éticas do desenvolvimento, associando pobreza com a idéia de privação, ora de necessidades básicas, ora de recursos necessários para satisfazer essas necessidades. Assim, a discussão centra-se nos aspetos de equidade, liberdade e bem-estar humano. Estes elementos são partes essenciais da proposta de desenvolvimento humano que procura a transformação do processo de trabalho, níveis de vida, apropriação e distribuição para satisfazer as necessidades básicas, considerando o existencial (ser, ter, estar e fazer) e o axiológico (subsistência, afeto, participação, identidade e liberdade) (KABEER, 2006; NAZAR; ZAPATA, 2000, NUSSBAUM, 2002; SEN, 1999).

Essa noção de desenvolvimento refere-se a uma expansão de liberdade, considerada como o fim primordial e o principal meio de desenvolvimento humano, e onde a questão "das liberdades dos indivíduos é considerada como elemento constitutivo" (SEN, 1999, p. 33). Neste sentido, atenta-se particularmente para a expansão das "capacidades" (*capabilities*) das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam com uma ampla decisão, por um lado, essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, o encaminhamento dessa política pode ser influenciado pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo.

Segundo Sen (1999), ter mais liberdade significa melhorar o potencial das pessoas, o que estaria gerando sua "condição de agente"[26], e fazer as coisas é importante por si mesmo, para a liberdade global da pessoa e porque favorece a oportunidade da pessoa ter resultados valiosos. O mesmo autor salienta cinco tipos de liberdade, vistos de uma perspectiva instrumental, derivados dos estudos empíricos, e que são cruciais para o processo de desenvolvimento:

---

[25] Este índice baseia-se em três dimensões: longevidade, educação e renda econômica da população. Desta forma ele combina dados no âmbito de país sobre renda, expectativas de vida ao nascer e taxa de alfabetização (PNUD, 2007).

[26] Condição de agente diz respeito a "uma pessoa que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de avaliarmos ou não, também segundo algum critério externo. Salienta-se o papel da condição de agente do individuo como membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas (interagindo no mercado e envolvendo-se direta ou indiretamente, em atividades individuais ou conjunta na esfera política ou em outras esferas. Isso influencia numerosas questões de política publica, desde questões estratégicas como generalizada tentação dos responsáveis pela política de sintonizar suas decisões de modo a atender os interesses de um público alvo"(SEN, 1999, p. 33).

1) *Liberdades políticas*: referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar escolhas, por exemplo, decidir quem deve governar, além de ter liberdade de expressão e diálogo político;
2) *Facilidades econômicas*: são as oportunidades que as pessoas têm para utilizar os recursos com propósito de consumo, produção ou troca;
3) *Oportunidades sociais*: diz respeito às disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação ou saúde, as quais influenciam a liberdade substantiva do indivíduo viver melhor;
4) *Garantias de transparência*: diz respeito às necessidades de confiança que as pessoas podem estabelecer e esperar no processo de interação social;
5) *Segurança protetora*: ela é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, a esfera desta segurança, inclui disposições e instituições *fixas* (ex. benefícios aos desempregados e a previdência social, etc.).

Cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajudam a promover a capacidade geral de uma pessoa, a política pública visa o aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral. Estes pontos são chaves na *condição de agente* das mulheres, desde que elas possam, por exemplo, auferir uma renda independente, ter possibilidades de emprego, direitos de propriedade, tomada de decisões dentro e fora da família, entre outros aspectos; mas o que todos eles têm em comum é sua contribuição positiva para fortalecer a voz ativa, independência e o ganho de poder. Porém, estes aspetos são acompanhados também das diversas relações (reciprocidade e parentesco) que se estabelecem com os diferentes atores sociais que confluem num determinado espaço social, em contextos específicos.

Esses aspectos tenderiam a produzir um impacto sobre a posição social das mulheres, tanto no grupo doméstico quanto na sociedade; e é neste sentido que a noção do *empoderamento* vem constituindo um eixo de discussão nesta lógica de desenvolvimento.

2.3.1 O empoderamento em ação

A noção de empoderamento *(empowerment*) tem suas raízes nas lutas pelos direitos civis no movimento feminista e na ideologia da "ação social", presentes nas sociedades dos

países desenvolvidos na segunda metade do século XX. Nos anos 1970, este termo foi gradualmente apropriado e descaracterizado pelas agências de desenvolvimento, sofrendo uma despolitização ao ser enfatizado como uma dimensão instrumental e metodológica (ANTUNES, 2003; BAQUERO, 2006). A partir da década de 1990[27], esta noção constitui-se como um termo central no discurso das principais instituições da sociedade civil (agências internacionais, organizações não governamentais e instituições governamentais) e um argumento eixo para as políticas públicas, a partir dos programas de microcrédito (ANTUNES, 2003; MAYOUX, 1998; ROMANO; ANTUNES, 2002; SEN, 1997). Assim, este termo é complexo e em torno dele há diversos enfoques, segundo o contexto para o qual ele é analisado.

Diversos autores, como Friedmann (1996)[28] citado por Antunes (2003), Mayoux (1998) e Rowlands (1998), consideram a noção do empoderamento para qualquer compreensão da mudança social, tendo a questão do poder como eixo central, pois o mesmo define o padrão básico das relações econômicas e sociais num determinado contexto; portanto, tem influência em qualquer processo de intervenção.

Nesse sentido, Rowlands (1998) e Hofmann e Marius-Gnanou (2004) sugerem que a noção de poder abrange os seguintes tipos: *o **"poder sobre",*** implica o aumento de poder de uma pessoa e a perda da outra (jogo soma-zero), neste tipo, a dominação/subordinação são mutuamente excludentes; o ***"poder para"*** fazer uma coisa, ou seja, um poder gerativo que cria possibilidades e ações, o ***"poder com",*** que considera que o todo é maior que as partes, portanto tem um sentido de reconhecer as potencialidades e as habilidades da pessoa; o***"poder de dentro",*** que significa reconhecer a força que reside no interior da pessoa, quer dizer, uma base da auto-aceitação e do auto-respeito. Então, dependendo do tipo de poder que é exercido, há diferentes implicações nas ações práticas: conflitos, confrontações, construção de capacidades para as tomadas de decisões, formação de lideranças, habilidades para as mobilizações sociais e construção de alianças, aumento de auto-estima e autoconfiança (OXAAL; BADEN, 1997).

Na visão de Foucault (1979) "o poder é relacional, constituído numa rede de relações sociais entre pessoas que têm algum grau de liberdade". Neste sentido, o poder não é só "poder sobre" recursos (físicos, humanos e financeiros), mas também, a partir das idéias,

[27] Nos anos de 1990 a noção de empoderamento teve maior força, sobretudo com a incorporação das mulheres nos debates do desenvolvimento humano (como estratégia da idéia do desenvolvimento alternativo) e constituiu o marco de discussão na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento- Cairo (1994) e na Conferência Mundial da Mulher-Beijing (1995) (ANTUNES, 2003; MALHOTRA, et al. 2002).

[28] FRIEDMANN, J. **Empowerment:** uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras: Celta Editora, 1996.

crenças, valores e atitudes. Com base nessa perspectiva foucaultiana, Collings (2004, p. 25) argumenta que existem duas formas de exercer o poder: o repressor que proíbe, nega, anula; e o normativo que incita a atuar, a produzir, a falar, gerando uma rede de dominação.

Diferentemente, na postura de Sen (1997), existem seis condições importantes no processo de empoderamento, dependendo do contexto:

1) O empoderamento é um processo de aumento de poder, tanto para o controle dos recursos externos quanto para o aumento da auto-estima e das capacidades internas.
2) Ainda que os agentes externos possam constituir catalisadores ou facilitadores do processo, ao criarem condições de apoio, as pessoas precisam tomar consciência de empoderar-se por si mesmas.
3) É um processo que não é necessariamente neutro e as pessoas que se envolvem nele devem estar preparadas para vivenciar os conflitos sociais que ele pode desencadear.
4) O empoderamento não é um jogo de soma-zero, embora possam existir perdedores e vencedores.
5) Os processos coletivos são determinantes para o empoderamento, porém a transformação dos indivíduos é também essencial.
6) O empoderamento não é sinônimo de termos como descentralização e participação, nem é equivalente à idéia de "baixo para cima"[29], de fato ele é mais complexo.

Para os objetivos deste trabalho, as considerações acima referidas são assumidas como importantes para se entenderem as experiências vivenciadas pelas mulheres, através de seu acesso ao crédito e as diferentes relações de poder que estabelecem tanto no âmbito familiar quanto na relação com os diversos agentes de mediação. No que diz respeito à análise do impacto do crédito, na situação de vida das mulheres, são consideradas as propostas de diversos autores como Friedmann (1996) citado por Antunes (2003), Hofmann e Marius-Gnanou (2004); Mahmud (2003) e Mayoux (1998), que sugerem três dimensões analíticas (econômico, político e social) presentes nas diferentes relações de poder:

1) Empoderamento econômico individual e melhoria do bem-estar.- Espera-se que o acesso das mulheres ao micro crédito possibilite-lhes desenvolver uma atividade produtiva e, com isso, ocorra o aumento de sua renda e de seu controle sobre esta renda ou, ainda, sobre os

[29] Esta idéia corresponde às ações que advém das organizações de base.

recursos envolvidos, que lhes possibilitem alcançar um grau de autonomia financeira. Haveria também uma melhoria na qualidade de vida de suas famílias e, por conseqüência, a valorização de sua posição em relação aos maridos e às comunidades em que vivem. Mas isto pressupõe desenvolver as habilidades e conhecimentos necessários sobre questões técnicas, financeiras e condições de mercado (STROMQUIST, 1997).

2) Empoderamento político.- Implica a capacidade de mudar e de questionar a submissão das mulheres em todas as instâncias em que ela se manifesta (autoconsciência, família, trabalho, legislação, estruturas geracionais, sistemas econômicos e políticos internacionais, etc.). Significa também desenvolver a habilidade para organizar e mobilizar mudanças sociais, o que pode ocorrer através da participação das mulheres em pequenos grupos com um objetivo comum e uma agenda coletiva (direitos humanos, desenvolvimento comunitário, estabelecimento de uma agroindústria, etc.). Conforme Pettersen e Solbakken (1998), a lógica de participação pode ser de diferentes formas (nominal, instrumental, representativo e transformativo) e ter diversos efeitos (legitimação, inclusão, reconhecimento, etc.) dependendo dos interesses e do grau de envolvimento das pessoas. Assim, a participação implica também num mecanismo político, que não é apenas o poder de votar, mas também o poder da voz e da ação coletiva (participação em movimentos sociais, grupos de interesse, sindicato de trabalhadores ou agricultores).

De fato, através de processos organizativos, é possível fortalecer vínculos e consolidar grupos de trabalho para a realização de atividades produtivas e, ao mesmo tempo, estabelecer espaços de socialização que envolvem discussões e mobilizações em torno das atividades realizadas, experiências vivenciadas tanto no âmbito familiar quanto o acesso às políticas, como é o caso do crédito. Neste sentido, a formação de grupos se expressa não apenas pelas mudanças físicas, mas também nas atitudes e objetivos comuns (KABEER, 1998).

3) Empoderamento social.- Constitui a esfera privilegiada para a construção e valorização da auto-estima individual, exercício e expansão das capacidades individuais e para a construção de capacidade coletiva, através do reconhecimento e fortalecimento da identidade e pela dinamização ou construção do tecido social no plano local. Espera-se que este tipo de poder aumente a liberdade de exercício e expansão de capacidades e de titularidade sobre recursos que dependem da interação com os diferentes atores (do Estado e Mercado); ao mesmo tempo pode ser uma estratégia de fortalecimento individual para a alteração de relações de poder dentro da família e da comunidade.

Conforme Kabeer (1999), as principais precondições para o empoderamento são: 1) a presença de recursos econômicos (terra, crédito, equipamentos, capital etc.), sociais

(reivindicações, estratégias de redes e vínculos políticos) e humanos (formação, capacitação, conhecimento, etc.), que são adquiridos através das diversas relações sociais no âmbito familiar, de mercado, do estado e da comunidade. O acesso aos recursos está determinado por certas normas, regras e práticas que prevalecem nas diferentes instituições (CAUBERGS, 2002); 2) a "capacidade de agente", de fixar os objetivos e atuar em sua consecução, inclui elementos positivos e negativos para uma determinada escolha ou tomada de decisões; 3) é o resultado da escolha, que se traduz não apenas nas necessidades básicas (alimento, saúde, educação, etc.), mas também, nos meios e estratégias para se ter acesso a essas necessidades.

Ainda que estas diferentes noções de empoderamento pressuponham uma mudança desejada, na situação das mulheres, não se especificam suas implicações, pois elas dependem do tipo de poder que se exerce não apenas nas instituições, mas também no interior das unidades domésticas ou dos espaços públicos; o produto dele é que pode determinar uma posição de status e o reconhecimento do individuo, mas ao mesmo tempo o desenvolvimento de conflitos sociais, onde há resistência, confrontações, negociações e renegociações (HIDALGO, 2002). Nesse contexto, conforme Sen (1999, p.223), existe um processo de "conflito cooperativo" nas relações familiares, ou seja, mulheres e homens têm interesses "congruentes e conflitantes" que afetam essas relações. Dessa forma, a tomada de decisões da família tende a buscar uma estratégia de cooperação para responder aos aspectos conflitantes.

É nesse sentido que a noção de empoderamento é um processo que não é homogêneo ou linear ao longo da vida das mulheres, nem é igual para todas, pois depende, em larga medida, do contexto no qual elas estão inseridas, sua história de vida, o grau de participação e envolvimento nos diversos espaços; ele só é percebido por elas mesmas ou pelos agentes sociais com os quais estão relacionadas (DEERE; LEON, 2002; KABEER, 1998; MAYOUX, 1998).

Os programas de microcrédito para as mulheres vêm aumentando, a partir da década de 1990, como uma estratégia de desenvolvimento através do seu empoderamento. (HIDALGO, 2002; MAYOUX 1998). De acordo com Tyesser (1997), esses programas constituem uma estratégia de empoderamento para as mulheres rurais, desde que respondam à problemática derivada das relações hegemônicas de gênero, no sentido de que: a) as mulheres têm necessidades especificas e diferentes dos homens; b) as mulheres constituem grupos desfavorecidos em relação aos homens no que diz respeito ao bem-estar, acesso aos recursos e aos meios de produção, bem como ao controle destes; c) a subordinação das mulheres é o resultado da relação social e representação dos papéis diferenciados.

Nesse sentido, diversos estudos sobre o impacto do microcrédito em diferentes contextos[30], têm demonstrado alguns fatores que podem contribuir tanto de forma positiva quanto negativa no empoderamento das mulheres (CHESTON; KUHN, 2002; FORTE, 2006; HANDY; KASSAM, 2004; HIDALGO, 2002; KABEER,1999, 2001; KONGOLO, 2007; MAHMUD, 2003; NAVAJAS et al. 2000).

No que diz respeito aos fatores positivos, a maioria destes autores argumentam que existe uma significativa contribuição econômica das mulheres para o bem-estar familiar, o que possibilita melhorar as relações familiares e fortalecer a autonomia econômica. Também permitem um reconhecimento dos direitos das mulheres, promovendo a igualdade de gênero. Há um aumento na participação das tomadas de decisões e maior autoconfiança, através do reconhecimento de suas capacidades, habilidades e aptidões, o que repercute no aumento da auto-estima.

No entanto, também se evidenciam alguns aspectos que limitam o empoderamento no sentido de que outros membros da família (maridos ou filhos) podem ter controle dos empréstimos, sendo as mulheres que assumem toda a responsabilidade do pagamento e, portanto, o crédito pouco contribui para melhorar a posição subordinada no lar e aumenta a dependência das mulheres. Também pode haver um aumento na dupla jornada de trabalho ao assumirem outras responsabilidades, como a participação nas reuniões ou em cursos de capacitação.

Em alguns casos, especificamente no contexto brasileiro, esse tipo de programas apresenta algumas dificuldades ao ser intermediado pelos bancos oficiais e as agências de extensão rural e, ao mesmo tempo, pode reforçar os papéis tradicionais, ao ter como foco as necessidades práticas das mulheres (ALVES, 2007; FERNANDES, 2008; MELO, 2003; ROMANO; BUARQUE, 2001; ZORZI, 2008).

Embora a noção de empoderamento seja usualmente utilizada como referência nas abordagens sobre a superação da pobreza (FRIEDMANN, 1996 *apud* ANTUNES, 2003; KABEER, 1991; ROMANO; ANTUNES, 2002; ROWLANDS, 1998; SEN, 1997), a noção de empoderamento, abordada aqui, está centrada como elemento presente ou ausente a partir dos efeitos do acesso ao Programa de crédito pelas mulheres rurais. Como tal, o empoderamento pode ser limitado por normas e regras institucionais, pela ação dos agentes

[30] Em torno ao impacto do microcrédito e o empoderamento das mulheres, há numerosas pesquisas empíricas, as quais são resumidas por Malhotra et. al., (2002). Apenas considerou-se aqui a revisão dos resultados de alguns trabalhos realizados basicamente no Bangladesh, na África, na Índia e na América Latina, especificamente no Brasil, na Bolívia e no México.

externos e pelas relações de poder no contexto da agricultura familiar. Portanto, no seguinte capítulo serão considerados alguns aspectos teóricos que fundamentam a agricultura familiar, que constitui a base de uma proposta de crédito. Ao mesmo tempo, as diversas atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas no contexto desta agricultura que são a base da economia dos "pequenos agricultores" e, conseqüentemente, das mulheres agricultoras beneficiárias do Pronaf-Mulher.

3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E A POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL (PRONAF)

Considerar uma política voltada para a agricultura familiar significa também levar em conta a participação das mulheres nesse contexto, a qual remete, evidentemente, à análise das relações de gênero, socialmente construídas, principalmente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho presente na dinâmica familiar.

Dessa forma, um elemento importante a considerar na lógica das políticas públicas, especificamente de crédito rural, é a divisão genérica do trabalho, pois este é o elemento central da opressão feminina nas sociedades capitalistas (BRUMER, 1996; LAMAS, 1989). Portanto, um aspecto fundamental da desigualdade entre homens e mulheres ocorre pelas responsabilidades das mulheres tanto na esfera doméstica quanto no trabalho produtivo (em atividades agropecuárias) e reprodutivo, as quais marcam a sua contribuição, embora nem sempre reconhecida e nem remunerada na agricultura familiar. Essa invisibilidade e a não remuneração do trabalho das mulheres na esfera da produção é decorrente das relações desiguais de gênero, evidenciadas na divisão sexual do trabalho (MELO, 2003).

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é abordar de forma sucinta algumas posturas teóricas mais recentes sobre a categoria da Agricultura Familiar[1], a qual constitui um marco de referência e a pauta para a criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Na seqüência, consideram-se as características e princípios básicos da divisão sexual do trabalho no contexto desta agricultura, uma vez que a inclusão das mulheres no acesso ao Pronaf, para esta pesquisa especificamente, pressupõe rearranjos na divisão do trabalho e nas atividades produtivas. Finalmente, com base em alguns estudos feitos a partir dos primeiros anos de operacionalização do Pronaf, salientam-se as premissas, o público alvo e os desafios que este programa apresenta no contexto do desenvolvimento de uma política pública voltada para a agricultura familiar. Dentre estes desafios destaca-se também a incorporação recente das mulheres, com a proposta da linha Pronaf-Mulher, a partir da demanda dos principais movimentos das mulheres.

[1] Segundo Caldas et al. (2005), ao se referir à categoria da agricultura familiar aparecem associadas quatro dimensões fundamentais: 1) a *unidade de produção* (o estabelecimento rural onde se pratica alguma exploração animal, vegetal ou de transformação agroindustrial); 2) o *grupo doméstico* (conjunto de pessoas que compartilham laços de parentesco e consangüinidade e um mesmo espaço vital, podendo a ele pertencer outros membros não consangüíneos); 3) a *unidade de residência* (a morada); e 4) a *unidade de consumo* (uma família que produz e trabalha em regime de economia familiar com vistas a viabilizar o sustento material de todo o grupo).

3.1 Agricultura familiar e a emergência de gênero: duas categorias em construção

No contexto brasileiro, a discussão sobre a agricultura familiar[2] ainda é muito recente e não possui contornos definidos. Este debate ganhou visibilidade política e social apenas na década de 1990, principalmente com a implantação de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Dessa forma, esse termo é utilizado com freqüência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por diversos segmentos de corte acadêmico, sobretudo pelos estudiosos das ciências sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural (SCHNEIDER, 2003).

No que tange ao movimento sindical, embora com pouca repercussão política, a noção da agricultura familiar constituiu um marco importante para unificação do discurso em defesa dos interesses dos agricultores familiares, especialmente os da região Sul de Brasil. Desta forma estabeleceu-se uma nova categoria política que congregou um conjunto de agricultores (os pequenos proprietários, os assentados, os arrendatários e aqueles integrados às agroindústrias, entre outros) que, através da repercussão da agricultura familiar, passaram a constituir uma nova identidade política.

No que diz respeito ao âmbito acadêmico, houve importantes contribuições sobre a noção da agricultura familiar. Conforme Schneider (2003), os aportes de alguns de autores tais como Veiga (1991), Abramovay (1992), Lamarche (1993), foram importantes para que esse debate ganhasse reconhecimento no meio científico, uma vez que estes autores demonstraram ser a agricultura familiar uma forma social reconhecida e legitimada nos países desenvolvidos. Para Abramovay (1992), Lamarche (1999) e Wanderley (2001), a agricultura familiar é uma categoria genérica, já que a combinação entre a propriedade e trabalho assume grande diversidade de formas sociais. Para Wanderley (2001, p. 23), a noção de agricultura familiar parte das raízes do campesinato[3], de forma que a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais dessa agricultura que consideram a relação de "propriedade, trabalho e família"; portanto, nas palavras da mesma autora, "a agricultura familiar é

[2] A noção da Agricultura Familiar tem suas raízes no pensamento social marxista. Para o aprofundamento de uma revisão teórica sobre esta noção consultar Schneider (2003).

[3] Para se entender as raízes do campesinato, Mendras (1978) destaca cinco traços que caracterizam a sociedade camponesa: a) Uma autonomia relativa perante uma sociedade global; b) a importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social; c) Um sistema econômico de autarcia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia global; d) uma sociedade caracterizada por relações internas de interconhecimento; e) a função decisiva do papel de mediação entre a sociedade local e a global.

entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo".

Segundo Abramovay (1992), para dar conta das demandas da agricultura familiar em termos de políticas públicas, financiamentos, investimentos e ações de extensão rural, é importante levar em conta as diferenciações internas, e não considerar a agricultura como um aspecto homogêneo. Nesse sentido, para Lamarche (1993, p. 18), "as explorações familiares não constituem um grupo social homogêneo", portanto, é importante observar, com base nas características dos estabelecimentos familiares, a diversidade entre os agricultores familiares. Como assinala este mesmo autor, "a exploração familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela toda a diversidade".

Lamarche sugere também um enfoque tipológico[4]para a análise da exploração familiar, com base nos níveis de integração ao mercado, tanto no plano técnico quanto no plano sociocultural. A esse respeito, o mesmo autor pondera que "a exploração familiar deve ser analisada em seu conjunto, considerando as diversas entidades que a estruturam. Compreender seu funcionamento significa colocar em evidencia as diferentes lógicas em função das quais o explorador determina suas escolhas fundamentais" (LAMARCHE 1993, p. 22). Esse enfoque parte de um "modelo original", o qual fundamenta ou reflete a trajetória do agricultor sobre sua unidade familiar no passado, e "o modelo ideal" é aquele que todo produtor projeta para o seu futuro. Em função disso, "todo o produtor projeta no futuro certa imagem de sua unidade de produção; ele organiza suas estratégias e toma suas decisões segundo uma orientação que tende sempre, em maior ou menor grau, para essa situação esperada" (LAMARCHE, 1993; 1999, p. 17, 72).

Tanto para Abramovay (1992) como para Lamarche (1993), a gestão, o trabalho e a família constituem os atributos básicos que caracterizam a agricultura familiar, portanto a organização no interior da unidade familiar com base na interação desses atributos, define a lógica da reprodução social dos grupos domésticos. Segundo Schneider (2003), para se compreender a lógica da agricultura familiar é importante considerar o ambiente social e econômico em que as unidades familiares estão inseridas; e para se entender a forma social de produção e o trabalho, é preciso analisar as condições externas tais como a ação do Estado, das políticas públicas, da política macroeconômica e do papel do mercado, entre outros aspectos.

[4] Conforme Lamarche (1993; 1999), essa tipologia parte de um modelo heurístico representado por um eixo escalonado segundo o grau de integração no mercado; de um extremo se encontra o "*modelo original"* e, de outro, o "*modelo ideal"* de unidade familiar. Dessa forma as explorações familiares, segundo sua própria história e o ambiente específico no qual elas funcionam, posicionam se em algum lugar da escala.

Além das contribuições acima referidas, outro aporte mais recente é o modelo de Gasson e Errington (1993), que define a agricultura familiar com base nas relações entre a propriedade e os grupos domésticos, levando em conta os aspectos de ordem empresarial e familiar. Assim, os autores definem seis características, considerando aspectos da própria ocupação, do trabalho dos membros e a combinação entre administração e controle dos negócios do estabelecimento:

1) a gestão encontra-se nas mãos dos proprietários dos estabelecimentos;

2).os proprietários do empreendimento estão vinculados entre si por laços de parentesco ou casamento;

3) os membros da família provêm capital para o empreendimento;

4) o trabalho na agricultura é realizado pela família;

5) o patrimônio e a gestão do estabelecimento são transferidos de geração para geração, ao longo do tempo;

6) os membros da família vivem no estabelecimento ou na unidade produtiva;

Na postura de Gasson e Errington (1993), não é apenas a presença ou ausência de trabalho assalariado, mas também o fato de que pelo menos parte das relações de trabalho, que ocorrem no interior da unidade familiar, são também relações familiares. Então, a alocação da força do trabalho depende não apenas das demandas objetivas das tarefas a serem realizadas no processo produtivo, mas também do ciclo demográfico em que a família se encontra. Como aponta Schneider (2003), o modelo proposto por esses autores tem o objetivo de evidenciar as possibilidades e os limites das unidades familiares no que se refere ao seu comportamento perante às situações do cotidiano, bem como as decisões sobre as estratégias de longo termo.

Nesse sentido, na lógica da economia capitalista, Friedmann (1986) citado por Gasson e Errington (1993 p. 17) considera as relações internas entre os membros familiares, a partir de duas questões básicas: o processo de trabalho e as relações familiares nas propriedades. A primeira questão alude à organização da produção fundamentada nas relações de parentesco e na divisão do trabalho por gênero e idade. Apóia-se no trabalho realizado pela própria família, diferentemente dos estabelecimentos de produção capitalista, onde a força de trabalho é contratada. A segunda questão diz respeito à combinação entre propriedade e trabalho, que se caracteriza pelo fato do proprietário e o dono dos meios de produção residirem no mesmo estabelecimento, enquanto que na lógica capitalista prevalece a separação entre propriedade e trabalho.

No entanto, é importante também considerar a lógica da construção de valores que dão sentido às relações sociais entre os indivíduos, já que, como salienta Carneiro (2000, p.125), "as relações familiares (seja na esfera de parentesco, seja na produção) incluem um ideal de pensamento que informa atitudes e comportamentos. Tais valores estruturam uma tradição que é acionada na formulação das estratégias familiares, orientando as escolhas coletivas e os projetos individuais".

Por outro lado, segundo as contribuições de Schneider (2003), apoiadas nos argumentos de Kageyama e Bergamasco (1990), surgiram outras pesquisas que têm por intuito aprofundar os aspectos de caráter familiar dos estabelecimentos agrícolas e das formas de funcionamento dessas unidades. Assim, para a década de 1990, a pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em termos normativos, propôs classificar os estabelecimentos agropecuários, com base na distinção dos modelos: "patronal" e "familiar". Além disso, definiu a agricultura familiar a partir de três características centrais:

- A gestão da unidade produtiva é realizada por pessoas que mantém entre si laços de parentesco e casamento.
- A maior parte do trabalho é realizada por membros da família
- Os meios de produção (embora nem sempre a terra) pertencem à família

QUADRO1- Comparação entre o modelo de agricultura patronal e o modelo de agricultura familiar.

Modelo patronal	**Modelo Familiar**
Completa separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente relacionados.
Organização centralizada.	Direção do processo produtivo realizado pelos proprietários e suas famílias.
Ênfase na espacialização.	Ênfase na diversificação.
Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis.	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.
Predominância do trabalho assalariado.	Trabalho assalariado como complementação.
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões "de terreno" "e de momento" intuitivas ou de senso comum.	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: FAO/INCRA, 1994

Apoiada nesses critérios, a pesquisa realizada pela FAO/INCRA (1994) estabeleceu ainda uma diferenciação da agricultura familiar, fundamentada numa tipologia de produtores. A tipificação é elaborada de acordo ao critério da renda familiar: *familiar consolidada,*

familiar em transição e familiar periférica. A partir desta tipologia[5] constituiu-se a base da categorização e os delineamentos das normas, os objetivos e a operacionalização do Pronaf, principal programa de crédito rural para a agricultura familiar, do estado brasileiro.

Logo, o significado sobre a noção da agricultura familiar não é homogêneo, já que reúne diferentes pontos de vista e, como tal, apresenta especificidades em função das heterogeneidades regionais que se manifestam, não apenas nas condições do meio ambiente, mas também, na condição dos produtores, na escassez de infra-estrutura, nas proximidades com o mercado e nas relações sociais que se estabelecem em torno da unidade familiar. Assim, diante das especificidades da dimensão familiar, as relações desiguais de gênero evidenciadas na divisão sexual do trabalho são determinantes para se entender os papéis sociais dos homens e das mulheres, considerando a assimetria de poder existente na dinâmica da agricultura familiar[6].

3.1.1 Divisão sexual do trabalho na agricultura familiar

Uma questão que é antiga, mas que ainda permanece, é a invisibilidade do trabalho feminino sustentada na divisão sexual do trabalho. Esta divisão é a forma decorrente das relações sociais entre os sexos, historicamente e socialmente construídas, tendo como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. Além disso, é sedimentada em dois princípios: o *princípio da separação*, ou seja, existem trabalhos específicos de homens e de mulheres; e o *princípio da hierarquia*, no qual o trabalho de homem "vale" mais que o trabalho da mulher (HIRATA; KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2003).

---

[5] Esta tipologia considera os seguintes critérios: a) *unidades familiares consolidadas*: agricultores capitalizados (integração ao mercado), são aqueles que dispõem de mecanismos de comercialização agrícola que garantem a reprodução da forca de trabalho. No ano de 1990, esse critério representava 1,1 9 milhão de estabelecimentos no país (26.5% do total) com uma média de 32 hectares de extensão; b) *Em transição* (processo de capitalização), estão inseridos de forma fragilizada no mercado, e estão sujeitos a que um desequilíbrio na renda familiar leve ao abandono de suas atividades. Somava cerca de 1,0 milhão de estabelecimento (23.5% do total), com uma média de 16.1 hectares de extensão; c) *familiar de subsistência ou níveis de produção mínima* (Subsistência ou periféricos), caracterizam-se pela concentração da produção para autoconsumo e na venda de mão- de- obra sazonal. Tem uma média de 13,7 hectares por estabelecimento. Somavam cerca de 2,2 milhões de estabelecimentos do país (50% do total), estando 53% deste segmento no Nordeste (FAO-INCRA, 1994).

[6] No âmbito das políticas públicas traçadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça, Etnia, tem se privilegiado a discussão da invisibilidade do trabalho feminino no debate sobre a Agricultura Familiar.

Esses princípios fundamentam a desigualdade sexual e social do trabalho e tornam invisível o papel das mulheres no espaço rural. De fato, a percepção que as mulheres têm de seu trabalho, nesse espaço, é definido socialmente como *"um jeito de ser mulher*" (MELO; DI SABATO, 2006). Segundo estes autores, a invisibilidade do trabalho feminino rural é conseqüência da cultura patriarcal e da dominação masculina, que definem a inferioridade do trabalho doméstico.

Para Bourdieu (2005), a divisão sexual do trabalho, que assegura a dominação masculina, está presente fortemente nas práticas cotidianas, na ocupação e divisão do espaço, na organização do tempo, ou seja, no *habitus* de cada indivíduo de forma naturalizada. Conforme Melo (2005), esta "naturalidade" da divisão sexual do trabalho impõe às mulheres a responsabilidade pelo espaço doméstico e pelo conjunto das funções reprodutivas. Portanto, este "trabalho invisível", também constitui um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e a família como uma de suas principais instituições (PAULILO, 2004).

No contexto da agricultura familiar, a divisão do trabalho vigente demarca como produtivas as atividades da roça e como reprodutivas as atividades da casa. No entanto, também estão presentes outras tarefas produtivas, que são importantes para o consumo familiar, tais como a criação animal (de gado e animais de pequeno porte) e a produção no quintal (HEREDIA, 1979; 1984; KANDIYOTI, 1986). Esta divisão, não se expressa apenas no trabalho concreto entre homens e mulheres (produtivo e reprodutivo), mas também, nas normas que regulam esses dois âmbitos e da representação do feminino e do masculino que o acompanham, no reconhecimento social (desigual) de homens e mulheres que advêm dessa relação, assim como no seu poder assimétrico para expressar e desenvolver projetos pessoais e coletivos (SCOTT, 1995; VALENZUELA, 2003).

A esse respeito, Brumer (2004) salienta que diversos estudos sobre a divisão genérica do trabalho na agricultura, indicam que as mulheres ocupam uma posição subordinada e seu trabalho aparece como "ajuda", mesmo trabalhando tanto quanto os homens nas mesmas atividades. Segundo a autora, essa posição subordinada das mulheres na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuários é evidenciada pelos seguintes fatores:

a) As tarefas executadas no âmbito da esfera produtiva (produção destinada á comercialização) só são contabilizadas como parte de um esforço coletivo, e na maioria das vezes aparecem como "ajuda";
b) Seu trabalho na esfera produtiva permanece praticamente invisível, tendo em vista que é praticado no interior do estabelecimento, sendo os homens os únicos responsáveis pelos contatos (com os agentes da extensão rural, dos bancos, do

sindicato, da cooperativa, das firmas vendedoras de insumos e compradores) no exterior;

c) Elas não possuem o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento, bem como não administram os recursos originados com a venda da produção.

A mesma autora argumenta ainda que essa divisão genérica do trabalho, no meio rural, pode ser explicada por dois aspectos:

> O primeiro é que a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir esforços de todos os membros da família, com vistas ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo é que vivemos em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família (BRUMER, 2004; p. 212).

De fato, como apontam Menasche e Torrens (1996, p.67), nas propriedades rurais do Brasil é comum um tipo de organização social que atribui ao homem a responsabilidade pelo trabalho agrícola e a representação da unidade de produção no espaço público, cabendo às mulheres um papel "coadjuvante", não sendo reconhecidas como produtoras, além de se atribuir a elas a função de garantir a reprodução familiar. Mesmo no contexto da agricultura familiar, a mulher brasileira desempenha um papel fundamental na produção dos alimentos para a família, mas a sua participação nas atividades de produção nem sempre é remunerada e, portanto, acaba não sendo reconhecida.

Conforme Melo e Di Sabatto (2006, p. 53) a invisibilidade do trabalho feminino no meio rural é comum, inicialmente, pela proporção de mulheres ocupadas nas atividades sem remuneração, que é mais expressiva na agropecuária em comparação com outros setores da economia. Com base nos dados da PNAD/IBGE, 2004, os mesmos autores argumentam que esse aspecto é evidente na análise de produção para o auto-consumo, a qual representa quase 40,7% do total da ocupação feminina e apenas 8,9% da mão-de-obra masculina nas atividades da agropecuária.

De fato, em 2004, dedicaram-se a atividades de autoconsumo cerca de 3,387,184 pessoas, com uma taxa de participação de 68% de mulheres e 31% homens, o que reflete a importância dessas atividades vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano (MELO; DI SABATTO, 2006). No entanto, a figura do "chefe da família" como o principal provedor,

ainda é muito marcante para a sociedade e pelas diferentes instituições, que são as responsáveis pelo desenho das políticas de crédito rural.

3.2 Política de crédito rural para a Agricultura Familiar: o Pronaf

O objetivo desta sessão é mencionar, de forma sucinta, os antecedentes que levaram à criação de uma política específica para a agricultura familiar (Pronaf-Mulher), que para fins desta pesquisa constitui apenas um instrumento, a partir do qual são analisadas as mudanças nas relações de gênero, considerando a noção de empoderamento. Portanto, não se pretende aprofundar sobre as políticas de crédito rural[7], tampouco fazer uma caracterização detalhada sobre o Pronaf. Busca-se apenas apontar os objetivos, as premissas e os principais desafios do programa.

Um dos acontecimentos mais marcantes que ocorreu na esfera das políticas públicas, para o meio rural brasileiro, foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996. De acordo com Schneider et al. (2004), o surgimento deste programa representou o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação ás especificidades de uma nova categoria social, "os agricultores familiares", até então designada com diversas categorias: "pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência". O programa nasceu com o objetivo de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas até então existentes.

Até a década de 1990, não existia nenhum tipo de política agrícola para o segmento da agricultura familiar. No decorrer dos anos 1990, se estabelecem agendas para reorientar as políticas agrícolas, bem como os agentes de crédito privado (bancos) começam a fornecer novos esquemas de financiamentos, através de microcrédito, atingindo um setor excluído historicamente, os agricultores familiares.

A partir de 1994, em conseqüência das reivindicações dos agricultores familiares, deu-se uma mudança na política agrícola, quando o governo federal, através do Ministério de

[7] O crédito rural foi institucionalizado no Brasil pela lei Federal n.4.829/65 do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), implantada em meados da década de 1960, com o intuito de possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais (LEITE, 2001). O crédito é oferecido basicamente por dois setores: a) os programas de governo federal, através da intervenção dos bancos; e b) os sistemas alternativos de financiamento estabelecidos pela sociedade civil, que são representados basicamente pelo sistema de cooperativas de crédito rural, administrada pelos agricultores (NICHTER et al., 2002).

Agricultura e do Abastecimento (MAA), criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). Este programa operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com o objetivo de destinar um volume de crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares, os quais eram classificados de acordo com o tamanho de estabelecimento e de mão de obra utilizada na produção (BELIK, 1999; ROCHA, 1999). Assim, desde 1995 o Provap foi reformulado, tanto em termos de concepção e de área de abrangência, dando origem ao Pronaf, em 1996. Desde então, o referido programa constitui a principal política pública, do governo federal, para apoiar os agricultores familiares (SCHNEIDER *et. al*. 2004).

Do ponto de vista operacional, o Pronaf é organizado com base em quatro linhas de ação: a) a promoção de negociações de políticas públicas com órgãos setoriais, b) o financiamento de infra-estrutura e serviços públicos nos municípios, c) o financiamento da produção da agricultura familiar[8] (por meio do crédito rural) e d) a profissionalização dos agricultores familiares. No que tange ao financiamento com base no crédito, ele pode destinar-se tanto à finalidade de custeio de safra quanto de investimento. O primeiro é um crédito qualificado de curto prazo, destinado a prover as despesas de formação de lavoura e manutenção de rebanhos. O segundo é de longo prazo, objetiva financiar investimentos (infra-estrutura, maquinaria, etc.) nas propriedades dos agricultores (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005; MATTEI, 2006b).

O programa tem como objetivo manter as pessoas ocupadas nos estabelecimentos familiares, gerar renda para remunerar estes postos de trabalho, agregar novos empregos em atividades agrícolas e não agrícolas, nos estabelecimentos ao longo da cadeia produtiva e no mercado local (BIANCHINI, 2005). Contudo, a lógica do Pronaf revela que políticas voltadas a promover o crescimento econômico, com base na distribuição de crédito, estão ameaçadas pela distância entre a racionalidade econômica e as necessidades sociais.

Como mostram Abramovay e Piketty (2005, p. 58), por um lado, "o Pronaf afirma não apenas as necessidades sociais, mas também, a viabilidade econômica de unidades produtivas, cujo tamanho esteja ao alcance da capacidade de trabalho de uma família". Mas, por outro lado, "a agricultura familiar aspira que o meio rural seja provido de um tecido social rico e diversificado". Dessa forma, a ampla presença de unidades familiares de produção é um

[8] Em termos de operacionalização, o Pronaf utiliza quatro critérios para definir a agricultura familiar: 1) predomínio de mão-de-obra familiar, 2) áreas de estabelecimento de até quatro módulos fiscais (Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município) de terra, e conforme a legislação vigente (safra 2004/2005, no máximo seis módulos quando se tratar de produção pecuária); 3) residência no estabelecimento ou em aglomerado próximo; 4) valor de renda (BIANCHINI, 2005; BRASIL/INCRA, 2007).

estímulo à multiplicação de iniciativas em outros setores econômicos e, portanto, às modalidades de crescimento tendem a ser fortemente redistributivas de renda.

Na primeira fase da operacionalização do crédito, ocorreu uma distribuição desequilibrada em âmbito nacional, tanto nos contratos quanto na aplicação dos recursos, de forma que na região Sul houve uma forte concentração (78% do total de contratos e 65% do total de recursos) (MATTEI, 2006a). Este mesmo autor aponta as possíveis explicações para isso, destacando quatro pontos:

a) O peso econômico e as pressões das agroindústrias, na região Sul do país, sobre os agricultores a elas vinculados, o que explica uma alta concentração de recursos destinados aos produtos típicos das cadeias agroindustriais mais competitivos no mercado internacional (Setores de carne e fumo, principalmente);
b) Um nível maior de organização dos agricultores familiares e certa tradição de luta pelo crédito rural mais fortemente incorporada à pauta de reivindicação dos agricultores da região Sul;
c) Uma organização mais limitada dos agricultores familiares da região Nordeste, o que se traduz em um baixo poder reivindicatório;
d) Um processo de integração produtiva maior na região Sul do país, cuja integração agroindustrial submete mais fortemente os agricultores à lógica operacional das agroindústrias.

Estas considerações evidentemente mostram uma marcada diferenciação entre os produtores das diversas regiões, não apenas quanto à lógica de produção voltada para os interesses do mercado internacional, mas também quanto à capacidade organizativa dos produtores, e nos entraves burocráticos que envolvem a dinâmica de operacionalização do crédito.

Na safra 2005, mesmo com algumas alterações, não se concretizaram as mudanças necessárias para que o programa, efetivamente, se transformasse em uma política de apoio ao desenvolvimento rural de todas as regiões do Brasil, pois mesmo havendo uma redução de contratos na região Sul, ela continua concentrando 42% do total dos recursos do programa destinados nessa safra (MATTEI, 2006a). Neste sentido, o papel da institucionalização é chave, já que nos últimos anos foram criadas organizações, instâncias de representação e decisão nos diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal), além de procedimentos técnicos e administrativos que ampliaram a possibilidade da gestão social das políticas públicas, o que permitiu à sociedade civil intervir nas diversas fases (formulação,

implementação e avaliação) das políticas destinadas a promover o fortalecimento da agricultura familiar.

Vale mencionar que "as diretrizes do Pronaf têm como referência experiências européias, principalmente da França, que elegeram a agricultura familiar como forma de produção sobre a qual se implementou, no período da pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural" (CARNEIRO, 1997, p.71). Sob esta lógica, diversos estudos mostram que limites, desafios e obstáculos na implementação do programa devem-se a inconsistências no uso dos conceitos e na definição dos objetivos *versus* lógicas de operacionalização e metas a serem atingidas.

Nesse sentido, Abramovay (2008) aponta dois desafios principais do programa que condicionam sua evolução institucional: O primeiro consiste em que, embora o programa se apóie em recursos públicos, ele é levado adiante por bancos comerciais, portanto há uma "tensão" entre os objetivos de ampliar a base social da política de crédito e as necessidades bancárias, de obtenção de informações e garantias capazes de reduzir os riscos de inadimplência. O segundo alude a que, no fundo, o programa visa corrigir uma distorção histórica da política de crédito rural, permitindo que os recursos cheguem a milhões de famílias que até então não tinham acesso a ele.

3.2.1 O Pronaf-Mulher, perfil de uma política diferencial?

Para responder a esta questão, cabe assinalar que, apesar do Pronaf se constituir em um possível instrumento chave para o desenvolvimento rural do Brasil, por ser destinado exclusivamente aos agricultores familiares, as mulheres tiveram um limitado acesso a esse programa, até recentemente[9]. Essa problemática parte da limitada autonomia econômica e da restrita possibilidade de gerenciamento dos recursos que são fruto de seu trabalho, uma vez que nem sempre dominam os espaços de gestão e comercialização de sua produção (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Assim, no sentido de ampliar o acesso das mulheres ao crédito, uma das principais reivindicações dos movimentos de mulheres na Marcha das

[9] A resolução nº 6, de 22 de fevereiro de 2001 prevê mudanças nas normas de seleção de beneficiários para facilitar às mulheres o acesso aos benefícios da reforma agrária e a adoção de uma perspectiva de gênero em todos os procedimentos administrativos do MDA. Além disso, houve a institucionalização do "Programa de ações afirmativas para igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres" (Portaria nº33, de 8 de março de 2001).

Margaridas[10] era a criação de um crédito especificamente voltado para as mulheres rurais com o objetivo de promover sua autonomia e ampliar o grau de sua participação na sociedade.

Nesse contexto, em 2001 o programa de Ações Afirmativas[11] do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) emitiu uma portaria[12] , estabelecendo que 30% dos créditos do Pronaf seriam destinados às mulheres, pois se calculava que até então o programa contava com apenas 7% de mulheres, entre seus beneficiários. Embora esta meta ainda não tenha sido atingida, a participação das mulheres entre os tomadores de crédito rural vem aumentando, conforme no GRAF.1. Observa-se que existe um crescimento expressivo a partir das safras 2004 até 2006, que justamente foi quando o Pronaf-Mulher se transformou em uma linha específica.

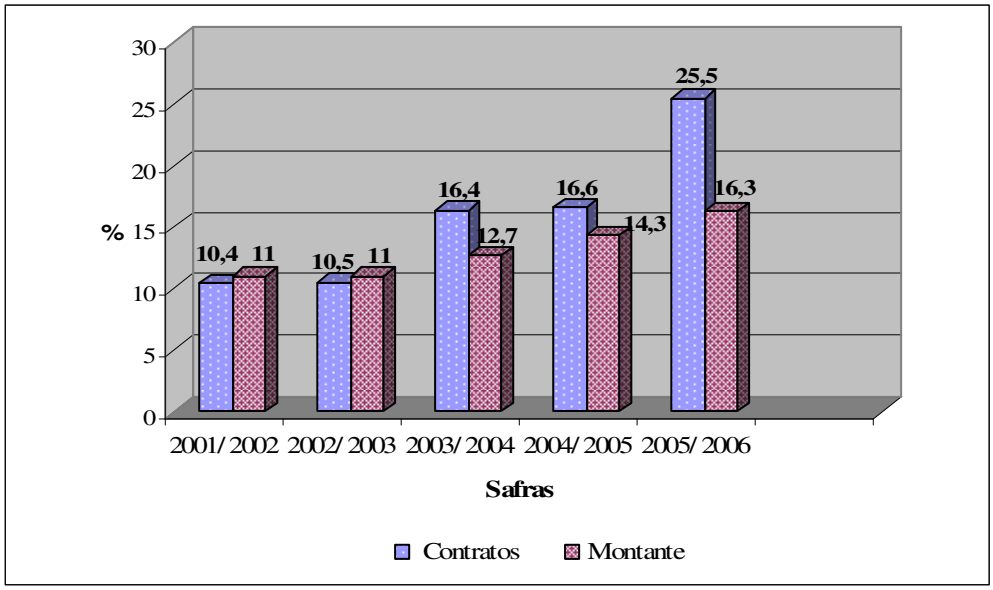

GRÁFICO 1- Evolução da participação das mulheres no número de contratos e no montante do crédito do Pronaf, Safras 2001/2002 a 2005/2006 em (%).
Fonte: MDA/NEAD (2005); BRASIL(2008).

[10] No ano 2000, no contexto da organização da marcha mundial das mulheres- "2000 razões para marchar" é realizada a primeira marcha das Margaridas organizada pelas mulheres filiadas à Contag. A marcha reuniu em Brasília de 10 mil a 20 mil mulheres sob o lema "contra Fome, a pobreza e a violência sexista". Em 2003, em sua segunda edição estima-se que entre 40 mil e 50 mil mulheres de todas as partes do país estiveram presentes; durante as marchas foi negociada uma pauta de reivindicações com o governo (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 9).

[11] O termo "ação afirmativa", também conhecida como ação positiva ou medidas pró-ativa, pode ser definida como uma estratégia para estabelecer a igualdade de oportunidades "através de uma série de medidas temporárias que permitam a correção da discriminação resultante de práticas sociais"(OSBORNE, 1995 *apud* DEERE; LEÓN 2002, p.48).

[12] Além de estabelecer a meta de 30% na representação das mulheres na distribuição de créditos do Pronaf e do Banco da Terra (Fundo de Terras e da Reforma Agrária) (Portaria nº33, de 8 de março de 2001), considerou-se atingir como meta os treinamentos dos programas de extensão (Portaria nº 121, de 22 de maio de 2001).

Porém, ainda permanece uma distância significativa entre o número de operações e de contratos concedidos a homens e mulheres (GRAF.2), o que talvez se explique pelos níveis de participação feminina e masculina na população ocupada em atividades agropecuárias, que, segundo o Censo Agropecuário 1995/1996, equivale a 67% de homens e 33% de mulheres (BRUMER; WEISHEIMER, 2006, p.238; MDA/NEAD, 2005).

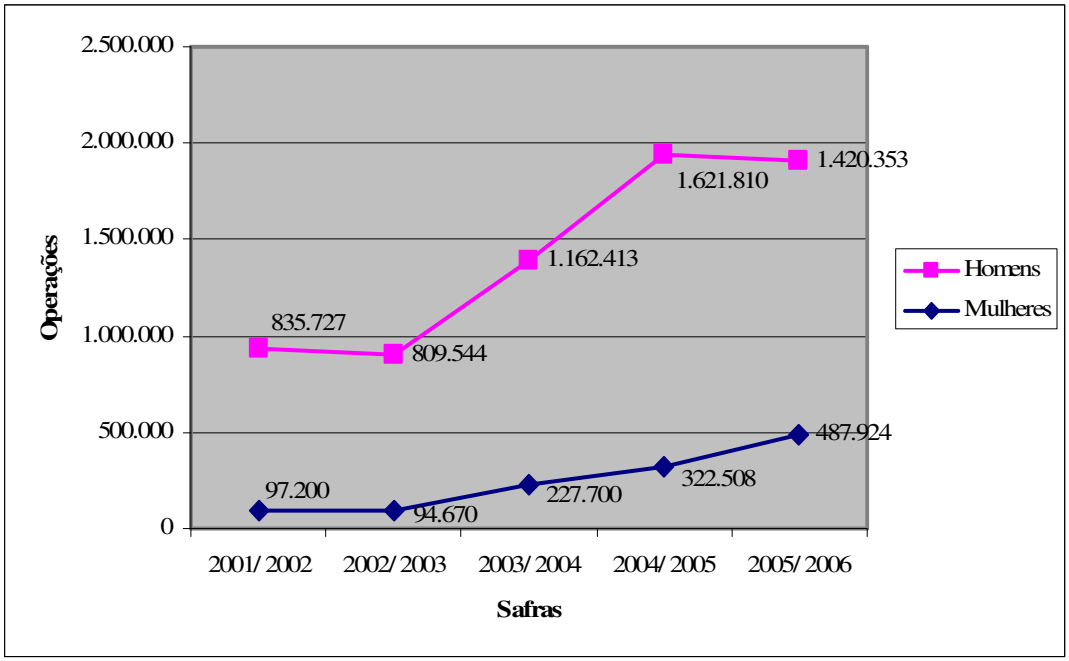

GRÁFICO 2- Número de operações por sexo, Safras 2001/2002 a 2005/2006.
Fonte: MDA/NEAD (2005, 2007).

Cabe apontar que, com a criação do Pronaf-Mulher, como linha especial, houve uma melhor distribuição regional dos contratos: a região Sul passou a responder por 50,9% das operações, seguida pela região Nordeste (21,4%) e o Centro-Oeste com 17%. Outro aspecto importante é que a maior parte das mulheres que obteve a referida linha de crédito, corresponde ao Grupo C (78,4% das operações). O Grupo D responde por 19,9% e o Grupo E por 1,6% dos contratos (MDA/NEAD, 2005, p.26).

Outra ação fundamental para o desenvolvimento de estratégias de inclusão das trabalhadoras rurais é a garantia do direito à documentação civil trabalhista[13], que representa a condição para ter direito ao crédito e a outras políticas sociais, como é o caso da Bolsa

[13] Para esta ação, foi criado no ano de 2004, o Programa Nacional de documentação da Mulher Trabalhadora Rural. Este programa integra oito organismos de governo federal e 23 de governos estaduais pelas Secretarias de Segurança Pública. São emitidos os seguintes documentos: Registro de nascimento, o CPF, a Carteira de Identidade, a Carteira do Trabalho, registro junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (MDA/NEAD, 2005, p. 14).

Família [14] e os benefícios previdenciários (aposentadoria rural e auxílio maternidade) (HEREDIA; CINTRÃO, 2006; MDA/NEAD, 2005). De acordo com Brumer (2002), os benefícios obtidos da previdência social, para as mulheres especificamente, possuem um valor simbólico, pois denotam o reconhecimento do poder pessoal. Ao mesmo tempo, a lógica diferenciada (entre homens e mulheres) do uso do recurso, lhes permite garantir sua própria reprodução e a de suas famílias.

Essas ações que visam mudar a posição social das mulheres no campo são decorrentes do papel histórico desempenhado pelos movimentos sociais, especificamente o movimento feminista e demais movimentos de mulheres. No contexto brasileiro, o movimento feminista que iniciou na década de 1970 tem a particularidade do feminismo[15] como "uma experiência histórica que enuncia a emancipação feminina e, ao mesmo tempo, se concretiza dentro de limites de possibilidades, dados pela referência a mulheres em contextos políticos, sociais, culturais e históricos específicos" (ANDERSEN, 2004, p.36). Assim, a emergência dos movimentos de mulheres foi determinada pela necessidade de abrir novos espaços para a prática política, face aos limites institucionais impostos pela ditadura militar.

As questões feministas, referidas à identidade de gênero, foram ganhando espaço na medida em que se consolidou o processo de abertura política no fim da década de 1970. Nos anos 1980, os movimentos de mulheres eram uma força consolidada. A partir de então, abriram-se espaços, tanto para a reivindicação no plano das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre o lugar da mulher na sociedade.

No entanto, há divergências entre os movimentos de mulheres e os movimentos feministas. Por um lado, as mulheres que faziam parte do movimento, ao mesmo tempo em que denunciavam desigualdade de classe, passaram a levantar temas específicos à condição da mulher, tais como o direito a creche, à saúde da mulher e a violência contra a mulher. Por outro lado, o feminismo tinha como objetivo central a transformação da situação da mulher na sociedade, buscando superar as desigualdades, presentes nas relações entre homens e

[14] O Programa Bolsa Família (PBF) faz parte de uma política social. É um programa de bem-estar social formalmente conhecido como Programa de Transferência Direta de Renda com Condicionalidades que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R$ 60,01 a R$120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R$60,00); de acordo com a lei 10.386, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto no. 5.749, de 11 de abril de 2006. Os benefícios variam de R$15 a R$95, dependendo da renda mensal do número de crianças, gestantes e mulheres em amamentação da família (BRASIL, 2008c).

[15] A história do feminismo é dividida em dois períodos, a "*primeira geração"* que vai dos anos de 1860 até 1920, representada basicamente pela igualdade dos direitos e movimentos reformistas; e a "*segunda geração"*, que teve maior força no final da década de 1960. Neste período, os movimentos feministas caracterizaram-se por duas correntes: a primeira enraizada pela igualdade dos direitos, preocupada por eliminar a subordinação e discriminação contra as mulheres tanto no âmbito privado quanto no público. A segunda caracterizou-se pela tendência à emancipação das mulheres e a sua participação política, sob uma mudança social radical (MOLINEUX, 1996).

mulheres, bem como influenciar as políticas públicas. O movimento contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático (ANDERSEN, 2004; FARAH, 2004).

Contudo, os movimentos das mulheres rurais[16], caracterizados pela diversidade de ações e demandas[17], tiveram efeitos positivos na situação das trabalhadoras do campo, favorecendo o acesso das mulheres às políticas públicas, entre outros direitos constitucionais. As principais reivindicações dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais foram: o reconhecimento da profissão de agricultora (e não como doméstica); a luta por direitos sociais, especialmente o direito à aposentadoria e ao salário de maternidade, o direito à sindicalização; e questões relacionadas à saúde da mulher.

Assim, pela primeira vez foi colocada no âmbito nacional na pauta de negociação das políticas públicas que levava em conta a questão das mulheres trabalhadoras rurais, constituindo "um novo referencial para a elaboração de políticas". Essas políticas, em principio, favorecem o reconhecimento das mulheres como atores sociais, com direito a participar nos espaços públicos, onde se identificam e constroem as necessidades sociais, e a serem interlocutoras do Estado (GUZMÁN, 2002, p. 65). A partir desse momento, os movimentos de mulheres rurais ganham visibilidade e têm um impulso para sua nacionalização, de forma que, nos últimos dez anos, "os avanços nas organizações de mulheres vêm se refletindo na implementação de diversas políticas, que embora nem sempre dirigidas especialmente às mulheres, uma vez aplicadas, acabaram tendo efeitos positivos para atenuar a situação de desigualdade social e de gênero" (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 11).

Sem dúvida a incorporação da temática sobre a equidade de gênero, na agenda pública, tem sido um fenômeno social relevante, cuja ação reflete o esforço, a visibilidade e a legitimidade que os movimentos sociais (feministas ou não) têm conseguido nos últimos anos. E importante salientar que à raiz dessas reivindicações, foram ampliadas as propostas de

[16] Embora historicamente as mulheres participem das lutas e movimentos sociais no campo, a história de movimentos específicos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil é relativamente recente. As primeiras organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos 1980, estimuladas principalmente pela igreja católica, pelo movimento sindical e pelos partidos políticos. Estes movimentos tomaram maior força no sul e no nordeste do país. Eles se expressam e ganham visibilidade por meio de encontros, congressos, passeatas e marchas (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 6).

[17] A partir de uma análise realizada por Paulilo (2004), foi constatado que a ação das mulheres vinculadas ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) privilegia a reforma agrária. As sindicalistas se centram na defesa da agricultura familiar e os movimentos autônomos de mulheres priorizam questões relativas à saúde. Apenas esta última traz a tona o tema da desigualdade na divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres.

políticas de crédito rural para as mulheres, no Plano Safra[18] 2004/2005, com a Campanha de Crédito para a Igualdade das Trabalhadoras Rurais[19]. A partir de então entra em vigor a linha específica Pronaf-Mulher, sob os seguintes pressupostos: a) construir estratégias de acesso das mulheres e jovens trabalhadoras ao Pronaf-crédito; b) desburocratizar e garantir o acesso das mulheres e jovens ao Pronaf e aos fundos constitucionais, para atender atividades agrícolas e não agrícolas, assegurando carência e prazos de pagamento diferenciados para as mulheres trabalhadoras rurais. Com essa linha de crédito é possível financiar uma diversidade de atividades (manejo de hortas e pequenos animais, produção de queijo, artesanatos, doces, entre outros) iguais ou diferentes daquelas que vêm sendo praticadas pelas unidades familiares que as mulheres integram. O financiamento pode ser de forma individual ou coletiva (BRASIL/ MDA, 2005; BRUMER; WEISHEIMER, 2006).

Em termos normativos, o Pronaf-Mulher tornou-se uma linha específica de investimento, disponível exclusivamente para as mulheres que se enquadravam nos grupos C, D, e E do Pronaf. Tratava-se de uma linha especial que teve seu acesso facilitado mediante a garantia de uma operação a mais por família, independentemente do outro crédito que tenha sido já contratado pelo grupo familiar.

Em decorrência de uma série de debates e proposições em torno do programa, realizadas pelos movimentos sociais, foram acordadas as seguintes alterações para o Plano Safra 2005-2006: a) ampliação de uma operação do microcrédito rural Pronaf B no valor de até R$1,000,00 (mil reais) por família, especificamente para as mulheres; b) definição de uma operação também de microcrédito rural Pronaf B no valor de até R$1,000,00 (mil reais) para as mulheres assentadas da reforma agrária ou beneficiárias do crédito fundiário, além dos recursos emprestados pelo Pronaf A.

Assim, para receber essa modalidade de crédito é necessário cumprir os seguintes requisitos:

---

[18] O Plano Safra diz respeito às diretrizes do financiamento agrícola, nas quais se especificam os valores de recursos disponibilizados pelo governo federal, no período agrícola vigente.

[19] No marco do Dia Internacional da Mulher – 8 de março de 2005 – foi lançado, em conjunto com movimentos de mulheres, entidades sindicais e agentes financeiros, a Campanha de Crédito para a Igualdade das Trabalhadoras Rurais, com o termo de cooperação publicado no Diário Oficial no dia 30 de março de 2005. Os compromissos assumidos pela campanha são os seguintes: 1) consolidação da linha de crédito específica para as mulheres – Pronaf-Mulher; 2) declaração de Aptidão do Produtor com titularidade conjunta (homem e mulher) obrigatória para famílias constituídas por um casal; 3) inclusão do quesito sexo nas planilhas de execução do Pronaf; 4) incentivo à participação das mulheres trabalhadoras rurais no Pronaf, através dos conselhos dos direitos da mulher e de órgãos municipais e estaduais de promoção de políticas de gênero; 5) divulgação e formação dirigidas às mulheres trabalhadoras rurais e aos agentes financeiros sobre gênero e crédito; 6) realização das Cirandas do Pronaf, espaços de controle social e monitoramento com a participação dos movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais, agentes financeiros e de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural); 7) divulgação de titulação conjunta obrigatória nos assentamentos da Reforma agrária; 8) divulgação do Programa Nacional de documentação da trabalhadora rural (BRASIL/MDA, 2007).

1) Obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)[20], documento que informa aos bancos que a mulher, individualmente ou de forma conjunta com sua família, pode acessar as linhas de crédito do Pronaf.

2) Fazer um projeto tecnicamente viável. Para isso, as mulheres agricultoras precisam do apoio de órgãos públicos, da Empresa de Assistência (Emater), de Organizações não governamentais (ONGs) ou movimentos sociais de mulheres. Na prática, os agentes destes diferentes órgãos deverão estar capacitados para contribuir na elaboração da proposta, responder a questões administrativas (grupos de enquadramento, condições de crédito, prazos de pagamento, etc.), além de ajudar na definição da maneira como será executada a assistência técnica, uma vez recebido o crédito. Portanto, é preciso apresentar o projeto aos bancos ou às cooperativas de crédito que trabalham com o Pronaf, tendo em conta que as mulheres podem acessar qualquer linha de crédito do Pronaf.

3) O perfil das agricultoras que podem receber empréstimos nesta linha de crédito são as seguintes: a) as mulheres devem ser produtoras rurais, b) agricultoras familiares, c) assentadas da reforma agrária inseridas na unidade familiar de produção, enquadráveis nos grupos A, A/C, B, C, D ou E. Os critérios para que as mulheres estejam enquadradas nos diferentes grupos apresentam-se no apêndice G.

Para os grupos C, D e E, o Pronaf - Mulher é uma linha de investimento, sendo que até 35% do valor financiado poderá ser utilizado para custeio ou capital de giro associado ao investimento (por exemplo, no caso de aquisição de animais, uma parte do valor pode ser destinada à aquisição de ração, custeio do milho para silagem, medicamentos, vacinas, sal mineral e limpeza da pastagem).

É importante destacar que as mulheres agricultoras, integrantes das unidades familiares de produção, enquadradas nos Grupos A ou A/C, somente podem ter acesso à linha Pronaf Mulher ou qualquer outra linha especial, se a unidade familiar já tiver liquidado pelo menos uma operação de custeio A/C. Essa é uma forma de garantir que o crédito especial para assentados/as ou beneficiários/as do programa nacional de crédito fundiário chegue quando a unidade familiar tiver uma estrutura de produção minimamente consolidada pelo acesso a outros créditos do Pronaf, destinados a esse público. Para os outros grupos, B, C, D e E, não é exigido o pagamento de nenhum outro Pronaf para receber a linha de crédito.

[20] No Plano Safra 2004-2005, a DAP sofreu alterações, pois a declaração de titularidade da DAP deverá ser conjunta, ou seja, tanto o homem como a mulher que constituem um casal preenchem e assinam a DAP e, assim, os dois se tornam aptos para contrair operações crédito do Pronaf. As mulheres solteiras, separadas ou viúvas que constituem uma unidade familiar podem ter a DAP como as únicas titulares (MDA/NEAD, 2005).

O Pronaf-Mulher pode ser acessado da mesma forma que todas as outras linhas, ou seja, para um projeto individual ou coletivo. No caso de um projeto coletivo, o valor máximo que poderá ser acessado corresponderá ao teto individual da linha de crédito, multiplicado pelo número de beneficiárias do crédito coletivo. Também podem ser financiadas atividades iguais às do marido ou do restante da família, atividade agropecuária ou não agropecuária que a mulher quiser desenvolver no estabelecimento familiar ou local coletivo próximo. Isto vale para três tipos de situações:

a) Investimento em atividades que agreguem valor porque beneficiam algum produto já produzido pela unidade familiar (ex. equipamento para a fabricação de queijo).
b) Investimentos em outras atividades agrícolas ou não agrícolas, ainda não exploradas pela unidade familiar e que não se relacionam com a atividade principal (ex. artesanato).
c) Investimentos na mesma atividade já desenvolvida pela unidade familiar, que aumente a produção, agregando renda (ex. financiamento de animais para aumentar a criação).

O Programa está dirigido à unidade familiar, portanto a análise e a avaliação deste crédito incluem as atividades desenvolvidas e os financiamentos concedidos à unidade familiar. Isso vale tanto para a mulher tomar o crédito como para qualquer outro membro da família que busque o financiamento. No crédito Pronaf-Mulher são consideradas então a renda (atual e futura) da família e do projeto da mulher, bem como as dívidas já contraídas pela família. Em caso de inadimplência da família junto ao banco, a mulher pode pegar o crédito, desde que tenha a regularização do crédito em débito, a família e seus membros podem recorrer a outras linhas, inclusive o Pronaf-Mulher.

Para mulheres agregadas à unidade familiar, ou seja, mulheres não enquadradas no Pronaf Jovem e não titulares da unidade familiar existe um modelo de DAP específico que permite a elas acessarem o crédito Pronaf-Mulher. Esse modelo deverá ser assinado pela beneficiária e por um dos titulares da família à qual ela se vincula, além disso, somente uma mulher por família poderá ter acesso a esta modalidade de crédito.

Cabe apontar que a partir do dia 1º de julho de 2008 foi publicada, no Diário Oficial da União (DOU), a resolução no. 3.559 que informa sobre algumas alterações relativas ao Pronaf [21]e, conseqüentemente, à linha especial Pronaf-Mulher, mudanças que se encontram

[21]A simplificação das normas para a obtenção de crédito rural Pronaf, constituiu a solicitação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN), como resultado das demandas de movimentos sociais dos agricultores familiares, de extensionistas rurais e dos agentes financeiros,

detalhadas no apêndice H. Essas alterações fazem parte do Plano Safra 2008-2009 e tem como objetivo "simplificar as normas para a obtenção do crédito rural, atender as expectativas dos agricultores familiares e promover maior produção no meio rural brasileiro" (BRASIL, 2008). Portanto, o Pronaf é um programa flexível, uma vez que, desde sua criação, freqüentemente vem ocorrendo mudanças[22] que permitem alterar o desempenho do programa. Ainda que essas mudanças reflitam a incorporação das demandas dos movimentos sociais, torna-se cada vez mais complexo o acesso aos empréstimos, sendo cada vez mais burocratizados, como mostra Fernandes (2008).

O Pronaf-Mulher, enquanto parte estrutural das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, é indissociável da ação dos indivíduos, de sua capacidade de produzir discursos concorrentes, de seu modo de mobilização. Ele depende, também, da estrutura mais ou menos flutuante de suas relações e das estratégias elaboradas nos contextos de ação definidos pelas estruturas institucionais, no interior das quais tomam lugar essas políticas (MULLER; SUREL, 2004, p.79).

Nesse sentido, os diferentes atores sociais, responsáveis pela construção e ação de políticas públicas desenvolvem um importante papel como mediadores. Eles constituem-se em importantes "agentes mobilizadores da mudança de comportamento e de visões de mundo, ou tecendo considerações a respeito do papel dos agentes que pretendem obter o reconhecimento e a qualificação positiva das práticas sociais das agricultoras familiares" (NEVES, 1998, p.149). Porém, esses reconhecimentos vão acompanhados de diversos significados às ações, que revelam a distribuição desigual de alternativas nas escolhas e das chances de integração em projetos sociais e, ao mesmo tempo, mostram que a inversão de posições se pode dar em múltiplos sentidos e trajetórias.

No contexto da dinâmica institucional, é claro que o fato do saber e do poder são fundamentais nas ações dos mediadores. Mas quem assume o papel do mediador também molda os objetivos da lógica institucional, respondendo aos interesses e saberes mais imediatos, de acordo com seu contexto local, tal como a autora aponta:

---

com o objetivo de tornar as normas mais simples. Entre as mudanças, considerou-se a extinção dos grupos C, D e E, constituindo uma única categoria intitulada Agricultura Familiar e redução das taxas de juros. Para os financiamentos de custeio, as taxas ficaram entre 1,5% e 5,5% ao ano (antes, variavam entre 3% e 5,5% para esses grupos que estão sendo extintos). Já as operações de investimento tem juros entre 1% e 5% anuais, enquanto antes variavam entre 2% e 5,5% ao ano (BRASIL, 2008a).

[22] Fernandes (2008, p. 15) apresenta um resumo cronológico das principais mudanças do Pronaf em âmbito nacional e as situa em dois períodos: a) o primeiro vai de 1996-1999, período em que havia poucas linhas de crédito e os juros eram considerados acima da capacidade de pagamento de uma parte dos agricultores familiares; b) o segundo período vai de 1999 em diante, quando o programa criou o enquadramento dos agricultores conforme a renda bruta anual da propriedade; após 1999 estabeleceram-se novas linhas de crédito, a redução nas taxas de juros, o aumento do número de contratos e dos volumes dos recursos aplicados.

> Os mediadores valorizam a transmissão de saber para assegurar a viabilidade da instituição que representam ou a defesa da posição que ocupam num determinado campo. O mediado, por outro lado, também tenta reordenar os objetivos da instituição aos seus interesses e saberes mais imediatos, viabilizando a objetivação de suas expectativas, valores e pontos de vista (...). O exercício de mediação pode também ser compreendido a partir do conjunto de idéias, valores e modos de comportamento transmitidos como formas de incorporação de saberes propiciadores da construção de novas posições de identidades sociais. Os mediadores tendem a atribuir um papel salvador ou emancipador, pela transmissão de outras visões de mundo e pela incorporação de saberes diversos daqueles de que o grupo mediado se encontra dotado (NEVES, 1998, p. 154, 160).

No contexto de ações concretas em projetos de desenvolvimento, em determinadas situações, os mediadores transformam esses projetos e os adaptam em função de seus interesses, das regras institucionais e das relações de poder. Neste sentido, tanto os programas quanto os projetos são redesenhados nos diferentes momentos de sua operação; ou seja, os agentes mediadores agem reflexivamente, reinterpretam e reagem sobre os planos e programas de desenvolvimento. Então, a percepção que estes diferentes atores sociais possam construir em torno do fato das mulheres terem acesso a uma política de crédito como o Pronaf, é importante para delimitar objetivos, interesses, mecanismos de ação e perspectivas sobre possíveis mudanças.

3.2.2 Limites e potencialidades do crédito às mulheres: algumas evidências a partir de estudos empíricos

A pesquisa realizada por Romano e Buarque (2001), no Nordeste, sobre programas de crédito oficiais e não-oficiais[23] aponta que uma das principais restrições dos objetivos do crédito oficial, como o Pronaf, é o fato de não contemplar ações afirmativas, voltadas para impedir que as desigualdades de gênero, presentes no meio rural, se estendam às novas práticas de apoio familiar. No entanto, os autores afirmam que embora de forma limitada, vem acontecendo a inclusão de novos atores no sistema do crédito, neste caso as mulheres agricultoras. Contudo, são poucos os trabalhos realizados em torno ao impacto do Pronaf na

[23] Nessa pesquisa foram considerados o Pronaf e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) como formas de crédito oficial. Para a análise do crédito não-oficial foram consideradas as experiências do Movimento de Organização Comunitária (MOC/APAEB), na Bahia; o Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA) e a Casa da Mulher do Nordeste, em Pernambuco; e a da Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte (AACC/PROMIC).

situação das mulheres rurais (ALVES, 2006, 2007; FERNANDES, 2008; MDA/NEAD, 2005; MELO, 2003; ZANETTI, 2007; ZORZI, 2008).

Romano e Buarque (2001) destacam alguns problemas de ordem burocrática e operacional, que derivam da ineficiência de serviços prestados tanto pelos agentes financeiros quanto pela agência de assistência técnica. Esses problemas são decorrentes da atuação dos bancos, uma vez que a lógica desses sistemas financeiros é voltada para o atendimento de grandes empreendedores. Portanto, o processo burocrático financeiro, os projetos e as estratégias de assistência técnica são direcionados conforme uma lógica de empreendedorismo, que não necessariamente responde aos interesses dos agricultores familiares. Esse aspecto se reflete na baixa qualidade dos projetos, bem como nos efeitos negativos pela ausência de capacitação e das restrições, no acompanhamento do andamento dos empreendimentos.

> Um problema decorrente é que esses programas são dotados de um caráter social, adequando-se ao perfil de sua clientela. No entanto são geridos por bancos que funcionam sob a lógica de sistemas financeiros voltados para o empreendedorismo. Sendo assim, tanto os programas, quanto as recomendações de capacitação e assistência técnica são inseridos numa lógica estranha aos interesses dos agricultores familiares (ROMANO; BUARQUE, 2001, p.8).

A mesma pesquisa mostra algumas divergências entre a visão dos diferentes atores (agentes bancários, técnicos de extensão rural, ONGs, e Sindicato de Trabalhadores Rurais) sobre a efetividade dos programas de crédito. Além disso, geralmente esses atores imprimem alguns critérios, muitas vezes discrepantes, que se traduzem em barreiras que vão desde a imposição de atividades a serem financiadas, até os procedimentos normativos, bastante onerosos na concessão dos empréstimos para os agricultores familiares. Essas dificuldades bem como as ações são ainda maiores e visíveis para as mulheres "beneficiárias".

De acordo com Melo (2003), a partir dos resultados de seu estudo realizado em um município do estado de Pernambuco, a ausência de uma política com viés de gênero limita a participação da mulher no Pronaf, através de sua condição de agricultora. Embora um dos objetivos do programa fosse contribuir para a visibilidade de sua participação na agricultura familiar, permitindo-lhe uma autonomia relativa na família, como resultado da geração de renda, decorrente dos recursos obtidos da aplicação do crédito, na prática, conforme a autora, esse fenômeno não se efetivou:

> O Pronaf como política pública dirigida para os agricultores familiares sem efetivar uma política específica de participação das mulheres não ajudou a avançar nas relações desiguais de gênero na área rural. Porém, o fato de pensar nas cotas para as mulheres já significa um passo que estas políticas públicas dão no sentido de visibilizar o trabalho da mulher na agricultura (MELO, 2003, p.204).

A referida autora mostra também que a participação das mulheres no Pronaf foi uma decisão familiar. Nesse sentido, o papel da mulher se reduz apenas ao de intermediária na obtenção do crédito para o homem, pois cabe a ele a administração do recurso.

No ano 2005 foi feita uma primeira avaliação, coordenada pela equipe do PPIGRE, sobre a participação das mulheres no acesso ao crédito à agricultura familiar, considerando a informação obtida da maioria das unidades de federação de todas as regiões de Brasil[24] (MDA/NEAD, 2005). A avaliação mostra algumas dificuldades encontradas, basicamente, na emissão da Declaração de Aptidão (DAP), no entendimento sobre o Pronaf e o acesso ao financiamento, bem como na elaboração do projeto de crédito.

No que diz respeito aos problemas relativos à emissão do DAP e à elaboração do projeto, as principais dificuldades referem-se a: cobertura existente, falta de informação, normatização, operacionalização, habilitação para obter a DAP, características institucionais das entidades credenciadas, formação e qualificação profissional e institucional relativa aos bancos propriamente ditos, condições básicas de habilitação para o crédito, demanda e a sua qualificação, bem como as interfaces destes aspectos considerando as relações de gênero. Prevalece também a percepção de que, em algumas regiões, os profissionais que trabalham na área não detêm conhecimento sobre a realidade na qual eles intervêm. Portanto, sua atuação não considera as potencialidades locais, como é o caso das atividades não agrícolas (artesanatos, gestão de projetos, agroindústria e comercialização de produtos) que são de interesse das mulheres.

Já no que diz respeito ao financiamento, destacam-se algumas condições prévias para se solicitar o crédito: a terra, a infra-estrutura, a ausência de documentação, as relações familiares e o endividamento das famílias agricultoras, a própria normativa do crédito, as garantias exigidas, a disponibilidade dos recursos, as relações institucionais entre agentes financeiros, sindicatos rurais, empresas de assistência técnica e sua relação com as mulheres trabalhadoras rurais.

---

[24] A avaliação considerou os resultados de 615 questionários provenientes de 20 unidades de federação. Esses questionários foram auto aplicados a partir de uma amostra aleatória junto à base dos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais e de mulheres agricultoras sob a coordenação de PPIGRE.

O estudo realizado por Alves (2007) no nordeste brasileiro reafirma algumas observações identificadas por Melo (2003) e pelo MDA/NEAD (2005). Alves (2007, p. 20), aponta uma série de aspectos estruturais e de ordem prática, tendo em comum as desigualdades sociais de gênero, que constituem alguns entraves para o acesso de crédito Pronaf às mulheres:

- Visão produtivista da Agricultura Familiar e representação naturalizada do homem como "chefe da família" responsável pela produção, que conduz a uma concepção masculina da unidade familiar. Como conseqüência, verifica-se uma desvalorização e marginalização das atividades realizadas pelas mulheres, na esfera produtiva e reprodutiva;
- Desinformação e falta de sensibilização por parte das instituições públicas sobre as demandas, interesses e direitos das mulheres. De fato, as práticas de atendimento e avaliação técnica são consideradas "neutras" do ponto de vista das relações de gênero por parte das agências financiadoras. Isso se reflete, basicamente, em dois aspectos: a) desconhecimento das linhas de crédito que têm como público alvo as mulheres, e b) baixo interesse em operacionalizar (nas planilhas de crédito) financeiramente atividades relativas às práticas produtivas das mulheres.
- Prática profissional da assistência técnica centrada na figura masculina, desvalorizando a atuação das mulheres na produção familiar, o que reforça as hierarquias sociais existentes. Isto se reflete na elaboração e gestão dos projetos por parte dos responsáveis pela assistência técnica e das associações rurais, prevalecendo geralmente os interesses e as necessidades masculinas;
- No que diz respeito à divisão sexual do trabalho, existe um aumento na dupla jornada, uma vez que, além das atividades produtivas e reprodutivas das mulheres, as possibilidades de novas tarefas e atribuições, com a participação pública e aquisição do crédito, demandam negociações ou rearranjos em relação às tarefas domésticas;
- Intervenção por parte dos companheiros em diversas situações: a) criando empecilhos para as mulheres acessarem o crédito, b) tutelando o empreendimento ou o recurso auferido através do crédito. Nesses casos, a mulher intermedeia a aquisição de um recurso a ser utilizado conforme os interesses do marido.
- A falta de documentação (direito básico) das mulheres rurais, bem como o desconhecimento e domínio, por parte das mulheres, dos trâmites relacionados às instituições públicas e outras referentes à produção e ao crédito.

- Falta de apoio das associações e dos sindicatos rurais às iniciativas das mulheres, especificamente relacionadas aos projetos produtivos e ao acesso ao crédito. Ao mesmo tempo, há dificuldades para emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf

Contudo, a autora acrescenta ainda que o financiamento por parte das mulheres e sua inserção em projetos produtivos lhes permite um auto-reconhecimento como sujeitos capazes de atuar nos espaços públicos, o que lhes possibilita questionar aspectos relativos às hierarquias sociais e de gênero. Nesse sentido, "o crédito, se por um lado representa possibilidade de mudanças positivas, também representa ônus e responsabilidades a mais a serem assumidas; abordar o crédito na perspectiva do processo de autodeterminação das mulheres significa pensar num processo de sensibilização das entidades ligadas ao crédito e no fortalecimento do processo organizativo das mulheres" (ALVES, 2007, p.18).

Especificamente na região Sul do Brasil, Fernandes (2008) faz uma comparação entre Pronaf-Mulher e o Pronaf-Custeio, em dois municípios do Estado de Santa Catarina, mostrando que a primeira modalidade de crédito, diferentemente da segunda, trouxe mudanças significativas, como a melhoria nas condições de saúde, bem-estar familiar e aumento da renda. Entretanto, a pesquisa aponta também alguns entraves como excesso de burocracia, a falta de abertura e vontade para a inclusão do tema do gênero nas instituições operadoras de crédito e a prioridade de concessão do crédito às mulheres mais capitalizadas.

Ainda é ressaltado que a escolaridade dos membros da família tem sido um aliado na hora de demandar políticas públicas e na conquista da cidadania, tanto das mulheres como dos demais membros da família. Nesse sentido, conforme a autora, o Pronaf-Mulher é importante, mas não é suficiente para o empoderamento econômico das mulheres, pois ele precisa de flexibilidade institucional e normativa.

No Rio Grande do Sul, a pesquisa realizada por Zanetti (2007), na região do Vale do Taquari, enfatiza que embora existam organizações tradicionais (clube de mães, familiares, etc.) em prol de uma vida social das mulheres, o processo prévio de organização, como o movimento de mulheres agricultoras, é um aspecto diferencial entre as mulheres que têm financiamento e as que não têm. Além disso, o pouco interesse pelo acesso ao programa de crédito, por parte das mulheres, para o desenvolvimento de uma atividade própria, advêm da falta de informação e do entendimento da importância de sua inclusão ao programa. Já o estudo realizado por Zorzi (2008), no município de Ijuí, destaca que o fato das mulheres terem acesso ao crédito Pronaf-Mulher e assumir em uma atividade que gera renda própria,

contribui para uma mudança positiva em termos de renda familiar, e isso tem significado um aumento de auto-estima para elas.

No entanto, ao mesmo tempo em que o processo de empoderamento apresenta resultados positivos, pelo fato das "agricultoras empreenderem novas ações que as envolve em diferentes esferas sociais, também mostra alguns limites ao considerar as possibilidades de transformação dos papéis sociais realizados por homens e mulheres do meio rural" (ZORZI, 2008, p. 118). Nesse sentido, a autora afirma que tanto a construção de agente quanto o empoderamento, a partir do acesso ao crédito, está em processo ou talvez dificilmente ocorra, uma vez que: 1) a decisão pelo acesso ao crédito não foi somente tomada pelas agricultoras e que possivelmente elas não teriam o financiamento sem o aval dos maridos; 2) os projetos formulados para a obtenção do crédito foram desenhados tendo em vista a continuidade das atividades complementares às atividades que as agricultoras já vinham desenvolvendo. Essa opção, por sua vez, tem uma série de implicações que refletem a invisibilidade da participação da mulher na produção para o consumo familiar, o aumento da jornada de trabalho e a permanência da tradicional divisão sexual do trabalho:

> A primeira implicação diz respeito à renda gerada pela comercialização. Como o empreendimento dos produtos coloniais não se constitui como fonte de renda principal, nem da propriedade da própria família – apesar das agriculturas assumirem a partir de então, grande parte dos gastos com o consumo familiar– as atividades das mulheres não competem, em importância, com as atividades dos homens. Em decorrência ocorrem as demais implicações: por um lado, o aumento da jornada de trabalho das agricultoras e, por outro lado, a manutenção da divisão sexual do trabalho, impossibilitando a ruptura, nesse momento, da tradicional dicotomia entre a "esfera produtiva" e "esfera doméstica" (ZORZI, 2008, p. 118).

Portanto, a autora conclui que o processo de construção da condição de agente e de empoderamento das mulheres, a partir do acesso ao crédito na linha Pronaf-Mulher, apresenta, por um lado, um leque de oportunidades de ações, de interação e de espaços sociais dos quais as mulheres eram excluídas. Por outro lado, apresenta algumas limitações decorrentes das condicionantes socioculturais relacionadas à agricultura familiar e de problemas estruturais da própria política de crédito rural voltada às mulheres.

Um aspecto importante, é o fato de que todos os estudos acima referidos,coincidem de forma unânime, em que existe um problema estrutural e de operacionalização do Pronaf, que se reflete na pouca efetividade em termos de mudança social, pois, como coloca Yannoulas (2002), este programa, desde sua origem e planejamento, não incorporou as questões de gênero:

> O Pronaf entre os programas criados na década de 1990 têm em comum o fato de não serem pensados especificamente para transformar as relações desiguais de gênero. Esta situação compromete parcialmente sua efetividade social, pois as relações de gênero não são consideradas no momento do planejamento e sim na hora da execução dos planos e ações, no intuito de absorver "clientes" do sexo feminino (principalmente chefas de família), mas sem garantir suas reais condições de participação (YANNOULAS, 2002, p. 61).

O Pronaf-Mulher é muito recente e, apesar dos diversos estudos realizados apontarem limitações, deficiências, insuficiências de recursos financeiros, entre outros fatores, ele significa um aspecto positivo para as mulheres agricultoras, pelo fato de representar a única oportunidade de terem sido reconhecidas como "trabalhadoras" pelo Estado através das ações do governo.

Até aqui foram considerados, por um lado, de forma sucinta, os argumentos teóricos sobre a noção da agricultura familiar que sustenta a criação do Pronaf e, por outro lado, a divisão sexual do trabalho presente na dinâmica dessa agricultura, que evidentemente, influi nas relações sociais de gênero, pelo fato das mulheres rurais, através das ações dos movimentos sociais (feministas ou não), terem conquistado o direito de financiar uma linha específica desse programa, o Pronaf-Mulher.

Porém, como mostram diversos estudos, a partir da criação do Programa, vem se apresentado uma série de elementos estruturais, que questionam o empoderamento das mulheres e as mudanças nas relações de gênero, como será mostrado e reafirmado nos próximos capítulos, com base na experiência de mulheres que financiaram o Pronaf-Mulher, no município de Rodeio Bonito, na Região do Alto Uruguai, que será contextualizada no seguinte capítulo.

4 ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E SOCIOECONÔMICOS DA ÁREA DE PESQUISA

Neste capítulo apresenta-se uma contextualização da região e do município onde foi realizada a pesquisa empírica, destacando-se aspectos relacionados com a ocupação, algumas características naturais e as condições socioeconômicas. Na seqüência são considerados, de forma sucinta, alguns aspectos sobre a situação das mulheres rurais no contexto brasileiro e uma caracterização sobre as mulheres entrevistadas, considerando basicamente a estrutura e a composição familiar, bem como o grau de escolaridade, as principais atividades produtivas e os aspectos de produção. A partir dos aspectos socioeconômicos e produtivos, procura-se entender o contexto no qual as mulheres estão inseridas.

4.1 Contextualização regional e municipal

A área onde foi desenvolvida a pesquisa empírica corresponde à microrregião de Frederico Westphalen, que por sua vez faz parte da região do Alto Uruguai, situada no norte do Estado do Rio Grande do Sul. Caracteriza-se por superfícies irregulares e altitudes que variam entre 400 e 800 m. Estas características não permitem mecanização plena da superfície agrícola, a qual ocorre nas áreas mais planas, onde existe um relevo menos acidentando e uma melhor qualidade do solo (CONTERATO et al. 2007; 2004).

A região é considerada de colonização recente, na qual se estabeleceram as "Colônias Novas" originárias das "Colônias Velhas"[1] a partir das primeiras décadas do século XIX. Antes da chegada dos "brancos", as florestas eram ocupadas por indígenas, principalmente da etnia Kaigang, além da presença de caboclos, descendentes de escravos e mestiços. A chegada dos colonizadores (descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses, entre outros) provocou a apropriação das terras dos indígenas, situação que ainda está em conflito pelas disputas sobre as retomadas das terras, mediante a expulsão e desapropriação dos "colonos"[2] (CONTERATO et al., 2007).

---

[1] As "Colônias Novas" são as áreas colonizadas pelos descendentes dos imigrantes alemães e italianos. Elas se situam na região Norte - Noroeste (onde se situam as microrregiões do Alto Uruguai, Missões e Planalto Médio) do Rio Grande do Sul. A "Colônia Velha" se situa na Região Sudeste do Estado, formada pelas microrregiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari (SCHNEIDER, 1999).

[2] Este termo diz respeito ao sujeito que vive numa colônia, até recentemente (ainda predomina no senso comum) era designado, aos pequenos proprietários (atualmente denominado como agricultores familiares) e é pelo fato da agricultura familiar do Alto Uruguai ter suas origens no processo mais amplo de colonização do norte do Estado do Rio Grande do Sul no início do século XX (CONTERATO et al., 2007; SCHNEIDER, 1999).

Nesse sentido, a atual conformação social, política e econômica do Alto Uruguai esteve influenciada pela peculiaridade de sua ocupação, associada às características naturais, resultando numa região favorável para o desenvolvimento de uma agricultura de base familiar precedida por um sistema produtivo colonial (CONTERATO, 2004; SANTOS, 2006)[3]. Segundo Conterato (2004), os avanços das novas áreas nesta região foram acompanhados da reprodução de antigas práticas sociais e técnico-produtivas desenvolvidas nas regiões de origem, as "Colônias Velhas", de forma que, a partir da década de 1970, as transformações dessas práticas levaram a uma redução da autonomia das famílias rurais e a reprodução social tornou-se mais dependente dos vínculos mercantis, o que levou a uma diferenciação social e produtiva entre os agricultores familiares.

Essas transformações estão relacionadas, em maior ou menor grau, à introdução de novas e modernas tecnologias através de uso de insumos industriais (fertilizantes, defensivos químicos, sementes melhoradas, máquinas e equipamentos, como tratores e colheitadeiras). Essas tecnologias foram marcantes, sobretudo, com o sistema de crédito destinado à especialização dos sistemas de cultivos via produção de grãos tais como trigo e soja (BRUM, 1988). Dessa maneira, a partir da década de 1970, a monocultura da soja tornou-se a principal produção nessa região, até 1985, quanto ocorre um relativo esgotamento da dependência da produção de grãos e um aumento da área destinada às pastagens naturais. Ou seja, a atividade leiteira, que até os anos 1960 e 1970 era voltada, principalmente, para o auto-consumo familiar, passou a ter uma importância social e econômica na região (CONTERATO, 2008).

> A redução da área destinada às culturas temporárias na microrregião de Frederico Westphalen na comparação entre os Censos Agropecuários de 1985 e 1995 foi superior a 39 mil hectares. No mesmo período, a área destinada às pastagens teve incremento de mais e 4 mil hectares, retomando aos mesmos patamares da década de 1970, quando passa a perder espaço para as lavouras de grãos. Na mesma microrregião, dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) e do IBGE demonstram que ao serem comparados os anos de 1995 e 2006 houve redução de praticamente 30 mil hectares na área plantada com soja e de 31 mil hectares na área plantada com milho na comparação do ano 2000 com o ano 1995 (CONTERATO, 2008, p. 111).

[3] Segundo Santos (2006), na época da colonização este tipo de agricultura passou por diferentes fases: a fase tradicional, na qual predominava a utilização de tecnologias tradicionais, utilização de recursos naturais e a produção de auto-subsistência. Na fase da agricultura moderna, a maior parte dos agricultores foram excluídos das atividades agropecuárias, enquanto outros conseguiram se capitalizar-se e integraram-se às grandes indústrias que se instalaram na região. Além dessa transformação, entraram em cena novos atores sociais com base nas diversas formas de organização: Sindicatos, Cooperativas de crédito, Movimentos Sociais (MST, MMTR, MPA).

De fato, o autor acima referido aponta com base na Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), que os dados de pecuária, no plano microrregional, mostram um aumento dessa atividade, uma vez que o número de vacas ordenhadas em 1995 era de 64, 412 e o volume de leite produzido de 88,1 milhões de litros, passando para 70, 618 vacas e 119,9 milhões de litros, no ano 2000.

Esses dados refletem um processo gradual de especialização produtiva, que inicialmente permitiu possibilidades de inserção aos mercados consumidores, sobretudo com a influência dos Complexos Agroindústrias (CAIs) [4] , mas ao mesmo tempo, essa especialização tem provocado uma redução no leque de alternativas produtivas e das estratégias de reprodução dos agricultores familiares, sendo que "somente a partir de meados da década de 1990 essa atividade aparece como uma possibilidade frente à produção de grãos, atraindo um número cada vez maior de produtores, principalmente, junto às pequenas propriedades" (CONTERATO, 2004, p. 94).

Nesse contexto, a especialização[5] dessa atividade é uma tendência visível na região, uma vez que ela constitui não apenas uma estratégia de comercialização, impulsionada tanto pela presença de cooperativas quanto pelas indústrias leiteiras, instaladas na região a partir da década de 1990. Igualmente, essa atividade significa uma possibilidade de renda mensal, mais segura para as famílias e menos sujeita a riscos por variações climáticas, principalmente por ser parte de uma estratégia de subsistência e diversificação produtiva, sobretudo para as famílias cuja produção é de escala reduzida (MARASCHIN, 2004; MELLO; SCHMIDT, 2003; PAULILO, 2002).

Não obstante, como toda intensificação e especialização de atividades produtivas, a produção leiteira também é acompanhada de riscos e incertezas, pois além da instabilidade de preços e da estrutura do mercado, existem uma série de fatores sociais, como o êxodo rural, que condicionam a consolidação da atividade leiteira (MELLO; SCHMIDT, 2003).

Assim, é importante explicitar que na região onde foi desenvolvida esta pesquisa, registram-se processos de concentração fundiária, esgotamento da fronteira agrícola, exclusão de produtores e diferenciação social. Também existe um intenso fluxo migratório, restrições quanto ao crédito rural e o fortalecimento de monocultivo (CONTERATO, 2008). Esses

[4] De acordo com Kageyama et al. (1990), a formação dos CAIs a partir da década de 1970 no Brasil, está relacionada com a política de modernização, que buscava aproximar um conjunto de atividades econômicas (agrícolas, industriais, comerciais e financeiras) para que estas funcionassem com elevado grau de integração.

[5] Conforme Paulilo (2002, p.2), como especialização entende-se que o leite deva deixar de ser um produto secundário na propriedade e que o produtor deva fazer investimentos para vencer a sazonalidade desse produto, uma vez que, se depender só das condições naturais, ele é mais abundante no verão (quando há mais pastagens) que no inverno.

aspectos têm levado à criação de diversos grupos de resistência, protesto e mobilização política, criando uma tensão social frente às necessidades de "melhoria" das condições de vida dos agricultores familiares em diversos municípios da região. Nesse cenário, a diferenciação social entre os agricultores e a "luta pela terra", na década de 1970, constituíram os principais motivos da mobilização e participação dos movimentos sociais na região do Alto Uruguai e em outras regiões do Rio Grande do Sul. Entre esses movimentos destacam: o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (NAVARRO, 1996; SHAAF, 2001).

4.1.1 Caracterização geral do município: aspectos demográficos e socioeconômicos

No que diz respeito ao contexto municipal, Rodeio Bonito encontra-se imerso na Região do Alto Uruguai (FIG. 2) e foi emancipado em 1963, tendo como municípios de origem Palmeira das Missões, Seberi e Irai. Localiza-se a uma altitude de 371 metros acima do nível do mar e a 432 km da capital do Estado (Porto Alegre). Divisa ao Norte com os municípios de Ametista do Sul e Planalto; ao Sul, com Pinhal e Novo Tiradentes; a leste com Cristal do Sul; e a oeste com Liberato Salzano. A sede do município está situada numa colina entre o Rio da Várzea e o Lajeado Rodeio, tendo posição geográfica determinada pelas coordenadas 27º 28 14˝ de latitude Sul e 53º 10 08˝ de longitude Oeste. Corresponde a uma área total de 83,25 km2 (representando 0,0309% do Estado; 0,0148% da região; e 0,001% de todo Brasil) (DOURADO, 1987; SAVOLDI, 2003).

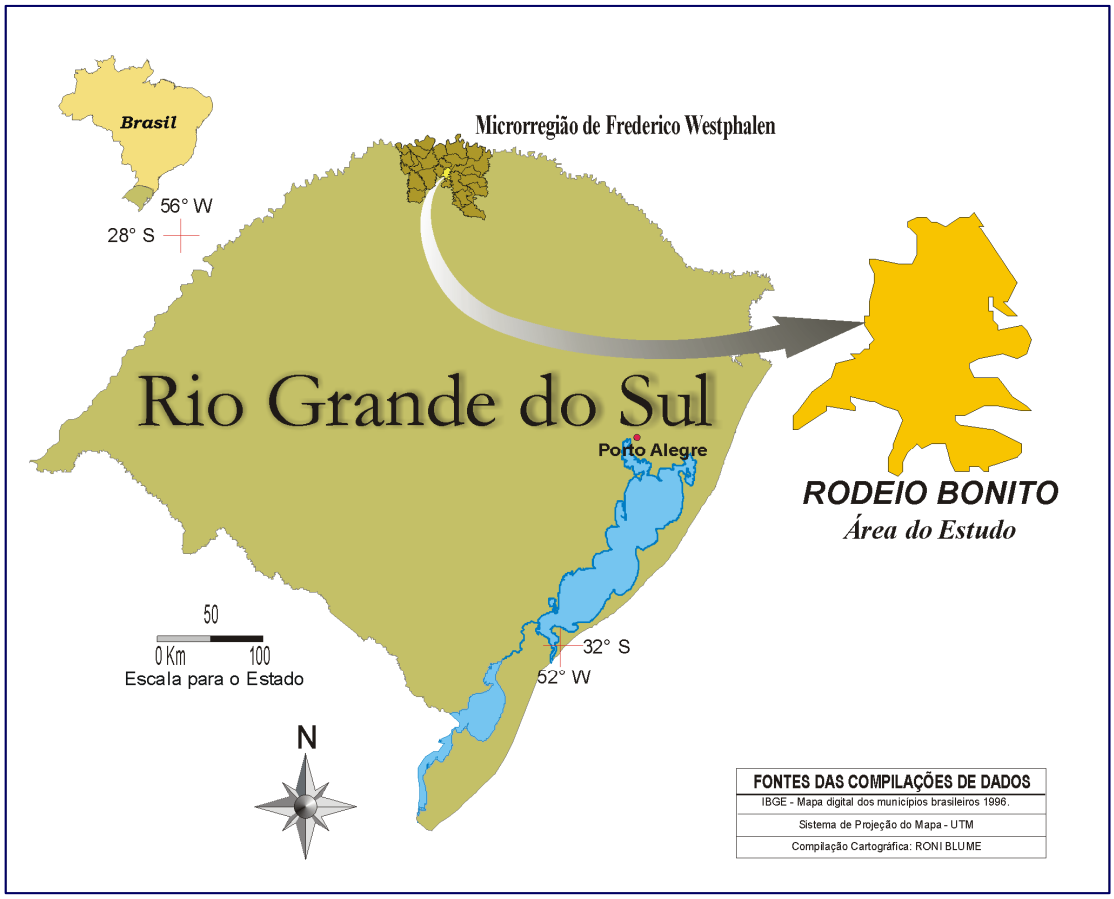

FIGURA 2- Localização geográfica do município onde foi realizada a pesquisa empírica.

No que se refere às características demográficas do município, é possível observar que ao longo de duas décadas a população total do município decresceu, levando-se em conta que, entre 1970 e 1991, a manutenção de um tamanho relativamente igual da população encobre a perda populacional decorrente do crescimento vegetativo (nascimento-óbito). No entanto, a partir da década de 1990 (GRÁF. 3), ocorreu uma perda populacional importante, verificando-se, em 2000, uma população de tamanho equivalente a 42,5% menor da que existia em 1991. Entretanto, o número de mulheres com respeito ao número de homens não mostra uma diferença significativa.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2000), o município é composto por 19 localidades[6] e contava com um total de 733 famílias. A população era de 5.751 habitantes, sendo 32,2% rurais (47,6% mulheres e 52,4% homens) e 67,8 % urbanos (50,9% mulheres, 49,1% homens). Neste sentido, praticamente a metade da população total eram mulheres

[6] Distancia aproximada das localidades com respeito da cidade de Rodeio Bonito, como segue: Volta da Vitória (08 km), Peixeiro (12 km), Bonita (06 km), Demetrio (10 km), Giordane (08 km), Salto Velho (12 km), Sanga da gruta (03 km), Santa Bárbara (06 km), Santa Anna (03 km), Santa Cruz (05 km), Negri (05 km), Barra do Pinhal (06 km), São João (04 km), Nova (05 km), Taquaral (07 km), São Pedro do Boccó (08 km), São Cristovão (03 km), São Roque (10 km), São Pedro da Cordilheira (12 km).

(49.85%), mas no meio rural a população masculina é 10% superior à feminina, o que indica um êxodo rural maior de mulheres do que o de homens. Conforme o Censo do ano de 2007, atualmente existe no município um total de 5,698 habitantes, ou seja, em oito anos a população decresceu 2,1 %.

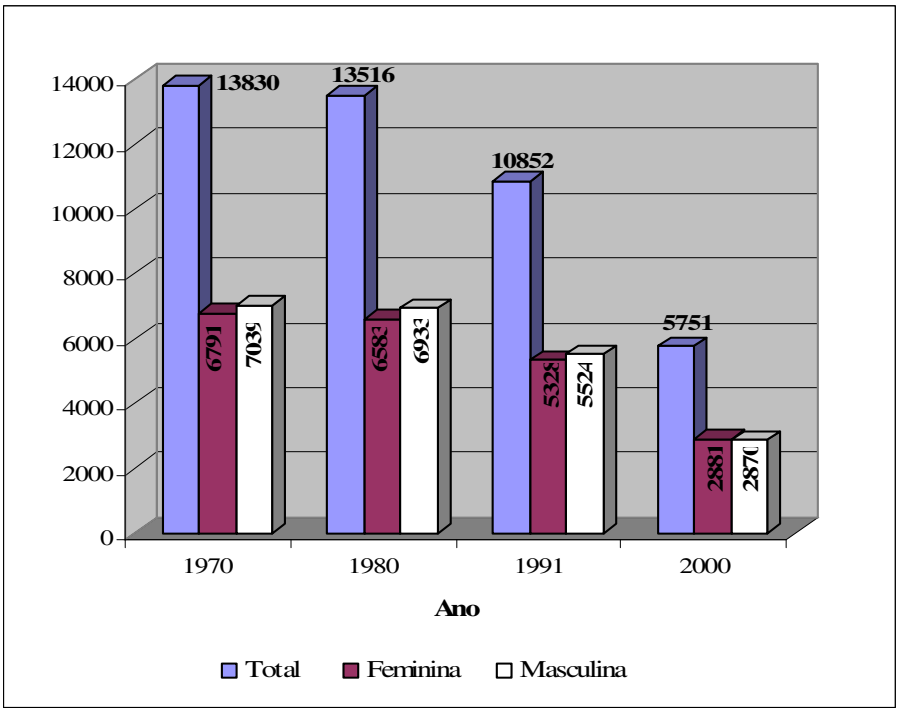

GRÁFICO 3- Evolução da população total com relação à população feminina e masculina do município de Rodeio Bonito.
Fonte: Censo Demográfico IBGE (2000).

Assim, no GRÁF.4 evidencia- se que entre a década de 1970-1980 começa a haver um decréscimo da população rural com relação à urbana, o que indica uma migração do rural para o urbano, que se torna mais evidente durante a década de 1990. Percebe-se que no ano de 1970 a população rural apresentava 90,41% do total, e a população urbana equivalia a 9,59%. Entre 1991 e 2000 a população rural passou de 85,07% para 32,17%, enquanto que a população urbana passou de 14,93% a 67,83%.

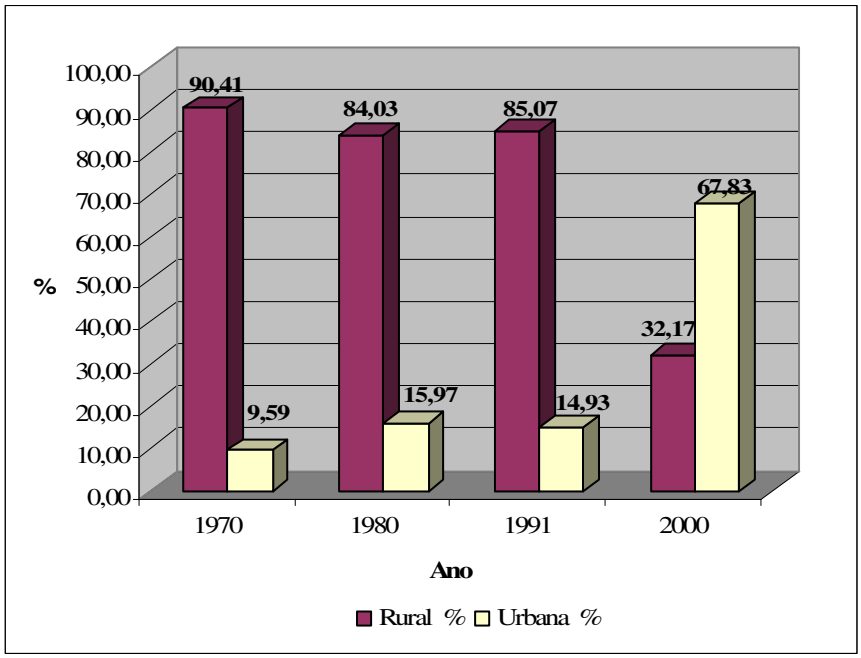

GRÁFICO 4- Evolução da população urbana e rural do município de Rodeio Bonito (1970-2000).
Fonte: Censo Demográfico IBGE (2000).

É importante mencionar que a perda populacional registrada pode ser decorrente de mudanças significativas na política agrícola, ocorrida no Brasil, entre 1985 e 1990, o que contribuiu para a intensificação do êxodo rural, além de uma transformação nos sistemas produtivos[7]. Além do processo migratório[8], essa diferença marcante entre 1991 e 2000 também é decorrente de um processo de emancipação ocorrido entre 1988 e 1995. Neste período foram desmembradas algumas áreas do município que passaram a constituir parte do território de quatro dos cinco municípios fronteiriços[9].

A população de Rodeio Bonito tem sua origem formada pela miscigenação de imigrantes portugueses, italianos, alemães, africanos, poloneses, libaneses e franceses. Os primeiros habitantes desta região foram os indígenas Kaigang da comunidade Péi-Kar, que se

[7] De acordo com Brumer e Weisheimer (2006) e Graziano, et al. (1997), houve grandes transformações entre a década de 1980 e 1990. Durante a primeira metade da década de 1980, a política agrícola caracterizou-se pela falta de crédito e pela retirada dos subsídios agrícolas, tendo efeitos sobre os médios e grandes produtores, e sobre cultivos destinados à exportação. O início da década dos anos 90 foi profundamente marcado pelo "desmanche" dos instrumentos da política agrícola, além de uma abrupta abertura comercial, afetando seriamente a agricultura nacional.

[8] A partir da década de 1970 o fluxo migratório vem ocorrendo em direção às cidades da Grande Porto Alegre, à região do Oeste Catarinense, ao Mato Grosso do Sul, Paraná e Rondônia.

[9] O município de Pinhal (2, 362 hab., 684 km^2) foi criado em 1988, Ametista do Sul (8,058 hab., 93,5 km^2) e Novo Tiradentes (2,331 hab.,75,4 km^2) foram criados em 1992, já Cristal do Sul (2,957 hab., 97,7 km^2) foi criado em 1995 (FEE, 2008). Novo Tiradentes e Cristal do Sul constituem hoje distritos de Rodeio Bonito.

instalaram à margem direita do Rio da Várzea por volta de 1850[10]. Os primeiros colonizadores oriundos de Palmeira das Missões e Sarandi, atraídos pela riqueza da caça das matas selvagens e da abundância de peixe nas águas do rio Várzea, estabeleceram-se entre 1902 e 1920. Entre os anos de 1928 e 1929, chegaram os descendentes de italianos e cinco anos mais tarde os descendentes de alemães. De fato, esta região foi uma das últimas a serem colonizadas no Rio Grande do Sul (DOURADO, 1987; SAVOLDI, 2003).

Nessa época, a mata que existia às margens do rio era rica em espécies madeiráveis de boa qualidade (cedro, louro, canela, etc.), que inicialmente eram destinadas para a construção de balsas, permitindo a mobilidade entre os moradores e o transporte das principais madeiras para a comercialização (maior auge na década de 1930), geralmente para Argentina.

O tipo de clima é subtropical úmido. Outrora, as condições climáticas da região (a alta umidade em decorrência da serração que ocorria com bastante intensidade nos meses de inverno impedia a formação de geadas) e de fertilidade do solo[11] facilitavam o cultivo de cana de açúcar, matéria prima básica para a produção de açúcar mascavo, melado, rapadura e aguardente. Também se cultivava trigo, feijão, milho, mandioca, fumo, fava, batata doce, batata inglesa, fumo de corda, entre outros, que eram destinados principalmente para o consumo familiar e o excedente era comercializado em Palmeira das Missões.

Além disso, predominava a criação de alguns animais como cavalos, porcos, vacas e galinhas. Após 1935, foi comum a prática da especialização produtiva, através da suinocultura e da produção do milho[12], posteriormente foram introduzidos alguns cultivos de importância comercial como o trigo e a soja, acompanhados de novas e modernas tecnologias, da utilização de insumos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas. A produção era comercializada principalmente na Cooperativa Agropecuária Rodeio Ltda.(Cooperodeio)[13] e

[10] Ainda existem alguns remanescentes de indígenas, morando na comunidade Pâ i Kar (conhecida como Pranchada ou Rio da Várzea), constituída de 67 famílias com uma população de 440 habitantes que vivem numa área de 200 hectares. As principais atividades são a agricultura, a comercialização de artesanato, a caça e a pesca.

[11] O solo é de tipo Ciríaco-Charrua, caracterizado como brunizem-litólico, de boa *fertilidade natural*, formado, maiormente por terras roxas; uma parte é formada pela decomposição de rocha basáltica, apresentando alta pedregosidade (CONTERATO, 2004; DOURADO, 1987).

[12] Tanto a suinocultura quanto a produção do milho tiveram maior auge na década de 1980, inclusive naquela época o município realizava anualmente a Feira de Suínos juntamente com a Secretaria de Agricultura e Associação dos Criadores de Suínos de Rio Grande do Sul. O município também foi conhecido como "a Capital Estadual do Milho" sendo que entre 1983 e 1984 destacou-se como o maior produtor do milho.

[13] A Cooperodeio era uma associação de agricultores fundada em 1962, com área de ação nos municípios de Rodeio Bonito, Liberato Salzano e Palmeira das Missões. Começou suas atividades em 1963, através da compra e venda de milho, soja, trigo, feijão, leite, laranja e suínos. Porém, no final da década de 1980, a cooperativa enfrentou grandes problemas de crise econômica, entrando na falência em 1994.

na Comercial Acadroli[14]que ainda é a responsável pela venda de grande parte da produção suinícola da região (DOURADO, 1987).

Atualmente, uma das principais atividades econômicas é a produção pecuária (representada por gado leiteiro e criação de suínos) e a agricultura, em que predominam principalmente os cultivos de milho, soja, feijão, fumo e trigo, cuja área plantada e volume produzido tem sido muito instável (TAB.,2). Como foi relatado anteriormente para a região, tanto o milho quanto a soja tem perdido espaço de produção nos últimos oito anos.

Tabela 2 - Principais cultivos temporários no município, segundo área cultivada, produtividade e volume produzido na safra 2007-2008.

Lavouras Temporárias	Área (hectares)	Produtividade (kg/ha)	Volume (ton.)
Milho	3500	2730	9555
Soja	2500	1680	4200
Feijão	250	1200	300
Fumo	35	1533	539
*Trigo	200	540	108

Fonte: Dados disponibilizados pela Emater/RS, 2008.
* Dados referentes à safra 2006-2007

Conforme os dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE[15], no ano 2000, a área destinada para a plantação de milho era de 6.300 hectares (18.900 ton.), enquanto que para a soja era de 4.500 hectares (7.344 ton.), com uma produtividade de 3000 kg/hectare e 1,632 kg/hectare, respectivamente. Na última safra (2007-2008), tanto a área como o volume produzido decresceu significativamente para ambos os cultivos, embora a produtividade tenha aumentado ligeiramente. O decréscimo da área tende a estar associado a uma possível utilização da terra para outras atividades[16], como por exemplo, a atividade leiteira e a

[14] A comercial Acadroli, faz parte da Granja São João, uma das maiores granjas de suínos do Rio Grande do Sul, instalada na década de 1950.

[15] Os dados da Produção Agrícola Municipal correspondem a uma pesquisa realizada anualmente em todos os municípios do país sobre a atividade agrícola relativa a 29 produtos de culturas temporárias e 33 de culturas permanentes. Para todos os produtos levantados pelo IBGE, são consideradas as seguintes variáveis: área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS- CNM, 2008).

[16] Em 2003 iniciou no município o programa intitulado "juntos para competir", que tem como objetivo organizar e aprimorar as principais cadeias produtivas do segmento de agronegócios no Rio Grande de Sul: bovinocultura de corte, cana de açúcar e derivados; suinocultura, fruticultura (citricultura) vitivinicultura e apicultura. Entre as ações destacam a realização de capacitações, acesso a novas tecnologias e a mercado. Essas ações têm a parceria da Prefeitura Municipal, da Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Cooperativa Catarinense (Cooper A1). Essa iniciativa também é desenvolvida em parceria entre o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (SEBRAE /RS), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL). (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO RIO GRANDE DO SUL-SEBRAE, 2008).

produção de laranja, bem como em decorrência de um "esvaziamento" do campo que vem ocorrendo a partir da década de 1970.

Além dessas culturas, existem pequenas áreas nos quintais, onde se cultivam diversas hortaliças (repolho, couve, alface, beterraba, cenoura, chuchu, melancia, melão, etc.), bem como outras culturas permanentes: pomares de laranja, bergamota, pêssego, uva, pêra, banana, ameixa, etc. Cabe apontar que, a partir da década de 1990, e, sobretudo nos últimos anos, vem se incentivando a produção de leite e de laranja. Ambas as atividades têm sido mais expressivas a partir de 2005, devido à instabilidade climática predominante na região[17]. De acordo com a informação proporcionada pela Emater, no ano 2007, a área de produção de laranja era de 175 hectares; já em 2008, a área aumentou para 251 hectares, tendo uma produção anual de 2,250 ton./hectares. Ao mesmo tempo, a produção de leite, em 2007, foi de 168.300 litros/mês, passando para 240.000 litros /mês em 2008.

Um aspecto importante a ser considerado é o fato de que o Estado, através do crédito agrícola[18]subsidiado vem incentivando a aquisição de máquinas e equipamentos como tratores e colheitadeiras. Neste contexto, grande parte dos agricultores, aos poucos, está substituindo a força de trabalho manual pelo uso de equipamentos mecanizados. Porém, esse fato vem se dando de forma parcial e não homogênea. A partir do trabalho de campo foi possível constatar que, por um lado, a maioria das famílias utiliza insumos químicos, principalmente para as lavouras de milho, soja, trigo e fumo; por outro, ainda existem estabelecimentos onde o trabalho agrícola é realizado através da força de tração animal, sobretudo, nas áreas com relevo e superfícies irregulares, localizadas na margem do Rio da Várzea. Na verdade, esse fato trouxe como conseqüência uma diferenciação econômica e exclusão social dos produtores familiares, aprofundando assim o processo do êxodo rural.

Atualmente, o município possui 1,092 estabelecimentos agropecuários, sendo que 55% concentra-se em áreas de 05 a 10 hectares e somente 23% em áreas de 20 a 30 hectares. A estrutura fundiária é caracterizada pela predominância de pequenas propriedades, com área média de 8,75 hectares, terras com topografia acidentada, pelo menos uma parte com pedregosidade superficial; 30 % do território é plano ou levemente ondulado, próprio para as culturas de soja, trigo e milho; o restante (70%) constitui-se de terreno montanhoso

[17] Nos últimos quatro anos têm sido comuns as condições de estiagem na região e grande parte do Estado, que teve um maior impacto no verão de 2005 (informação proporcionada pelas agricultoras e os técnicos entrevistados).

[18] O crédito agrícola, através da política do Sistema Nacional de Crédito Rural, tinha como principal função transformar a base técnica dos estabelecimentos agropecuários. Através dele pretendia-se operar mudanças profundas no processo de desenvolvimento no país e, ao mesmo tempo, criava-se um amplo mercado para a indústria de máquinas, implementos, equipamentos e insumos agrícolas já implantado no âmbito nacional (BRUM, 1988; LEITE, 2001).

(DOURADO, 1987; SAVOLDI, 2003). O município tem como característica principal aspectos relacionados à ruralidade e à pobreza[19] e é considerado como prioritário para efeito das políticas públicas de combate à pobreza rural e de degradação ambiental (SCHNEIDER; WAQUIL, 2001).

Além da atividade pecuária e agrícola, encontram-se estabelecidas diversas indústrias (quatro de ramo moveleiro, duas de fabricação de artefatos de concreto, cerâmica, tijolos, construção civil, e uma fábrica de recuperação de transformadores), que na década de 1990 foi uma das atividades que mais se destacou como fonte de renda familiar. Desde os primórdios da colonização surgiram pequenas indústrias, especialmente aquelas dedicadas à transformação dos produtos agrícolas em alimentos tais como atafonas, moinhos coloniais, alambiques que produziam aguardente, bem como soques de erva mate, serrarias e marcenarias.

Ainda existem algumas indústrias de derivados de cana-de-açúcar, bem como uma indústria leiteira (o laticínio Stefanello)[20], algumas cooperativas de crédito (O Sicredi e a Crehnor)[21] e uma Cooperativa Agrícola (Cooper A1)[22]. Também se destacam algumas indústrias com beneficiamento e comercialização de pedras preciosas, já que o município é caracterizado como uns dos grandes produtores dessas pedras (ametista, ágatas, gipsitas, calcitas e zeolitas)[23], que por sua vez, constitui uma atividade complementar, principalmente para a população rural que se encontra próxima das áreas potenciais (SAVOLDI, 2003).

---

[19] Estas características são identificadas a partir de um estudo realizado sobre a caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. Schneider e Waquil (2001) estabeleceram uma tipologia de municípios de Rio Grande do Sul, com base em diversas grades de variáveis e indicadores socioeconômicos (população, renda, estrutura fundiária, manejo e uso de recursos produtivos e infra-estrutura urbana e rural), categorizando cinco grupos (A, B, C, D e E).

[20] O Stefanello iniciou suas atividades em 1996 no município de Seberi. No ano 2000 a empresa foi transferida para o município de Rodeio Bonito e no segundo semestre de 2007 foi estabelecida uma agropecuária para facilitar o atendimento dos clientes.

[21] A Sicredi foi fundada a partir da primeira Cooperativa de Crédito Rural do Médio Alto Uruguai que surgiu no município em 1981, denominado originalmente como CREDIRODEIO, que foi afiliada à COCECRER-RS (Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul). Em 1992, passou a ser um sistema de crédito adotando a nominação de SICREDI Rodeio que mais tarde, junto com a SICREDI Frederico Westphalen, formaram a SICREDI ALTO URUGUAI. Desta forma, a cooperativa constituiu-se, na região, na maior instituição financeira local. A Crehnor é um sistema de crédito rural dos pequenos agricultores e da Reforma Agrária que começou a operar no município no ano 2000.

[22] A Cooper A1 é a fusão de três cooperativas: Palmitos, Mandai e Santa Luz e é filiada à Cooperativa Central Oeste Catarinense Aurora, com sede no estado de Santa Catarina (teve sua origem na década de 1930). No estado de Rio Grande do Sul e no município especificamente, foi estabelecida em dezembro de 2004, basicamente funcionando como uma agropecuária, posteriormente começou a receber produção de cereais, leite e laranja (Pesquisa de campo, 2007).

[23] No município existem aproximadamente 33 garimpos (representa 9% dos 374 que existe em toda a região), especificamente na localidade de Saltinho (ocupa o terceiro lugar no contexto regional), onde trabalham perto de 200 garimpeiros, com uma produção de 20,000 quilos de pedras brutas por mês (SAVOLDI, 2003).

A atividade agropecuária, juntamente com as diversas indústrias e os pequenos comércios, constituem as principais alternativas de geração de renda e por sua vez, fornecem as principais fontes de emprego à população local. Também são diversos os serviços oferecidos pelo município, entre os quais destacam: serviços bancários, através do Banrisul, Bansicredi e a Caixa Econômica; sistema de saúde; energia elétrica fornecida pela Cooperativa de Eletrificação Rural (CRELUZ); serviços de transporte terrestre intermunicipal e escolar; sistema de ensino; e assistência técnica oferecida pela Emater[24].

A Emater constitui uma das principais referências para os agricultores familiares do município. Ela é composta por dois técnicos (titular e suplente), uma extensionista na área social, e uma auxiliar administrativa. Os técnicos, cuja formação é agronomia, geralmente atendem a parte de assistência técnica e burocrática no que diz respeito aos programas de crédito e outros apoios relacionados com as diversas atividades produtivas. A extensionista desenvolve trabalhos específicos de caráter social (cursos de capacitação, oficinas e viagens de intercâmbio em diversos municípios da região) com algumas mulheres.

Além das cooperativas de crédito, outra entidade em que os agricultores encontram-se associados é o Sindicato de Trabalhadores Rurais [25], cuja função é o atendimento sobre questões relacionadas aos direitos trabalhistas (por exemplo, a aposentadoria rural), regulamentação e atualização de documentação para o acesso ao crédito rural e titulação de terra, bem como serviços de assistência médica mediante visitas periódicas de médicos homeopatas, dentistas e oftalmologistas, entre outros.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais foi fundado em 1968 e, como aconteceu com o processo sindical no Rio Grande do Sul, ele foi criado para ser um órgão assistencialista, brindando assistência dentária e hospitalar através do programa de Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)[26], até 1981. A partir desse ano foi feito um trabalho de base, apoiando a organização e conscientização dos agricultores, em defesa de seus direitos. Após

[24] A instituição da Emater foi estabelecida no município em 1978; na época constituiu-se como serviço de assistência técnica com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade da agricultura, visando o aumento da renda do produtor e o bem-estar das famílias. Na década de 1980, o trabalho realizado pela instituição constava de quatro programas: 1) Produção e abastecimento, 2) apóio à produção, 3) proteção ao Meio ambiente e 4) o programa de promoção social (DOURADO, 1987). Atualmente tem como objetivo promover ações de assistência técnica e social, de extensão rural, classificação e certificação; cooperando no desenvolvimento rural sustentável.

[25] O Sindicato de Trabalhadores Rurais é afiliado a FETAG (Federação de Trabalhadores na Agricultura), além de manter relação com o Movimento Sem Terra e o Movimento de Pequenos Agricultores. Ao longo de 35 anos de criação do Sindicato, as principais conquistas foram: Benefícios na área de Previdência (aposentadoria e salário maternidade) e Assistência Social (assistência médica odontológica gratuita), Reforma Agrária, direito ao crédito rural com juros subsidiados.

[26] Programa de governo federal instituído no início dos anos 1970, que subsidiava um atendimento gratuito às populações rurais. Entrou em colapso com a crise econômica do início dos anos 1980 (NAVARRO, 1996).

1986, com abertura democrática no país, tornou-se possível a formação de um "sindicalismo combativo" (DOURADO, 1987); com o intuito de representar efetivamente as "bases", sustentado no discurso de um "sindicato autêntico"[27]. Atualmente está composto por mais de 1500 sócios, dos quais as mulheres constituem apenas 20%. A estrutura sindical é formada pelo presidente, a secretária, o tesoureiro e o técnico agrícola.

No que se refere ao sistema educacional, atualmente no município existem, além de duas escolas de Educação para Jovens e Edultos (EJA), três escolas de ensino infantil, sete escolas municipais de ensino fundamental (três na sede municipal e o restante em quatro localidades do meio rural) e uma escola de ensino médio. Para realizar algum curso superior geralmente as pessoas deslocam-se aos municípios de Seberi (30 km), Palmeira das Missões (60 km) ou Frederico Westphalen (32 km). Conforme os dados do Censo 2000, do total das pessoas (1714) que freqüentavam a escola, 61% correspondia ao nível de ensino fundamental, 17% ao ensino médio e 13% ao curso superior. O restante ao nível pré-escolar, alfabetização de adultos e pré-vestibular. De acordo com os anos de estudo, a maioria das pessoas (de 10 anos ou mais) concentravam-se na faixa etária entre os quatro e sete anos, com 2050 pessoas.

De acordo com os indicadores socioeconômicos do município, segundo o IBGE, em 2005 o Produto Interno Bruto do município era de R$38.579 mil, desse total, o setor serviços tem contribuído com 55% e o setor agropecuário com 24%, enquanto que a indústria e os impostos têm contribuído com 14% e 7% respectivamente. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita para o mesmo ano era de R$ 6. 927,00. A taxa de analfabetismo, para o ano 2000, era de 9.34% e a expectativa de vida ao nascer de 75, 52 anos (FEE, 2008). Já no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), observa-se que teve um aumento significativo (15,4%), passando de 0,701 em 1991 a 0, 809 no ano 2000 (PNUD, 2000). Conforme se observa no GRAF.5, nesse mesmo período, dos três principais indicadores, o que mais aumentou foi IDH- Renda (19,03%), seguido do IDH- Educação (15,56%) e o IDH- Longevidade (12,26%).

[27] De acordo com Schmitt (1996, p. 190, 195), no Rio Grande do Sul, a fundação dos STRs esteve estreitamente associada ao trabalho desenvolvido por setores conservadores da Igreja Católica. Assim, a criação da FAG (Frente Agrária Gaúcha), fundada em 1961 por iniciativa dos Bispos gaúchos, foi decisiva no processo de constituição dos sindicatos. Tratava-se de criar as bases de um sindicalismo "verdadeiro e autêntico". A mesma autora indica que o Sindicato só é realmente "autêntico"quando as bases participam, de forma consciente e organizada. Nesse sentido, cabe à diretoria cumprir esse papel para que os agricultores lutem pela conquista de seus direitos. Logo, a legitimidade dessa luta possui dimensões ético-religiosas.

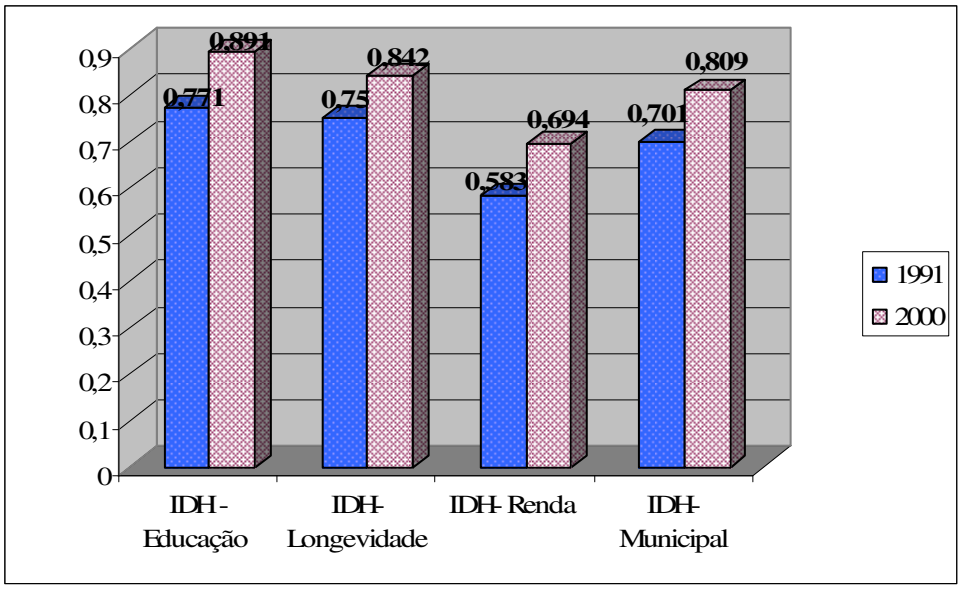

GRÁFICO 5- Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano
Fonte: PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano (2000).

Por fim, um aspecto importante para destacar são as diversas atividades comunitárias de tipo religioso. Nesse sentido, a religião que predomina é a católica, seguida pela evangélica, pentecostal e Testemunha de Jeová.

4.2 Situação das mulheres rurais no contexto brasileiro

Para contextualizar e entender a situação atual das mulheres rurais consideram-se aqui alguns aspectos gerais no que diz respeito à população feminina e masculina na área rural e urbana do Brasil e do Rio Grande do Sul, bem como alguns aspectos referentes à inserção das mulheres na atividade agropecuária, no contexto geral.

Conforme o Censo do ano 2000, do total da população (169.799.170 hab.) residente no Brasil, 18,7% (31.845. 211 hab.) correspondia à área rural e 81,2% (137.845.211) à área urbana. Do total da população rural, 51,6% correspondia ao sexo masculino e 48,4% ao sexo feminino. Especificamente, no caso do Rio Grande do Sul, para o mesmo ano, o total da população era de 10.187.798, dos quais 18,3% (1.869.814) concentrava-se na área rural, enquanto que 81,6% (8.317.984) na área urbana. Do total da população rural 47,7% eram mulheres e 52,2% homens IBGE (2000).

Observa-se que tanto para o Brasil quanto para o Rio Grande do Sul, existe uma diferença significativa entre o número de população urbana e rural. Ao considerar a distribuição da

população por sexo na área rural, percebe-se maior presença do sexo masculino, enquanto que o excedente feminino concentrava-se na área urbana. Com base nos dados de Pesquisa Nacional de Domicilio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD) de 2004, Melo e Di Sabatto (2006) apontam que a população rural representava 17% da população nacional.

No mesmo ano, o excedente feminino concentrava-se no meio urbano, o que indica uma permanência do fenômeno da masculinização no mundo rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1997). Isso é evidente quando utilizando os mesmos dados, Melo e Di Sabatto (2006) mostram que entre 1993 e 2004 o crescimento da ocupação agropecuária foi negativo (-2,3%) devido à substancial queda da ocupação feminina (-8,7%), enquanto que a masculina teve uma taxa de crescimento de apenas 1,1%.

Além disso, no mesmo ano, ao considerar o pessoal ocupado na agropecuária por faixa etária segundo o sexo, destaca-se que as meninas, adolescentes e jovens do sexo feminino, migram do campo para a cidade, enquanto que na área rural há um percentual maior de mulheres com 60 anos e mais, o que denota também um envelhecimento da população nessa área. Outro fator que tem repercutido na situação das mulheres é o analfabetismo, pois segundo dados da PNAD (2004), é muito expressivo no meio rural, sendo 32 % desta população contra 17% da população urbana. De igual modo a baixa escolaridade é dominante na primeira população, sendo as mulheres que apresentam as taxas de participação mais elevadas para baixa escolaridade a partir de quatro anos de estudo (MELO; DI SABATTO, 2006, p.51, 59).

No que diz respeito à população ocupada nas diferentes atividades agropecuárias para o ano 2004 (Tabela 3), observa-se a participação significativa de homens nas lavouras (permanentes e temporárias) e na pecuária, sendo responsáveis por 80,7% de toda a ocupação masculina enquanto que estas mesmas atividades ocupam 54,9% do total de mulheres. Já na atividade de criação de aves e pequenos animais, constituem 25,1% do trabalho feminino e 2,6% do trabalho masculino.

Ao levar em conta a participação por sexo, observa-se que na produção das lavouras e da pecuária a taxa de participação feminina é muito baixa: 26,9% nas lavouras e 14, 3% na pecuária. Enquanto que no cuidado das aves e pequenos animais, a taxa de participação é maior, atingindo 82%; já a taxa de participação masculina nesta atividade é apenas de 18 %. Também se verifica que nas outras atividades há um predomínio da mão-de-obra masculina. Constata-se também que do total da população ocupada nessas atividades, 68% correspondem ao sexo masculino e 32% ao feminino.

Tabela 3 - Pessoal ocupado na agropecuária por atividade segundo o Sexo (%)- Brasil, 2004

Atividade	Homem % s/ total	Mulher % s/ total	Homem % na atividade	Mulher % na atividade
Lavouras	61,2	48,0	73,1	26,9
Pecuária	19,5	6,9	85,7	14,3
Aves e pequenos animais	2,6	25,1	18,0	82,0
Horticultura/Floricultura	8,2	15,2	53,4	46,6
Pesca/Aqüicultura	2,9	1,0	86,2	13,8
Silvicutura/Exploração florestal	1,9	2,3	63,8	36,2
Apicultura/Sericicultura	0,2	0,0	88,2	11,8
Atividade não especificada/Serviços	3,6	1,4	84,0	16,0
Total	100,0	100,0	68,0	32,0

Fonte: PNAD/IBGE, 2004 (MELO; DI SABBATO, 2006).

Outro aspecto relevante é a participação das mulheres na produção para auto-consumo. Conforme Melo e Di Sabatto (2006, p.64), nas atividades em que genericamente predomina o trabalho feminino não remunerado como a lavoura e a pecuária, provavelmente acontece porque existe a visão de que o trabalho da mulher é coadjuvante no âmbito familiar, uma vez que a mulher se destaca como membro não remunerado nessas atividades. Diferentemente do que ocorre na atividade de aves e pequenos animais, bem como na horticultura/floricultura, nas quais as mulheres se destacam como provedoras da alimentação familiar, uma vez que predomina o trabalho na produção para auto-consumo. Essa produção representa do total feminino, 90,6%, em aves e pequenos animais e 58,1%, em horticultura/floricultura (TABELA 3).

Por fim, no que diz respeito à distribuição de renda do setor agropecuário, Melo e Di Sabatto (2006, p.68) ressaltam que em geral é precária e desigual. Segundo estes autores, essa situação pode ser explicada pela alta concentração da propriedade da terra e pelo intenso processo de mecanização decorrente da presença do agronegócio que expulsou os trabalhadores do campo. No setor agropecuário, especificamente, as mulheres quando recebem alguma renda, ganham quase 56,4% do rendimento médio pago ao sexo masculino. Já analisando as diversas atividades da agropecuária, tanto os homens como as mulheres têm nas atividades da pecuária o melhor rendimento médio do setor. Também nessa atividade as mulheres conseguem obter rendimentos mais próximos dos aferidos pelos homens, com uma

taxa de 77% do rendimento masculino, o que talvez indique uma maior participação de mulheres empregadoras nesse setor. Entretanto, nas atividades onde predomina o auto-consumo e sem remuneração, as poucas que recebem rendimento ganham muito pouco (MELO; DI SABATTO, 2006, p.70).

4.2.1 Perfil das mulheres entrevistadas: composição familiar, faixa etária e escolaridade

A maioria das mulheres entrevistadas é de origem italiana; apenas cinco delas disseram ser de origem brasileira[28]. De modo geral as mulheres entrevistadas são originárias das diversas localidades do município, apenas três delas são de outros municípios da região.

Quase todas as mulheres entrevistadas fazem parte de uma estrutura familiar de tipo nuclear, composta de pai, mãe e filhos/as; apenas seis mulheres entrevistadas constituem parte de uma família "ampliada", ou seja, os filhos casados moram na mesma propriedade, mas em casas separadas[29]. A maioria das mulheres mora em casas de material de construção ou de madeira, todas contam com serviço de água encanada e eletrificação. Em quase todas as propriedades visitadas foram observadas algumas construções, tais como estrebaria, chiqueiro, paiol, galpão e galinheiro.

Conforme mostra o Quadro 2, do total de mulheres entrevistadas, 20 são casadas, duas viúvas, uma solteira, uma separada e uma reportou morar em união estável. As idades oscilam entre os 26 anos (a mais nova) e 68 anos (a mais velha). Dessa forma, 52% das mulheres estão entre os 40 e 55 anos de idade, 16% estão acima dos 55 anos e 32% têm menos de 40. De um total de 72 filhos/as, 66% correspondem ao sexo masculino, 34% ao sexo feminino; 48% das mulheres têm entre três e quatro filhos/as[30]. A idade dos filhos varia desde uma mínima de quatro anos até a máxima de 42 anos, encontrando-se em média entre os 19 anos. Somente duas das entrevistadas não têm filhos (uma solteira e outra casada), ambas estão na faixa etária dos cinqüenta anos.

Quanto à escolaridade, em geral poder-se-ia dizer que não há analfabetismo neste universo feminino, pois pelo menos 72% das mulheres têm entre três e cinco anos de

[28] A origem brasileira refere-se às pessoas que tem uma raiz cabocla, descendentes de afro-brasileiros.
[29] De acordo com Melo et al. (2008), a Família Nuclear (conjugal) está composta do homem, da mulher, dos filhos, dos agregados crianças e adolescentes. A Família Ampliada é composta da mulher, do homem, dos filhos casados e de outros membros da família adultos.
[30] Embora, seja surpreendente a diferença entre o número de filhos com respeito ao número de filhas, estes foram os totais coletados na mostra utilizada.

escolaridade[31]. Apenas 12% estudaram a quarta série incompleta; o restante estudou entre a oitava série e o segundo grau, somente uma delas mencionou não ter tido oportunidade de estudar. Algumas ponderaram em seus discursos que gostariam ter estudado mais, não o fizeram devido a vários motivos: a) dificuldades de acesso à escola, b) necessidade de assumir responsabilidades de sustento da família, c) problemas econômicos ou de saúde, e d) pelo comprometimento com as tarefas domésticas, na roça e na unidade de produção familiar. Os seguintes depoimentos refletem alguns desses aspectos:

> Eu estudei até a quarta série, naquela época nossa família era bem pobrezinha e meus pais não podiam pagar os estudos, mas meu sonho sempre foi estudar enfermagem. Se não fosse doente, eu ia voltar para estudar, porque para isso não tem idade, hoje em dia é mais fácil estudar (Entrevista 16, agricultora, 41 anos).

> No tempo que nós estudávamos, tinha só até quinta série no Pinhal e no Rodeio. Daí o pai não tinha condição de deixar todos estudarem e eu tinha que ajudar porque a família era grande. Meus irmãos foram à cidade, se formaram e quem ficou na roça, está meio "pedalando" (Entrevista 24, agricultora, 55 anos).

> Eu comecei a estudar aos nove anos, porque tinha que ajudar a mãe a cuidar dos irmãos mais novos. Estudei até o final da quinta série, eu queria estudar mais, mas como eu era a mais velha da casa e o pai ficou doente, dai tive que parar de estudar para cuidar dele (Entrevista 1, agricultora, 54 anos).

Observa-se também nos relatos das mulheres que geralmente elas tem sido pouco privilegiadas para continuar com os estudos, principalmente nas famílias onde predominavam os homens, pois geralmente eram eles os que tinham o "privilégio" de sair para se formar com a esperança de que retornassem à propriedade. Nesse sentido, tendo como referência esse aspecto, algumas mulheres expressaram uma preocupação de garantir o estudo para os filhos e as filhas, uma vez que hoje são maiores as facilidades de acesso à escola, como uma das mulheres colocou: "para mim é muito difícil, agora é mais fácil estudar, por isso eu digo à minha filha que tem que estudar e ser alguém na vida".

[31] E importante mencionar que quatro das mulheres entrevistadas relataram ter estudado até a 4ª série, pois era o máximo grau de escolaridade na época de seus estudos.

QUADRO 2- Características e composição familiar com base nos dados da idade, estado civil, escolaridade, ocupação e número de filhos (dividido por sexo) das mulheres entrevistadas.

Agricultora	Idade	Estado civil	Escol./Séries	Ocupação	Nº de filhos	Masculino	Feminino
1	54	Casada	6ª	Agricultora	3	2	1
2	43	Casada	4ª	Dona de casa	2	0	2
3	47	Casada	5ª	Agricultora	0	0	0
4	36	Casada	4ª	Agricultora	2	2	0
5	26	Casada	6ª	Dona de casa	1	1	0
6	63	Casada	3ª	Dona de casa	4	4	0
7	31	Casada	5ª	Agricultora	1	1	0
8	54	Casada	4ª	Agricultora	3	2	1
9	51	Viúva	3ª	Agricultora	3	3	0
10	52	Solteira	5ª	Agricultora	0	0	0
11	47	Viúva	4ª	*Agricultora	4	2	2
12	30	Casada	5ª	*Agricultora	1	0	1
13	68	Casada	4ª	Dona de casa	7	4	3
14	62	Casada	3ª	Agricultora	2	2	0
15	56	Casada	4ª	Agricultora	3	3	0
16	41	Casada	4ª	Agricultora	3	2	1
17	36	Casada	8ª	*Agricultora	3	1	2
18	54	Casada	4ª	Agricultora	5	2	3
19	55	Casada	0	Agricultora	8	6	2
20	53	Casada	4ª	Agricultora	4	3	1
21	34	Casada	6ª	Agricultora	3	1	2
22	33	União estável	1º	Agricultora	1	0	1
23	51	Casada	4ª	Dona de casa	3	2	1
24	55	Casada	5ª	Agricultora	4	4	0
25	40	Separada	2º	Agricultora	2	1	3
Total					**72**	**48**	**26**

Fonte: Pesquisa de campo, 2007

*Mulheres que indicaram como ocupação principal agricultora, embora duas delas sejam empregadas domésticas e uma agente de saúde, estas foram colocadas como segunda atividade.

Com base nos dados acima referidos, foi definido o perfil das mulheres a partir da posição social que ocupam. Assim, foram identificadas três situações: 1) solteiras, viúvas ou separadas (sem cônjuge); 2) casadas e com filhos em idade escolar; 3) casadas e com filhos

casados. Isto permite refletir acerca da incidência do padrão familiar no rumo da atividade agrícola e pecuária como também a lógica de aplicação do crédito.

Nessa primeira situação, encontram-se duas mulheres viúvas, uma separada e uma solteira. Destes quatro casos, foram identificadas apenas duas situações em que as mulheres comandam sozinhas a unidade doméstica, devido à ausência de uma figura masculina, seja no lugar de marido ou do pai. Trata-se inicialmente de uma mulher solteira de 52 anos (sem filhos) que, junto com a irmã de 55 anos (sem filhos), são as principais responsáveis pelo gerenciamento da propriedade que herdaram dos pais, já falecidos. A decisão desta herança foi em comum acordo com os quatro irmãos que moram em outros municípios. No entanto, a perspectiva da agricultora não é permanecer na propriedade, pelo menos no médio prazo; uma vez que, segundo a entrevistada, não reúne as condições físicas (por questões da idade) para continuar com o trabalho na roça, como ela indicou: "a gente vai sair porque não tem como ficar sempre aqui [na localidade], até porque a gente está muito velha e longe dos irmãos". Além disso, depende de mão-de-obra externa para realizar algumas atividades da lavoura, situação que não é tão confortável.

No outro caso, trata-se de uma mulher de 40 anos (é a segunda de quatro irmãs que moram fora do município), separada, com dois filhos e que reside com os pais. Neste caso a figura masculina está ausente no processo do trabalho, por causa da doença do pai (que se encontra inativo) e pela idade da mãe (75 anos). Perante esta situação, a entrevistada não apenas é a responsável dos cuidados dos pais, mas também do gerenciamento da propriedade, mesmo que indiretamente às vezes esteja sujeita às decisões dos pais.

Nesse sentido, para a entrevistada, não existe a perspectiva de continuidade do crédito, especificamente na linha Pronaf-Mulher, até porque existem outras fontes de renda a partir de aposentadoria dos pais, outras modalidades do crédito e arrendamento de terra (20 hectares) que complementa a renda familiar. Do total de terra (30 hectares), apenas 10 hectares são destinados para os cultivos anuais (milho, soja e feijão), cultivos permanentes (pastagens) e cana-de-açúcar. A família utiliza a contratação de mão-de-obra temporária, pagando R$20 por dia de trabalho.

Nos casos das mulheres viúvas, a figura masculina está presente através dos filhos casados que moram na propriedade, mesmo que seja em moradias diferentes. Geralmente, eles são os responsáveis pelo gerenciamento da propriedade e, portanto, pelas decisões das atividades produtivas que têm relação com o mercado (a cultura de soja e milho). As noras às vezes cumprem uma estratégia de apóio, envolvendo-se tanto nas atividades da lavoura quanto nas atividades domésticas.

Em segundo lugar, cabe destacar que 64% (16 mulheres) das entrevistadas são casadas, com filhos na fase escolar. Apenas uma mulher não tem filhos, o restante tem pelo menos um ou dois filhos/as nesta condição, com idade entre 8 e 18 anos. Desse total, existem sete mulheres que dividem as responsabilidades pela unidade doméstica e produtiva unicamente com os maridos, pois os filhos ainda não assumiram em tempo integral as atividades agrícolas. Das sete mulheres, pelo menos quatro têm filhos/as que não moram mais na propriedade porque migraram para outras localidades; dentro ou fora do município, por motivos de trabalho ou de estudo. Esta tendência esteve presente em pelo 56 % das situações, do total das entrevistadas.

Em terceiro lugar, apenas 20% (cinco mulheres) das entrevistadas são casadas e têm filhos casados ou em idade de casar. Nestes casos, os casados moram na mesma propriedade, mas em residência separada. Eles são considerados "agregados" enquanto não tiverem terra própria (por compra ou por herança). Nessa situação, o trabalho da lavoura é dividido por todos os membros da família; as noras, principalmente, participam em atividades de colheita (de soja e milho) e adubação do milho. Em todos estes casos as mães não se encontram dispostas a trabalhar nas atividades da lavoura, algumas pelas condições de saúde, outras pela idade avançada.

A partir desse contexto, foi possível constatar que na maioria das propriedades das mulheres entrevistadas habitam membros da família de duas gerações. Assim, identificou-se que 11 mulheres com cônjuge moram com pelo menos um filho; a idade dos filhos oscila entre 8 e 25 anos. Apenas foram identificados sete casos em que as mulheres moram com pelo menos uma filha, cujas idades oscilam entre os 8 e 10 anos. Em ambos os casos, tanto os filhos quanto as filhas estão inseridos nas diversas atividades produtivas da roça e da unidade doméstica, cumprindo com tarefas específicas e socializadas de acordo com o sexo.

Por outro lado, existem três casos em que as mulheres moram com a geração anterior à sua, sejam eles apenas a mãe, o pai e a mãe ou os sogros, todos eles com idade acima dos 55 anos. Porém, cabe sublinhar que nem sempre esses outros membros da família com os quais as mulheres dividem o espaço de moradia se envolvem em tempo integral com as atividades agrícolas ou pecuárias (por motivos de emprego e idade ou doença). Nesse sentido, a renda advém basicamente de outras fontes: salário do emprego remunerado, aposentadoria ou auxílio doença. No caso, por exemplo, os filhos que têm mais de 20 anos (solteiros) e que compartem a mesma moradia, desempenham outras atividades como empregados em tempo parcial fora da propriedade. Os filhos que moram na mesma casa dos pais, quando não estão na escola, auxiliam em algumas atividades da roça ou de manejo do gado.

Com respeito aqueles filhos que têm emprego na cidade, eles deslocam-se todos os dias. Por exemplo, há dois casos em que os filhos têm a formação de técnico agrícola e trabalham fora da unidade de produção familiar: um deles é empregado na agropecuária Stefanello e outro trabalha como técnico no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Aquele que trabalha na agropecuária exerce a função de capacitação no manejo de pastagens, enquanto que o empregado do sindicato tem, entre outras funções (organização de programas de radio, administração de recursos, negociações com principais instituições do município), a responsabilidade pelo processo burocrático do crédito. A posição "privilegiada" deles permite não apenas um reconhecimento social da família, mas também a possibilidade de contar com assessoria e informação diferenciada sobre a gestão do crédito, além de facilitar os contatos e mediar as relações que se estabelecem dentro e fora da propriedade.

Embora eles não participem de forma integral do trabalho na propriedade, o aporte econômico é significativo, inclusive para complementar a atividade leiteira, através da compra de matrizes. Já os que moram na mesma propriedade (filhos de seis entrevistadas), mas não na casa da família paterna, constituíram sua própria unidade familiar. Embora morem em residências separadas, no mesmo estabelecimento familiar, eles trabalham de forma integral nas atividades da roça e geralmente dividem as tarefas com os pais, dedicando-se à agricultura, especificamente nos cultivos anuais (soja, milho, feijão e fumo), cultivos permanentes, pasto e algumas frutíferas (plantação de laranja).

Nesse sentido, Spanevello (2008) constata que a moradia separada, seja no mesmo estabelecimento ou em outro separado, tem como objetivo preservar a autonomia dos pais e do novo filho casal para evitar possíveis situações de conflito que possam ocorrer entre as noras e a sogra. Não obstante, esta situação também favorece as redes sociais que são essenciais para a gestão do crédito.

Quanto ao lugar que ocupam as mulheres em suas famílias de origem, não há uma posição comum: umas são as mais velhas, outras as segundas, outras as caçulas. Uma questão evocada por todas é que a familiaridade com a produção de leite vem desde quando eram crianças, pois esta atividade é tradicionalmente realizada pelas mulheres e transmitida de geração em geração, de mães para as filhas (MAGALHAES, 2006; MENASCHE; TORRENS, 1996). No entanto, com a ausência das filhas nas propriedades, esta atividade tende a ser assumida como categoria de "ajuda" pelos filhos (entre 12 e 15 anos) ou pelos maridos, sobretudo se esta produção é voltada para a comercialização. Neste sentido, as mulheres afirmam que é um ofício no qual as condições de produção mudaram (aumento para

fins de comercialização), mas a atividade é desenvolvida desde a infância. Este aspecto será retomado no capítulo sete.

4.2.2 Principais atividades econômicas: condições de terra e aspectos de produção

No que diz respeito às condições de terra, constatou-se que ainda predominam os casos em que os maridos são os únicos titulares da terra. De fato, 68% das mulheres entrevistadas mencionaram que são os maridos os principais herdeiros. Apenas seis mulheres indicaram que as propriedades foram compradas pelo banco da terra, e nesses casos a titulação é conjunta.

> Aqui temos meia colônia [de terra], do meu marido. Só que nós compramos mais meia colônia do Banco da Terra. E nessa colônia aqui, nós plantamos pasto. Lá embaixo [do outro lado do mato] do potreiro é a nossa terra, aquela que compramos do Banco da Terra, lá tudo é lavoura de milho (Entrevista 18, agricultora, 54 anos).

Somente duas entrevistadas (a casada sem filhos e a solteira) mencionaram ter herdado a terra (10.5 e 16.5 hectares respectivamente). Em ambos os casos, trata-se de mulheres com idades de 47 e 52 anos respectivamente, que cuidaram dos pais enquanto estavam doentes, em troca receberam uma pequena parcela de terra por sua participação nas atividades da lavoura e nos afazeres de casa. Essa parcela geralmente "pode ser vista como uma garantia de segurança para enfrentar o futuro após a morte dos pais" (CARNEIRO, 2001 p. 38), embora a mulher receba sempre a menor ou a pior parte, o que não é caso das mulheres aqui entrevistadas, pois uma das condições em que elas herdaram a terra foi o fato não haver nenhum homem na família com o interesse sobre a mesma[32].

A esse respeito, Deere e León (2002, p.334) destacam que entre os fatores que justificam o privilégio do homem na herança é a socialização e o estereotipo de gênero, uma vez que a atividade agrícola é considerada uma ocupação masculina, enquanto que as mulheres são vistas como "donas de casa", independentemente de sua contribuição, no contexto da agricultura familiar. No entanto, com base em pesquisas realizadas em algumas

[32] Conforme as entrevistadas, as irmãs casaram e foram morar na cidade (fora ou no mesmo município), enquanto que alguns dos irmãos (possíveis herdeiros) migraram desde novos às grandes cidades (onde estabeleceram uma nova família) na procura do emprego.

regiões específicas do Brasil, Carneiro (2001, 2006) alerta que é importante indagar os significados que a propriedade de terra tem para a mulher.

Nesse sentido, para esta pesquisa, a importância da terra assume um caráter simbólico, já que para as mulheres entrevistadas, o "acesso à terra" constitui apenas uma das condições básicas para poder obter o crédito destinado a uma atividade inserida na lógica mercantil; na qual nem sempre a mulher tem espaço. Sendo assim, poder-se-ia dizer que a obtenção de terra, como uma pré-condição necessária para que as mulheres possam desenvolver as atividades relacionadas ao crédito, não necessariamente gera possibilidades para seu empoderamento. Entretanto, considerando que no município de Rodeio Bonito (como tantos outros da região), onde predomina "o desenvolvimento da pequena agricultura" sustentada nos valores da família (terra- família-produção), a importância do direito à terra para as mulheres justifica-se pelo fato delas exercerem um papel importante na produção para auto-consumo. (CARNEIRO, 2006; TEDESCO, 1999).

No que diz respeito às áreas de terra, o tamanho varia de uma superfície mínima de 5 hectares até o máximo de 30 hectares. Em média, as famílias possuem 13 hectares. Algumas das áreas de terra estão localizadas próximas (entre 3 e 6 km) ao centro da sede municipal, as áreas mais distantes estão localizadas a 12 km. Geralmente as mais próximas ao centro urbano são as terras de melhor qualidade, aptas para as culturas temporárias (soja e milho) e para a produção de pastagens, que é destinada para a criação de matrizes leiteiras, o que favorece também a intensificação dessa atividade. As terras mais distantes são pouco aptas para a intensificação da agricultura e da produção pecuária, pois estão distribuídas sobre uma fisiografia acidentada, próximas às áreas destinadas para a extração de pedras preciosas.

Em geral as ocupações principais das mulheres são as atividades domésticas e o trabalho na roça, somente três delas trabalham fora da propriedade: duas são empregadas domésticas e uma é agente de saúde. Nestes casos, as mulheres dividem o emprego diário na cidade com as atividades de casa e com o trabalho na roça. Apenas oito mulheres mencionaram limitar as atividades no espaço da casa por problemas de saúde e pela idade avançada.

No caso das mulheres que trabalham como empregadas domésticas, elas não possuem carteira de trabalho, embora este seja um direito, porém, segundo elas, o fato de obter este documento limitaria a obtenção da carteira de agricultora familiar e, portanto, o direito à aposentadoria rural. Conforme Brumer (2002), o enquadramento das mulheres no contexto da agricultura familiar, proporciona-lhes pelo menos dois tipos de vantagem: a) a aposentadoria por idade, aos 55 anos, cinco anos antes que as trabalhadoras urbanas; b) a contribuição para a

previdência integrada é única para todos os membros da família na forma de um porcentual 2,5% sobre a produção comercializada. Os trabalhadores urbanos fazem uma contribuição individual à Previdência, no total de 20% sobre o salário (até 10 salários mínimos), correspondendo 8% no empregado e 12% ao patrão.

Porém, a pesar dessas vantagens, ao exercerem uma atividade como assalariadas, mas sem o registro, essas trabalhadoras provavelmente perdem alguns direitos tais como férias remuneradas, adicional de férias e seguro desemprego.

Em geral, as principais atividades econômicas nas quais as mulheres estão inseridas são a atividade agrícola, através da produção de soja, milho, feijão e fumo e com a pecuária, a partir da produção leiteira, que constitui uma das principais fontes de renda, pelo menos para 80% das famílias das entrevistadas. Somente foram identificados dois casos em que os maridos têm como atividade secundária o trabalho nos garimpos, porém este trabalho é temporário é a remuneração se dá conforme o peso das pedras extraídas, já que eles não são os donos dos garimpos.

Além dos produtos acima referidos, todas as mulheres possuem uma pequena área ao redor de casa para a produção de hortaliças (alface, rúcula, couve, tomate, salsa, pepino, rabanete e outras espécies de plantas aromáticas) e outros cultivos, como amendoim, mandioca, batata, etc. Além disso, as mulheres também desempenham um papel importante nos cuidados dos animais de pequeno porte (galinha e porco) dos quais obtém diversos produtos (carne, ovos, banha, salame, etc.) que, junto com as culturas da horta, são destinados basicamente para o consumo familiar e o excedente para a venda. Em todas as propriedades visitadas há pelo menos um açude com produção de peixe, que permite complementar a alimentação familiar.

A maioria das mulheres é responsável pela atividade de ordenha. A produção do leite varia conforme o número de vacas, a raça (Holandesa, Jersey ou mista), a forma de alimentação (quantidade e qualidade de pastagens) e a época do ano (geralmente no verão a produção é menor que no inverno), em decorrência da atividade ser basicamente desenvolvida com base em pastagens de campo nativo. Nos casos em que a produção é destinada para a venda aos laticínios (o leite é entregue duas vezes por semana), em média a produção mínima é de 400 litros (2-3 vacas) e a máxima de 3.500 litros (7-10 vacas) por mês. No total, a média de produção é de 1.000 litros por mês e o valor pago varia conforme a quantidade de litros vendidos (menos de 1.000, R$0,45 o litro; mais de 1.000, R$0,53 o litro)[33].

[33] Os valores aqui considerados correspondem aos meses (setembro- novembro de 2007) em que foi realizada a pesquisa empírica.

Do total de mulheres (21) que direcionaram o valor do financiamento para a atividade leiteira, 14 vendem para os laticínios, especificamente para o Stefanello (duas mulheres), o Frizzo (seis mulheres)[34] e para a Cooperativa (seis mulheres). Apenas quatro mulheres vendem o leite "picado", ou seja, diretamente para os consumidores; nestes casos o preço do leite é maior (R$0,75 o litro). Adicionalmente, elas fazem queijo para o auto-consumo. Somente três mulheres usam o leite para fazer queijo, que é vendido (o valor gira em torno de R$ 3,00/kg e 4,00/kg) nas próprias localidades ou nos supermercados da cidade. Nos quatro casos restantes, o crédito foi destinado principalmente para atividades de lavoura, plantação de laranja ou compra de equipamentos para a agroindústria caseira. Estes aspectos serão amplamente discutidos no capítulo cinco.

No caso das mulheres que têm trabalho remunerado, sua remuneração equivale a um salário mínimo (R$380,00/mês)[35]. Para estas mulheres, o trabalho remunerado tem importância não apenas econômica, pela remuneração mensal que garante a sobrevivência da unidade familiar, mas também porque para as entrevistadas, significa um trabalho de menor risco comparado com o trabalho da lavoura. Embora a remuneração seja pequena e implique um grande esforço para elas, pelo fato de precisarem deslocar-se todos os dias "sob o sol, frio e chuva, além de ter que cruzar o rio" para a cidade, é um recurso próprio, que permite decidir livremente sobre seu uso.

> Eu acho que dá para eu trabalhar aqui e ter tempo para me envolver na roça. Eu prefiro assim. Eu os ajudo [os filhos] na roça e consigo trabalhar aqui. Porque aqui com chuva ou vento, tu recebes e lá [na roça] dá uma seca, é ruga, é chuvarada demais, tu podes perder tudo (Entrevista 11, agricultora, 47 anos).

> Se eu pudesse seguir trabalhando, eu sigo, porque chegou o mês e tu tens dinheiro todos os meses para comprar tuas coisinhas, por exemplo, para comprar um jogo de lençóis. Se eu não estiver trabalhando de onde que vou tirar? Onde que vou comprar um calçado? Da roça? Não tem como! O que tu colhe ou planta, colhe e vai pagar as dívidas e daí sobra que? Não sobra nem para o rancho. Só que é sofrido para ir [ao trabalho], é muita caminhada, é ruim de caminhar lá na cidade (Entrevista 12, agricultora, 30 anos).

Outras fontes de renda advêm da aposentadoria rural (seis mulheres), pensão (duas mulheres), auxílio doença (uma mulher), bolsa escola (10 mulheres). Apenas cinco das mulheres entrevistadas não tem estes benefícios. Os benefícios previdenciários são

[34] A empresa Frizzo, cuja sede se encontra em Palmeira das Missões, iniciou suas atividades na década de 1990. De fato, foi a partir desta década que este laticínio começou comprar o leite na região, uma vez que a Cooper Rodeio entrou na falência em 1994.

[35] Dado obtido no trabalho de campo em 2007.

importantes, não apenas por obter uma renda a mais que é destinada para os gastos de saúde e alimentação, mas também, pelo fato das mulheres serem reconhecidas como “trabalhadoras rurais”, embora esse reconhecimento ainda seja efêmero, tendo em vista que grande parte do trabalho realizado pelas mulheres ainda é considerado invisível e declarado como “ajuda” às tarefas executadas pelos homens.

A leitura aqui abordada sobre realidade do contexto regional e municipal, bem como a inserção da população feminina na agropecuária, constituem elementos importantes que permitem entender a situação específica das mulheres entrevistadas e seu papel na dinâmica da agricultura familiar presente na Região do Alto Uruguai. Assim, pode-se dizer que a inserção das mulheres nesse contexto e a interação com os agentes de mediação das diversidades instituições, que atuam na região, são alguns dos aspectos que facilitam ou limitam as ações relacionadas com o processo normativo para a obtenção do crédito, bem como as condições de sua aplicação numa atividade produtiva específica, como será discutido no seguinte capítulo.

5 "QUEM APLICA, COLHE E PAGA": CONDIÇÕES DE ACESSO E APLICAÇÃO DO CRÉDITO PRONAF–MULHER

Neste capítulo, apresentam-se alguns elementos relacionados com os procedimentos normativos para a obtenção da linha de crédito Pronaf-Mulher, bem como algumas possibilidades e limitações para o processo de empoderamento das mulheres, a partir do financiamento do programa. Estrutura-se em dois itens: o primeiro considera os resultados relacionados com as questões normativas do programa, incluindo os aspectos referentes ao processo de gestão (informação, documentação e elaboração do projeto) e as formas de concessão do crédito.

O segundo item diz respeito às condições de operacionalização através da aplicação do crédito, considerando os aspectos de produção e comercialização. Ele compreende dois subitens: a) o retorno financeiro e as tomadas decisões, e b) a perspectiva do crédito através das alternativas de pagamento.

5.1 Processo de gestão: informação, documentação e elaboração de projetos

Um dos pressupostos da linha específica Pronaf-Mulher é desburocratizar e garantir o processo de acesso ao crédito para as mulheres agricultoras desenvolverem atividades agrícolas e não agrícolas, iguais ou diferentes daquelas que vêm sendo praticadas pelas unidades familiares que elas integram (BRUMER; WEISHEIMER, 2006; MDA/NEAD, 2005).

Nesse contexto, o "Crédito para a Igualdade das Mulheres Rurais", lançado em 2005, previa um conjunto de ações, com o intuito de estimular, facilitar e ampliar a obtenção do crédito. Entre essas ações destaca-se a intensificação da difusão e divulgação de informação em meios de comunicação (rádio, *folders,* entre outros). Conforme os resultados da avaliação do relatório realizado pelo MDA/NEAD (2005, p. 19), o Sindicato (68%) foi o principal divulgador da existência do Pronaf entre as agricultoras familiares, enquanto os meios de comunicação representaram 12,8% do total de casos no Brasil.[1] Já especificamente na região Sul, do total (77), 46,85% das mulheres tomou conhecimento do programa por meio do Sindicato e 36,4% indicaram ter conhecimento por meio de comunicação de massas.

[1] Os porcentuais respondem ao valor total (594) de mulheres agricultoras entrevistadas das diversas regiões do Brasil.

Assim, com o intuito de identificar algumas estratégias e possíveis empecilhos na operacionalização e aplicação do crédito do Pronaf-Mulher; foram indagados alguns aspectos relacionados à informação e à elaboração do projeto, como condições prévias para a obtenção do financiamento.

De acordo com os resultados obtidos, constatou-se que a maioria das mulheres soube da existência do Pronaf-Mulher através do programa do rádio e do sindicato. Somente quatro mulheres indicaram ter conhecimento do programa pela Emater. As mulheres que preenchiam as condições e tiveram interesse[2], dirigiram-se aos locais do sindicato e da Emater para solicitar as informações sobre a documentação e os requerimentos para o projeto, principais critérios para se obter um crédito "especial para as mulheres". Apenas quatro das mulheres entrevistadas que já assinavam junto com os maridos, outras modalidades de crédito, consideraram que o processo não foi difícil, uma vez que já conheciam os procedimentos. Para as mulheres que nunca haviam obtido o crédito, houve uma sensação de incerteza e medo, pois tudo era novo e desconhecido, embora tivessem referência de amigas, parentes e vizinhos.

> Escutamos que tinha esse crédito [Pronaf-Mulher] pelo programa do sindicato, nós reunimos umas[mulheres] e começamos a nos informar. Umas acharam que não ia dar certo. Começamos pensar, vamos ou não vamos fazer [solicitar o crédito], vai valer a pena ou não vai. Claro, a gente fica com pouco de medo, não é fácil a gente confiar, tem que ver bem (Entrevista 10, agricultora, 52 anos).

> A gente ficou sabendo [sobre o crédito] através de algumas vizinhas que já tinham feito. Assim a gente foi conversando. Dai nos informamos na Emater, com o Artêmio [o técnico], porque ele trabalha nesse assunto. Antes de a gente pegar, eles fizeram uma reunião no sindicato. Até veio o gerente do Banco do Brasil e explicou como era, o que a gente tinha que fazer os papéis que precisava (Entrevista 22, agricultora, 33 anos).

Por outro lado, mesmo que os responsáveis da agência bancária e os líderes do sindicato estivessem cientes da importância do Pronaf-Mulher, como uma das principais reivindicações dos movimentos de mulheres; no início da proposta desta linha houve certo receio para o reconhecimento do acesso ao crédito como parte do direito das mulheres. Essa falta de reconhecimento decorria, em parte, da persistência da figura do homem como o principal provedor da família, marcante na efetivação do crédito. Em decorrência, assumia-se que a contratação do crédito apenas pelo "chefe da família" pressuponha uma distribuição igualitária para todos os membros da família. Com base nisso, instalou-se uma situação de

[2] É importante mencionar que algumas das mulheres foram incentivadas pelos maridos para o acesso ao crédito.

confronto que limitou e fragilizou o processo de difusão da informação, tornando invisíveis os direitos das mulheres na obtenção do crédito, tal como mostra o seguinte depoimento:

> Quando saiu o Pronaf-Mulher, o pessoal do banco me chamou e me disse que era para parar com isso, porque os homens já tinham o Pronaf e não precisava a mulher fazer[solicitar]. Daí eu tinha que ser firme, eu comprei briga com muita gente. Até o próprio sindicato, eles diziam: "os homens têm financiamento, deixa quieto isso". Mas eu acho que é um direito (Entrevista 26, Coordenadora Regional das Mulheres).

Nesse sentido, as lideranças do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município tem se limitado basicamente a criar os espaços de comunicação (na rádio comunitária) para difundir a informação relativa ao crédito. No entanto, para algumas mulheres, a informação é de certo modo ambígua, pois não existe um entendimento uniforme sobre a operacionalização dessa linha de crédito.

> As turmas [as mulheres] começaram a me falar disso [o crédito] e dava no rádio, mas eu não entendi bem, até aquela Berenice me botou junto no grupo, quando eu fiquei sabendo, eu já estava junto, daí eu fiz. Quase morri caminhando de um lugar para outro, tinha que tirar nota para um, levar para outro, tinha que ir ao banco (Entrevista 19, agricultora, 55 anos).

Contudo, a função do sindicato, especificamente do técnico, foi regularizar a documentação das mulheres, incluindo o preenchimento da Declaração de Aptidão (DAP)[3], que comprova que a pessoa realiza uma determinada atividade produtiva, que constitui outra das condições para se ter acesso ao programa de crédito. Nesse sentido, nenhuma das mulheres entrevistadas mencionou ter tido dificuldades no preenchimento dos formulários e na obtenção da documentação requerida, uma vez que elas apenas cumpriam a função de assinar, e algumas delas foram acompanhadas pelos maridos.

Em geral, as mulheres mencionaram não conhecer detalhadamente as normativas dessa modalidade de crédito, porém a maioria delas indicou o tipo de documentação necessária: a carteira de identidade, a certidão de nascimento, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e o bloco do produtor. Apenas três das entrevistadas mencionaram desconhecer o processo de gestão do crédito, porque foram os maridos ou os filhos que encaminharam a documentação e elas apenas compareceram no sindicato ou na Emater para assinar.

[3] A DAP e o projeto técnico constituem os meios pelos quais se estabelece a relação entre os beneficiários do Pronaf e o governo. Essa relação geralmente é intermediada pelos movimentos sociais, cooperativas, sindicatos, órgãos de assistência técnica e conselhos municipais de desenvolvimento rural (BITTENCOURT et al. 2005).

Por outro lado, como a maioria das mulheres entrevistadas indicou, que a Emater foi a responsável pela elaboração do projeto, o que foi confirmado pelo técnico. A característica deste projeto (plano de crédito simplificado) obedece a um formato preestabelecido e estruturado em vários itens:

a) Dados gerais da produtora (estado civil, área beneficiada, número de beneficiários, etc.);
b) Superfície de área que é destinada para as principais culturas (anuais e permanentes);
c) Tamanho do rebanho (bovino de corte, bovino de leite, e suínos);
d) Máquinas e equipamentos, benfeitorias (casa moradia, galpões, pocilgas);
e) Produção da última safra, as atividades da próxima safra e estimativa de produção;
f) O financiamento proposto, incluindo uma síntese da analise financeira e as despesas mensais.

Portanto, com base nessas características, é possível dizer que o projeto técnico constitui não apenas o mecanismo para demonstrar a capacidade produtiva da atividade a ser financiada, mas também para avaliar as condições de pagamento do financiamento. Ambos os critérios são referências importantes para a agência bancária, pois é ela quem vai determinar a liberação dos recursos. Contudo, mesmo quando havia informação prévia sobre as condições de acesso, ainda prevaleciam dúvidas sobre os procedimentos e a elaboração do projeto, de forma que o crédito geralmente foi assumido como um risco, acompanhado de incertezas e com sentimento de medo de se endividar.

O maior temor das mulheres ao assumir inicialmente o crédito era o fato de não conseguir pagar o financiamento. Essa expressão esteve presente na maioria das falas das mulheres entrevistadas, pois o que está em jogo no cotidiano é o risco da inadimplência, que simbolicamente significa “fracasso” perante a agência bancária e a sociedade, embora a maioria delas sempre tivesse uma perspectiva sobre o pagamento, através de diversas estratégias, como será abordado nos próximos itens. De fato, na avaliação feita pelo MDA/NEAD (2005), “o medo de se endividar” foi um dos principais motivos pelos quais as agricultoras não haviam buscado acessar o crédito.

Ainda que algumas mulheres enfatizassem a preferência pela produção leiteira pelo fato de ser uma atividade cotidiana que é aprendida desde a infância, também mencionaram que gostariam de ter experimentado a aplicação do crédito em outras atividades, como a produção na horta. No entanto, tiveram que acatar as exigências do banco, pois existem atividades específicas a serem financiadas para cada linha de crédito. Na verdade, o Pronaf-

Mulher considera três possíveis situações: a) financiar atividades que agreguem valor em algum produto produzido no estabelecimento familiar; b) outras atividades agrícolas e não agrícolas ainda não exploradas; e c) investir em alguma atividade já desenvolvida apenas para aumentar a produção. Neste caso, a atividade leiteira através do financiamento de matrizes bovinas, constituiu uma das principais estratégias de financiamento.

Embora as mulheres reconhecessem terem sido orientadas pelos técnicos do sindicato e da Emater, é importante destacar que essa orientação foi condicionada e direcionada para uma atividade economicamente viável, com garantia de renda. Neste caso, a produção do leite para a venda. Isto significa que o direcionamento do crédito não se deu necessariamente em atividades (manejo de hortas, investimento em máquinas para elaboração de pão e bolachas, etc.) que fossem de interesse para as mulheres, pelo fato de contribuir economicamente para a alimentação da família. Em decorrência, elas acabam se sujeitando tanto às sugestões dos técnicos do Sindicato e da Emater, quanto aos interesses e as normativas dos bancos, como mostram os seguintes depoimentos:

> A gente tinha que botar [o crédito] em coisas que eles [os agentes do banco] queriam. Queriam que a gente investisse em vaca para leite, que quando chegasse a hora de pagar esse crédito, a gente podia ter um retorno e fazer esse pagamento (Entrevista 8, agricultora, 54 anos).

Portanto, o fato de solicitar o crédito priorizando a intensificação da atividade leiteira, limita a possibilidade das mulheres optarem por outras atividades que elas mesmas possam gerenciar e decidir sobre o destino dos recursos. Dessa forma, torna-se mais difícil ainda elas alcançarem sua autonomia econômica.

Uma vez que a documentação e os projetos reuniram as condições das exigências bancárias e foram assinados pelas mulheres, eles foram encaminhados para as agências. Para 68% das mulheres entrevistadas o processo de acesso ao crédito foi realizado através do Banco do Brasil (no período de 2005 e 2006), enquanto que 32% das mulheres mencionaram ter feito pelo Bansicredi (apenas no período de 2005).

De acordo com o gerente do Bansicredi, dois dos critérios para conceder o crédito são que a pessoa seja associada ao Sicredi e esteja enquadrada numa categoria do Pronaf, o que é demonstrado pela declaração de aptidão e pelo projeto técnico proposto. Além disso, para garantir que não haja inadimplência, a instituição faz uma "análise criteriosa" sobre o histórico do associado, destacando basicamente a trajetória produtiva, econômica e sua inserção no mercado. Dessa forma, nas palavras do gerente, "o maior volume do crédito é destinado à

atividade agrícola, e o menor à atividade pecuária; desta, a metade é basicamente para aquisição de matrizes leiteiras". Ou seja, significa que a liberação do recurso do crédito é privilegiada para setores produtivos específicos. Além disso, os critérios do banco são pautados para selecionar o perfil de sua clientela, privilegiando "o verdadeiro agricultor" com capacidade empresarial, "apto" para apostar na atividade agrícola quase a totalidade da renda familiar (CARNEIRO, 1997; ROMANO; BUARQUE, 2001).

Por outro lado, no que se refere à informação dos procedimentos bancários, também existem muitas dúvidas. Em geral, as mulheres não têm clareza da informação quanto às garantias exigidas, pois cada agência tem suas próprias normas e regras. Nesse sentido, não existe um padrão uniforme das garantias solicitadas, como também há um descompasso sobre a exigência de um seguro de vida (cujo valor é de R$100) que foi feito depois que as mulheres tinham assumido o crédito e sobre o qual algumas delas disseram não ter tido informação.

Além disso, conforme o relato de algumas mulheres, constatou-se que a interação com funcionários do Bansicredi permitiu estabelecer algumas relações de amizade que viabilizaram, por um lado, identificar aquelas pessoas com potencial econômico, e por outro, facilitar o processo burocrático para algumas famílias. Nesse sentido, o atendimento é diferenciado, sendo que para algumas mulheres a qualidade da informação bancária e do atendimento é muito boa, enquanto que para outras a informação é ambígua, como ilustram os seguintes depoimentos:

> Nem sabia como é que entrava no banco, mas fui bem atendida. Só que eu gosto aqui do Sicredi, eu acho que aqui atendem melhor, a gente já é conhecido, é amigo. Então assim é mais fácil porque eles atendem muito bem a gente (Entrevista 6, agricultora, 63 anos).

> O Sicredi mais nós fez sofrer, no final eles descontaram mais cento e poucos, por qualquer coizinha eles vão descontando, demorou um ano para liberar [o recurso], e eles ainda cobram o juro daquele ano. Eles tinham o dinheiro [no banco] e não queriam liberar, se [o dinheiro] ficava mais trinta dias, o banco estava ganhando. Claro, seguraram esse tempo todo e ficaram ganhando em cima da mulher (Entrevista 3, agricultora 47 anos).

Assim, a relação que se constrói entre as mulheres beneficiárias e os gerentes do banco às vezes deixam de ser estritamente profissional e toma um caráter de ordem informal, de modo que se cria uma relação de dependência e, qualquer indicio de ruptura de confiança significa uma alteração de ordem moral e psicológica (JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005).

Já na hora da aplicação do crédito, um dos principais entraves tem sido não apenas a falta de capacitação técnica (pois geralmente são os homens que tem acesso a este tipo capacitação), mas também a falta de fiscalização, principalmente por parte da instituição

bancária (especificamente do Banco do Brasil). Assim, o fato de não haver uma fiscalização efetiva levou à ocorrência de alguns "desvios" para algumas mulheres, conforme relatado por uma entrevistada: "muitos pegavam o dinheiro e não compravam as coisas, pagavam 100 reais no comércio e davam uma nota falsa [comprovando] que tu compraste o produto". Nesse sentido, algumas mulheres argumentaram que o recurso solicitado nem sempre foi aplicado conforme as regras e as normas do crédito, uma vez que existiram desvios de recursos. Portanto, o problema reside não apenas na falta de fiscalização, mas também em que a cobrança é a mesma para quem realmente aplica o recurso naquilo para o qual ele foi solicitado e para os que desviam os recursos em outro tipo de despesa.

No entanto, existem algumas estratégias de fiscalização que tanto a agência bancária quanto a extensão rural desenvolvem ao longo da operacionalização do crédito. De acordo com o gerente de Bansicredi, particularmente para o crédito Pronaf, são realizadas várias vistorias: a primeira é feita após a liberação do recurso; depois quando ele é aplicado e; finalmente outra vistoria ao longo do desenvolvimento da atividade produtiva. Se houver irregularidades ou não atingir o nível de rendimento indicado na estimativa de produção esperada, conforme destacado no projeto, é negociada a prorrogação dos prazos. Nesse sentido, os procedimentos e as condições de pagamento são mais acessíveis pelo fato dos prazos serem aumentados quando o recurso não é aplicado totalmente.

Já, especificamente, sobre o Pronaf-Mulher, conforme o relato de algumas mulheres, foi somente no início da aquisição do crédito que os representantes da instituição foram às localidades para fazer as vistorias e conferir o número de vacas adquiridas. Ao mesmo tempo, organizaram algumas reuniões de caráter informativo (na cidade) sobre os procedimentos bancários, as taxas de juros e os requerimentos para se abrir uma conta bancária. Mas, para quem solicitou o crédito através do Banco do Brasil, nunca houve fiscalização. Inclusive, isto foi afirmado pelo gerente, que mencionou "a fiscalização é de forma aleatória, abrangendo apenas 10% das localidades na região na qual temos incidência". Portanto, cada agência financiadora tem suas próprias políticas de fiscalização.

No que se refere às estratégias de fiscalização da instituição de extensão rural, o laudo é feito de seis em seis meses, porém, não existe um acompanhamento freqüente. Segundo o técnico, é estabelecida uma agenda de trabalho que é anual, sendo várias as atividades desenvolvidas, conforme a demanda institucional, além de não haver pessoal suficiente para auxiliar no processo de fiscalização e fazer um atendimento mais especializado.

Embora a modalidade do crédito seja direcionada às mulheres, para desenvolver a atividade leiteira, quando existe alguma demanda emergente de assistência técnica ela é

dirigida aos homens. Essa assistência é dada por veterinários contratados pelas agroindústrias (os laticínios ou a Cooper A1), que geralmente estabelecem contato diretamente com os agricultores familiares.

Mas, por outro lado, é comum a visita dos técnicos (contratados pela prefeitura)[4] nas localidades, desde que "o produtor" ou às vezes a produtora (quanto ela é a responsável pelo gerenciamento da propriedade) solicite uma assistência especifica: sobre inseminação artificial, alguma assessoria sobre as raças da matriz leiteira e os tipos de pastagens a serem plantadas, para melhorar a alimentação do rebanho. Nesse sentido, foi possível perceber um atendimento diferenciado, não apenas pelo fato de privilegiar aos homens (maridos ou filhos) nesse processo, mas também, pela relação de confiança que se constrói ou se estabelece entre os agentes dessas instituições com o público alvo.

Esses aspectos permitem constatar que tanto o processo de gestão quanto os projetos elaborados respondem a uma exigência de caráter normativo, com o fim de obter a aprovação do crédito. Uma vez que o conteúdo dos projetos e a forma de sua elaboração, além de não contemplarem os objetivos reais das mulheres, são desconhecidos por elas. Por outro lado, não existe uma estratégia de capacitação, nem de acompanhamento técnico e avaliação. Portanto, existe um descompasso entre os aspetos normativos e os procedimentos das principais instituições bancárias, entre os aspectos técnicos da extensão rural e o contexto, as condições e as necessidades das mulheres.

Essa constatação reforça outras pesquisas realizadas sobre o Pronaf-Mulher no Nordeste brasileiro (ALVES, 2006; 2007; MELO, 2003). Os resultados desses estudos mostram alguns entraves que dificultam o acesso das mulheres ao crédito, entre os quais se encontram: a) a falta de informação e sensibilização por parte das instituições públicas sobre as demandas, interesses e os direitos das mulheres; b) as práticas de assistência técnica estão focalizadas na figura masculina, desvalorizando a participação das mulheres na produção familiar e, portanto, reforçando as hierarquias sociais; c) a elaboração e a gestão dos projetos, por parte da assistência técnica, consideram basicamente os interesses e as necessidades masculinas; d) há desconhecimento e domínio, por parte das mulheres, dos trâmites relacionados às instituições públicas vinculadas ao crédito.

Outro estudo realizado por Fernandes (2008), em duas regiões de Santa Catarina, mostra que o excesso de burocracia, a inclusão dos aspectos de gênero ausentes nas instituições que operam o crédito, bem como a prioridade da concessão do crédito às mulheres

[4] Os técnicos são contratados, através de um convenio com a Prefeitura e a Secretaria de Agricultura para atender demandas específicas de assistência técnica no setor agropecuário.

que apresentam melhores condições econômicas, são algumas das limitações da participação efetiva das mulheres na obtenção do crédito.

Esse conjunto de fatores evidentemente coloca em questão o processo de empoderamento, uma vez que eles respondem basicamente aos pressupostos relativos ao bem-estar das mulheres como agentes passivas, mais do que ativas, sem permitir gerar sua condição de *agente* (SEN, 1999). Assim, mesmo que para algumas mulheres o acesso ao programa de crédito tenha significado uma oportunidade para complementar a renda familiar, a falta de clareza da informação, bem como os espaços para desenvolver as habilidades e os conhecimentos necessários sobre as questões técnicas, financeira e condições de mercado, limitam ainda mais o gerenciamento da atividade produtiva financiada pelo crédito.

5.1.1 As formas de concessão do crédito

Não existe uma forma única de aceder ao crédito, pois ela depende do objetivo, da atividade a ser financiada, do valor emprestado, das garantias exigidas, das questões culturais, e das características regionais. Mas, sobretudo, ela depende das normativas e monitoramento da instituição financeira que vai concedê-lo (GUERRERO, 2000, p.19). Com base nesses critérios, a concessão de crédito pode ser feita de três formas: individual, grupal e coletiva. No financiamento grupal, o crédito é assumido por todos os membros do grupo, mas o uso dos recursos é realizado de forma individual; já no coletivo, a utilização do recurso dá-se com base em atividades coletivas do grupo. Nesse sentido, os integrantes do grupo podem estabelecer garantias entre si, assumindo a dívida conjuntamente (BITTENCOURT, 2003, p.14).

Nesta pesquisa, não foi registrada a estratégia de "grupos solidários" para aplicar e operacionalizar o crédito, apenas prevalece o sistema de "aval cruzado" como condição necessária para conceder e receber o financiamento:

> "As pessoas se organizam só para pegar[receber] o crédito. Depois, cada um faz o que quer do seu dinheiro, das suas coisas. Não precisa ser aquele grupo ali, sempre trabalhar junto. O banco não exige isso, o banco só libera o recurso" (Entrevista 8, agricultora, 54 anos).

Assim, foram identificados dez grupos distribuídos em 10 localidades, variando de três a quatro pessoas. Embora a modalidade do crédito Pronaf-Mulher estabeleça duas formas de

concessão, individual e grupal, os agentes do banco recomendam e privilegiam a concessão grupal, já que consideram que essa forma permite uma vantagem para as mulheres, no sentido de facilitar as estratégias de pagamento através de juros menores. Como mínimo, o grupo deve ter três pessoas e cada uma das pessoas que participam dele, precisa apenas atingir os critérios bancários: estar enquadrada em algum grupo (C, D ou E) do Pronaf, apresentar o projeto técnico, não ter antecedentes de inadimplência e cumprir a função de "aval solidário" como garantia. Segundo Bittencourt (2003), a importância do aval pode contribuir para reduzir o *risco moral*[5] em função de assimetria de informação, já que o risco passa a ser compartilhado entre os membros do grupo.

Ainda que a lógica grupal tenha sido incentivada pelas lideranças do sindicato e pelos técnicos da extensão rural, e imposta (normativamente) pela agência bancária; os grupos também foram estruturados com base nas relações de parentesco, amizade e vizinhança. Por outro lado, algumas mulheres reportaram que a formação de grupos foi uma dependência da situação econômica das famílias, para garantir o pagamento do crédito. Isso aconteceu no caso de algumas mulheres que solicitaram o crédito através do Bansicredi[6]**.**

> Parece que eles [os agentes bancários] querem uma coisa [atividade] garantida, não sei se eles têm medo que as pessoas não paguem. Foi o Sicredi que escolheu os grupos; eles [os funcionários] escolheram as famílias que podiam pagar. Já o Banco do Brasil não, foi parelho. Quem fez lá, foi fácil de fazer, aqui a gente foi com nota e tudo (Entrevista 3, agricultora, 47 anos).

De acordo com os agentes bancários, a lógica de formar grupos pressupõe certa relação de confiança entre as participantes do crédito. E essa relação é uma condição necessária para o agente financeiro, já que facilita o processo burocrático, além de garantir o pagamento do financiamento (JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005). No entanto, essa experiência de grupo tem significado, em alguns casos, reafirmar e, em outros, fragilizar as relações sociais, caso o acordo do pagamento "no tempo certo" não chegue a ser cumprido. Devido a isso, a maioria das mulheres entrevistadas afirmou preferir recorrer ao crédito de forma individual, pois, como uma delas destacou: "em grupo implica muita responsabilidade, pelo fato de cada pessoa ser aval da outra".

---

[5] Conforme Bittencourt (2003, p. 16), o Risco Moral está relacionado com o desconhecimento por parte do financiador sob as ações que são desenvolvidas ou realizadas pelos tomadores dos empréstimos. Esse risco aumenta na ausência de informações e mecanismo para punir ou identificar um indivíduo quando este age procurando maximizar seu próprio bem estar e detrimento dos outros.

[6] O Bansicredi atua como instrumento das cooperativas de crédito (Sicredi) para acessar ao mercado financeiro e programas especiais de financiamento.

Então, ainda que a concessão do crédito de forma grupal signifique certas vantagens pelo fato de reduzir os juros, ao mesmo tempo, implica um risco do valor da dívida aumentar se algum membro do grupo desistir. Nesse sentido, mesmo que essas relações sociais tenham um vínculo direto entre a forma de garantia do aval "solidário" e a linha de crédito, pois acaba sendo uma fonte de referência para os agentes do banco, nem sempre essas relações são fortalecidas e consolidadas ao ponto de evitar ou diminuir o grau de inadimplência.

Portanto, a relação de confiança é determinante para decidir a composição do grupo. Em alguns casos, essa confiança foi construída através das experiências prévias da organização dos maridos, em outras linhas de crédito (principalmente o Pronafinho). Este critério constitui uma referência, tanto pelas próprias mulheres quanto pelos técnicos, para estabelecer os grupos que solicitaram o crédito. Além disso, também significou uma oportunidade para testar a confiança e a responsabilidade quanto ao pagamento, como afirmam algumas das produtoras:

> Pois é, eu achava melhor que [o crédito] fosse individual, porque sempre têm aqueles que aplicam mal. E daí chega o tempo de pagar, nós temos que pagar, que nem esses Pronafinhos. Esses tempos fizemos o Pronafinho, daí tinha um do nosso grupo que foi embora e não pagou, não quis pagar. Daí o grupo ficou de ajudar a pagar. E daí eu acho que, se for individual, cada qual vai dar conta de si. Se surgisse outra oportunidade de fazer outro investimento, eu acho melhor pegar individual (Entrevista 21, agricultora, 34 anos).

> Para pegar [solicitar] o crédito em grupo, tu tens que saber quais as pessoas [para] escolher. Mas eu acho que é melhor individual, porque daí só a gente tem a dívida. E assim [no caso do crédito em grupo], a gente assina de avalista com o grupo inteiro, se uma não paga, quem tem que ajudar a pagar é a gente, ajudar. É assim que funciona. Então, tem que saber qual [mulher]escolher para botar no grupo, tem que ser pessoa certa, que sabe que vai pagar, para não ter complicação depois (Entrevista 17, agricultora, 36 anos).

No entanto, para algumas mulheres, a formação de grupos foi um aspecto positivo, porque dessa forma tiveram conhecimento dos procedimentos através da coordenadora (do grupo), que assumiu a coordenação ou foi escolhida pelo fato de ter algumas habilidades como a capacidade de organização, diálogo, iniciativa e incentivo à participação. Mas, dentro da escolha das participantes do grupo, pela coordenadora, estava implícita a "condição econômica da família", sendo que para obter o crédito, os agentes do banco privilegiaram as famílias com possibilidades econômicas, para garantir o pagamento do financiamento.

Na verdade, as mulheres obtêm o financiamento em grupo porque é uma condição necessária, conforme as exigências do banco. Por um lado, solicitar o crédito sob esse critério é uma vantagem porque as condições dos juros são menores; mas por outro lado, as sugestões da agência bancária é que os grupos sejam estruturados conforme o nível de renda, pois isso é uma forma de reduzir o risco de inadimplência (ABRAMOVAY, 2004; BITTENCOURT, 2003). Nesse sentido, não são necessariamente considerados os interesses ou objetivos comuns das mulheres que são "beneficiadas" com o crédito. Esses aspectos poderiam ser as bases de um trabalho ou uma atividade conjunta e poder estabelecer ou fortalecer a relação de grupo.

> Os grupos organizados encontram-se regularmente para planejamento, discussão e mobilização em torno das diversas atividades que realizam; que se atém tanto a questões relacionadas com a vivência das mulheres, quanto a discussões políticas locais ou que dizem respeito à sua inserção na produção, como é o caso do crédito (ALVES, 2007, p. 40).

Entretanto, não existe uma lógica de organização (através de formação de redes) para desenvolver a atividade produtiva, que permita sustentar uma das condições para o processo de empoderamento, através do coletivo (KABEER, 1998; ROWLANDS, 1997). A formação de grupo para realizar uma determinada atividade prática pode constituir não apenas um meio, mas também uma estratégia chave do empoderamento social e político, uma vez que as ações coletivas, através de espaços de reflexão, podem influenciar com maior força nos diversos espaços sociais e políticos.

5.2 Aplicação do crédito: produção e comercialização

A maioria das mulheres entrevistadas solicitou recursos (R$ 6,000.00)[7] para financiar matrizes leiteiras e outros equipamentos, com o objetivo de aumentar a produção de leite e intensificar essa atividade. Conforme se detalha no quadro 3, entre as mulheres (21) que direcionaram o crédito para a compra de matrizes leiteiras, estas geralmente foram de raça, em média, duas cabeças por família. Além disso, em alguns casos, o crédito também foi direcionado para a compra de equipamentos agrícolas. As demais mulheres solicitaram o

[7] Conforme as normas de Pronaf-Mulher na modalidade 'C', o valor mínimo de financiamento corresponde a R$1,500.00, o valor máximo é de R$6,000.00. Somente uma das entrevistadas solicitou R$4,000.00 dos quais R$ 2,550.00 foi destinado para o processo de recuperação do solo.

financiamento para a compra de outros equipamentos (forno, tacho inox), infra-estrutura (construção de estábulo), manejo de solos e recuperação de pastagens através de insumos agrícolas e pagamento das "horas máquinas" trabalhadas.

Uma parte do recurso do Pronaf-Mulher foi destinada também para o pagamento das dívidas de outras modalidades do crédito. Muito embora o dinheiro não tenha chegado diretamente às mãos das agricultoras, foi através da venda de alguma matriz leiteira ou de um terneiro que o valor monetário foi recuperado e destinado para atender às diversas situações. Apenas uma das mulheres entrevistadas aplicou o crédito para a reforma de pocilgas e produção de leitões.

QUADRO 3- Itens financiados conforme o número de mulheres que solicitaram o financiamento Pronaf-Mulher

Itens financiados	**Nº de mulheres solicitantes**
Aquisição de matrizes bovinas de raça	21
Aquisição de equipamentos para atividade leiteira (ordenhadeira, resfriadores, tarros, conjunto de teteira).	7
Aquisição de equipamentos agrícolas (motor a diesel, triturador, forrageira, plantadeira, pulverizador e carroça).	9
Manejo de solo, proteção e recuperação de pastagens (pagamento de horas de uso de máquina, insumos agrícolas e rolo de arame).	16
Equipamentos vários para agroindústria caseira (Tacho inox com batedor, forno Maria fumaça, freezer).	2
Infra-estrutura (Aquisição de materiais para a construção e reforma de estábulos, pagamento de mão de obra).	7
Mudas de laranja (1 hectare).	2
Reforma de pocilga	1
*Total	65

Fonte: Informação proporcionada pela Emater/RS e complementada com a pesquisa de campo, 2007.
*O número total não coincide com o número de entrevistadas, uma vez que algumas das mulheres solicitaram o financiamento para mais de dois itens.

A intensificação da atividade leiteira é mais evidente nas famílias associadas à Cooper A1). De alguma forma, essas famílias também têm sido incentivadas a vender dentro de um padrão de qualidade e, para quem consegue se inserir nessa lógica, a tendência é a especialização, através dessa atividade, que de fato também é o objetivo das principais indústrias como a Nestlé[8], que recentemente começou a atuar na região.

[8] A Nestlé é uma das maiores empresas receptoras de leite no Brasil, foi instalada na região em dezembro de 2007. Esta empresa tem a expectativa de aumentar a produção leiteira, pois atualmente compra 1 milhão e 200 mil litros diários dos produtores da região, que envia para Araçatuba, em São Paulo. Dessa forma, a produção de leite constitui-se numa possibilidade de crescimento na região. "Com a instalação das novas indústrias, a

Esses critérios são privilegiados principalmente pela Cooper A1, como uma forma de garantir a quantidade e a regularidade da produção, bem como um padrão de qualidade, uma vez que esta empresa canaliza a produção e atua de intermediária para outras agroindústrias existentes no estado de Santa Catarina. Não é o caso das outras agroindústrias, cuja transformação do produto é realizada diretamente no município ou na mesma região, tal como coloca o gerente:

> A cooperativa prima pela qualidade do leite, porque o leite bom vai servir para fazer o queijo de melhor qualidade. Então, a diferença está ali, muitas vezes, o Frizzo e o Stefanello recolhem qualquer leite. Se o leite está um pouquinho ácido, não tem problema, porque eles fazem o queijo e jogam logo ali [nos laticínios], as indústrias estão mais perto deles; já a nossa [indústria] é mais longe. Por isso, a gente vai primar pela qualidade, e vai correr atrás do bom funcionamento do leite, como também sempre foi o papel da Cooperativa. Nós só temos parceria com empresas que têm qualidade (Entrevista 38, gerente da cooperativa).

Nesse sentido, a tendência à "especialização" condiciona as produtoras a atender a critérios pré-estabelecidos, principalmente no que se refere a escala de produção e a qualidade da mesma. Estes procedimentos, em maior ou menor grau, limitam a inserção a essa lógica de mercado, pois nem todas conseguem atender a tais padrões. Para poder vender o produto sob esses critérios, a pessoa precisa se associar; e para isso, segundo o gerente da cooperativa, deve ser uma pessoa "idônea", ou seja, não estar em condições de inadimplência e/ou aparecer no banco da "Serasa[9]", pois, como ele diz, "esses caras, a gente procura não pôr como sócio da cooperativa".

Portanto, além de selecionar e incorporar um maior número de associados e incentivá-los à produção diversificada e com qualidade, outra estratégia da cooperativa é promover diversos cursos[10], orientados a melhorar as propriedades rurais. Embora a capacitação seja dirigida para o casal, sob a lógica de que "a produção é familiar", são os maridos os que geralmente participam desses cursos.

Então, como a avaliação é feita com base na lógica familiar e as mulheres são sócias apenas se os maridos se associam, elas praticamente não têm espaço nesse mercado. Além disso, a cooperativa privilegia as condições econômicas e de infra-estrutura para garantir a

---

tendência é um crescimento de pelo menos 50% na produção atual do leite, para isso será necessário investir em infra-estrutura, recursos humanos e assistência técnica (MENEGHETTI, 2007).

[9] A Serasa é uma empresa de análise e informações econômico-financeiras e cadastrais, que presta serviço aos bancos e outras instituições financeiras, referente a empréstimos, dívidas de indivíduos e empresas. Tem como objetivo apoiar as decisões de crédito e de negócios tomadas em todo o Brasil.

[10] Um dos cursos oferecidos é intitulado "Olho na propriedade". Este curso é dividido em vários módulos e tem o objetivo de proporcionar as ferramentas necessárias para o melhoramento e reorganização da propriedade.

produção e a qualidade do produto[11], o que indica que os pequenos agricultores e, por conseqüência, as mulheres que não conseguem se inserir nesta lógica são excluídos por não atingirem esses parâmetros estabelecidos, tanto pela cooperativa quanto pelas grandes indústrias que predominam na região.

Mesmo assim, aqueles que conseguem se inserir, ainda que tenham certeza em relação à comercialização, estão permanentemente sob a pressão da instabilidade dos preços, condicionados aos parâmetros de qualidade e às condições de um mercado mais amplo (demanda interna, exportações, etc.). Além disso, essa especialização e a intensificação podem tornar mais nítida a separação entre a produção destinada à venda e aquela destinada ao consumo familiar, embora esta última continue sendo uma estratégia para as agricultoras, cuja produção é destinada principalmente para a elaboração do queijo.

Por outro lado, cabe destacar que tanto as famílias que vendem o leite de forma direta ao consumidor, quanto as que não vendem, é em parte porque não tem condições de produzir em grandes quantidades. Uma das principais dificuldades é não ter possibilidades de ampliar as áreas de pastagens, em decorrência da pouca disponibilidade de área, sobretudo no caso das mulheres, cujas propriedades têm menos de 15 hectares.

Portanto, uma das estratégias é ocupar todos os espaços possíveis para cultivar pasto, mesmo que em poucas quantidades. Isso leva a se ter redutos de pastagens muitas vezes descontínuas, ou que implica em um manejo do gado diferenciado (os animais são presos no entorno da casa). Duas vezes ao dia é feito o corte de pasto e trazido para os animais. Neste sentido, este procedimento implica uma tarefa adicional para as mulheres, pois geralmente são elas as responsáveis por este tipo de manejo.

Cabe salientar que essa primeira experiência de solicitar o financiamento para incrementar a produção leiteira é um incentivo para as mulheres, que tem sua origem não apenas no âmbito familiar (impulsionadas pelo marido ou filho), mas também nos interesses das diversas instituições envolvidas com a questão do crédito: o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a agência financiadora (o banco) e a Empresa Técnica de Extensão Rural. Tal como afirmou uma das mulheres: "A Emater que disse que eu tenho uma propriedade boa e dá pra investir no leite". Além disso, o ambiente é favorecido pelas oportunidades e condições de mercado, através das agroindústrias (laticínios e a cooperativa) existentes na região e no município. Ainda que o preço do leite seja instável, esta instabilidade não é permanente, já que

[11] Para avaliar a qualidade do leite, privilegia-se o Controle de Baterias Totais (CBT), além do controle do conteúdo de proteínas e gorduras presentes, já que a cooperativa tem como meta, até final de 2012, pagar por *teor* de gordura e sólidos totais (Informação obtida pela autora, durante o trabalho de campo, em 2007).

varia segundo a época de produção e as condições existentes para contar com matrizes de raça e montar uma estrutura que reúna o padrão de qualidade do leite, para garantir os melhores preços.

Além de intensificar a produção de leite, também existem outras opções de obtenção de renda, como a produção de aves, cuja tendência é de crescimento na região. De fato, no final de 2007, no município de Trindade do Sul (localizado a 20 km do município de Rodeio Bonito) foi instalado o "Frigorífico Diplomata"[12], com o intuito de incentivar os setores da indústria, comércio, serviços e agricultura, tal como mencionou uma das produtoras:

> Eu estou querendo diminuir a quantidade de vacas, porque quero mexer com a produção de aves, porque parece que vai abrir uma integradora no município de Trindade. Ela vai dar 100% para pagar (em dois anos) a infra-estrutura. Já estamos tendo algumas reuniões com a Secretaria da Agricultura, ela tem parceria com a integradora (Entrevista 1, agricultora, 54 anos).

Essa oportunidade de obter o crédito também pressupõe uma forma de experimentar as possibilidades econômicas de uma determinada atividade e, ao mesmo tempo, para algumas mulheres, poderia se constituir como base para elas decidirem e optarem por outras atividades que possam gerar uma renda própria. Mas, isto é possível desde que exista uma lógica de organização de grupo e um espaço mais autônomo para comercializar os produtos.

Com base nisso, a Prefeitura e o Sindicato de Trabalhadores Rurais têm promovido a "Feira de produtor rural" (inaugurada em setembro de 2007), como alternativa para incentivar a comercialização direta, sem intermediários, de diversos produtos regionais com o fim de ampliar as condições de mercado, sobretudo para os pequenos produtores.

Esse local permite à algumas agricultoras estabelecerem suas estratégias e redes de comercialização, através da troca de uma variedade de produtos provenientes da horta e da roça (milho, abóbora, mandioca, amendoim, etc.), alguns de origem animal (ovos, banha, salame, entre outros) e de origem caseira (bolachas, pão, compotas, chimier, mel, melado, etc.), além de artesanatos. Esta estratégia constitui uma opção de renda não apenas para elas, mas também para a família, podendo significar um elemento de auto-estima, na medida em que os produtos elaborados por elas tenham uma garantia de retorno financeiro. Nesse sentido, talvez o uso do crédito, em uma atividade de interesse, para as mulheres tenha uma perspectiva de produção, seja de forma individual ou grupal, pelo menos no curto ou médio prazo.

[12] A instalação do "Frigorífico Diplomata" prevê, como uma primeira etapa do projeto, a instalação de uma unidade de abate de aves e 900 aviários.

> Claro que pegaria de novo o crédito, só que não para [comprar] vaca. Seria uma boa investir, montar alguma coisinha [um negócio] na propriedade. Tinha pensado em algo como uma padaria para fazer massa e vender na Prefeitura, fazer o que tenha saída, daí trabalhar mais parada [em casa]. Não adianta pegar [o crédito] para colocar [aplicar o financiamento] nas vacas, porque vai chegar a hora e não vai ter como pagar (Entrevista 10, agricultora 52 anos).

De fato, uma das entrevistadas que tem direcionado o crédito para aumentar a produção do leite, cujo retorno é destinado para manter uma indústria caseira, através da produção de massa, pão e bolacha, mencionou que a reabertura da feira [13] poderia ser uma grande oportunidade para poder vender seus produtos. Além disso, a produtora tem sido convidada para participar no Programa Fome Zero [14] não como beneficiária direta, apenas como vendedora, através do fornecimento de produtos caseiros. Nesse sentido, considerando que o Programa Fome Zero, tem como objetivo combater a forme e garantir a segurança alimentar e nutricional à população pobre, a participação da produtora no programa pode gerar algumas expectativas. Uma vez que lhe possibilitaria um mercado permanente (através da venda de seus produtos) e fortalecer as atividades relacionadas com a agroindústria caseira, o que lhe permitiria gerar renda e contribuir economicamente pelo bem-estar familiar.

> Sim, vai ser uma oportunidade de a gente ter uma renda a mais nesse negócio, porque a gente já está nessa área de massa. Então, a gente está achando que vai ser uma boa oportunidade para conseguir as coisas. A gente viu que vai dar, tem sido já dois fins de semana [vendendo na feira]. Por enquanto, a gente vai ficar nessa atividade [produção de massa e bolacha], porque a gente está vendo que é uma coisa [atividade] que gera dinheiro. Não é muito lucro, mas dá para ir levando. Dá bem para ir tirando um dinheirinho, porque se nós não tivéssemos entrado nesse Programa da Fome Zero, eu acho que seria bem mais difícil para nós, porque daí a nossa renda era só da roça, o leite e a laranja (Entrevista 8, agricultora, 54 anos).

Neste caso, especificamente, as condições de produção, de comercialização e as redes de relações tanto familiares quanto de amizade, poderiam ser alguns dos fatores para gerar as condições de empoderamento social, uma vez que possibilitam a construção e a valorização da

[13] Na metade da década de 1980 a feira do produtor era organizada semanalmente pela Emater, com apoio da Prefeitura Municipal. A feira visava suprir a cidade com produtos hortifrutigranjeiro de melhor qualidade e a preços mais acessíveis ao consumidor, e ao mesmo tempo, constituía uma fonte de renda para o pequeno produtor. Porém, aos poucos, teve uma baixa demanda do consumidor, até acabar com esta iniciativa, que foi retomada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, em setembro de 2007.

[14] O Programa Fome Zero foi lançado em 2003, com a criação do Ministério Extraordinário de Combate a Fome e a Segurança Alimentar, hoje sob o nome de Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Ele atua conforme quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social (FOME ZERO, 2008).

auto-estima individual, através do reconhecimento social. Conforme Antunes (2003) e Kabeer (1999), esse aspecto constitui um processo prévio de empoderamento individual.

Entretanto, essa condição pode ser limitada para algumas mulheres, na medida em que esse espaço de comercialização é específico para um determinado número de pessoas, pois só é convidado a fazer parte dele quem tem o perfil e prende as condições econômicas, bem como assume comprometimento de aumentar e continuar a produção que permita garantir o abastecimento da feira e da demanda do programa Fome Zero. Esse aspecto condiciona o processo de empoderamento, através do coletivo, porque limita a possibilidade de construção e fortalecimento de grupo.

Contudo, a expectativa da maioria das mulheres entrevistadas é continuar com a atividade leiteira ou com a produção de laranja, no caso das duas produtoras que solicitaram o financiamento para ampliar a produção[15], pois como foi apontado no capítulo quatro, esta atividade vem aumentando nos últimos dois anos. Apenas três mulheres informaram que não pretendem solicitar novamente financiamento, duas por motivos de idade avançada e problemas de saúde, situações que limitam o desenvolvimento de qualquer tipo de atividade. Outra pela frustração e desânimo com os aspectos burocráticos da agência bancária. Além disso, para esta entrevistada, o crédito foi solicitado mais como uma estratégia de sobrevivência do que com o objetivo de gerar renda. Neste caso, o recurso que advém do Pronaf-Mulher, foi importante somente para a aquisição de alguns equipamentos necessários para a elaboração de produtos caseiros (pão, bolacha, massa, melado, etc.) destinados à produção de auto-consumo. Mas, para a entrevistada, isto não é significativo porque essa modalidade de crédito não retribui economicamente.

> Eu peguei o crédito para minha sobrevivência: a máquina para fazer a massa e pão, para não depender dos outros; o tacho porque precisa, porque temos plantação de cana e usamos para fazer melado. Na verdade não peguei para gerar renda (Entrevista 25, agricultora 40 anos).

Então, neste caso, mesmo que os produtos possam contribuir para a alimentação familiar e gerar um excedente que ocasionalmente possa ser comercializado, o retorno não é tão significativo pelo fato de não existir um incentivo para garantir a comercialização permanente. Em primeiro lugar, pela "falta de tempo" por parte da agricultora, para

[15] As duas mulheres solicitaram financiamento para plantar um hectare de laranja (416 mudas). Para incentivar o aumento da produção, os respectivos maridos realizaram uma capacitação sobre "manejo e produção de cítricos", ministrado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (SEBRAE /RS), em parceria com a Cooper A1 e a Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

comercializar os produtos, em segundo porque não existem as condições nem os mecanismos para a saída desses produtos. Também não existe uma estratégia de organização, em grupo, para estabelecer uma agroindústria caseira, como a lógica do Pronaf-Mulher pressupõe. Neste sentido, a função do crédito é apenas uma forma de complementar as outras fontes de renda, como arrendamento de terra, bolsa família, aposentadoria dos pais, entre outras estratégias de sobrevivência no meio rural.

Por outro lado, no caso das mulheres que têm a expectativa de continuar com crédito orientado à intensificação da atividade leiteira, além das condições de mercado existentes, em parte, é porque os recursos que advém das atividades da roça não são suficientes para cobrir as necessidades básicas. Além disso, quando comparada com a produção leiteira, a atividade agrícola é acompanhada de riscos e incertezas, já que está sujeita a instabilidades tanto das condições climáticas quanto econômicas, como aponta uma das entrevistadas:

> Nunca vai ter leite de sobra, daí a gente sempre vai precisar mais. Então, se desse uma seca, a vaca diminui um pouco. Só que não é que nem o milho, que dá uma seca, se vai aquela safra, ele não recupera mais. E a vaca pode dois, três meses dar pouco leite. Mas depois, se começa a chover, o pasto vem e ela [a vaca] já volta a dar o leite. E daí não é que tem que esperar no outro ano, plantar de novo, para ver se ela [lavoura de milho] dá (Entrevista 3, agricultora 47 anos).

Conforme a visão de um dos técnicos da Emater, no caso das mulheres que estão inseridas no objetivo e na lógica de maximizar a produção do leite para venda, o crédito já está condicionado para a aquisição dos equipamentos necessários, destinados para tal fim, com o intuito de permitir uma melhor estrutura econômica e garantir uma renda estável. Diferentemente do que acontece com as que produzem o queijo, o financiamento especifico para esse produto não ocorre, uma vez que não tem estabilidade no mercado, pois ele é vendido ou às vezes trocado por outras mercadorias nos pequenos comércios.

> Então o pessoal que solicitou o financiamento, ele praticamente vai [com o objetivo] para vender leite, porque é mais prático, dá menos serviço. Entrega o leite, está equipado com a ordenhadeira, com o resfriador, está tudo em dia. Então, ele está estruturado para um segmento que é mais fácil. E vem um retorno certo no final do mês, recebe na cooperativa, recebe no banco, sem estar correndo na estrada vendendo queijo. [No caso do queijo],o rendimento varia, tem época que tu ganha bem, mas tem época que tu não consegue colocar, daí tu fazes a troca nos mercados (Entrevista 35, técnico da Emater).

Assim, é evidente que o agente da extensão rural também direciona a assistência técnica, privilegiando a produção para geração de renda, como uma estratégia de garantir o

retorno financeiro. Esse aspecto, evidentemente, condiciona ou limita as oportunidades de assistência e de mercado para as mulheres, em determinados produtos como o queijo, uma vez que elas são as responsáveis pelo preparo e venda do mesmo.

De acordo com um dos gerentes do banco, o fato das mulheres terem oportunidade de receber o crédito é uma possibilidade de garantir "uma fonte de recursos a mais para dentro da família". Para eles, o volume de recursos destinado para o financiamento do Pronaf-Mulher é suficiente, portanto, pode gerar e duplicar a renda familiar, desde que o recurso seja bem aplicado. Mas por outro lado, conforme o gerente, o crédito poderia ser uma estratégia para evitar o êxodo rural. Além disso, outro dos gerentes argumentou que o fato da mulher ter uma renda a mais, através da atividade leiteira, possibilita investir na educação dos filhos, sobretudo para os que querem continuar cursando uma faculdade.

> A primeira vantagem é que dentro da própria família, no caso do Pronaf-Mulher, por exemplo, o homem tinha um limite para financiar. Abrindo [tendo] o crédito do Pronaf- Mulher dentro da própria família esse limite dobra. Além de tudo, o que foi investido na propriedade é geração de riqueza para dentro da propriedade, porque quem pega esse recurso e aplica bem, ele está gerando renda dentro da propriedade. Talvez muitas famílias, se não tivessem o crédito, o pessoal ou até os próprios filhos iam embora, trabalhar na cidade, e assim não, assim está conseguindo segurar o pessoal no interior, com certeza, pelo menos segura o pessoal (Entrevista 29, gerente do Bansicredi- município de Rodeio Bonito).

> Hoje a situação [no campo] não está tão boa. E não é porque a agricultura seja ruim, é bom, só que você tem que tem buscar, tem que ir atrás. E a mulher, hoje, se não tiver o gado de leite, se não tiver novas atividades que agregam à renda, ela também está tentando buscar alguma coisa fora, digamos assim, uma renda extra. Porque o filho vai querer entrar uma faculdade e os pais, muitas vezes, não podem oferecer isso (Entrevista 33, gerente do Bansicredi- município de Pinhal).

Os gerentes do banco acreditam que as normas relativas a essa modalidade de crédito são suficientes, mas também reconhecem que os recursos humanos, financeiros e materiais são limitados e não permitem que o programa seja mais eficiente.

Na visão dos agentes da extensão rural e do sindicato, eles concordam que o crédito para as mulheres tem sido uma boa iniciativa, porém, existe um problema estrutural do programa que dificulta o gerenciamento do recurso pelas próprias mulheres e o desenvolvimento de sua autonomia. Pois, conforme um dos técnicos, um dos principais problemas é o fato de os recursos oriundos do crédito não serem bem aplicados;

particularmente no caso dos agricultores, "que nem com capacitações[16]conseguem avançar e se inserir numa lógica de produção de mercado". Neste sentido, indiretamente, este técnico questiona o tipo de assistência técnica desenvolvida, que responde um dos objetivos de Pronaf: a profissionalização dos agricultores familiares.

Por outro lado, como ilustra o seguinte depoimento, a vantagem de existir um programa específico para as mulheres também remete à idéia sobre as responsabilidades do homem e da mulher, pela administração e pela decisão na aplicação dos recursos; que tem a ver com a construção social do espaço que cada um domina na família:

> Esse programa é positivo, só que tem família em que o homem vai, faz o investimento, a gente conhece pessoa assim, que o homem faz o investimento, mas ele utiliza o dinheiro, deixando pelos botecos, já vai deixando para lá e para cá, não valoriza. Daí o Pronaf-Mulher surgiu porque a mulher sabe mais das dificuldades da casa, o que precisa. Isso ficou bem claro, que tem homens que pegam[o recurso], e a maioria esbanja, eles não vão fazer[aplicar] o que eles pedem para fazer. E a mulher sabe onde ela deve colocar [o dinheiro], fazer o investimento. Às vezes a mulher pensa mais do que o homem. Agora, tem homem que é totalmente de acordo que a mulher vá fazer [o financiamento]; mas, tem homens que não (Entrevista 30, coordenadora municipal das mulheres).

Então, isso mostra que tanto a administração dos recursos quanto o destino dos mesmos é diferenciado, pois nem sempre são reunidos em um fundo comum e nem necessariamente compartilhados, como algumas das mulheres relataram. De fato, algumas pesquisas mostram que, caso haja alguma sobra de recursos na família, alguns homens privilegiam o consumo individual (bebida e lazer), enquanto as mulheres tendem a priorizar a garantia da alimentação e o bem-estar dos membros da família (DEERE; LEÓN, 2002 p.42). Portanto, essa diferenciação na administração e na utilização dos recursos, está em função dos objetivos, dos interesses e da dinâmica familiar, o que permite relativizar a idéia de "uma boa aplicação e garantir uma renda para a família", centrada principalmente nas condições normativas, estruturais e de operacionalização do crédito.

[16] Essa capacitação consiste basicamente em melhorar as técnicas de produção e os critérios para sua inserção no mercado.

5.2.1 O retorno financeiro e as tomadas de decisões

Com relação ao destino dos recursos advindos de retorno financeiro da venda do leite, constatou-se que a maioria das mulheres utiliza para o pagamento das despesas da casa, como luz, água e telefone; outras os destinam para a compra do "rancho", que inclui basicamente material de limpeza e de higiene pessoal. Em menor grau, eles são destinados para a compra de roupa de cama, para elas e os demais membros da família, embora o pagamento dessas compras seja realizado em parcelas mensais. Parte dos recursos é destinada para a compra de insumos agrícolas (sementes, uréia e agroquímicos), aquisição de medicamentos (remédios) e alimento (sal proteinado) para as vacas e os terneiros. Outras mulheres reportaram ter comprado materiais para reforma de casa e eletrodomésticos (geladeira, fogão, lavadora, entre outros).

> O dinheiro do leite vai diretamente para a conta, para comprar adubo e essas coisas da lavoura ou remédios para as vacas, sal granulado para os terneiros. [O dinheiro]do leite seria para essas coisas: roupa, comida, luz, água, gasolina para o carro, comprar alguma coisa para dentro de casa, comprar um colchão ou um móvel. Se fosse tirar tudo isso da roça, a colheita ia só nisso. Assim, quando se colhe, já fica [algum dinheiro] para pagar as dívidas (Entrevista 3, agricultora 47 anos).

Considerando que o retorno financeiro obtido da venda do leite é pago mensalmente, ele equivale a uma forma de "salário" e é usado como um equivalente dele para ser destinado à compra dos bens necessários à reprodução da família e de insumos agrícolas e pecuária (no caso da produção de leite). No entanto, esse recurso por si só, não responde às expectativas da família em termos de uma mudança no padrão do consumo ou na qualidade de vida no curto prazo. Porém, a atividade leiteira é uma forma de auxiliar indiretamente no pagamento do financiamento da atividade agrícola. Como salientam Mello e Schmidt (2003, p.78); essa atividade pode ser viável, não apenas pelo fato de possibilitar um ingresso mensal de receitas, mas também, porque pode significar uma atividade "âncora" de uma boa parte das propriedades familiares.

Graças a esse ingresso mensal, é possível reservar uma parte do recurso para garantir o pagamento do empréstimo, mas, ao mesmo tempo, também pode responder a uma situação de emergência, em caso de doença de algum membro da família. Nesse caso, o recurso utilizado, às vezes, é decorrente da venda de uma ou mais vacas que foram financiadas pelo crédito do Pronaf-Mulher.

> Eu tinha mais vacas, agora, nesses dias passados, eu tive que vender uma vaca para pagar a farmácia e continuar com o tratamento, porque a minha perna estava muito estropiada. Eu vendi aquela vaca e nem vi o dinheiro, só paguei para a farmácia. E também paguei a ração que eu devia e fui comprar mais remédio. Ainda bem que eu tinha aquela vaca para vender (Entrevista 20, agricultora, 53 anos).

Logo, dependendo do valor do retorno, é possível cobrir alguns gastos extras, como o pagamento do transporte e material escolar dos filhos/as ou pagamento da mensalidade da faculdade, como é o caso de uma das mulheres: "com o dinheiro do leite, tudo é mais para dentro de casa, para pagar a faculdade da menina [a filha], porque eu mando sempre, todo mês, para lá [Bento Gonçalves] onde ela faz faculdade". Neste caso especificamente, a produtora destaca-se por produzir em média 3,500 litros por mês, o que significa que com essa produção tem um retorno aproximado de R$1.855,00 mensais.

De acordo com a informação proporcionada por algumas entrevistadas, as decisões sobre a venda do leite e a administração do recurso são tomadas de forma conjunta com os maridos. Portanto, para elas, compete ao marido também pensar em estratégias que permitam garantir o pagamento do financiamento. Apenas seis mulheres reportaram que as tomadas de decisões são feitas por elas, pelo marido ou pelo filho; nos casos em que elas decidem é porque a figura masculina está ausente.

Nos outros casos, os responsáveis são os maridos ou os filhos, porque, segundo as mulheres,"os homens são os que sabem de negócios". A partir desse pressuposto às vezes são eles os que negociam as condições dos preços e tomam a maior parte das decisões relacionadas à produção perante as instituições bancárias, órgãos de extensão, sindicatos e cooperativas (BRUMER; GIACOBBO, 1993).

Embora alguns dos maridos reconheçam que o crédito foi uma boa oportunidade "para as mulheres", o fato de ele ser solicitado e direcionado para uma atividade que gera renda, o recurso econômico, não necessariamente fica na mão das "mulheres", até porque as indústrias (os laticínios) emitem a nota fiscal geralmente no nome do marido, uma vez que, para elas, ele é reconhecido como "o representante da unidade familiar" (MENASCHE, TORRENS, 1996, p.79). Portanto, nesses casos é o marido quem recebe o dinheiro da venda do leite, e mesmo que algumas mulheres declararam que *"o dinheiro é depositado numa conta conjunta"*, às vezes é o marido quem tem controle da conta. Em decorrência, é ele quem decide sobre "como e em que" gastar os recursos.

Nesse sentido, é muito provável que uma parte desse recurso é reinvestida na lavoura; mas a outra parte apenas é administrada pelas mulheres, quando este é destinado, sobretudo,

para cobrir as “despesas de casa”; pois geralmente são elas as responsáveis pelas compras necessárias como, o “rancho” do dia a dia. Mesmo que elas reconheçam que o dinheiro do leite é da família e algumas indicam que “o dinheiro do leite é administrado em conjunto com o marido ou o filho”, as mulheres consideram “próprio” o recurso que advém de algumas atividades especificas: 1) da venda do “leite picado”, ou seja, de forma direta aos “fregueses” já determinados, 2) da venda do queijo (nas próprias localidades ou nos mercados da cidade) e 3) da venda das “miudezas” (ovos, galinha, banha, salame), bem como alguns produtos da horta e outros cultivos (amendoim, batata, mandioca, etc.).

Portanto, isso demonstra que tanto o sentido de apropriação quanto da administração do recurso é diferenciado. Não entanto, a tomada de decisão em torno ao crédito, dá-se com base em estratégias de negociações com o marido ou com o filho mais velho que trabalha na propriedade, que pode estar casado ou não, pois existe uma lógica familiar para prever as condições de pagamento. Neste sentido, para obter o financiamento, além de significar um risco, ele é solicitado desde que exista um acordo, geralmente com o marido ou o filho, isto é, com o responsável pelo gerenciamento da propriedade.

Como mostra o seguinte depoimento, a decisão do filho, de uma das entrevistadas, foi fundamental para que ela solicitasse o financiamento. Neste caso, tanto a mulher como o marido estão aposentados. Além disso, ela tem problemas de saúde, o que implica uma limitante para sua participação na atividade leiteira e nas atividades da roça. Por este motivo, ela decidiu delegar as tarefas produtivas ao filho, que também é o responsável pelo gerenciamento da propriedade.

> Eu peguei o crédito para completar o sonho do piá [o filho]; ele queria tanto que a gente comprasse vacas. Daí ele comprou quatro vacas, porque é o responsável por isso. Então, eu resolvi solicitar também esse crédito das mulheres. Tem o crédito dele, mas não dava, porque ele queria comprar máquina de veneno e amontoar pedra pra fazer pastagem (Entrevista 6, agricultora, 63 anos).

Nesse sentido, é possível constatar que a decisão pelo acesso ao crédito, além de ser negociada, é um incentivo econômico para garantir a permanência dos filhos (em maior grau) ou filhas dentro da propriedade. Conforme o relato de algumas mulheres, o fato das filhas saírem para as grandes cidades, implica um sentimento de tristeza e de impotência por não ter as condições econômicas que permitam a sustentação de todos os membros da família. E o fato de conseguir um financiamento, torna-se uma condição inicial para elas ganharem um

espaço próprio, pelo fato de obter um "crédito para as mulheres", mesmo que a decisão do destino do recurso seja negociada com o marido ou com algum outro membro da família.

Na percepção dos maridos de algumas das entrevistadas, essa linha de crédito para as mulheres é um aspecto positivo no sentido de que o crédito veio a ser uma grande ajuda para as famílias, pois mesmo que o recurso seja mínimo,*"já ajuda em alguma coisa"*. Inclusive, as próprias mulheres informaram que o crédito era solicitado desde que existisse um acordo entre o casal. Entretanto, também é comum haver comentários em torno do crédito, não apenas pelo fato de serem as mulheres que têm direito de obter um crédito, mas também, por ele ser considerado uma forma de aprofundar as dívidas. Em alguns casos, esse fato foi um dos motivos para que algumas mulheres não solicitassem o crédito, ou inclusive, a falta de perspectiva com a continuidade do financiamento, tal como indica uma das lideranças.

> Falou em Pronaf-Mulher, tem uns [homens] que já viram a cara para um lado e dizem assim: para afundar mais? Então, tem bastante preconceito, que tem homens que não "querem dar o braço a torcer" para a mulher sair na frente. É uma luta que nós, mulheres, temos de gritar (Entrevista 30, coordenadora municipal das mulheres).

No entanto, há diversos motivos que levam as mulheres solicitar o crédito. Além dos econômicos, também podem existir motivos de caráter solidário nas relações familiares, ajudando nas condições da saúde, como foi indicado por uma das entrevistadas, que embora doente, entrou no grupo com suas duas irmãs para ajudar uma delas.

5.2.2 Perspectivas do crédito: estratégias de pagamento

No que diz respeito às perspectivas de continuidade do crédito e às estratégias de pagamento, a maioria das mulheres indicou ter a possibilidade de pagar o financiamento no prazo de vencimento, embora poucas tenham colocado como uma obrigação "ter que pagar a dívida". Outras mulheres têm considerado algumas formas de poupança para garantir o pagamento do financiamento, entre as quais se destacam:

a) Poupança direta e mecanismos de negociação. Conforme o relato de algumas mulheres, uma das estratégias é realizar poupanças do retorno financeiro que advém da venda do leite, da qual é reservado pelo menos 20% do valor total do produto vendido mensalmente.

Este valor corresponde entre R$106,00 e R$371,00, uma vez que o valor total obtido mensalmente varia entre R$530,00 (1000 litros) e R$1.855,00 (3,500 litros) por mês.

> Eu pensei em fazer uma poupança, talvez um 20% do leite que a gente vende. A gente sabe que não vai se apertar. Porque nós sempre lutamos com esses créditos e nunca deixamos de pagar, a gente sempre foi certa e acredita também que não vai ser difícil (Entrevista 8, agricultora, 54 anos).

> Dá para pagar a dívida porque tem três anos de carência. E aí a gente junta um pouco por ano para pagar. Nós vamos fazendo uma poupança, uma economia. Deixamos sempre um pouco de reserva para quando chegar a prestação. A gente quer pagar porque foi numa hora boa que veio aquele dinheiro (Entrevista, 17, agricultora, 36 anos).

Outra estratégia para garantir a quitação da dívida é estabelecer um acordo de pagamento, através de parcelas, fundado nas relações de confiança com a instituição bancária. Porém, isso ocorre desde que exista algum problema de seca que não permita a produção de pastagens para garantir a alimentação do rebanho.

Nessa lógica, na opinião do marido de uma das entrevistadas, a estratégia não é fazer poupança, é investir bem e pagar o crédito com base em outras opções. Neste sentido, a quitação da dívida não necessariamente está vinculada ao retorno financeiro especificamente da atividade para a qual foi usado o recurso advindo do crédito, e sim de outros mecanismos complementares. Assim, a idéia é não "colocar o olho" em aquilo para o qual o crédito é solicitado. De forma que, outra possibilidade é depender da criação de terneiros, como uma reserva de valor, que depois podem ser vendidos para garantir a entrada de um recurso que permita o pagamento do financiamento, como mostra este depoimento:

> Nós não fazemos poupança, só investimos. Vai investindo em outras coisas e daí vai separando. Quando chegar o tempo de pagar [o crédito] dar outro giro. Que nem aqui, a gente cria os terneiros, temos sete terneiros. Daí nós vendemos uma parte para ir pagando as outras contas. Porque é um dinheiro que a gente tem que pagar, não é fundo perdido. Ele [o crédito] tem três anos de carência, e daí é mais quatro anos para pagar, a gente tem que criar para investir (marido da entrevistada 21, agricultora, 34 anos).

b) Previdência social e outros benefícios. Os benefícios da previdência social (aposentadoria, pensão por morte do marido e auxílio doença) são importantes não apenas para complementar a renda familiar, mas também para garantir o pagamento do crédito. Desta forma esses benefícios constituem–se elementos importantes para guiar as estratégias de reprodução social da família.

Além da aposentadoria rural foram registrados outros benefícios como a bolsa família, através da bolsa escola e o programa de habitação rural,[17] que de forma indireta constituem uma alternativa de renda. Do total das mulheres entrevistadas, apenas cinco não tem esses benefícios; seis delas, assim como os respectivos maridos, obtém uma renda advinda da aposentadoria; duas recebem pensão por morte do marido; apenas uma mulher recebe auxílio doença e quase 50% recebem bolsa família.

Cabe sublinhar que tanto a aposentadoria quanto o programa da habitação são dois aspectos significativos para as produtoras. De um lado, o valor da aposentadoria corresponde a um salário mínimo (R$380) por mês, que é destinado para cobrir as questões de saúde e outras despesas da casa. Neste sentido, como aponta Brumer (2002, p.25), "diferentemente dos homens, as mulheres, antes mais nada procuram garantir o sustento e melhorar a vida de suas famílias". Por outro lado, o programa de habitação permite estabelecer e garantir uma moradia, que, além de significar uma grande satisfação econômica, é um apoio a mais para beneficiar aos que tem as condições de acesso, como mostra o seguinte depoimento:

> Esta casa é por apoio do sindicato, é daquele programa [habitação rural] do Governo, que vem através da Caixa Federal. Mas é o Sindicato que encaminha tudo. Daí saiu oito mil [reais] e eles [o Sindicato e a caixa federal] queriam a casa pronta. Desses oito mil, o meu marido depositou R$2,680.00. Antes de sair o dinheiro, a gente tinha que depositar ele. No caso, ficou cinco mil e poucos, daí nós juntamos mais um pouco e deu para fazer. A prefeitura nos ajudou, o que nós gastamos a mais, foi para pagar o pedreiro (Entrevista 22, agricultora, 33 anos).

Não obstante, cabe apontar que a cobertura desse programa é limitada, pelo fato de que há famílias que moram de "agregados" e, portanto, a possibilidade de garantir uma moradia está longe de ser uma realidade, pela falta de terra como garantia para se ter esse direito.

c) Outras linhas de crédito. Outra possibilidade de garantir o pagamento do crédito Pronaf-Mulher é depender de outras linhas de crédito financiadas (pelo marido, pelo filho ou às vezes pelas mulheres) para as atividades agrícolas (milho, soja e fumo), sobretudo quando a produção do leite não é suficiente, como foi referido por uma das agricultoras:

> Uma parte vai sair do crédito de plantação de fumo, porque se fosse só [crédito] das vacas não dava. Porque pago R$70,00 por mês de luz, água e telefone. Também faço o rancho todos os meses, gastando R$80,00 para comprar o básico: açúcar, sal e sabão (Entrevista 4, agricultora, 36 anos).

[17] Este programa foi contemplado pela Resolução 469/04, com recurso de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Tem como objetivo conceder financiamentos imobiliários, subsidiando diretamente aos beneficiários, pessoas físicas (agricultores familiares), através de convenio entre CEE, FETAG e COOHAF (Cooperativa Habitacional da Agricultura Familiar), fundada em março de 2002 (FETAG, 2008).

Nesse sentido, constatou-se que a maioria dos maridos das mulheres entrevistadas têm pelo menos um tipo de crédito Pronaf: investimento, custeio para lavoura ou "Pronafinho". Essa estratégia é porque, em alguns casos, esses créditos também foram destinados para a compra de vacas. Portanto, o Pronaf-Mulher foi apenas um complemento aos financiamentos de outras atividades agrícolas, seja na compra de duas ou três vacas a mais, implementos agrícolas ou para melhorar áreas de pastagens, como mostra o seguinte depoimento:

> Ele [o filho], com o dinheiro da safra, recém comprou as vacas. Esses tempos ele fez um Pronaf de investimento, daí já foi comprada uma vaca, ele criou uma, porque "volta e meia", ele estava querendo comprar. Agora nós já temos umas vacas boas, porque na roça, só plantar soja não dá mais, precisa de muito veneno, para ter pastagem (Entrevista 6, agricultora, 63 anos).

Vale também citar o caso de uma das produtoras que destinou o crédito investimento e de alimento para a compra das vacas; e com o financiamento da linha Pronaf- Mulher foram comprados os equipamentos necessários para montar uma indústria caseira (elaboração de chemier, melado e bolachas). Porém, por diversos motivos burocráticos do banco, não foi possível estabelecer a referida indústria, que era o objetivo inicial. Pois, como a entrevistada mencionou, não existem as condições de mercado para elaborar esses produtos em grandes quantidades e comercializar a produção. Então, os equipamentos adquiridos são úteis para facilitar a mão-de-obra e poupar tempo, ao fazer os produtos que são destinados para o consumo familiar. Sobretudo porque, neste caso específico, a entrevistada é a responsável pelo gerenciamento da propriedade, além de atender às atividades domésticas, as quais, de alguma forma, divide com a mãe e a filha.

Nesse sentido, a linha Pronaf-Mulher permite criar as condições econômicas para manter a propriedade e inclusive, atender às *necessidades práticas das mulheres,* considerando seu aporte econômico como "essencial" para a reprodução familiar (MOSER, 1991). Porém, o programa não atende aos *interesses estratégicos de gênero*, ou seja, o programa não contempla um instrumento que permita desenvolver mecanismos para a conscientização sobre as desigualdades sociais de gênero e, portanto, gerar as condições para reafirmar a autonomia econômica das mulheres (ANDERSON; HONNETH, 2004; KABEER, 1999).

Portanto, o programa responde a uma política centrada no feminino enquanto parte da reprodução social sob uma "visão essencialista". Sendo assim, o programa, embora em menor abrangência, atende às demandas das mulheres. No entanto, não instaura possibilidade de ruptura com as visões tradicionais do feminino (BANDEIRA; BITTENCOURT, 2005).

Contudo, para algumas mulheres, o fato de assumir o risco de solicitar o crédito e considerá-lo como desafio para ser pago no "tempo certo", implica um senso de responsabilidade que elas mesmas assumem, bem como uma auto-exigência para saldar o financiamento contraído. Essa preocupação é permanente, porque, em primeiro lugar, de alguma forma, é preciso garantir os recursos para a reprodução social. Em segundo lugar, porque algumas mulheres desejam continuar tendo vínculos com a agência financiadora ou como mencionou uma das entrevistadas:

> Eu vendo mais ou menos, recebo de 800-1000 reais por mês, a minha primeira prestação já está guardada. Eu quero ser certa com o banco, porque quero depender dele ainda e se eu vou me sujar no começo, daí não presta (Entrevista 15, agricultora, 56 anos).

Para outras mulheres entrevistadas a experiência de ter recebido o crédito não implica apenas uma responsabilidade, mas também assumir um compromisso, já que o significado de "carregar uma dívida" as leva a negociar e a criar as diversas estratégias para não "estar sujo", como indicaram algumas mulheres. Isso, tem a ver com o receio que as agricultoras têm de assumir compromissos financeiros devido às incertezas – tanto por desastres naturais, quando pelas condições instáveis de mercado– que acontecem no contexto da agricultura familiar.

Na visão do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, um mecanismo no qual eles se baseiam para garantir que a pessoa vai conseguir pagar o crédito é com base nas relações de confiança que se estabelecem, geralmente, com o produtor, mas não necessariamente com as produtoras; porque em alguns casos os aspetos burocráticos são apenas negociados com os maridos, assumindo que a informação chega de igual modo às mulheres.

Por outro lado, as mulheres só têm a certeza e a perspectiva de pagamento desde que as outras mulheres do grupo, que têm o papel de avalistas, se comprometam a saldar a dívida no prazo estabelecido no contrato. Neste caso, a única garantia é a relação de confiança que se estabelece com as pessoas do grupo. Esse sentimento de confiança permite também certa segurança sobre a perspectiva do pagamento do financiamento, ainda mais quando já se tem experiências prévias com outros financiamentos.

Nesse sentido, é possível dizer que as estratégias de poupança têm um papel social importante na lógica do micro-financiamento, já que, como coloca Martínez (2006), a prática de poupança, não é apenas um instrumento para garantir a obtenção de crédito, pois significa também uma forma de consolidar uma relação de confiança perante às agências financiadoras,

que, por sua vez, pode facilitar o processo de crédito e, inclusive ter o acesso a outros programas de financiamento.

Em síntese, cabe salientar que os elementos relacionados tanto com o processo de gestão quanto à aplicação do crédito Pronaf-Mulher (QUADRO N°4), constituem algumas potencialidades e limites para a efetivação do programa para as mulheres rurais de Rodeio Bonito.

QUADRO 4- Síntese sobre os principais limites e possibilidades para efetivação do Pronaf-Mulher.

Aspectos normativos	**Critérios específicos**	**Potencialidades**	**Limites**
Processo de gestão	Informação	-Meios eficientes de comunicação	-Informação ambígua sobre o programa e os procedimentos bancários -Desconhecimento sobre as normas do programa -Medo e incertezas
	Documentação	-Apóio da coordenação das mulheres -Regularização e atualização da documentação -Experiências prévias de outras líneas de crédito	-Resistência por parte do Sindicato e do banco
	Projeto Técnico	-Apóio da Emater -Atividade produtiva	-Meio para demonstrar a capacidade produtiva a ser financiada -Não considera necessariamente os interesses das mulheres -Ausência de capacitação e fiscalização da aplicação dos projetos -Desconhecimento sobre a elaboração
	Concessão do crédito	-Grupal: relação de confiança, pagamento com juros menores -Aval cruzado ou solidário -Reafirma relações sociais	-Grupal: imposição com base em critérios econômicos. -Fragiliza as relações sociais Ausência de grupo "solidário"
Processo de aplicação	Produção e comercialização	-Alternativas de mercado -Atividade produtiva com geração de renda, através da produção leiteira	-Atividade (leiteira) direcionada -Diferenciação no produto -Poucas possibilidades de gerenciamento das atividades -Não existe relação de grupo para desenvolver as atividades produtivas
	Retorno financeiro	-Complementar a renda da família -Apóio nas despesas de casa, insumos agrícolas, e indiretamente permite cobrir as dívidas de outros financiamentos -Retorno mensal, atividade de menor risco	-Ausência de autonomia sobre o controle dos recursos
Perspectivas de pagamento		Estratégias de pagamento: -poupança direta, apoios, previdenciários e outros créditos. -Adicionalmente diversificação produtiva e estabelecimento de relação de confiança	-Preocupação permanente

Fonte: Elaboração pela autora com base nos resultados do trabalho empírico realizado em 2007.

Como foi abordado ao longo deste capítulo, o impacto do crédito está condicionado por uma série aspectos estruturais, próprios da origem e das características do programa. Esses aspectos possibilitam ou limitam a construção do processo de empoderamento das mulheres rurais. Em ambos os casos, o papel dos agentes vinculados com o processo de crédito e sua visão sobre as possibilidades das mulheres obterem um crédito, constituem aspectos chaves na construção desse processo. Por outro lado, o significado que o crédito adquire para as mulheres e as possibilidades de participação social constituem elementos determinantes que influenciam nesse processo, como será abordado no seguinte capítulo.

6 O PAPEL DOS AGENTES DE MEDIAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES COMO CONDIÇÕES DE EMPODERAMENTO

A efetivação do Pronaf-Mulher depende não apenas das condições de acesso e de aplicação do crédito, mas também a atuação dos agentes de mediação (mediadores) implicados com o processo do crédito. O papel desses mediadores é determinante no processo de empoderamento das mulheres, uma vez que eles constituem os principais elos e agentes mobilizadores de mudança social (VELHO; KUSCHNIR, 1996; NEVES, 1998, 2008). Outrossim, o significado do crédito como um processo reivindicativo, a percepção que os diversos agentes constroem para legitimar o direito das mulheres para a obtenção do crédito, assim como as possibilidades de participação social das mulheres são alguns dos aspectos que permitem entender a lógica de efetivação do crédito e, ao mesmo tempo, identificar alguns limites e possibilidades de empoderamento para as mulheres.

Portanto, neste capítulo abordam-se alguns aspectos sobre a atuação, especificamente, dos agentes representativos do Sindicato de Trabalhadores Rurais, da Extensão Rural e das agências bancárias. Considera-se também a atuação da cooperativa como uma instância que promove a comercialização do produto obtido a partir da atividade financiada pelo crédito[1]. Destaca-se ainda o significado do crédito como uma conquista a partir da reivindicação dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, se consideram as percepções dos diversos agentes de mediação sobre o acesso ao crédito para as mulheres. E por fim, salientam-se alguns aspectos sobre a participação social das mulheres, com destaque para as potencialidades e limitações para o seu processo de empoderamento.

6.1 Ações de intervenção dos agentes de mediação

A intervenção dos agentes de mediação é diversa, conforme os objetivos da instituição que representam. Um dos aspectos que pode limitar ou possibilitar o processo de empoderamento das mulheres são as ações relacionadas com a divulgação, informação e

[1] É importante esclarecer que foi selecionada a cooperativa, como um exemplo de representação da instituição de mercado, responsável pelas ações de comercialização, não porque seja a única e nem a mais importante, mas porque não foi possível obter informação dos laticínios.

capacitação relativas ao processo de crédito. Como já foi explicitado no capítulo anterior, a falta de clareza de informação relacionada ao crédito e a dificuldade de obtenção de assistência técnica tem limitado a efetivação do Pronaf-Mulher. O objetivo aqui é analisar a atuação, com base nessas ações dos agentes de mediação envolvidos com as questões do crédito, uma vez que, para a efetivação do Pronaf-Mulher, o apoio desses agentes é essencial. Essas diversas estratégias de mediação dos diferentes agentes são chaves no processo de empoderamento, não apenas pelo poder do saber ou do conhecimento (NEVES, 1998; 2008), mas também pelos contatos que estabelecem com os diversos grupos, organizações e instituições dentro e fora do município.

Com base nos resultados da pesquisa empírica, destaca-se o papel dos agentes vinculados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (representante dos agricultores familiares), ao Sistema de Extensão Rural, à Agência Financiadora (Instituições do setor público) e à Cooperativa (CooperA1)[2]. Os três primeiros mediam o processo de gestão e liberação dos recursos econômicos do crédito, enquanto que a Cooperativa apenas cria as condições para facilitar a comercialização do produto que é obtido através da atividade para a qual foi aplicado o crédito.

1) *O Sindicato de Trabalhadores Rurais* é considerado como uma das instituições (entidades) chaves no município. Constitui a máxima representação dos "agricultores familiares" e é marcado por uma forte heterogeneidade, pois ao mesmo tempo em que é representado por assalariados agrícolas e "pequenos agricultores", os objetivos são diferenciados. No que se refere aos pequenos agricultores, a preocupação central é o fortalecimento da agricultura familiar como um todo. Portanto, as demandas dos agricultores estão fortemente orientadas para a valorização de temas relacionados com a comercialização, a qualidade dos produtos, as tecnologias agrícolas e as opções de mercado (MARQUES, 2004). Com base nisso, as questões relativas à política de crédito rural, além dos serviços previdenciários e serviços de assistência médica, constituem os principais pilares das ações (através das lideranças e técnicos) do sindicalismo rural.

Assim, por exemplo, perante os riscos e incertezas da produção agrícola (por problemas de estiagem e instabilidade de preços no mercado), os agricultores refugiam–se no sindicato à procura de soluções urgentes. Desta forma, se vêem obrigados e são orientados a explorar alternativas para diversificar a produção e as possibilidades de comercialização. Nesse sentido, as condições de mercado relacionadas à atividade leiteira, existentes no

[2]Para fins de análise, estas entidades (conhecidas assim no município), serão consideradas como instituições.

município, além das dificuldades impostas pelas condições climáticas (problema de estiagem que predominou no ano 2005), constituíram-se em mecanismos para justificar a orientação dos recursos do crédito à atividade leiteira, valorizando os aspectos de comercialização, qualidade do produto e uso de tecnologia.

De fato, é com base nesses aspectos que o técnico do sindicato, responsável pelas ações de crédito, media os interesses dos "pequenos agricultores", identificados como "produtores de leite", mas, não necessariamente os interesses das agricultoras, uma vez que elas são informadas, mas não consultadas, para financiar uma atividade economicamente viável.

> A gente orienta os produtores de leite, mas no caso das mulheres, tem que saber o que elas querem e apresentar uma proposta. Então a gente alerta, digamos assim, os pontos que elas podem [financiar], o que facilita mais; a atividade leiteria é uma alternativa, é melhor investir em vacas de leite, até em frangos, onde tem mercado hoje (Entrevista 27, técnico do Sindicato de Trabalhadores Rurais).

Por outro lado, para o atendimento dos interesses das mulheres existe uma clara divisão de funções dentro do Sindicato. Assim, o papel do técnico, cuja formação é técnico agrícola, é responsabilizar-se pelo processo administrativo e burocrático da documentação relacionada com o crédito; a função da secretária do Sindicato é a elaboração de atas das reuniões da diretoria e o atendimento a diversos aspectos relacionados com a Previdência Social e outros programas sociais (saúde, habitação rural, etc.) no município. Além disso, em setembro de 2007, a secretária foi eleita como agente municipal da Economia Solidária[3] e reeleita como coordenadora regional das mulheres; sendo reconhecida como uma das principais lideranças da região.

Assim, compete à coordenadora regional, conjuntamente com a comissão municipal (coordenadoras municipais) de mulheres, promover e organizar eventos específicos como passeatas, encontros, cursos de formação de lideranças e diversas oficinas[4], além de difundir todo tipo de informação sobre questões relacionadas às mulheres. Um encontro anual emblemático é o "Dia Internacional da Mulher", celebrado no dia 8 de março[5], que constitui

[3] O Agente Municipal de Economia Solidária tem como função principal acompanhar e assessorar nos aspectos de organização, embalagem, rotulagem e comercialização de produtos a serem vendidos na "Feira do Produtor".

[4] Entre essas oficinas destacam "O resgate da história da Previdência Social, "Medicina alternativa através do uso de Fitoterápicos", "Produção de artesanato com agregação de valor", entre outras.

[5] Nesses espaços são promovidos diversos eventos que fazem alusão aos direitos das mulheres, a trajetória dos movimentos das mulheres para a conquista dos direitos como a previdência social e o acesso ao crédito. Além destes aspetos, o evento inclui alguns rituais e atividades simbólicas sobre o papel da mulher na roça.

um espaço importante para reivindicar o reconhecimento do trabalho das mulheres na agricultura familiar e sua potencialidade na participação política e social.

Para a promoção dos diversos cursos e oficinas, as coordenadoras têm uma formação prévia, com apoio da FETAG/RS, sobre diferentes temas, entre eles: "A comunicação no feminino" [6]. A partir da experiência dessa formação e no decorrer da participação nos diversos espaços sociais e políticos, têm surgido questionamentos sobre os valores culturais que redefinem as relações sociais de gênero, os direitos das mulheres e reafirmam a identidade como "mulheres agricultoras". Essa situação reflete-se no processo mais pessoal de algumas lideranças, valorizando e refletindo sobre a relação do cotidiano dentro da família, com base na comunicação e nas estratégias de negociação, que são condições iniciais para as tomadas de decisões nas diversas ações desenvolvidas nos diferentes espaços.

> Eu já fiz muitos cursos de formação de liderança, organização da produção, comunicação e gênero. Porque a gente precisa ser reconhecida também como agricultora. O que mais me ajudou é a forma de expressão, porque a gente tem que saber se expressar e colocar os nossos sentimentos para fora, refletir sobre as nossas conquistas e as nossas lutas. Esse curso de comunicação e gênero [no feminino] me ajudou muito. A minha vida pessoal melhorou, eu converso mais com ele [o marido], a gente sempre fala sobre os problemas e as coisas boas que aconteceram no dia. Mesmo não tendo nada a ver um assunto com outro, é assim que a gente desabafa, mas também compartilha as alegrias (Entrevista 26, Coordenadora Regional das Mulheres).

No discurso das lideranças, isso está presente e de alguma forma é transmitido nos diferentes encontros e nas diversas ações que elas desenvolvem na região. Essas ações se fundam no lema do sindicato como "ferramenta de luta" para promover espaços de participação e reconhecimentos do trabalho das mulheres rurais. No entanto, segundo a percepção de algumas das coordenadoras, é importante que exista um grau mínimo de auto-estima por parte das mulheres agricultoras. Ou seja, é necessário "um poder desde dentro", de forma que as pessoas sintam uma segurança interna e descubram que são capazes de desenvolver uma determinada ação (ANTUNES, 2003; MAHMUD, 2003; MAYOUX, 1998;

[6] Esse curso é promovido pela FETAG. O conteúdo parte do princípio de que as mulheres têm dificuldades para entender a comunicação presente e feita pela maioria de profissionais do sexo masculino e, ao mesmo tempo, ausente do feminino (PEREIRA, 2002). A estrutura do curso é composta de várias oficinas, nas quais se trabalha a percepção e a expressão corporal a partir dos gestos. No decorrer das oficinas, as mulheres refletem e compartilham as suas impressões e experiências pessoais conforme as diversas temáticas relacionadas sobre a auto-estima, história de vida, cotidianidade familiar e divisão sexual do trabalho na unidade familiar. Elas também refletem sobre a forma em que a participação política é mediada por jogos de interesses e relações de poder. Estas oficinas são ministradas pela coordenadora regional das mulheres e assessora regional contratada pela FETAG com apoio da SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). A partir de 2006 o curso tem sido dirigido às mulheres lideranças do Sindicato de Trabalhadores Rurais (Informação obtida pela autora, durante o trabalho de campo, em 2007).

ROWLANDS, 1998). É nesse sentido que Sen (1997) destaca o papel de agentes externos, neste caso das coordenadoras, como catalisadores essenciais desse processo, embora caiba às mulheres tomarem consciência própria de transformação social (ANTUNES, 2003; KABEER, 1998).

No que diz respeito às ações relativas ao crédito, percebe-se no Sindicato de Trabalhadores Rurais do Rodeio Bonito que a discussão de gênero está ausente ou é limitada. Ao contrário, no município de Pinhal, cuja diretoria é constituída por mulheres, o crédito Pronaf-Mulher representou uma estratégia para incentivar ás mulheres a se associarem ao sindicato. De fato, a associação previa que as mulheres pudessem receber um projeto técnico e apoio no processo burocrático.

Essa condição deveu-se ao fato de que muitos agricultores e agricultoras não valorizam as ações do Sindicato. Adicionalmente, o interesse em se associar é comprometido pela necessidade de pagar a taxa anual de R$76 por sócio[7], sendo que esta contribuição é uma forma de manter o salário da diretoria e, como diz uma das lideranças, "esse pagamento é a ferramenta do sindicato".

> Então, para a gente conseguir trabalhar para elas [as agricultoras], como por exemplo, fazer todos os projetos de Pronaf-Mulher, muitas [mulheres] se associaram e continuaram sendo sócias até hoje. Foi falado: "a gente faz, mas pede para vocês serem sócias". A partir de serem sócias, elas pagam uma taxa anual e ficam sócias para aquele ano inteiro (Entrevista 31, secretária do Sindicato de Trabalhadores Rurais).

Então, sob essas condições, a ação sindical consiste apenas num facilitador de aspectos burocráticos, embora seja o sistema máximo de representação das principais demandas dos "agricultores ou agricultoras familiares". Porém, essa representação tem efeitos diferenciados, como afirma a presidente do sindicato do município de Pinhal: "Elas[as agricultoras] confiam em mim, porque tem diferença que o sindicato tenha uma mulher na frente, parece que as mulheres chegam mais, tem mais confiança para perguntar".

Nesse contexto, o fato de uma mulher representar o sindicato, pode atrair um maior número de associadas e criar as condições para o empoderamento das agricultoras, através da confiança e segurança. Porém, não necessariamente, uma vez que não existem mecanismos de discussão sobre a contribuição e o impacto do crédito especificamente na situação das mulheres rurais. E menos ainda, porque os espaços de reflexão sobre as desigualdades de

[7] Se o casal é associado, o marido paga 20% do salário mínimo, ou seja, R$76,00, a mulher paga a metade desse valor (R$38,00), e se tem um filho associado morando na propriedade, ele também paga a metade. Porém, o pagamento pode ser feito em parcelas.

gênero estão ausentes ou são efêmeros e restritos às lideranças femininas, embora os presidentes e os técnicos também teriam que fazer parte desses espaços.

2) *Os agentes da extensão rural*. Embora os técnicos tenham como papel central a assessoria técnica, no que diz respeito ao crédito, sua atuação se reduz a estabelecer um elo no processo administrativo (através da elaboração do projeto) para conceder o financiamento. Esta atuação não é, necessariamente, uma estratégia para facilitar ou criar os mecanismos de capacitação em processos organizativos e estratégias de comercialização. Sendo assim, a relação que se estabelece com as beneficiárias do crédito é basicamente de caráter "normativo e clientelista", uma vez que o projeto técnico é elaborado pelo técnico da referida instituição, legitimado pelo poder do "saber e do conhecimento"(NEVES, 1998).

Na opinião de um dos técnicos, a resposta da assistência é estruturada para uma atividade mais "moderna e produtivista", conforme os objetivos, os interesses e as condições culturais e econômicas de cada família. Sob essa lógica, nas palavras do técnico, "o produtor que está preparado, culturalmente está moldado para ser independente e auto-suficiente". Portanto, nessas condições, o produtor não precisaria da presença do extensionista para ser avaliado. De fato, como o técnico indicou*:* "o nosso papel não é fiscalizar, para mudar a agricultura ou qualquer atividade, é a visão do produtor que precisa mudar".

Dessa forma, a fiscalização pode ser importante, mas não é suficiente para o desenvolvimento de uma atividade viável economicamente, uma vez que, de acordo com a visão do técnico, precisa haver uma mudança na visão do agricultor. Porém, essa mudança tende a ocorrer apenas no médio e longo prazo.

Entretanto, outro dos técnicos de extensão reconheceu que é preciso um acompanhamento técnico de supervisão, para comprovar que o crédito realmente foi aplicado de acordo com o objetivo do projeto solicitado. Porém, isto não acontece, devido à insuficiência de pessoal, pois a maioria dos municípios da região tem apenas um técnico, que é o responsável por toda a área de crédito rural (de custeio e de investimento) e da assistência técnica. Nesse sentido, tanto a demanda quanto a periodicidade da supervisão e da assistência técnica são muito restritas, o que dificulta em grande medida um acompanhamento mais próximo do "ideal do projeto e do produtor", como revela o seguinte depoimento:

> A assistência fica mais geral e um pouco longe do produtor. Esse é um problema que tem que ser corrigido, precisa ter uma forma [de atender] esse pessoal [agricultores] que tem boa intenção, boas idéias, bom projeto, por isso precisa de um acompanhamento. Mas, não é por vontade própria que a Emater não consegue dar esse suporte necessário que as famílias precisam, principalmente numa área de crédito, que é uma área muitas vezes nova para

> o agricultor, na qual ele precisa de um acompanhamento ainda maior (Entrevista 37, técnico da Emater).

Mas, por outro lado, conforme o responsável (pelo crédito) estadual da Emater, para garantir certa qualidade dos projetos técnicos, bem como um processo de fiscalização e uma assistência mais efetiva, há necessidade de uma remuneração significativa (0,5; 1 ou 2% do valor financiado) deste trabalho. De fato, esse valor já é cobrado para os "produtores mais estruturados". Esta ação seria uma forma de comprometer a eficiência dos técnicos e, ao mesmo tempo, incentivar o "pequeno produtor" a aumentar a sua produção.

> Estamos cobrando os projetos para aqueles produtores mais estruturados, os agricultores do grupo C e E, para os que vão fazer um projeto de custeio de cinco mil reais e um projeto de investimento de sete mil reais. Nós fazemos o projeto e prestamos a assistência técnica, mas, queremos ver se com isso, a gente melhora a própria qualidade dos projetos. Antes, o técnico não cobrava nada, mas, também não se comprometia. Agora ele é obrigado a se comprometer a prestar assistência técnica, porque está sendo pago para isto. Ele vai incentivar, vai ter que preencher um laudo. Por outro lado, espera-se que, a médio e longo prazo, o cara [o agricultor] perceba que isso é bom para ele também, porque ele vai ter um técnico comprometido a olhar a propriedade para ele, por um custo muito baixo. Nós vamos cobrar de acordo com o manual de crédito rural, pode-se cobrar meio por cento, um ou no máximo dois por cento (Entrevista 41, Representante Estadual da Emater).

Então, como se pode perceber, a forma de assistência, por parte da Emater, além de responder a determinados objetivos e estar focalizada no masculino, ela é insuficiente por uma condição estrutural da instituição. Além do mais, essa assistência é materializada de forma diferenciada, de acordo com a construção social das atividades "próprias do homem e da mulher", existindo uma clara divisão sexual do trabalho ao interior da instituição.

De acordo com um dos técnicos, cuja formação é agrônomo, a função dele está relacionada basicamente com os aspectos de produção pecuária e agrícola. Geralmente é ele o responsável pela elaboração de projetos, laudos e apoio na demanda de programas governamentais, embora ele reconheça a deficiência da assistência técnica por falta de pessoal. Na verdade, a assistência acaba sendo pontual e urgente, conforme as necessidades dos agricultores.

> Essa parte técnica, só eu, a secretária trabalha mais com o computador, o técnico faz os projetos e a parte de assistência técnica. Aí tem a assistente social, que cuida esse trabalho com as mulheres. Mas meu trabalho é nas propriedades, deu uma seca, eu tenho que fazer esses laudos. Agora com essa estiagem, vem tudo [os agricultores] para fazer a Bolsa Estiagem. Esses programas de governo que eles fazem, a EMATER abraça [abrange]

> tudo. Nós concordamos que fica deficiente a assistência técnica, mas não por incompetência do pessoal, é por tempo mesmo (Entrevista 35, técnico da Emater).

No que diz respeito às funções da extensionista da área social, cabe a ela atender às demandas "específicas das mulheres" (fazer artesanato, panificação caseira e bolachas, bordados, tricô, manejo de hortos de plantas medicinais, entre outras). Essas atividades são desenvolvidas conforme uma agenda (mensal) estabelecida pela extensionista. Porém, as referidas atividades, que são "naturalizadas", não consideram os custos de oportunidades do tempo das mulheres, reproduzindo assim a situação de dupla e tripla jornada.

Além disso, a extensionista da área social nem sempre recebe treinamento para mediar as ações dessas atividades, é com base na experiência laboral e a interação com as mulheres que ela vai adquirindo os conhecimentos necessários. Geralmente, ela se apóia nas redes de relações que estabelece no município ou na coordenação da Regional[8], para desenvolver alguns temas específicos (nutrição, auto-estima, etc.) conforme os interesses das mulheres. Nesse sentido, ela mencionou ter capacitação sobre a dinâmica laboral e as estratégias para atingir as metas institucionais. Porém, reconheceu nunca ter participado de uma capacitação relacionada com os aspectos de gênero.

> Na verdade nunca fiz um curso sobre gênero, quando a gente entra na Emater te dão uma capacitação inicial para orientar como deve ser o trabalho. Mas a gente aprende a trabalhar, trabalhando. Por exemplo, eu não sei fazer todo tipo de artesanato, logo eu vou aprender em outro lugar ou com outra colega. Para saber sobre alimentação a gente trabalha aqui com a nutricionista. Mas, durante todo o mês a gente trabalha com artesanato para geração de renda e para elas [as mulheres] ornamentarem a casa. No final do ano, a gente faz um planejamento e aí elas decidem o que vão trabalhar: um artesanato, algumas receitas de alimentação ou se querem falar sobre algumas recomendações (Entrevista 36, extensionista da área social da Emater).

Nesse contexto, de acordo com a responsável pela unidade de gênero da Emater[9], o processo de capacitação com enfoque de gênero está no seu processo inicial. E no primeiro momento, a prioridade é capacitar o pessoal da área social (a maioria mulheres). Mesmo que a

[8] A Emater de Rodeio Bonito faz parte do Escritório Regional de Passo Fundo, uma das 10 regionais que compõe o Estado. Esta regional encontra-se subdividida em oito microrregiões administrativas e é composta por 70 municípios, distribuídos em quatro Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).

[9] A área de gênero, na Emater-Central em Porto Alegre, foi criada em 2006. A partir desse ano vem se desenvolvendo diversas ações (cursos, oficinas, etc.) especificamente com as extensionistas da área social.

entrevistada tenha colocado a importância dessa capacitação para o "apoderamento"[10] das mulheres, através das políticas públicas, também reconheceu que ainda são maiores os desafios no âmbito institucional, pois significa um trabalho de constante sensibilização, tanto para o pessoal da assistência social quando para os técnicos envolvidos nas diversas áreas.

Assim, com esse outro olhar, a entrevistada enfatizou as possibilidades de mudanças sociais. Algumas já estão acontecendo pelo fato das mulheres estarem conquistando espaços que são social e culturalmente destinados aos homens, mas por outro lado, também implica um processo em construção e, como tal, a longo prazo.

> Vai levar 10 anos ou 20 anos talvez, para a gente ver mudanças, mas algumas já estão acontecendo. A gente vê que as mulheres estão partindo buscar o seu espaço na política, para participar de conselhos. Antigamente, quem participava de conselho era só homem. A mulher só participa do conselho de saúde e de assistência social porque é coisa de mulher. Hoje não, elas estão participando nos conselhos agropecuários, porque as mulheres também plantam, vão para a lavoura. Em muitas propriedades, são as mulheres que puxam[gerenciam]. Então, a gente vê que as mulheres estão avançando, mas eu acho que é uma caminhada. E na extensão rural a gente vai ver esse crescimento, que não é da noite para o dia, é um pouco demorado (Entrevista 39, coordenadora da área de Gênero, Emater Central).

A contribuição da Emater na operacionalização do crédito, através de ações de capacitação e reflexão, poderia ser chave nesse processo de empoderamento pessoal das mulheres. Como mostra Zorzi (2008), o discurso já está presente em algumas funcionárias, principalmente da área de bem-estar social. Isso poderia impactar, de forma diferencial, a prática social dos agentes de extensão nas ações relacionadas ao crédito. Conforme as observações da autora, a extensionista de Bem-estar social considera a oportunidade das mulheres obterem o Pronaf-Mulher como uma possibilidade de criar mecanismos de reflexão sobre as diferenças entre homens e mulheres no campo e a construção das relações sociais entre eles. Esta perspectiva é diferente da opinião do agrônomo (técnico), que está mais centrado na existência do crédito como um mecanismo para ampliar a renda familiar e a melhoria da propriedade.

Nesse sentido, a partir das colocações da funcionária da Emater, Zorzi (2008, p. 86) argumenta que "o surgimento de uma linha de crédito específica para as agricultoras familiares" significou um instrumento para fortalecer as ações que visam constituir uma maior

[10] O termo "apoderamento" às vezes é usado como sinônimo de empoderamento, mas, tem significado diferente, uma vez que "apoderar" é sinônimo de "dar pose", "domínio de", "apossar-se", "dominar", "conquistar"ou "tomar posse"(BAQUERO, 2006).

autonomia das mulheres e, portanto, fortalecer a cidadania delas no campo. Como mostra o depoimento da funcionaria da referida instituição:

> Eu vejo como uma política interessante [Pronaf Mulher], no sentido da valorização da mulher como agricultora. Eu vejo como uma finalidade, no sentido de que venha uma linha de crédito específica para que ela faça, ou acesse, e que consiga viabilizar um projeto que seja da sua gestão, que ela tenha o comando, que ela seja responsável e que isso venha gerar a autonomia, cidadania e independência. Porque a gente vê hoje, principalmente nas famílias rurais, a questão do patriarcado, do homem tomando a decisão, do homem decidindo; a mulher como mão-de-obra muitas vezes tendo uma atuação forte, presente, mas na hora da gestão dos recursos, da tomada de decisão, não existe essa participação [feminina]. Então eu acho que é uma coisa que vem fortalecer a questão da cidadania, a mulher como cidadã, uma pessoa capaz de gerenciar, de gerir seu próprio negócio (Ana, Emater regional).

3) *As ações da agência financiadora.* Os bancos públicos federais têm sido os principais órgãos financeiros na operação do crédito rural. No local da pesquisa empírica, as diferentes linhas do Pronaf são financiadas pelas seguintes agências: Banco do Brasil (banco federal), o Bansicredi (banco cooperativo)[11], o Banrisul (banco estadual) e a Crehnor (cooperativa de crédito). Especificamente, no caso das mulheres entrevistadas, o financiamento do Pronaf-Mulher foi feito através das duas primeiras agências financiadoras.

Conforme foi apontado no capítulo anterior, algumas das principais dificuldades em relação à atuação dos agentes financeiros são a falta de clareza de informação sobre os juros e os procedimentos bancários. Esses problemas são decorrentes da falta de sensibilidade, de experiência e de disponibilidade de lidar com uma linha específica para as mulheres, pois historicamente o crédito rural tem sido destinado ao setor masculino. Nesse sentido, segundo a visão de um dos gerentes, para que a linha Pronaf-Mulher seja operacionalizada com sucesso, é preciso a intervenção do Sindicato de Trabalhadores Rurais e da extensão rural.

Entretanto, o papel do banco somente é estabelecer reuniões com essas diferentes instituições para explicar o funcionamento e as normas de pagamento. Nesse sentido, como reconheceu o gerente: "geralmente não existe "parceria" entre as instituições, apenas são feitas reuniões no início das safras para ver se as normas estão em vigor". Embora o representante do banco não tenha reconhecido uma parceria formal entre as diversas instâncias em relação ao crédito, existe uma relação interdependente entre elas, uma vez que a agência bancária depende dos projetos realizados pela Emater, e os projetos são elaborados desde que as

[11] Para uma caracterização das principais instituições financeiras que operam o sistema de crédito rural, consulte-se, Bittencourt (2003).

mulheres sejam enquadradas na linha de financiamento específico às mulheres, com base nos dados contidos na DAP, que é preenchida com apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Outrossim, não existem mecanismos de capacitação, por parte do banco, sobre temas relacionados ao crédito Pronaf-Mulher, como uma especificidade e possibilidade de transformação social, pois ele é considerado complementar as outras linhas de crédito financiadas pelos homens. Sob este critério, o risco de exclusão no processo de atendimento tende a ser uma restrição para as mulheres operacionalizarem o crédito, uma vez que é comum a resistência por parte dos bancos, no processo de financiamento dessa linha específica, como é afirmado no seguinte depoimento:

> Os bancos têm muita resistência em financiar o Pronaf-Mulher. Eles não acreditam no projeto da mulher. Até o próprio sistema financeiro acaba fomentando um projeto que seja do homem. Apenas aumentar o limite[do financiamento]. Então, tem que fazer um trabalho[capacitação] com os bancos, para conhecer como devem ser esses projetos (Entrevista 41, Representante da Emater Central).

Resultados semelhantes foram apontados por Alves (2007), Fernandes (2008) e Zorzi (2008), quanto mostram que existe uma falta de sensibilização e abertura por parte das instituições financeiras nas demandas específicas das mulheres, uma vez que as práticas de atendimento são consideradas "neutras". Ou seja, não levam em conta as especificidades das relações de gênero, pois, no imaginário destes agentes, as mulheres não estão dotadas de habilidades e capacidade de lidar com o processo burocrático. Outros estudos sobre o impacto dos programas de crédito mostram que uma das principais dificuldades na relação entre os agentes bancários e as beneficiárias é o distanciamento social, que tem a ver com a pouca experiência, a falta de disponibilidade e de sensibilidade no atendimento de situações específicas, no que concerne as mulheres (FORTE, 2006; KABEER; 1998; ROMANO; BUARQUE, 2001).

4) *A ação da CooperA1*. Esta cooperativa é afiliada à Cooperativa Central Oeste Catarinense Aurora. Instalou-se no município a partir da demanda do Sindicato de Trabalhadores Rurais, como uma forma de ampliar as opções de mercado para os produtores, a partir da comercialização dos diferentes "produtos de qualidade", provenientes da agricultura familiar. Conforme comentado no capítulo anterior, algumas das ações da cooperativa estão voltadas para o aumento da produção do leite sob determinados interesses: "Melhorar o padrão de qualidade do produto". Para tal objetivo, a empresa estabelece uma relação de concorrência

(de preços e cursos de capacitação), com o resto dos laticínios da região, como uma forma de fidelizar e atrair um maior número de associados.

Portanto, têm sido diversos os mecanismos para incentivar os agricultores a serem incorporados nessa lógica de produção, pois, além de coordenar os cursos específicos, outra estratégia é organizar viagens de intercâmbio para conhecer a experiência de produtores de leite em algumas regiões do estado de Santa Catarina.

> Nós incentivamos o "produtor" que tem que continuar e ser persistente, de forma que ele não veja qualquer dificuldade e desista da atividade [leiteira]. Por isso, a gente fala que essa atividade é boa. Nós tivemos três anos de estiagem muito forte, na qual os produtores tiveram sérias dificuldades. Então, a gente está esperando por essa mudança de hábito, de começar a produzir leite como uma fonte de renda a mais. A gente tem procurado levar os associados em outras regiões também, que a área leiteira nossa é mais forte, para mostrar para eles que tudo é possível. E como eles nunca tiveram assistência técnica, fica difícil convencer o "produtor". Por isso que a gente programa as visitas em outras propriedades, para, justamente, mostrar que também é possível tirar [obter] bons resultados. Basta o "produtor" querer e fazer a coisa certa (Entrevista 38, gerente da cooperativa).

Então, o Pronaf-Mulher veio a ser uma estratégia para a cooperativa incentivar o produtor, através da participação das mulheres na produção e na especialização da atividade leiteira, com uma forma de potencializar essa lógica de produção. De fato, em 2006, quando começou a operar o Pronaf-Mulher no município, a cooperativa tinha um convênio com as outras cooperativas do estado de Santa Catarina, para impulsionar um programa que respondesse às necessidades práticas das mulheres; porém por diversas razões o referido programa não teve continuidade.

> A gente tinha um convênio dentro da cooperativa, justamente para a mulher participar mais nas decisões, em função de que elas trabalham bastante com o leite, isso é importante na tomada de decisão dentro da propriedade. Mas, quem tocava [coordenava] o programa era a minha mulher, só que foi deixado de lado. Mas, é um programa que a Cooper A1 privilegia, porque ele é voltado especificamente para atender às necessidades da mulher, porque tem cursos de culinária, de como cuidar da saúde, como fazer uma alimentação rica e balanceada. Essas coisas que a mulher mais se envolve (Entrevista 38, gerente da cooperativa).

Embora o gerente da cooperativa tenha reconhecido o papel preponderante das mulheres, no melhoramento da qualidade do leite, é evidente que nas diversas ações, são os homens que estão inseridos nesse processo, uma vez que as mulheres nem sempre são convidadas ou simplesmente não estão dispostas a abandonar as atividades cotidianas da

unidade doméstica. Então, isto acaba por limitar a possibilidade das mulheres obterem novos conhecimentos e ampliarem as redes sociais que permitem garantir oportunidades de gerenciamento.

Portanto, mesmo que as mulheres tenham reconhecido que existe uma parceria entre as diversas instituições (a Emater, o Sindicato, o Banco e a Cooper A1) e algumas delas considerem a necessidade do trabalho em conjunto, os agentes de mediação operam e facilitam o processo de crédito conforme objetivos e interesses, claramente delimitados, segundo as regras da instituição da qual eles são representantes.

> A estratégia das diferentes instituições é trabalhar em conjunto. Mas, muitas vezes o objetivo final é desviado no decorrer do caminho, porque cada empresa, cada instituição, tem os seus interesses individuais. Por exemplo, a cooperativa libera crédito já pensando em comprar o produto e ganhar dinheiro. O Sindicato tem o objetivo de fortalecer os agricultores, mas também, de aumentar o número de associados. Às vezes trabalham num lado até político, ou com os seus interesses individuais. E a extensão rural, muitas vezes, tem que abraçar "as causas" [os programas ou projetos], porque ela é responsável por executar a política agrícola. Mas, como nós somos pagos pelo estado, pelos órgãos públicos, vamos buscar atender, trabalhar e orientar aquele "pequeno agricultor". Então o trabalho é em conjunto, mas cada uma das instituições, às vezes tem o seu interesse individual (Entrevista 37, técnico da Emater).

A figura 3 sintetiza algumas das ações realizadas pelos diferentes agentes que representam as diversas instituições envolvidas com o crédito Pronaf-Mulher.

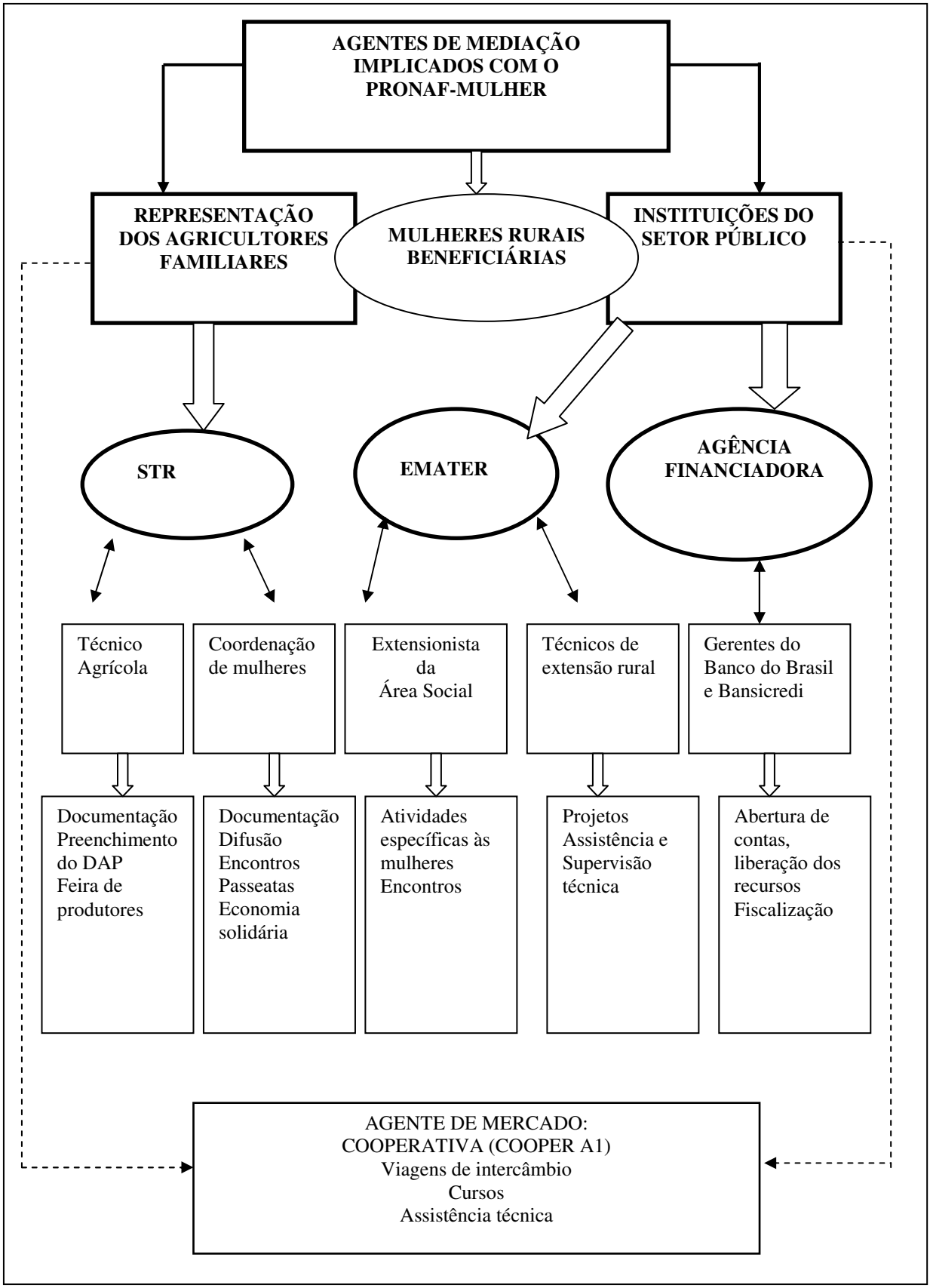

FIGURA 3.- Ações desenvolvidas pelos agentes de mediação, implicados com o crédito Pronaf-Mulher, representantes das diversas instituições.

Fonte: Elaborado pela autora com base na informação obtida no trabalho de campo, realizado em 2007.

6.2 “Uma baita conquista”: o significado social do Pronaf-Mulher

A experiência de acesso ao Pronaf-Mulher apresenta uma série de significados pelas próprias mulheres, ao colocar em que pela primeira vez têm sido reconhecidas pelo Estado, fazendo valer seus direitos como “mulheres agricultoras”, através do acesso as políticas públicas. Assim, ressalta-se a importância e o significado do crédito, que não se reduz apenas à contribuição econômica como sustento de seu aporte à economia familiar, mas também incorpora elementos, como o reconhecimento aos direitos conquistados. Além disso, aspectos de caráter simbólico que os agentes de mediação constroem em torno do masculino e do feminino, também permeiam o sentido do crédito.

Para algumas mulheres, a existência do crédito representa uma “baita conquista”, porque dessa forma elas se sentem mais valorizadas. Isso também significa que pela primeira vez são levadas em conta pelo Estado, pois conforme uma das entrevistadas, “as mulheres da roça também devem ter direitos”. Então, com base na identidade de “agricultora”, a luta por esse direito tem sido fundamental, porque é uma possibilidade de garantir uma renda a mais que permite adquirir ou investir em alguns bens ou melhorar a situação familiar, significando para elas, uma grande satisfação poder contribuir economicamente.

A esse respeito, Zorzi (2008) também mostra que o fato das mulheres terem contribuído significativamente para a renda total da família e desenvolverem uma atividade gerenciada por elas mesmas, lhes possibilitou maior independência em relação aos homens. No caso das mulheres entrevistadas, poder-se-ia dizer que a possibilidade de contribuir economicamente permite-lhes identificar um processo de “poder de dentro”, ao se sentirem mais valorizadas como mulheres. Adicionalmente, pode significar uma oportunidade para desenvolver a persistência e a força interna para conseguir objetivos específicos pelo bem-estar familiar, já que, para elas, isso constitui uma prioridade, antes que o bem-estar pessoal.

> Que nem aqui, a gente vai comprando aos pouquinhos a nossa terra, daí a casa da gente. O filho, o marido, tudo é uma família. E tem que ir deixando um pouco de lado as coisas da gente. Para a gente pensar em nós, é em terceiro lugar (Entrevista 22, agricultora, 33 anos).

Assim, conforme os depoimentos de algumas entrevistadas, o fato de existir um crédito para as “mulheres” representa uma série de valores simbólicos: o reconhecimento pessoal, o

aprendizado, “o poder fazer”, a igualdade de direitos e o reconhecimento da diferença entre os sexos.

> Representa que a gente se sinta mais valorizada, parece que a gente é mais dona. Para mim representou isso, parece que fiquei mais dona, mais capacitada nas coisas de conseguir um financiamento. Eu acho muito bom, que depois de entrar essa lei dos direitos a ser igual, a mulher pode “tomar frente” do homem, hoje ela tem muito direito (Entrevista 10, agricultora, 52 anos).

> É mais por esse medo, achar que, por a gente ser da roça, a gente não é capaz de fazer as coisas melhores. Mas eu acho que não é assim, que cada um tem o seu direito, tem a sua força de mudar, de poder conseguir fazer as suas coisas (Entrevista 8, agricultora, 54 anos).

Outro aspecto importante é o fato das mulheres terem se defrontado com as questões burocráticas. Para algumas, entrar pela primeira vez ao banco e se preocupar com a documentação, foram situações novas para quem nunca tinha imaginado o processo de gestão. Sobretudo, porque o processo burocrático tem sido realizado pelo marido. Este fato foi corroborado pelo menos para 50% das mulheres entrevistadas. Para outras mulheres o processo de negociação foi mais fácil, pelo conhecimento prévio que existia a partir de outras modalidades de crédito, principalmente para quem já assinava junto com o marido.

Algumas das mulheres entrevistadas enfatizaram que o fato de ter a oportunidade de receber um crédito, que lhes permitisse “entrar pela primeira vez ao banco” e ter uma conta própria, tem sido fundamental, sobretudo, para elas se sentirem mais reconhecidas, com maior confiança e segurança. Alem disso, a possibilidade de desenvolver certa independência, pelo fato de “sair do espaço privado” e poder transitar pelo “espaço público”, que socialmente é destinado aos homens, também tem significado um ganho.

> Olha, uma vez, a gente nunca ia ao banco, e agora, se for preciso ir e fazer as coisas, eu vou, agora já sei. Antes era só em casa e trabalhar. Só que também antigamente eram sempre os homens que iam ao banco (Entrevista 2, agricultora, 43 anos).

Nesse sentido, segundo Fernandes (2008), a inclusão das mulheres no Pronaf constitui um mecanismo de cruzar a fronteira do “Privado” ao “Público” e ter as mesmas oportunidades de negociação com as agentes do banco. Entretanto, é possível afirmar que a negociação com a agência bancária foi uma condição necessária para cumprir com um aspecto normativo, e não precisamente uma escolha das próprias mulheres. Desta forma, não necessariamente poder-se-ia garantir a continuidade e a permanência para assumir a responsabilidade de lidar

com os aspetos burocráticos, que emanam da lógica de operacionalização do crédito e que, muitas vezes, leva algumas mulheres a se desmotivarem.

Na percepção de uns dos gerentes do banco, "é normal que as mulheres cheguem ao banco com muitas dúvidas", porque de fato, são os homens que sempre tem conhecido e lidado com o processo bancário. A predominância masculina nesse processo é percebida de forma naturalizada pelas próprias mulheres, como um papel que cabe aos homens desenvolver. Embora elas geralmente cheguem acompanhadas do marido, algumas têm iniciativa e são mais questionadoras, porque no fundo existe uma constante preocupação perante as incertezas do pagamento.

Apesar de que o gerente tenha reconhecido que as mulheres têm a habilidade de lidar com as questões do Pronaf-Mulher, na verdade ainda existe muita insegurança e falta de informação relativa à operacionalização do programa. Entretanto, outro gerente reconheceu que o movimento das mulheres (se referindo especificamente a ações da FETAG) e a presença do Sindicato de Trabalhadores Rurais têm contribuído para a mulher ser reconhecida no acesso às políticas de crédito.

Embora o gerente tenha salientado a participação das mulheres na atividade leiteira e nos diferentes espaços conquistados, através das ações dos movimentos de mulheres, afirmou que ainda existem situações em que os homens mantêm o poder, persistindo casos de dependência da mulher nas tomadas de decisões do marido, sobretudo, no que se refere ao gerenciamento e administração da propriedade.

> Eu vejo que há uma conquista fundamental desses órgãos, que estão sempre lutando por alguma coisa melhor como: o Sindicato, a Fetag e o Grupo das Mulheres, que sempre vem lutando historicamente para isso. O Pronaf-Mulher é uma conquista muito interessante. Porque em nossas propriedades a administração rural ainda fica em maior parte na mão do homem. Mas a mulher vem ocupando fortemente parte desse espaço, porque a mulher [agricultora] está diretamente envolvida com a atividade leiteira: tirar leite e vender é responsabilidade da mulher (Entrevista 33, gerente do Bansicredi).

Contudo, mesmo estando ciente dessa situação, a ação do funcionário depende de uma estrutura institucional com normas e regras específicas (BOURDIEU, 2005; KABEER, 1998; MEYER, 2004; SCOTT, 1995). Porém, essas regras não são claras, de forma que o público alvo, neste caso as mulheres, se defrontam com algumas dificuldades e riscos ao solicitar um crédito.

Na visão dos técnicos do Sindicato de Trabalhadores Rurais, a vantagem de existir um crédito para as mulheres permite ampliar as possibilidades de incorporar "essas atividades

menores, ou mais caseiras", na dinâmica familiar. Porém, nas palavras do técnico, "o banco já tem os recursos direcionados para atividades do milho, soja e matrizes leiteiras". Portanto, as possibilidades das mulheres escolherem essas "atividades menores" para serem financiadas são muito restritas, uma vez que, a lógica da instituição bancária está estabelecida para financiar um determinado setor produtivo orientado a "culturas convencionais" (milho, soja, fumo) e a pecuária através da produção do leite, sob uma lógica mercantil.

Na opinião do líder do Sindicato de Trabalhadores Rurais prevalece a idéia de buscar alternativas para o "pequeno agricultor". E, nesse sentido, poderiam existir alternativas para as mulheres enquadradas dentro dessa categoria, para privilegiar a produção para o auto-consumo. No entanto, segundo o gerente da CooperA1, a possibilidade das mulheres se inserirem numa atividade que gere renda depende delas acreditarem nas potencialidades do crédito e das relações de mercado que estabelecem através da cooperativa.

Assim, de acordo com a visão do gerente, envolver a participação das mulheres na produção leiteira, pode garantir uma melhoria na qualidade do leite, sendo que essa atividade é identificada como "própria da mulher". Na verdade esse fato, de alguma forma, está associado e fundado na imagem construída socialmente sobre as diferenças de papéis e os comportamentos do "ser mulher com relação ao ser homem", que ao mesmo tempo define as vantagens ou desvantagem de obter o crédito.

Segundo a visão do técnico da extensão, o grau de envolvimento da mulher no acesso ao crédito depende das condições econômicas, pois como ele afirmou, "no caso onde o pessoal é mais desenvolvido, a mulher tem pouco espaço de decisão, são os homens que estão mais a frente". Nesse sentido, esperar-se-ia que as mulheres do setor "mais pobre" teriam mais chances de conquistar um espaço no processo de comercialização, uma vez que o papel delas seria reconhecido na medida em que a atividade leiteira se tornasse economicamente viável.

No entanto, acontece que nessa lógica dificilmente as mulheres conseguem se inserir e conquistar um espaço para seu desenvolvimento, uma vez que elas são excluídas quando os maridos ou os filhos assumem a responsabilidade do processo de comercialização do produto, como é o caso do leite. Diferentemente do que observa Zorzi (2008), cujos empreendimentos das mulheres que obtiveram recursos do Pronaf-Mulher são constituídos por produtos coloniais (pão, cucas, etc.). Nesse caso, segundo a autora, não há concorrência com as atividades desenvolvidas pelos homens na propriedade. Este aspecto pode significar uma condição autônoma no processo de produção e comercialização dos produtos, a partir de uma atividade socialmente construída como "própria da condição feminina". E a imagem que se constrói em torno da mulher nessa atividade também legitima a atuação dos diferentes agentes.

QUADRO 5 - Elementos simbólicos relacionados com o papel das mulheres no seu acesso ao Pronaf-Mulher, identificados pelos diversos agentes de mediação.

Instituições representativas	**Percepção dos diversos agentes**
Cooperativa	A mulher sempre tem um **poder de decisão maior**, qualquer coisa que ela faça, ela tem **maior responsabilidade**. Principalmente na área do leite, a mulher é quem toca [gerencia] essa área. Então, o que ela disser e fizer em casa, vai "dar"[repercutir] na qualidade do leite, porque **ela é mais cuidadosa**, **assimila melhor as informações**. Enquanto que **o homem,** aparentemente**, não é para ser um serviço dele**. Então, na área do leite, a gente tem sentido que a diferença é grande (Entrevista 38, gerente da cooperativa).
Extensão rural	**A mulher é mais de fazer as coisas certas**, ela faz questão, porque **ela envolve mais os filhos e a família**. Parece que **elas são mais expertas**. Eu não tenho notado problema com as mulheres. O que elas têm pegado[o crédito], elas têm sido **mais categóricas**. Eu acho que ela leva vantagem em relação ao homem, porque a mulher vai conseguindo, em muitos casos,"cutucar"[insistir], fazer eles acordarem, mudar um pouco. Nesse sentido, eu acho que é melhor, porque **ela naturalmente conversa mais em casa**, **está junto com a família.** Eu acho que a mulher só tem a somar nesse tipo de coisa [o crédito] (Entrevista 35, técnico da Emater).
Emater (coordenação da área de gênero)	A gente nota que onde a mulher consegue um espaço, a propriedade avança mais rapidamente, porque **a mulher tem uma visão do todo**. O Homem geralmente tem a visão mais centrada no econômico – na lavoura. A mulher tem a visão centrada na lavoura, mas também, tem a visão centrada no todo, no desenvolvimento da propriedade de forma integral, **na busca da melhor qualidade de vida para a família**.
Sindicato	Eu sempre fui favorável à mulher na sociedade, eu acho que ela tem que fazer parte porque na família só o homem não consegue fazer as coisas, tem que ter a mulher junto. Então eu acho que tem **muitas mulheres mais capazes que o homem**. Só que **a mulher sempre é mais difícil do que o homem para assumir**, não pela capacidade, é mais difícil porque **o feminino hoje ainda é muito discriminado**. **A mulher é quem fica mais envolvida com a família**, se ela pegar um crédito, ela vai ter que produzir e comercializar e, isso, a deixa um pouco atada, porque **a própria família segura [mantém] à mulher mais em casa,** mais em roda dos filhos e das panelas. Então, uma das coisas que dificulta um pouco é isso (Entrevista 32, presidente do sindicato).
Banco	A mulher é um pouco **mais insegura** em termos de crédito, porque ela se preocupa mais no futuro próximo, a mulher talvez seja **mais rígida nos negócios** porque tem que pagar. A história que eu percebo é que **a mulher se preocupa mais com isso**. Elas dizem: "se eu vou pegar mil reais hoje, mas quanto que eu vou pagar? O que eu vou fazer?" Portanto, existe uma **preocupação maior do que os homens** (Entrevista 33, gerente do banco).
Coordenação estadual das mulheres (FETAG)	A **mulher é muito de assumir a responsabilidade da família** e **da casa**, o trabalho tem que ser bem feito. **Ela não gosta de abandonar**, porque a mulher **tem mais apego pela família** e de assumir os compromissos (Entrevista 40, coordenadora estadual das mulheres).

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo, realizada em 2007.

Ao considerar a questão de gênero como elemento constitutivo das relações baseados nas diferenças perceptíveis entre os sexos (SCOTT, 1995), é possível identificar alguns dos elementos simbólicos que prevalecem no imaginário dos agentes, representantes das diversas

instituições. Alguns desses elementos (Quadro, 05), representados através das falas dos diferentes agentes que mediam as questões de crédito, estão orientados pelo fato das mulheres: *serem mais cuidadosas, mais rígidas com os negócios, com poder de decisão, capazes, expertas, responsáveis, organizadas, vinculadas à família*, *mais responsáveis e preocupadas,* entre outros. Mas, ao mesmo tempo, prevalece a idéia das mulheres serem mais *discriminadas e submissas*. Logo, essas representações simbólicas, mesmo que às vezes sejam contraditórias (SCOTT, 1995) reforçam o fato de que historicamente as mulheres têm sido privadas dos principais direitos, como a obtenção do crédito.

No entanto, esses elementos simbólicos adjudicados ao ser masculino e feminino, permitem certa legitimidade às principais instâncias para delinear seus interesses e objetivos. Esse imaginário permite aceitar ou rejeitar a existência da desigualdade social, que se deve ao "comportamento socialmente estruturado e culturalmente moldado a práticas institucionais" (NEVES, 2008, p.23). Nesse sentido, as próprias práticas dos agentes de mediação estão circunscritas em um contexto histórico, a normas, a práticas e a ideologias das instituições que eles representam, que permitem reproduzir as relações desiguais de gênero.

Observa-se que em todos os depoimentos prevalece a idéia da mulher como o principal eixo da família. Para alguns agentes esse aspecto torna-se uma limitante para elas poderem assumir um "crédito para a produção e comercialização" em função de seu papel reprodutivo. Enquanto que para outros, as possibilidades da mulher gerenciar a propriedade ou uma determinada atividade produtiva são maiores em função das representações e pressupostos do ser feminino e masculino (MEYER, 2004; SCOTT, 1995). Neste sentido, o crédito pode ser percebido apenas como um meio e não necessariamente como um fim do processo de empoderamento das mulheres rurais.

Então, o fato de conseguir um crédito especial para "as mulheres", efetivamente, constituiu uma conquista significativa dos movimentos de mulheres. Porém, a participação das mulheres na efetivação do crédito é mais complicada, uma vez que, o papel delas se circunscreve no âmbito da família e é percebido desse modo pelos diversos agentes que mediam as ações relacionadas com as questões do Pronaf-Mulher. Apesar de o programa ter um significado importante, tanto para as mulheres como para os diversos agentes implicados com o crédito, ele ainda não tem conseguido estabelecer e fortalecer mecanismos para desenvolver um empreendimento com base nos interesses reais das próprias mulheres. Como resultado, isto pode ter um impacto tanto na geração de renda própria, quanto na decisão e controle dos recursos, pois, como indicou um dos técnicos da extensão rural:

> O objetivo geral desse programa de crédito para a mulher é muito interessante, desde que ele atenda à essência do projeto, que é fortalecer a mulher, agregar valor, e fazer esse trabalho de grupo, de organização social, de crescimento pessoal, social e econômico, da mulher (Entrevista 37, técnico da Emater).

Nesse contexto, cabe sublinhar que a forma de como tem sido operacionalizado o crédito é contraditório, conforme a demanda dos movimentos de mulheres. Mesmo que essa demanda tivesse como objetivo atingir as desigualdades sociais de gênero, tanto as mulheres quanto os homens e os principais atores vinculados com o crédito, bem como os planejadores da política e do programa, não tiveram um processo prévio de sensibilização sobre as questões de gênero. Ainda que, no discurso dos diversos agentes reflete-se um reconhecimento das habilidades e capacidades em torno da mulher, bem como o papel dela na sociedade, na prática as diferentes ações acabam por reproduzir as desigualdades sociais de gênero.

Perante essa situação, o crédito dificilmente poderia impactar numa decisão autônoma para gerenciar as atividades produtivas e possíveis mudanças nas relações de gênero. Entretanto, é importante reconhecer que o desafio ainda é maior, uma vez que a introdução da *transversalidade* de gênero nas políticas públicas, através de programas específicos como o Pronaf-Mulher, "significará uma recomposição de suas regras, normas e práticas específicas" (BANDEIRA; BITTENOCOURT, 2005, p.190), para se alcançar uma participação com igualdade de oportunidades de mulheres e de homens em diferentes contextos.

Por outro lado, o envolvimento das mulheres no âmbito doméstico constitui outro desafio para as políticas de crédito direcionadas às mulheres, uma vez que a "família" é uma das principais instituições reprodutoras das desigualdades de gênero (BOURDIEU, 2005; KABEER, 1998). Nesse sentido, implicaria uma mudança de *habitus* em diversos contextos, já que as relações de gênero estão entretecidas num contexto mais amplo das relações sociais que estruturam a divisão dos recursos, as responsabilidades, as exigências e as obrigações entre as diversas instâncias implicadas com o processo do crédito.

6.3 O sinuoso caminho da participação social: ações e limitações

Uma das estratégias de empoderamento é a participação das mulheres em diversos espaços, uma vez que "a participação é um mecanismo que amplia a capacidade das pessoas para realizarem suas próprias reflexões, ganharem confiança e tomarem suas próprias decisões que as leva a assumir seu próprio processo"(ANTUNES 2003, p. 59). Segundo a autora, esse aspecto necessariamente leva a uma transformação das relações de poder. Nesse sentido, a participação nos diversos espaços sociais o políticos (grupos de igreja, grupos de Emater, organização sindical, entre outros) pode ser importante para possibilitar aprendizados, negociações, reflexões em torno do cotidiano familiar e da posição da mulher na sociedade. Estes aspectos poderiam constituir o foco de partida para se questionar sobre a condição de desigualdade de gênero, bem como a sua inserção no acesso às políticas publicas, através do crédito, pensado não apenas como uma mudança na situação econômica, mas também, como um meio de transformação social.

No entanto, segundo alguns resultados desta pesquisa, existem fatores de ordem estrutural e cultural, além das relações de poder, que estão presentes nesses diferentes espaços, que limitam uma participação efetiva das mulheres. Assim, de acordo com a pesquisa constatou-se que nenhuma das mulheres agricultoras entrevistadas tem um cargo político na comunidade. Porém, a maioria delas tem uma ativa participação social em espaços como a igreja. Algumas delas, inclusive, cumprem a função de catequistas ou ministras de igreja, e também fazem parte dos grupos de oração[12] (nestes grupos geralmente participam apenas os casais).

Por outro lado, são poucas as entrevistadas que participam em encontros específicos organizados pela comissão (regional e municipal) de mulheres, sobretudo, na comemoração do dia internacional das mulheres. Também, ocasionalmente, participam em algumas reuniões relativas ao crédito e quase a metade das mulheres faz parte dos grupos da Emater. Estas mulheres se reúnem uma vez por mês em algumas localidades, os grupos estão compostos de 10-15 pessoas para realizarem as atividades conforme o planejamento da extensionista.

[12] No grupo em que a pesquisadora foi convidada, observou-se que a coordenadora do grupo é nomeada em cada reunião. A coordenadora organiza um espaço para a leitura da bíblia e de reflexão sobre o papel da mulher em diversos aspectos da vida familiar, destacando também o papel dela na agricultura e na transformação dos alimentos do dia a dia. Posteriormente é oferecida uma janta, trazendo à tona a importância da convivência e das relações de amizades que esses espaços permitem construir.

Entretanto, a freqüência de participação é mínima, tanto nos grupos da Emater quanto os diversos encontros. Alguns motivos estão relacionados com diversos aspectos: a falta de tempo, problemas de saúde e da idade avançada (porque limita as condições de mobilidade) ou; simplesmente, porque não se sentem motivadas a participar. Contudo, conforme o relato da assistente social, para algumas mulheres, esses encontros têm sido importantes, pois, além de desenvolver e redescobrir algumas habilidades manuais, também é uma oportunidade de "sair de casa" e de socializar as vivências cotidianas, mesmo que as vezes esse aspecto gere conflito nas relações familiares.

> Algumas[mulheres] passaram a não participar nos grupos porque os homens não deixavam. Eu acho que elas, participando nos grupos, crescem dentro de um grupo, aumentam a auto-estima. Também porque elas se tornam um grupo independente. Então, elas vão a festas, a bailes, participam nas comemorações; e aí que elas vão e conversam com a vizinha, tomam um chimarrão, saem de casa. E quando chegaram nesse ponto, eles [os maridos] não quiseram mais que elas participassem (Entrevista 36, extensionista da área social).

Portanto, a possibilidade de construção de espaços alternativos, transitando do "privado ao público" no meio rural, ainda é um desafio e, ao mesmo tempo, constitui uma ameaça para o domínio masculino. Isto ocorre porque, socialmente, cabe aos "homens dominar os espaços públicos", uma vez que esses espaços se reduzem apenas ao mundo da política e das atividades produtivas com geração de renda, enquanto que o "espaço privado" abrange as atividades reprodutivas da família e das relações pessoais, restringindo-se o papel das mulheres a este espaço (ALAMBERT, 1986).

No que diz respeito à participação das mulheres no sindicato, apenas dez delas afirmaram ser sócias. Algumas mulheres que não estão associadas argumentaram que "se o marido já era sócio, elas não precisavam" ou porque "as mensalidades são muito caras", neste caso, se referindo ao pagamento da taxa anual que os sócios pagam ao Sindicato. No entanto, as mulheres reconheceram que o espaço sindical é importante porque facilita os procedimentos burocráticos sobre a documentação necessária "do agricultor" e da agricultora e outros benefícios tanto de ordem produtivo quanto social.

Ainda que a maioria das mulheres entrevistadas não estivessem vinculadas diretamente em algum cargo no sindicato, o fato delas terem alguma participação nos grupos religiosos, destacando-se como catequistas ou como ministras de igreja, tem significado um

reconhecimento social[13]. Esse reconhecimento, de alguma forma, possibilitou nomear a pessoa que exercesse a coordenação do grupo para obter o crédito, pois, conforme os comentários de algumas mulheres, "a pessoa precisa estar preparada" para coordenar um grupo. Ou seja, é preciso que a pessoa reúna algumas condições necessárias (estudos, estratégias de mobilidade, conhecimentos, vínculos, experiência, status social, entre outros aspectos) para o processo de gestão do crédito.

Embora os aspectos acima referidos também possam constituir a base para identificar o perfil de liderança, nem sempre é possível desenvolver esse papel no espaço sindical, não apenas pela falta de tempo, mas também pela necessidade de ter maior nível de escolaridade, como afirmou uma das mulheres:

> Eu poderia ter um lugar [cargo] no sindicato, só que talvez seja difícil por falta de tempo ou também porque não estou preparada, acho que para isso depende muito de estudo (Entrevista 8, agricultora, 54 anos).

Para algumas mulheres, o fato de ter poucas oportunidades de estudo, limita o seu desenvolvimento na forma de expressão, o que não lhes permite ter maior segurança na dinâmica da participação. Neste sentido, alguns estudos mostram que o nível de escolaridade é um dos fatores que permite uma maior participação das mulheres em aspectos administrativos. Também possibilita que elas possam ter um espaço para desenvolver suas capacidades, não apenas nas atividades domésticas e produtivas, na unidade de produção familiar, mas também em atividades de caráter financeiro (HIDALGO, 2002; MARTÍNEZ, 2006).

Esse aspecto presumivelmente é essencial na idéia do "Desenvolvimento humano como liberdade" (NUSSBAUM, 2002; SEN, 1999) e ao mesmo tempo constitui uma das precondições para facilitar o processo de empoderamento (KABEER, 1999, 2001). Conforme a perspectiva de Sen (1999), a educação é vista não apenas como uma forma de as pessoas se tornarem economicamente mais produtivas, mas também como uma condição de liberdade, na medida em que existam as condições de melhorar as habilidades de leitura, comunicação e ampliar o leque de oportunidades de escolha.

No entanto, social e historicamente, as mulheres têm tido não apenas poucas possibilidades de estudos, mas também uma limitada participação nos espaços públicos. E quando essa participação existe, geralmente é nominal, instrumental e às vezes representativa; mas, nem sempre transformadora (PETTERSEN; SOLBAKKEN, 1998). Conforme Pereira

[13]De acordo com Anderson e Honnet (2004), o reconhecimento é uma condição necessária para a formação de uma subjetividade integral e o pleno desenvolvimento humano. Para os autores, através do reconhecimento, os sujeitos podem garantir a plena realização de suas capacidades e uma auto-relação marcada pela integridade.

(2002), no espaço do sindicalismo, a representatividade começa a ganhar qualidade na fase reivindicativa[14]. Portanto, a participação das mulheres agricultoras em relação ao crédito apenas é instrumental, parte de um processo reivindicativo.

Apesar da constante luta dos movimentos das mulheres e das conquistas obtidas no reconhecimento dos direitos das agricultoras, ainda foi comum ouvir de algumas das entrevistadas que o fato de não exercerem algum cargo no sindicato (além da falta de tempo e do baixo nível de escolaridade), deve-se a esta função requerer uma grande responsabilidade. Para algumas mulheres, "é um trabalho muito difícil", portanto, "não se acham competentes", "nem preparadas" para assumir um cargo dessa natureza.

Nesse sentido, segundo Kabeer (1999), Mahmud (2003) e Rowlands (1997), para desenvolver o processo de empoderamento na dimensão individual é preciso a confiança da própria pessoa, de sua auto-estima, do acesso à informação, reconhecimento de suas habilidades, bem como a capacidade para identificar e aproveitar os recursos disponíveis. Portanto, é possível mencionar que ainda não existem ações encaminhadas a desenvolver as condições para que as mulheres acreditem na suas capacidades e habilidades para conquistar espaços de participação social.

Por outro lado, cabe sublinhar que essa pouca ou nula participação não se deve apenas à falta de auto-estima, habilidades e capacidades das mulheres, mas também às relações de poder que permeiam esses espaços. Essas relações são marcantes, sobretudo, quando é uma mulher quem desenvolve um cargo na diretoria do sindicato:

> Eu tenho já dois anos no Sindicato, mas no início foi muito difícil assumir a presidência porque ainda tem muito preconceito pelo fato de ser mulher. A gente enfrentou preconceito por ser mulher, inclusive dos homens da diretoria. Eles diziam "Uma mulher não tem capacidade", e a gente falou que não! Claro que tinha, se eles tinham a gente também podia ter. A gente tinha certeza de que ia desenvolver um bom trabalho. Daí uns acreditaram, outros criticaram, mas aí a gente foi em frente. Eu sentia medo e insegurança, mas o que me motivou foi o fato de ter trabalhado junto às mulheres do município (Entrevista 28, presidente do Sindicato).

Então, mesmo que ao longo dos anos as mulheres tenham conquistado alguns espaços políticos, como o cargo de lideranças sindicais, ainda existem alguns conflitos sociais pelo

[14] Pereira (2002) identifica três fases no sindicalismo: a primeira fase do assistencialismo, a segunda fase (um pouco mais qualificada) é a reivindicativa e a terceira fase é a propositiva.

fato de ocuparem uma posição que é destinada socialmente aos homens[15]. Esse aspecto acaba por limitar muitas vezes as ações relacionadas com a efetivação do Pronaf para as mulheres.

> Na verdade, por ser um trabalho novo[o Pronaf-Mulher] que é puxado [promovido] pela Comissão de Mulheres, tem muitos presidentes homens que são machistas. Eles achavam que nós, mulheres, queríamos tomar conta. Pelo fato da gente estar trazendo aquilo [o Pronaf-Mulher], sentiam um medo, achavam que nós estávamos tomando o lugar do presidente, esse era o maior medo. Mas eu acho que não era um problema diretamente com as mulheres, mas sim com as coordenadoras (Entrevista 26, coordenadora regional das mulheres).

Contudo, isso não se reduz apenas ao comportamento masculino, mas também é comum perceber as relações de poder entre as próprias mulheres, uma vez que elas conquistam esse espaço público. Isso, também limita ou fragiliza muitas vezes a oportunidade de mudar as estruturas e que possa acontecer uma possível transformação, pois, conforme os relatos de uma das lideranças, as mulheres que tem potencial de exercer um cargo no sindicato acabam desistindo pelas "fofocas" que se constroem em torno delas. Além disso, muitas vezes as mulheres não estão dispostas a entrar em confronto com os maridos, sobretudo, tendo como referência a experiência daquelas que têm conquistado espaços na esfera pública. Tal é o caso de algumas lideranças sindicais, que estão sujeitas não apenas a pressões sociais, inclusive da própria família, mas também ao assédio sexual que prevalece nos espaços sindicais.

> O que mais leva as mulheres a desistirem é o medo de perder a família. Comigo não aconteceu, mas aconteceu com algumas mulheres. Você sabe que muitas companheiras nós perdemos por causa disso, porque são assediadas sexualmente, ou levam piadas, e Tu não tens mais poder, nem nas decisões próprias. Perdemos muitas mulheres por causa disso (Entrevista 26, coordenadora regional das mulheres).

Sem dúvida, esses aspectos, além de limitar a aquisição de poder de decisão, fragilizam a pouca participação das mulheres ao ponto delas abandonarem algum cargo assumido na diretoria, já que, como uma das lideranças afirmou, "ainda existe muito preconceito" pelo fato das mulheres fazerem parte dos espaços políticos, ao ponto dos homens não cederem o espaço para elas se expressarem.

[15] De acordo com Tedeschi (2007), a participação da mulher rural na estrutura sindical, seja como líder ou como sócia do sindicato, não modificou as relações entre homens e mulheres no interior do sindicalismo rural. Isto se reflete na função que elas exercem como secretárias ou suplentes, geralmente só para cumprir a tarefa.

> A gente passa por muito preconceito por ser mulher, a gente vê na Regional, são todos homens. Eles não cedem o espaço para a mulher. Quando é a parte que as mulheres precisam falar, os presidentes já vão levantando, vão saindo, porque é a parte final, eles nem estão dando valor. E daí foi falado que quando corresponde a coordenadora falar, os presidentes precisam ouvir, porque eles estão dentro do Sindicato, e já estão entendendo um pouquinho mais, mas tem uns que não aceitam muito quando é a mulher que vai falar (Entrevista 30, coordenadora municipal das mulheres).

Nesse sentido, o reconhecimento do papel das mulheres nos espaços de poder e a representação política ainda são muito limitados. Na verdade, é "uma longa caminhada", pois, para conquistar esses espaços que são considerados "tipicamente masculinos", deveria haver um processo de sensibilização e negociação, para que os homens cedam esses espaços às mulheres, embora sejam elas próprias que deveriam lutar e aceitar o desafio de assumir os diversos cargos políticos, para tornar mais visível sua participação. Como afirmou uma das lideranças:

> Já vimos que temos de gritar: "Eu quero ter este cargo aqui". A mulher que procure levantar a voz vai ter de agüentar agora, ser mais forte. Tem sindicato que não tem mulher ainda na diretoria. Um dia eu perguntei "mas não tem mulher trabalhadora rural? Porque não vem, ou não são convidadas, ou não foram oferecer o espaço para elas? Hoje nós mesmos começamos a dizer: "nós que temos que levantar a voz" (Entrevista 30, coordenadora municipal das mulheres).

No entanto, conforme a opinião de outra liderança, a decisão da participação social e política estão limitadas e condicionadas pelo sentido da "responsabilidade familiar" que as próprias mulheres assumem no espaço doméstico, não sendo fácil decidir por "outros rumos" (participação no espaço sindical).

> Um aspecto que eu acho dificultoso é que a mulher tem muita coisa, sempre é ela para tudo, dentro da propriedade, da casa. Não é que ela queira concentrar tudo, mas ela acaba se envolvendo com tudo. E muitas vezes, para ela conseguir deixar seus afazeres, sair de casa e pegar outro rumo, é difícil. Então, o que a gente vê, é que tem lideranças maravilhosas e que não conseguem desenvolver o trabalho por causa disso (entrevista 40, coordenadora estadual das mulheres).

Mas, por outro lado, a decisão de participar nos diferentes espaços sociais e políticos também deriva das estratégias de negociação que se constroem dentro do âmbito familiar. Ela depende, portanto, do tipo de relações familiares que se estabelecem e da habilidade e nível de participação das mulheres para facilitar as negociações. Em conseqüência, as decisões sobre a participação são fundadas e negociadas com cautela, para evitar conflitos e rupturas.

Essa negociação é facilitada às mulheres, na medida em que elas tenham não apenas a segurança e a confiança de si mesmas para sustentar a sua participação, mas também os argumentos necessários para justificar sua ausência, ou seja, desde que cumpram com a realização e a manutenção das tarefas domésticas. Assim, a decisão para participar nas reuniões, nos encontros de mulheres, nos cursos de capacitação técnica (quando existem) ou assumir algum cargo no sindicato, depende da composição familiar: número de pessoas, sexo e idade dos filhos, bem como das redes de apoio que se estabelecem entre e no interior das unidades familiares.

De fato, conforme alguns relatos, apenas três das mulheres entrevistadas afirmaram participar ativamente nas passeatas e encontros, embora reconheçam a importância dessa participação pelo fato de obter algumas conquistas. Elas também expressaram alguns motivos que impedem a continuidade de se envolver nesses espaços. Por exemplo, uma das agricultoras que participava ativamente, mesmo que tivesse filhos pequenos, sempre esteve envolvida no processo de reivindicação dos direitos das mulheres do campo, porém, atualmente tem parado de lutar para cuidar do marido.

> Eu participava, mesmo que meus filhos fossem pequenos. Gostaria de participar mais, mas com ele [o marido] doente, é difícil. Eu fui à Porto Alegre, mais já tem anos, nunca mais me esqueci daquele encontro em 1990. A mulher tem que batalhar pelos direitos dela, porque com essa batalha, hoje com 55 anos a mulher é agricultora (Entrevista 15, agricultora, 56 anos).

Diferentemente de outra agricultora, que embora tivesse uma trajetória de participação mencionou ter dificuldades de continuar perante a impossibilidade de poder sair "do lar", pelo fato de não ter as filhas em casa (as filhas saíram da propriedade para continuar seus estudos) que respondam pelas diversas tarefas do espaço doméstico.

> Desde que começou a aposentadoria da mulher, eu participei do primeiro encontro, eu me lembro que foi em Frederico Westphalen, onde foi "discursado"sobre o direito da mulher, depois o auxílio-maternidade. Também começamos a lutar e assim foi indo. Eu sempre participe; só que agora quase não saio, porque não tenho filha aqui, tenho só homens, estou com os quatro homens [filhos e marido], não posso sair de casa, não é fácil (Entrevista 18, agricultora 54, anos).

Algumas mulheres manifestaram o interesse em participar, porque esses encontros permitem "valorizar a mulher" e outras porque a participação representa uma possibilidade de refletir e questionar sobre a posição das mulheres na sociedade.

> A gente não sabe explicar, mas, é bom porque valoriza mais a mulher, se não é só em casa trabalhar e não ter direito. Que nem esses tempos que os homens faziam o que queriam, a mulher só tinha que fazer o que eles mandavam e ela dizia "amém" para tudo. O homem mandava e fazia o que ele queria, a mulher não participava para ter o mesmo direito. Então, a gente vê que valoriza mais a mulher (Entrevista 3, agricultora, 47 anos).

Mas, por outro lado, outras mulheres disseram que os principais motivos que limitam a participação nesses encontros são a idade avançada e os problemas de saúde, bem como pela falta de segurança de se expressar, como diz uma das agricultoras, "não participo porque parece que as palavras não saem, talvez por medo, não sei se é porque a gente se criou só trabalhando, Então, prefiro ir à roça, assim não falo com ninguém".

Então, no cotidiano das mulheres existem múltiplos fatores tanto de ordem normativa quanto estrutural que limitam a plena participação das mesmas nos diferentes espaços sociais. Ainda que o papel das lideranças seja incentivar as mulheres a participarem, elas argumentaram que no processo desse trabalho é difícil, pois, sempre existem mulheres que resistem a participar, justificando a "falta de tempo", sobretudo, quando não se tem resultados concretos conforme a demanda, mesmo que existam casos em que os maridos estejam de acordo com a participação.

> A dificuldade maior é que você convoca as mulheres para uma reunião e a maioria não participa, não dão muito valor. Elas dão mais valor quando é uma coisa que elas já vêm o resultado na hora. Então, a gente também gostaria de fazer um trabalho melhor, mas as mulheres colocam também: "Ah, eu não tenho tempo"(Entrevista 30, coordenadora municipal das mulheres).

Portanto, como uma das lideranças relatou: "para conseguir os direitos como o acesso ao crédito, implica uma luta constante e aumentar as vozes das mulheres", ou seja, exige uma maior participação das mulheres para que esta realidade seja concretizada não apenas em "números" (que aumentem as oportunidades de crédito), mas também dos impactos positivos desse acesso no processo de transformação nas relações de gênero. Isto é um desafio para as coordenadoras regionais, que evidentemente também depende da vontade de outros setores vinculados ao processo de gestão e operacionalização do crédito.

Cabe salientar que a participação ativa das agricultoras nos encontros na década de 1990, provavelmente esteve relacionada com o maior auge do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Rio Grande do Sul (MMTR-RS) em 1989, quando foram garantidos a aposentadoria e o salário maternidade[16] (SCHAAF, 2001). Neste sentido, conforme Brumer (2002, p. 67) foi importante a mobilização das próprias trabalhadoras rurais na obtenção de direitos previdenciários, pois devido à importância desses benefícios para a reprodução social da família, eles são percebidos como "uma conquista" e não como uma "doação".

Diferentemente do Pronaf-Mulher, mesmo que ele tenha sido identificado como "uma conquista", não foi possível perceber nos relatos das próprias mulheres agricultoras que estivessem envolvidas diretamente nas mobilizações relacionadas com a demanda de um crédito "especial para as mulheres". Na verdade, isto esteve mais presente no discurso das lideranças, destacando a participação do movimento de mulheres nessa demanda específica. Esse aspecto leva a pensar que a inclusão das mulheres numa política de crédito, em parte, pode estar relacionada com a imposição das políticas internacionais, pela pressão de diversos acordos e conferências internacionais que predominam, a partir da década de 1990. Na discussão de tais eventos se destacou a pertinência de incluir a "transversalidade de gênero" na formulação, aplicação e avaliação de políticas públicas (BANDEIRA; BITTENCOURT, 2005; RICO, 1998).

Então, considerando a participação social e política como um dos elementos chaves no processo de empoderamento, a partir dos resultados desta pesquisa, constatou-se que são múltiplos os fatores que condicionam e influenciam na tomada de decisões e as escolhas das mulheres nos diferentes espaços de participação social e política.

Dessa forma, mesmo que a possibilidade de obter o crédito signifique um reconhecimento dos direitos das "mulheres agricultoras", conquistado basicamente pelas ações do movimento de mulheres rurais (FARAH, 2004; HEREDIA; CINTRÃO, 2006); as possibilidades de se questionar a submissão das mulheres em algumas instituições (família, estado, mercado, entre outras) e tomar uma "consciência libertadora" (BOURDIEU, 2005, p.147) ainda são efêmeras. Conforme Melo (2003, p. 202), "os movimentos sociais e o sindicato de trabalhadores, através de suas lutas, vem contribuindo na redefinição do espaço da mulher na família com sua inclusão no espaço público". No entanto, mesmo que a

[16] Conforme SCHAAF (2001, p.231), o direito à aposentadoria somente entrou em vigor em 1991 (três anos após sua regulamentação). Entretanto, até 1992, tendo em vista que não havia sido feito nenhum pagamento, as lideranças do movimento decidiram mobilizar as mulheres, realizando passeatas e encontros em Porto Alegre.

participação nos diversos espaços possa ser indício de mudança nas relações de gênero, ainda precisa ser melhor examinada e incentivada.

A existência desses fatores, evidentemente, coloca em "xeque" a *dimensão social e política* do empoderamento, uma vez que eles limitam às mulheres desenvolver as estratégias para organizar e fortalecer processos organizativos, através da formação e consolidação de grupos com objetivos comuns, sendo esta uma das condições para gerenciar suas atividades produtivas. De fato, segundo Kabeer (1998, 1999), a formação de grupos e uma trajetória prévia de organização, seriam algumas pré-condições para a construção de espaços coletivos e de socialização, envolvendo discussões e experiências vivenciadas em torno dessas atividades.

Mas, por outro lado, cabe alertar que às vezes, as redes de sociabilidade e da participação nos diversos espaços também podem significar um aumento na carga de trabalho em atividades domésticas e extra-domésticas, que não necessariamente pode refletir numa participação política mais igualitária.

Até aqui foram abordados alguns aspectos relacionados com a atuação dos diferentes agentes de mediação, através de diversas ações que permitem entender a lógica de gestão e aplicação do crédito para as mulheres. A atuação desses agentes e as diferentes ações que eles realizam estão claramente definidas e orientadas com base nos objetivos das diversas instituições que eles representam.

Essas ações respondem à operacionalização do crédito como todo. Não obstante, com relação ao Pronaf-Mulher, existe um distanciamento desses agentes com o impacto do crédito em termos de transformação social, como parte das mudanças nas relações de gênero, uma vez que algumas das ações ainda respondem, a uma lógica centrada na visão do papel da mulher no âmbito reprodutivo, através de projetos de geração de renda como uma forma complementar à produção familiar.

Por outro lado, os diferentes significados que as mulheres e os diversos agentes constroem em torno do crédito, bem como a construção social sobre a imagem do feminino em relação ao masculino, e as condições de participação das mulheres em diversos espaços, são apenas alguns aspectos que influenciam no processo de empoderamento das mulheres agricultoras. Entretanto, é importante considerar que estas mulheres estão inseridas numa dinâmica de agricultura familiar que permite entender a forma de organização e desenvolvimento de uma determinada atividade, para a qual o crédito é destinado. Portanto, como será considerado no seguinte capítulo, a inserção das mulheres na agricultura familiar e a divisão social do trabalho no interior das propriedades, também são determinantes para possibilitar ou limitar as condições para seu empoderamento.

7 A INSERÇÃO DAS MULHERES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Neste capítulo procurou-se testar a hipótese de que o acesso ao Pronaf-Mulher, por parte das mulheres, implicaria uma mudança não apenas na vida pessoal das mulheres, mas também nas relações no interior da unidade familiar, de forma que isso representasse avanços no seu empoderamento econômico, a partir da atividade produtiva desenvolvida, com a obtenção do crédito. Sendo assim, essas relações variam conforme as condições de simetria e assimetria nas relações de gênero na família e a partir de experiências prévias das mulheres no trabalho e na gestão na unidade familiar. Portanto, neste capítulo objetiva-se analisar a inserção das mulheres na agricultura familiar. Destaca-se o papel das mulheres na divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, bem como a sua participação na atividade produtiva, para a qual foi destinado o crédito. Assim também, consideram-se as trajetórias e as mudanças que ocorrem nas condições econômicas e na lógica de produção e, por fim, os desafios do Pronaf-Mulher a partir da noção de empoderamento.

O capítulo encontra-se dividido em dois itens: no primeiro descreve-se de forma sucinta a inserção das mulheres na lógica da agricultura familiar a partir do contexto empírico. Posteriormente, partindo do pressuposto da invisibilidade das mulheres na agricultura familiar, destaca-se a divisão sexual do trabalho na unidade doméstica e sua participação na atividade leiteira. No segundo item, destacam-se as trajetórias e as mudanças das mulheres para se entender a lógica de aplicação do Pronaf-Mulher, paralelamente considera-se alguns desafios do Programa, sob uma lógica familiar a partir da noção do empoderamento na dimensão econômica individual.

7.1 A inserção das mulheres na agricultura familiar no contexto empírico

Apesar de a agricultura familiar constituir uma categoria polêmica, a literatura em torno dela considera alguns elementos comuns que a caracterizam: a diversidade de manifestações e particularidades, a ótica de continuidade- redefinição de formas, valores e tradições; a família como proprietária, trabalhadora e produtora (TEDESCO, 1999, p. 33). No entanto, como o mesmo autor coloca, esses elementos refletem profundamente os efeitos de

uma sociedade moderna que não é linear nem homogênea. Nesse sentido, a agricultura familiar "não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade"(LAMARCHE, 1993, p. 18).

Nesse contexto, Tedesco (1999), menciona que os fatores como o crescimento do emprego industrial, o efeito dos meios de comunicação, a expansão da demanda humana, a tecnificação e a modernização das esferas mercantis; constituíram o resultado de uma reestruturação e diferenciação no interior da unidade familiar que se reflete na redefinição da divisão e formas diferentes de trabalho no meio rural.

A agricultura familiar é entendida aqui como uma forma social de trabalho e produção que ainda conserva os traços típicos sobre raízes do campesinato (WANDERLEY, 1999). Entretanto, especificamente para os agricultores da região do Alto Uruguai, são diversas suas estratégias de reprodução social em função da lógica mercantil[1] que prevalecem no município onde foi realizado o trabalho empírico. É em torno da dinâmica *terra, família e trabalho* que o processo de tecnificação e os "agricultores familiares" organizam seus valores de vida e de reprodução social (TEDESCO, 1999, p. 33).

A partir década de 1970, a agricultura familiar do Alto Uruguai tem estabelecido suas estratégias de reprodução com base em políticas de incentivo ao padrão agrícola de desenvolvimento sustentado pela mecanização e especialização produtiva; fruto do processo da modernização. Essa lógica tem propiciado uma contradição nas estratégias de reprodução social dos agricultores, já que por um lado permitiu a internalização do progresso técnico de uma boa parte de produtores, e por outro, solapou as condições materiais de reprodução social de outros (CONTERATO, 2004; GAZOLLA, 2004). Na lógica de especialização produtiva, uma boa parte dos produtores passaram a produzir sob a forma de integração à agroindústria e, portanto, esta assumiu grande parte do poder de decisão sobre a produção agropecuária (SANTOS et al. 1989). Atualmente, essas empresas tendem a substituir processos de trabalho, relações e funções; introduzindo técnicas, pacotes tecnológicos, requisitos, obrigações, exigências, entre outras. De forma que o espaço do conhecimento, da trajetória, do saber-fazer, do continuar- a- ter poucas alternativas (pelas condições fundiárias e topográficas), permanece redefinido (TEDESCO, 2001, p. 122).

Nesse contexto, como a mulher sempre tem desempenhado um papel central na produção voltada para a subsistência familiar (KANDIYOTI, 1986; MELO; DI SABATTO, 2006; SHAAF, 2001), o processo de modernização da agricultura teve um forte impacto sobre

[1]A mercantilização da agricultura familiar é definida como um processo social no qual o mercado se apresenta como esfera primordial e organizadora da reprodução social dos agricultores familiares (Gazolla, 2004, p.30).

a posição das mulheres no contexto rural, levando a uma redefinição do trabalho familiar e do papel social das mulheres no interior da unidade doméstica (BRUMER, 1996). De acordo com Tedesco (1999), o vínculo que existia entre produção, consumo, comercialização, trabalho e família, renda e número de filhos, reorientou-se com as transformações na vida doméstica, as quais refletiram o crescente envolvimento da mulher na força de trabalho, mas não especificamente agrícola. Por outro lado, aspectos como o acesso às novas tecnologias, conhecimentos necessários e as relações com o sistema de extensão rural e as agências financeiras, conduziram a um processo de invisibilidade do papel das mulheres no campo (BRUMER; GIACOBO, 1993).

Nesse sentido houve uma clara separação entre o espaço doméstico e o espaço de produção, de forma que houve uma redução da mão- de- obra feminina nas atividades agrícolas e o papel da mulher, historicamente e culturalmente definido como "boa dona de casa", passou a ser mais acentuado nas atividades domésticas. No entanto, esse impacto na situação das mulheres e sua inserção em atividades produtivas têm sido diferenciada conforme as características específicas de cada região (BRUMER, 1996). Como mostra Brumer (2001), em algumas regiões do Rio Grande do Sul, onde não houve mecanização, as mulheres estão inseridas fortemente no processo de lavoura. Portanto, o trabalho da mulher nesse processo depende da disponibilidade ou não de recursos na propriedade para substituir o trabalho manual ou do grau de mecanização de determinados cultivos (SCHAAF, 2001).

Contudo, mesmo que a mulher tenha uma participação importante na agricultura familiar, sobretudo na produção de auto-consumo, como foi mostrado por Melo e Di Sabatto (2006), ainda persiste a invisibilidade das mulheres, uma vez que, seu aporte à economia familiar, não é reconhecido ao interior da unidade doméstica. Além do mais, o trabalho que elas realizam nem é levado em conta pelas estatísticas oficiais.

> A pesar da posição central da mulher na unidade produtiva como (re) produtora e reguladora, o trabalho da agricultura continua invisível, já que nas estatísticas oficiais, não aparece. Ela executa muitas tarefas que "não tem tempo" e, por realizar um conjunto de atividades voltadas ao bem-estar dos membros da família é "ajudar" na esfera produtiva comercial, portanto, não tem contabilização (SCHAAF, 2001, p.109).

No contexto empírico estudado, especificamente as mulheres entrevistadas, além de realizar as tarefas domésticas, a maioria delas têm uma importante participação, tanto nas atividades de lavoura como na produção leiteira. Em alguns casos, tanto a criação de gado leiteiro como o cultivo de feijão, mandioca e milho, são atividades praticadas em pequenos

estabelecimentos familiares (entre cinco e 10 hectares). Não obstante, existe uma clara divisão sexual do trabalho, tanto nos espaços de produção, quanto nas tarefas realizadas nesses espaços.

7.1.1 Divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: invisibilidade ou complementaridade?

No âmbito da agricultura familiar, homens e mulheres tem papéis diferenciados, produto da construção social e das hierarquias de gênero presentes. Portanto, as negociações e decisões estão mediadas pelas relações de poder que demarcam a dinâmica social nesse contexto. Os aportes recentes sobre os estudos de gênero no contexto rural, tem se centrado basicamente no questionamento da invisibilidade das mulheres e no processo de trabalho na agricultura familiar (BRUMER, 2004; MELO; DI SABATO, 2006; PAULILO, 2004).

A diferenciação que se constrói entre as atividades das mulheres e dos homens, está fundada na relação hierárquica cuja base material está na divisão sexual do trabalho, que é determinado socialmente através de vivências, símbolos e representações (BOURDIEU, 2005; SCOTT, 1995). Isto se reproduz no cotidiano da dinâmica familiar, através de funções e tarefas que "devem ser próprias do homem e da mulher", que incide nos valores e nas expectativas das mulheres, assumindo essas tarefas como "ajuda", conforme uma das agricultoras:

> Todos os dias é o mesmo trabalho: na roça, na casa, a criação, os filhos e assim vai, mas eles [o marido e os filhos] me ajudam em casa, e eu ajudo na roça, o trabalho é compartilhado (Entrevista1, agricultora, 54 anos).

Portanto, de acordo com Grandi (1999), há no processo da divisão sexual do trabalho condicionantes culturais que determinam a posição de cada individuo na propriedade e na família. De fato, na ideologia camponesa, a imagem do pai de família é concebido socialmente como aquele que reúne todas as condições e o saber para participar do processo produtivo, reforçando a hierarquia familiar, embora tanto os filhos quanto a esposa conheçam as diferentes etapas do processo produtivo (WOORTMANN; WOORTMANN 1997, p. 38).

De fato, ainda é muito decorrente a idéia de separar a esfera pública e privada, onde a participação do homem é claramente definida como o principal provedor e o responsável pelo sustento familiar, enquanto que a participação da mulher é basicamente na esfera doméstica (espaço privado). Este aspecto é identificado como algo naturalizado, percebido assim pela própria mulher e reafirmado pela família.

No contexto empírico estudado, foi possível constatar que, muitas vezes as múltiplas tarefas, que se traduzem em uma sobrecarga de trabalho, chegam a ser subestimadas pelas próprias mulheres. Assim, quando indagadas, sobre as atividades que realizavam, algumas indicaram que "só trabalhavam em casa e às vezes na roça". Outras, reconheceram que realmente tem uma participação ampla ao serem responsáveis por múltiplas tarefas. Além das atividades de casa (cozinhar, lavar, passar e organizar a roupa, etc.), cuidado dos filhos ou das filhas, e ordenhar as vacas. Também realizam outras atividades que demandam esforço e tempo, tais como: colher e descascar mandioca, cuidar de animais de pequeno porte (galinhas, porco, entre outros), cuidar da horta, debulhar amendoim, carpir, limpar e plantar, entre outras.

> A minha atividade é muita coisa, eu lido com comida[cozinha] cuido da roça, das vacas. Eu lavro, eu tenho uma horta, por lado debaixo onde tem o milho. Ali tem um pedaço [uma área]que tem verdura, pepino e outras coisas [hortaliças]. Também engordo porcos e vendo para os colonos (Entrevista 19, agricultora, 55 anos).

Constata-se ainda, que embora a maioria das mulheres reconheça a participação dos maridos, ou dos filhos nas diversas atividades domésticas e produtivas (especificamente na atividade leiteira), essa participação é categorizada como "ajuda". Mas, ao mesmo tempo, elas também se percebem como coadjuvantes principalmente na lavoura, mesmo que seja em tarefas específicas como a colheita de soja e aplicação de fertilizantes (nas culturas de milho e fumo).

> O trabalho é junto, só que ele [o marido] trabalha mais na roça, mas eu ajudo, em casa também quando tirava leite a mão, ele me ajudava. Dentro de casa também, como secar a louça, se ele pode me ajuda, nem que às vezes eu tenho que mandar (Entrevista 3, agricultora, 47 anos).

O que é considerado como um trabalho "próprio" das mulheres, além das tarefas domésticas, das atividades ao redor de casa (o quintal) e da ordenha, é a plantação de mandioca, batata, amendoim. Em geral, são os cultivos destinados principalmente para o consumo familiar (BRUMER, 2004; MELO; DI SABATO, 2006), mas que também constituem um excedente para venda, em que a renda de alguma forma significa um aporte econômico para a reprodução familiar.

No que se refere às atividades domésticas, as mulheres mencionaram que os homens às vezes "ajudam" em algumas tarefas específicas (preparar o almoço, lavar as louças, fazer o queijo). Porém, isso ocorre quando a mulher está doente, quando não tem filha(s) ou as filhas se encontram fora da propriedade (trabalhando como empregadas domésticas ou estudando), tendo em vista que elas substituem as atividades da mãe. Ainda assim, algumas mulheres

reconhecem que "o trabalho da lavoura é mais pesado que tirar o leite", o que reafirma a idéia de Paulilo (1987). A referida autora constata que em diversas áreas do Brasil o trabalho da mulher é considerado leve e o trabalho do homem pesado, indicando que o valor do trabalho se dá de acordo com a posição de hierarquia que predomina na unidade familiar.

> Meu marido gosta de tirar leite, como eu vou à roça com ele, já ele em casa chega e ajuda tirar leite. O 'trabalho da lavoura é bem mais pesado que tirar o leite'. O filho mais novo gosta de "mexer com as panelas"[cozinhar], a gente tem que se ajudar, porque não tem uma menina para fazer[os afazeres](Entrevista 4, agricultora, 36 anos).

A negociação pela distribuição de tarefas, ocasionalmente, ocorre quando as mulheres precisam sair para participar em encontros, reuniões, capacitações, ou visitar algum familiar (dentro ou fora do município). Nesses casos, as mulheres se programam para providenciar as condições necessárias (comida congelada, pão suficiente, roupa lavada, limpeza da casa, etc.) e, assim justificar a ausência delas, já que às vezes, elas não conseguem se desligar destas tarefas que assumem como "responsabilidade da mulher", até porque isto está presente no *habitus* delas. Conforme Brumer (2004, p.212), é na esfera doméstica que as mulheres têm autonomia e exercem o poder nas tomadas decisões sobre a transformação dos alimentos, a manutenção da casa, cuidado e educação dos filhos/filhas. Portanto, é nesse espaço que elas mantêm e reproduzem o poder simbólico em determinadas ações, às vezes contraditórias (BOURDIEU, 2005; SCOTT, 1995).

Esse aspecto foi constatado a partir da conversa com uma das entrevistadas, que afirmou: "eu tenho ciúme de minhas panelas, com elas ninguém mexe", o que permite evidenciar que existe certo controle e poder das mulheres na esfera doméstica. Mesmo que às vezes existam estratégias de negociação e intercambio de atividades, isto não significa que as mulheres tenham que se adentrar no espaço socialmente definido como "masculino", nem deixar o espaço "feminino". Portanto, como ocorre a preservação dos espaços "femininos" pelas próprias mulheres, dificilmente pode ocorrer uma transformação nas relações de gênero, pelo menos na divisão sexual do trabalho.

Nesse sentido, persiste um aumento na dupla ou tripla jornada de trabalho, sobretudo para as mulheres que trabalham fora da propriedade, embora algumas delas contratem mão-de-obra para as tarefas domésticas, ou tenham apoio familiar (filha, sogra ou mãe) para desenvolver essas atividades enquanto elas estão ausentes. Por exemplo, das três mulheres que têm emprego fora de suas localidades (uma viúva e duas casadas), as duas que trabalham como empregadas domésticas enfatizaram em seus discursos que o emprego constitui uma

necessidade para responder a precária condição econômica. Porém, o que mais as incomoda é ter que se ausentar de casa, abandonando as tarefas domésticas, principalmente, porque elas precisam se deslocar todos os dias a pé (aprox. 2 km) e cruzar o rio de caíque para ir até a cidade. Como uma das mulheres afirmou:

> É ruim o dia inteiro fora de casa e a minha situação para vir também [no local de trabalho], porque tem que passar frio, caminhar entre o barro e a chuva. Eu resolvi vir para "quebrar um galho" [auxiliar] a mais em casa, porque a gente é pobre. E da roça tu não tem nada, não sai para a gente comprar as coisas para dentro de casa. Por isso resolvi vir trabalhar, para ter uma situação melhor em casa (Entrevista 12, agricultora, 30 anos).

Apesar disso, uma das mulheres (com o emprego de dois anos), tem conseguido comprar alguns eletrodomésticos: geladeira, fogão a gás e lenha, guarda-roupa, guarda-louça, pia, entre outros. Nesse caso, o trabalho não agrícola significa obter uma renda a mais que advém não necessariamente do leite (cuja produção é apenas para o consumo). Mesmo que a entrevistada tenha recebido o crédito para a atividade leiteira, quem é a responsável pelo cuidado das matrizes bovinas é a sogra.

Assim, para essas mulheres, o fato de ter um emprego fora da propriedade e receber uma renda mensal (salário mínimo), lhes permite certa autonomia ao considerar como 'próprio' esse recurso e decidir 'livremente' o destino dele. Para algumas delas, o marido, o filho ou as redes de apoio familiar são importantes para assumir a atividade (leiteira) financiada pelo crédito. Neste sentido, as mulheres dificilmente conseguem ter um espaço próprio de decisão no gerenciamento dessa atividade, de forma que pudesse significar uma possibilidade de empoderamento econômico.

Sob essas condições, a perspectiva de solicitar um tipo de "crédito para as mulheres" executarem atividades que permitam gerar renda própria e, ao mesmo tempo, ter controle sobre o gerenciamento da atividade é limitada, uma vez que são os homens os principais responsáveis e os que poderiam tomar conta de forma parcial ou total da atividade leiteira, sobretudo, se a produção tem grandes chances de se inserir no mercado.

Por outro lado, também identificou-se a construção de uma imagem do trabalho no campo e na cidade, persistindo a idéia de que na cidade o homem acaba "ajudando" mais nas atividades de casa, enquanto que no meio rural o trabalho da mulher ocorre dentro do lar, a partir da construção sociocultural do ser feminino e masculino (SCOTT, 1995). Esta construção marca e define o lugar e a inserção de homens e mulheres nas diversas atividades desenvolvidas no meio rural, como mencionou uma das entrevistadas, "o trabalho é

diferenciado porque desde criança a gente já separa: o filho vai à roça com o pai e a filha tem que ajudar a mãe em casa".

Dessa forma, vai se reproduzindo os papéis sociais das mulheres e dos homens. Se isto mudar ou for alterado, tanto os homens quanto as mulheres estão sujeitos ou sujeitas a "fofocas e críticas"; o que significa uma pressão social e uma alteração no cotidiano familiar. Este aspecto é mais marcante e significativo no meio rural, pelo fato de que o grau de convivência e sociabilidade é maior.

> No interior[no meio rural] o trabalho da mulher é dentro de casa; o homem não faz as coisas de casa. Não é como na cidade que o homem ajuda mais em casa. Aqui no interior se um homem faz as coisas de casa, as pessoas falam que a mulher e preguiçosa ou relaxada (Entrevista 1, agricultora, 54 anos).

E ainda que não seja essa a única condição, é assim que as filhas jovens vão se inserindo na lógica da construção social de ser "uma boa dona casa". A vida cotidiana se reduz a realizar as atividades domésticas. As mulheres somente se tornam "agricultoras" pela condição de casamento, adquirindo o papel de "esposa do agricultor" (CARNEIRO, 1996; PAULILO, 2003). Nessa condição, as mulheres continuam reproduzindo as mesmas atividades da unidade doméstica, além de "ajudar nas atividades da lavoura" em propriedades que são herdadas pelo marido.

Portanto, como afirmam Camarano e Abramovay (1999) e Brumer (2004), essas relações sociais desiguais de gênero, que persistem na dinâmica da agricultura familiar, podem ser alguns dos fatores responsáveis pela falta de expectativas das moças ficarem na propriedade[2], propiciando o êxodo rural e colocando em risco, não apenas a reprodução social e econômica da unidade familiar, mas também enfraquecendo o tecido social e as redes das relações das pessoas que permanecem no espaço rural (MELLO, 2006).

No contexto estudado, constatou-se uma tendência similar de êxodo, já que do total de filhos (48), pelo menos 19% moram fora da propriedade, enquanto que do número total de filhas (24), mais de 50% se encontra morando em outras cidades ou no centro urbano do mesmo município. A maioria delas está casada e/ou são incorporadas ao trabalho remunerado (como professoras ou empregadas domésticas). Nesse sentido, o fato das mulheres abandonarem o meio rural para morar, trabalhar ou estudar na cidade é um aspecto que tende a

[2] Para Camarano e Abramovay (1999) o aumento da participação feminina nos processos migratórios pode ser explicado por três aspectos: a) maior oferta de trabalho para mulheres no meio urbano ligada à expansão do setor serviços; b) dinâmicas das relações de gênero na família; c) relação entre processos migratórios e graus elevados de escolaridade.

aumentar. Como resultado, os fenômenos da masculinização e o envelhecimento no campo são mais acentuados.

Perante essa situação, a perspectiva das mulheres continuarem tendo um crédito para gerenciar a atividade leiteira, é ainda mais limitada, uma vez que elas são assistidas pelas filhas, sobretudo quando não há ordenhadeira no estabelecimento. Além do mais, continuar com o crédito implica se envolver com o processo de gestão. Isso significa que algumas mulheres teriam que abandonar temporariamente as tarefas cotidianas, o que às vezes elas não estão dispostas a fazer, ou elas resistem a delegar essas tarefas aos maridos ou aos filhos.

> Olha a gente só financiou [Pronaf-Mulher] esta vez, não dá para financiar mais, porque falta tempo. Até já faz muito tempo que não vou às reuniões [do Sindicato], porque não tem ninguém que fique em casa. Só eu de mulher, são cinco homens aqui [em casa], não é fácil. Os quatro filhos trabalham e vão à aula também, e a toda hora tenho roupa para lavar e tenho que ter a comida pronta, se eu tivesse uma filha seria mais fácil (Entrevista 24, agricultora, 55 anos).

Essa falta de perspectiva foi mais evidente no caso das mulheres da faixa etária acima dos 55 anos. Para estas mulheres a ausência de filhas e a idade avançada são dois aspetos que as limita a continuar com o crédito destinado a uma atividade que elas mesmas possam gerenciar. Sendo assim, a participação delas nas atividades produtivas cumpre apenas uma função complementar.

Portanto, a idade das mulheres, a composição familiar e o papel que elas assumem (no âmbito da família), são determinantes para decidirem o tipo de atividades a serem financiadas pelo crédito. Esses aspectos também definem o grau de envolvimento na atividade para garantir o gerenciamento. Portanto, a dinâmica familiar constitui um desafio para a operacionalização do crédito, já que é nesse âmbito onde se impõe a "experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legitima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem" (BOURDIEU, 2005, p. 105).

7.1.2 A atividade leiteira: do feminino ao masculino

No contexto da agricultura familiar, a produção de leite é considerada uma atividade importante pelo fato de ser uma fonte de alimento para a família, seja em estado fluído ou

transformado em derivados (queijo, nata, manteiga, requeijão, entre outros). Ao mesmo tempo, possibilita fornecer uma renda mensal, através da comercialização do excedente que permite o sustento familiar. Conforme Tedeschi (2007), essa produção está associada à história da colonização por descendentes de imigrantes europeus e à importância atribuída ao leite como produto principal para a subsistência familiar.

Nesta pesquisa, constatou-se que a produção leiteira voltada à produção familiar é considerada tradicionalmente uma atividade desenvolvida pelas mulheres, e o aprendizado das técnicas de produção são passadas de mães para filhas. A este respeito, diversos estudos mostram que existe uma estreita relação entre a mulher e a atividade leiteira, uma vez que a ordenha é predominantemente de responsabilidade feminina (BRUMER, 1996, 2001; GASSON; ERRINGTON, 1993; MAGALHÃES, 2006; MENASCHE; TORRENS, 1996).

Não obstante, constatou-se que na medida em que esta atividade torna-se especializada, ela passa a ser destinada para as agroindústrias. Esse reordenamento leva a uma mudança na intensidade do trabalho e a uma redefinição de papéis na divisão sexual do trabalho, mesmo que signifique "ajuda". De acordo com uma das mulheres entrevistadas:

> Quem botava [comprava] umas vacas a mais, os homens precisaram a ajudar a mulher a tirar o leite. Depois que vieram essas ordenhadeiras, os homens são os que tomam conta. A maioria é homem que ordenha, a mulher vai junto, mas eles ajudam (Entrevista 10, agricultora, 55 anos).

Nesse sentido, os maridos passam a ter uma maior participação na atividade leiteira conforme o uso de tecnologia e do grau de inserção no mercado. As mulheres, além de continuar participando na atividade leiteira (de forma menos intensiva), intensificam as atividades da casa, da horta e outras mais específicas, como a elaboração de artesanato e de produtos caseiros.

A esse respeito, Menasche e Torrens (1996) mencionam que a intensidade do trabalho masculino na ordenha pode estar relacionada com a importância comercial da atividade leiteira na unidade familiar, pois a tendência da participação masculina é menor se o volume de leite produzido é pequeno. Porém, se a produção de leite assume relevância como fonte de renda, a participação dos homens, via de regra, é mais ativa.

Situação semelhante foi evidenciada na experiência de algumas mulheres que intensificam a produção leiteira a partir do uso de ordenhadeira. E a tendência é aumentar, já que, de acordo com a perspectiva delas, é continuar obtendo o crédito para fortalecer essa atividade, sobretudo, se a produção for destinada principalmente para os laticínios instalados na região. Essa configuração também pode ser favorecida pelo fato de que tanto essas

mulheres quanto os maridos não têm aposentadoria rural. Logo, a reprodução social da família depende basicamente do desempenho da atividade leiteira e de outras atividades relacionadas com a agricultura.

De fato, os efeitos da intensificação da atividade leiteira já são uma tendência observada em alguns estados como Paraná e Santa Catarina (GRANDI, 1999; MAGALHÃES, 2006; MENASCHE; TORRENS; 1996; PAULILO et al., 2000). Segundo Grandi (1999, p. 42), no decorrer do tempo "o leite começou significar uma alternativa a mais de renda, não só vendido nas cidades, mas também para a cooperativa de leite e as indústrias de laticínios particulares". Não obstante, Paulilo et al. (2000), salientam que a intensificação da atividade leiteira com perspectivas à especialização pode significar um risco para as mulheres, uma vez que podem ver-se alijadas das decisões, cabendo aos maridos o papel principal no gerenciamento da atividade.

Na mesma linha, Magalhães (2006) mostra que presença de cooperativas de leite, no sudoeste do Paraná, contribuiu para melhorar a situação familiar. Entretanto, levou a uma manutenção da reclusão feminina no espaço doméstico, acentuando a desigualdade entre homens e mulheres. Com base nisso, o autor argumenta que existe um processo de "masculinização do leite", o que significou uma perda de poder das mulheres na atividade de produção do leite.

Entretanto, o que se observou em alguns casos estudados é que existe uma redefinição nas tarefas relacionadas com essa atividade. Assim, dependendo das circunstâncias, a distribuição das tarefas na atividade leiteira é delimitada. De forma semelhante com Menasche e Torrens (1996) e Paulilo et al. (2000), as atividades são divididas em cotidianas e não cotidianas, embora às vezes sejam intercambiáveis. Ou seja, dependendo da negociação familiar, as tarefas são divididas, porém sempre consideradas como categoria de "ajuda". Dentro das atividades cotidianas está o preparo ou "trato" (cortar e trazer pasto e triturar alimentos), trazer e levar animais, manejar os bezerros, fazer a higiene e a ordenha das vacas, coar o leite, lavar e guardar os utensílios, transportar, armazenar e resfriar o leite; limpar o estábulo e manejar a cerca elétrica. Para estas atividades, tanto as mulheres quanto os homens estão envolvidos.

No que diz respeito às atividades não cotidianas, observou-se o manejo e conserto das cercas elétricas, plantar e manter as pastagens, reformar a estrebaria, comprar medicamentos, utensílios e equipamentos, fazer inseminação artificial, participar nas atividades de assistência técnica e negociar sobre a venda e a compra dos animais, atividades que geralmente, estão sob a responsabilidade dos homens.

Nos casos em que a figura masculina está ausente, as mulheres acabam por se inserir nessas tarefas ou contratam mão de obra para realizar algumas tarefas específicas (consertar cercas e plantar pastagens). É o caso da mulher solteira entrevistada, para quem é difícil depender das outras pessoas para realizar o trabalho, embora ele seja necessário, demande esforço e tempo. Essa dificuldade reside em que nem sempre há disponibilidade de mão-de-obra e, portanto, a entrevistada afirmou não estar disposta a ser "humilhada" caso vá pedir a colaboração dos vizinhos.

> A gente tenta fazer tudo só nós, porque também depender só dos outros é ruim, não parece, mas a gente sofre. Quando a gente precisa, tem que estar pagando, que estar implorando, estar se humilhando. O serviço é sempre e é importante, mas também a gente faz, porque tem muito para fazer. Tem muito que cuidar, que tocar[gerenciar]. Não está sobrando tempo para nada (Entrevista 10, agricultora, 52 anos).

A atitude desta mulher permite-lhe desenvolver, certa independência, distinta da situação de submissão que algumas mulheres vivenciam no meio rural. Mas, por outra parte, a agricultora acaba ficando isolada ou sozinha, dificultando as relações de vizinhança, uma vez que não consegue retribuir a ajuda recebida. Isso se verificou em determinadas tarefas como a realização de silagem[3], na qual a agricultora contrata mão-de-obra ou paga pela prestação do serviço. No fundo, esse aspecto também limita a perspectiva da mulher a permanecer na propriedade, pelo menos ao longo prazo.

Por outro lado, as mulheres geralmente são as responsáveis pela atividade de ordenha, sobretudo quando é manual. Porém, quando a atividade envolve o uso de ordenhadeira é comum a participação dos maridos ou dos filhos. Nesse sentido, existe uma "posição relativa" da atividade na unidade de produção. Assim, ela chega a ser prioritária uma vez que gera uma renda e permite prover recursos para a família, passando a constituir uma atividade de domínio masculino.

Dessa forma, existe uma redistribuição na divisão social do trabalho e redefinição dos papéis. Sobretudo, no sentido de que a participação dos maridos é maior em atividades relacionadas à alimentação e ordenha (GRANDI, 2003). Porém, esta reestruturação, não necessariamente significou que as mulheres tenham deixado de participar, nem uma diminuição da dupla ou tripla jornada de trabalho no interior da unidade familiar. Embora por

[3] Essa a prática é realizada predominantemente por homens em um sistema de mutirão, principalmente nas pequenas propriedades, onde os vizinhos se organizam e participam de forma recíproca, permutando, a mão-de-obra.

um lado tenha diminuído a intensidade do trabalho na ordenha e na manutenção dos utensílios, por outro lado, ela assumiu de forma mais intensiva os afazeres domésticos (ainda mais, perante a ausência de filhas), ficando confinada nesse espaço.

Além disso, a divisão sexual que se constrói na família, às vezes pode constituir um obstáculo para a participação das mulheres em diversos espaços públicos (GRANDI, 2003), como já foi considerado no capítulo anterior. De fato, como menciona Melo (2003), o trabalho doméstico é considerado como um fator inibidor da participação da mulher nesses espaços, colocando-a numa situação de dependência econômica e de subordinação ao homem, constituindo assim um dos principais gargalos para a construção da equidade de gênero.

Entretanto, além do trabalho doméstico, existem outras condicionantes que limitam tanto o desenvolvimento das diversas atividades produtivas bem como a inserção das mulheres nos espaços públicos. Um dos aspectos que se destaca, a partir dos resultados da pesquisa, são os diversos problemas de doenças em diferentes fases da vida das mulheres, por um lado, como produto de seu intenso trabalho tanto nas atividades da roça, quanto no espaço doméstico e por outro, por estarem expostas constantemente aos riscos das substâncias tóxicas derivadas dos insumos químicos, utilizados nas culturas de soja e fumo. Nesse sentido, constatou-se que mais de 50% das mulheres entrevistadas mencionaram sofrer algum tipo de doença, entre as quais destacam: dores de cabeça freqüente, depressão, pressão alta, arritmia, colesterol alto, diabetes *mellitus*, infecção na pele, problemas musculares no braço e na coluna, trombose e asma.

Na visão de algumas mulheres, “a mulher sofre mais que o homem, porque ela é mais susceptível”. Neste sentido, a imagem que se constrói em torno das condições de saúde das mulheres com relação aos homens remete a uma construção social. Entre tanto, algumas entrevistadas reconhecem que essa condição deve-se ao fato das mulheres terem uma trajetória longa e intensa de trabalho tanto nas atividades de casa quanto da roça.

> Eles também trabalham na roça, mas eu acho que a mulher já fica mais sobrecarregada. Porque a mulher sempre trabalha na roça, ela tem que cuidar da roça, ela cuida dos filhos, do marido. E a mulher que trabalha lá fora [na cidade] também cuida da casa, cuida do marido e do filho. Eu acho que a mulher fica mais carregada, com mais responsabilidades. Por mais que o homem, às vezes, trabalhe “mais no pesado”, mas a mulher sempre se preocupa mais (Entrevistada 22, agricultora, 33 anos).

Contudo, uma das entrevistadas, das mais novas (33 anos), afirmou que sua doença não advém de sua trajetória na roça (a inserção dela nesta atividade é muito recente), mas sim, da

vida como empregada doméstica na cidade. Pois como ela relatou, “desde criança eu trabalhava como faxineira”.

7.2 Trajetória das mulheres e principais mudanças: o impacto do Pronaf-Mulher

Um aspecto importante é a trajetória das mulheres para entender a lógica de sua inserção na dinâmica de produção na agricultura familiar, o que vai também determinar as condições de aplicação do crédito e as possibilidades para o empoderamento. Conforme Antunes (2003, p. 100), a partir das trajetórias é possível identificar a origem do processo de empoderamento, de forma que a existência de uma condição de “desempoderamento” ou falta de “poder para” (HOFMANN; MARIUS-GNANOU, 2004; ROWLANDS, 1997) permite criar as condições para a tomada de consciência das famílias sobre sua situação de privação e dependência.

Para esta pesquisa constataram-se duas situações diferenciadas sobre a trajetória das mulheres: 1) mulheres que tem uma trajetória como empregada domésticas ou outro tipo de emprego na cidade; 2) mulheres cuja trajetória é o trabalho na roça, sendo a produção leiteira uma das principais atividades (principalmente para o consumo familiar). Com base nessas duas situações, podem-se destacar alguns elementos que permeiam o significado e a importância de obter o Pronaf-Mulher.

Na primeira situação, as quatro mulheres que têm uma trajetória de empregadas nas cidades voltaram ao meio rural não por escolha, mas por motivo de casamento ou por outras questões familiares, como a necessidade de cuidar dos pais (que estão impossibilitados a desenvolver os trabalhos da lavoura). Para algumas dessas mulheres, a perda de independência econômica em detrimento de cumprir uma “função social” (o casamento ou auxiliar uma situação familiar) não significou apenas romper com um processo que antes lhes permitia estabilidade e autonomia econômica, mas também ter que se sujeitar numa nova dinâmica familiar (na qual realizam trabalhos sem remuneração). Desse modo, acabam assumindo outras responsabilidades, mudando a lógica de consumo e priorizando os bens coletivos que respondem às necessidades básicas da família. Como mostram os relatos de duas mulheres agricultoras:

> Quando eu saí de casa, eu me lembro de ir junto com a mãe, eu tinha 11 anos quando comecei trabalhar com uma vizinha, cuidando um gurizinho. Depois trabalhei como empregada doméstica. A gente estranha bastante trabalhar, senti a diferença quanto parei. Porque lá na cidade a gente tem um dinheirinho todo mês, apesar de que às vezes não sobra muito, tu tens todo mês para comprar tuas cozinhas: um batom, um perfume ou até uma roupa nova. No começo foi difícil, mas eu fui me adaptando e me acostumando. E tu mudas, porque quando a gente é mais nova pensa em comprar roupa, calçado, um perfume caro, essas coisas. Mas, com o passar do tempo, a gente vê que tem outras coisas mais importantes como a tua própria casa. Então, eu aprendi a trabalhar na roça e tirar leite depois que eu vim morar aqui, com a minha sogra. Eu não sabia, porque eu morava na cidade, e ai eu aprendi, mas não foi difícil. A gente, querendo, aprende a fazer as coisas (Entrevista 22, agricultora, 33 anos).

> Eu senti de deixar meu trabalho. Até agora, eu estava acostumada a ter meu próprio trabalho. Não sei se o jeito de pedir o dinheiro ao marido. Antes de se casar você é independente, trabalha e é teu dinheiro. O dia que você casar vai ter que depender do marido, tem uma diferença (Entrevista 16, agricultora, 41 anos).

Essa trajetória reflete em parte a lógica de aplicação do crédito. Assim foi possível constatar que pelo menos duas mulheres com essa trajetória, aplicaram o crédito principalmente para a plantação de laranja e a compra de algumas matrizes leiteiras. Nesses casos, a produção de leite é apenas destinada para o consumo familiar e fazer o queijo para vender. Isso não significa que a pessoa não esteja apta para aumentar ou diversificar a produção, pois ocorre que a inserção nessa atividade é menor, na medida em que elas não têm experiência prévia na produção de leite. Além disso, a intensificação da produção de laranja constitui um dos principais objetivos da família. Entretanto, são os maridos os principais responsáveis por esta atividade.

Nesse sentido, talvez seja possível que sob essa lógica, as mulheres possam ter um espaço decisório e de gerenciamento em atividades novas e inovadoras, porém acabam se adequando à lógica familiar da qual fazem parte. Então, nesses casos, quem assume o gerenciamento da atividade leiteira é o marido ou a sogra (que mora na mesma propriedade). Esse aspecto é comum também para aquelas mulheres que tem um emprego na cidade e neste caso, a produção do leite passa a ser secundário, uma vez que elas não estão inseridas totalmente na atividade.

Na segunda situação, em que as mulheres têm uma trajetória prévia na atividade leiteira, a escolha da intensificação dessa atividade advém certamente da experiência anterior, pois, como uma das mulheres mencionou: “decidimos pegar o crédito para vaca porque já estamos costumados com isso”. Então, além de uma condição conjuntural, como já foi mencionado nos capítulos anteriores, o *habitu*s presente nas mulheres sobre essa atividade e

outras condições representaram um incentivo para fortalecer a produção leiteira, embora isso não signifique estrito controle pelo gerenciamento da atividade e sim uma transformação na lógica de produção.

> Desde que era criança eu tirava o leite, mas também ia para a roça. Mas isso já foi quando casei, naquela época a gente plantava, colhia e fazia safras de soja e milho. Mas a gente lutava sempre com essas secas. Daí começamos a vender o leite, mas, antes disso, eu fazia queijo para vender e criava porco. Eu ia à cidade, vendia ovos nos mercados para fazer um dinheirinho. A gente tinha essas atividades, mas começamos vender o leite e foi mudando muita coisa (Entrevista 18, agricultora, 54 anos).

Por outro lado, a trajetória dessas mulheres não apenas define o tipo e o objetivo da atividade a desenvolver, mas também ajuda-as a suas estratégias e tomada de decisões para aperfeiçoá-la, com perspectiva de melhorar os produtos conforme a demanda do consumidor:

> A minha mãe sempre fazia massa, isso aí já vem de família. Um dia a minha mãe me disse: "Você tem que fazer essas bolachas para tu vender porque que tu sempre gostaste de fazer". Quando eu comecei a fazer as massas, eu fazia do jeito que eu sabia. Mas, hoje eu mudei, eu fui inventando, experimentando, trocando idéias para poder achar a melhor maneira de a gente fazer e também conforme a demanda dos clientes (Entrevista 8, agricultora 54 anos).

O impacto do Pronaf-Mulher é muito recente, sendo difícil identificar mudanças profundas e significativas. Porém, a maioria das mulheres entrevistadas indicou ter havido uma mudança principalmente econômica e na estratégia de produção, uma vez que, em alguns casos, a produção leiteira com valor comercial tem redefinido o tempo, a possibilidade e a necessidade de elaboração de queijo.

Entretanto, para algumas das entrevistadas, a situação econômica melhorou, pelo fato de adquirirem alguns bens materiais como aparelhos eletrodomésticos e pela possibilidade de pagar a faculdade dos filhos ou das filhas. De acordo com algumas mulheres, o fato de ter melhorado a infra-estrutura (reforma de estrebaria) e acondicionado a sala de ordenha, provocou um aumento na produção do leite. Para algumas mulheres, isso facilitou mais o trabalho, permitindo, intensificar a produção de leite para venda em detrimento da produção de queijo. Esse aspecto alterou de alguma forma a dinâmica econômica no interior do grupo doméstico, pela entrada de uma receita mensal e permanente. Com esse retorno é possível "aguçar mais na racionalidade econômica" (TEDESCO, 1999, p.155), criando estratégias adaptativas em torno da comercialização, da produção e do consumo.

> Eu tirava leite desde criança, sempre tinha umas três ou quatro vacas, só que eu fazia queijo e já levava para vender no mercado e comprava o rancho. Agora é mais fácil com a venda de leite porque o caminhão só chega na hora para pegar o leite e deixa um recibo sobre os litros que leva. No final de mês entra o valor no banco e a gente já sabe quanto vai receber e dá para planejar o que comprar nesse mês (Entrevista 1, agricultora, 54 anos).

De forma que, os derivados do leite (queijo, requeijão, manteiga, nata etc.) que antes eram feitos em casa, agora, com a ampliação da venda do leite, às vezes resulta mais prático comprá-los do que fazê-los. Desse modo, como foi identificado por Tedesco (1999), o leite que serve exclusivamente para o consumo interno e a elaboração de derivados aos poucos vai deixando de cumprir esta função, para se tornar numa alternativa economicamente viável para a reprodução social no âmbito da agricultura familiar.

No entanto, para aquelas mulheres que vendem o leite de forma direta ao consumidor, a ordenha ou, como elas dizem, "tirar o leite", ainda constitui uma tarefa importante e necessária. No caso destas mulheres, o retorno financeiro não é depositado no fundo comum, geralmente chega às mãos delas, o que lhes permite decidir livremente em que investir. Por exemplo, pode ser na compra de animais de pequeno porte, que são destinados para complementar a alimentação familiar, conforme o seguinte depoimento:

> O que mais melhorou é que antes nós plantávamos milho, feijão, mas, a gente não criava galeto, tudo era comprado. Agora eu pego o dinheiro do leite e já compro os pintinhos para criar e ter à vontade para comer, que nem essa semana eu matei um galeto de cinco kilogramas, coisas que nunca fazia. Então, a alimentação melhorou (Entrevista 5, agricultora, 26 anos).

No entanto, uma atividade considerada tipicamente feminina –"tirar leite é coisa de mulher"– aos poucos vai se redefinindo para uma atividade de ordem masculina na medida em que o produto é valorizado economicamente, sobretudo, pela qualidade do produto, que é uma das normas e exigências das principais indústrias leiteiras. Para algumas mulheres, esta situação tem facilitado o processo de comercialização, enquanto que para outras tem limitado vender seu produto, uma vez que nem sempre é possível criar as condições e a infra-estrutura para garantir uma "produção com qualidade", o que também requer recursos financeiros a mais para garantir esse tipo de produção. Nesse sentido as mulheres têm que optar por maximizar a produção de queijo ou de leite, como mostra o seguinte depoimento:

> No tempo que a gente fazia [queijo] não se vendia para os lacticínios, o pessoal vendia na feira, na verdade, o queijo estava estocado. Hoje não, hoje tu vens buscar em casa, hoje é mais difícil porque é bem fiscalizado. Mas daí tu vende uma coisa ou outra[leite ou queijo], porque se eu fizer o queijo não resulta [não é viável], leva um tempão (Entrevista 14, agricultora, 62 anos).

Apesar de que a intensificação da atividade leiteira (pela demanda das agroindústrias) implica maior investimento de tempo, porque significa manter a qualidade do leite e garantir uma renda permanente, algumas mulheres consideram que "vale a pena investir o esforço" porque garante um retorno econômico.

> Eu acho que agora estou melhor, eu tenho muito serviço, porque se tem as vacas, tem que ter serviço. Há dias que dá [tem] bastante serviço, mas é uma coisa que a gente tem que investir e cuidar, porque do cuidado sai o lucro (Entrevista 21, agricultora, 34 anos).
> Uma vez [antes] era tudo diferente, esse negócio do leite. Agora eles exigem mais higiene, tu tens que ter mais cuidado. Mas a gente faz tudo certo, porque a gente vê que é uma coisa boa, que serve até para a própria família. Tudo tem que ter higiene. Claro, dá um pouquinho mais de serviço, mas eu vejo que vale a pena fazer esse tipo de coisas [vender o leite] (Entrevista 8, agricultora, 54 anos).

Para outras mulheres, o fato de produzir leite para vender aos laticínios ou à cooperativa implica menos trabalho, pois "vender o leite e mais prático que fazer o queijo". Para a elaboração do queijo, o processo é mais demorado e precisa de uma grande quantidade de leite (12 a 15 litros de leite por kilograma de queijo). Nesse sentido, a produção de queijo, não é economicamente porque o custo de produção é muito alto e o valor de venda é desvalorizado.

Além disso, a estratégia de comercialização tem sido cada vez mais difícil pela nova legislação[4] implementada no estado, que exige que os produtos tenham um determinado padrão de qualidade. As mesmas determinações sanitárias ocorrem com outros produtos, como embutidos e ovos, que não podem ser vendidos livremente nos mercados formais, porque supostamente não reúnem as condições necessárias de higiene e as exigências que os produtos industrializados precisam cumprir para passar pelo controle de qualidade.

As famílias que destinam a produção para as agroindústrias leiteiras são incentivadas a solicitar o crédito prioritariamente para a compra de equipamentos necessários para garantir a

[4] Esta lei faz parte do Decreto Federal no. 5.741/2006 que constituiu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). A lei fixa as normas de inspeção e de fiscalização sanitária no município para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal, criando o serviço de inspeção municipal (SIM) (BRASIL, 2009).

qualidade do produto, caso contrário não teriam como se manter no mercado. Concomitantemente, elas estão sujeitas a um processo de transformação na lógica de produção, passando de uma policultura-criação, tipicamente de pequenos agricultores, para um sistema de integração, pela "imposição das agroindústrias"(SANTOS, et al., 1989, p.270).

Na verdade, a lógica de "produção integrada complexifica a totalidade das relações que envolvem as produções de excedentes na unidade de produção familiar" (TEDESCO, 1994, p. 124), porque ela fica exposta às variações de preços dos produtos no mercado. Portanto, essa "autonomia" das mulheres, que outrora prevalecia nas quantidades do leite produzidas e nas formas de comercialização, acaba sendo limitada, uma vez que o perfil da produção voltada para as agroindústrias vai conduzi-las a uma condição de dependência e de certa vulnerabilidade, pela variabilidade de preços, exigências sanitárias e alimentares, disponibilidade de terra para pastagens, entre outros fatores.

Portanto, existe uma série de mudanças que não se manifestam apenas nas condições econômicas, nas relações internas da família ao trabalho e no processo de transformação do produto, mas, também no entorno da propriedade familiar, ao ter uma melhor infra-estrutura, culturas de pastagens e cereais para melhorar a alimentação do rebanho, raças melhoradas e outros fatores que dinamizam a lógica de produção e, portanto, o papel das mulheres inseridas na atividade leiteira.

Nesse sentido, o crédito pode beneficiar em larga medida para quem tem as possibilidades econômicas para criar as condições de aumentar a produção e manter a qualidade do leite. Para aquelas mulheres com poucos recursos econômicos, o crédito cumpre o papel de responder a condições de emergência.

Embora para algumas mulheres a produção de leite para venda implique numa renda maior e permanente, o destino do recurso é negociado com o marido, porque o "dinheiro é da e para a família", o que significa que o recurso entra no "fundo comum" e tem que ser compartilhado. Não obstante, o recurso proveniente da venda do queijo geralmente são as mulheres que decidem o que fazer com ele, mesmo que seja destinado principalmente para despesas de casa ou produtos de consumo familiar.

> Eu acho que é bom tu teres o teu próprio dinheiro, nem que seja um pouquinho. Que nem o dinheiro do meu queijo, que eu vou lá[no supermercado] e vendo, porque eu sei que é meu. Se eu quero comprar uma coisinha para mim, eu vou e compro, não precisa estar dando satisfação. Eu gosto de ter o meu dinheirinho, porque, desde pequena, eu sempre trabalhei e tive um pouquinho (Entrevista 22, agricultora 33 anos).

Contudo, para algumas mulheres os recursos que advém da venda do leite, significa uma melhora econômica, pois é possível investir nos bens materiais para facilitar o processo de trabalho ou para bens de consumo para melhorar a alimentação. O fato de ter um recurso a mais para complementar a alimentação, comprar alguns eletrodomésticos, investir na compra de medicamentos ou para responder a situações de emergência tem significado uma mudança na vida de algumas mulheres, principalmente porque em alguns casos os recursos que advém da lavoura não são suficientes para a manutenção da família.

Portanto, o significado de mudança social, econômicas e produtiva é muito variável e significativo conforme os objetivos e os interesses de cada uma das entrevistadas e as relações familiares estabelecidas (GASSON E ERRINGTON, 1993). Às vezes, esses objetivos podem ser perpassados por uma condição inicial que provoque um processo de empoderamento (ANTUNES, 2003; KABEER, 1998; ROWLANDS, 1997).

Com base nisso, destaca-se a situação de uma das mulheres que identificou uma mudança econômica e social a partir de uma situação inicial: "a falta de condições econômicas que limita um projeto de vida para os filhos". É neste contexto que pode surgir um processo de conscientização familiar, a partir de uma situação de privação, como mostra este depoimento:

> A gente era pobre, não tinha como ajudar a minha filha que foi para São Paulo. Eu comecei a ficar triste com isso, porque eu não tinha condições de ajudá-la. E ai eu queria ter uma vida mais digna para meus filhos, queria que eles estudassem, mas não que saíssem da propriedade. Hoje mudou muito. Claro que não é fácil porque tu tens que lutar e trabalhar. Às vezes ficava com dúvida: será que eu vou vencer ou será que não? Porque é bastante a minha tarefa. Mas eu sempre consegui, por isso digo que mudou muito a vida da gente: trocamos o carro, a gente tinha dívidas e conseguimos eliminar. Também conseguimos dar o estudo para os filhos. Não vou dizer que a gente tenha uma vida cheia de fartura, mas o necessário a gente tem (Entrevista 8, agricultora, 54 anos).

Embora essa mudança não advenha necessariamente de forma direta da obtenção do crédito, este constituiu apenas uns dos meios para isso. De acordo com o relato da produtora, ela decidiu obter o crédito com o total apoio do marido. O recurso foi destinado para a compra de duas matrizes leiteiras e uma ordenhadeira, com o objetivo de aumentar a produção. A partir do retorno financeiro dessa atividade e da lavoura, o marido e ela decidiram estabelecer uma micro-indústria de massa caseira e bolacha, esta produção, segundo a agricultora, foi influenciada pelo sindicato e orientada pela Emater.

Tanto a produtora quanto o marido são sócios do sindicato e do Bansicredi. De fato, através de um empréstimo bancário foi possível construir um local específico para o processo de transformação dos produtos, considerando todas as normas de higiene que se requer para

obter “produtos de qualidade”. A demanda da produção também tem sido incentivada pela prefeitura, ao serem avaliados como “produtores potenciais” para fornecer a cesta básica do programa Fome Zero e participar na “feira do produtor”.

Uma das condicionantes para participar na feira era se organizar em grupo de três a cinco pessoas da mesma localidade, para levar os produtos semanalmente. Neste caso, a produtora e o marido se comprometem a levar alguns produtos dos integrantes do grupo, cobrando uma taxa de recuperação de R$5,00 de cada um.

Ambos têm uma participação ativa na localidade (na igreja, reuniões sindicais, diversos cursos de formação, etc.) sendo mais destacada a participação dele nos diversos espaços públicos, enquanto que a entrevistada tem tido uma trajetória de participação na igreja, destacando-se como catequista. Esta situação tem permitido que eles tenham certo reconhecimento por alguns membros da comunidade, não apenas pela participação na igreja, mas também pela motivação, segurança e persistência que esta mulher transmite, além das relações de confiança que estabelece com a vizinhança.

> Aqui na minha linha [comunidade] há pessoas que têm vontade quando elas vêem o que estou fazendo. Mas, outras não acreditam, acham que é difícil. Mas, quando eu entrei na área da cesta básica desse programa Fome Zero, algumas diziam: “Será que tu vai vencer fazer essas bolachas?” Eu respondia: “Eu vou vencer.” As pessoas ficavam achando que a gente não ia conseguir fazer. No início foi sofrido, porque eu não tinha experiência de fazer bastante [grandes quantidades], não tinha lugar, nem as coisas preparadas. Isso, a gente nunca mais vai esquecer que foi bem sofrido (Entrevista 8, agricultora, 54 anos).

Após dois anos abastecendo as mercadorias para a Prefeitura Municipal, a produtora tem aportado economicamente para complementar a renda familiar. Ao mesmo tempo, tem fortalecido as relações sociais e contribuído para um determinado setor da população. A participação dela num programa de governo (Fome Zero) proporcionou-lhe certo reconhecimento pela vizinhança e outros membros do município. Esse reconhecimento simbólico tem significado um estimulo para ela. Paralelamente, permitiu-lhe garantir um mercado estável para as mercadorias e, de certa forma, uma visibilidade, como ela mesma indicou:

> Foi uma conquista, uma coisa boa a gente ter esse crédito e participar no programa Fome Zero. Eu me sinto contente e feliz, porque hoje eu encontro as pessoas que sabem que eu faço os produtos para a cesta básica e elas dizem assim: “teu alimento matou a fome na minha casa”. Então eu me sinto feliz de poder ajudar. A vida da gente é assim, se a gente puder partilhar as coisas, ou pouco que seja, mas sempre a gente poder ajudar as pessoas (Entrevista 8, agricultora, 54 anos).

Nesse caso, além de existir as condições para vender os produtos, existe o apoio familiar (o marido e os dois filhos) para a produção de bolachas e massas, que de algum modo faz parte da trajetória e do *habitus* da produtora. Outro aspecto importante que tem permitido a inserção dela no mercado é não somente o tipo de atividade desenvolvida, mas também o fato de morar relativamente perto do centro urbano (três quilômetros). Além disso, a família possui um veículo que lhe permite mobilidade para transportar os produtos.

Um aspecto que chama a atenção é o grau de envolvimento tanto da produtora quanto do marido em todo o processo da atividade produtiva: transformação do produto, gerenciamento e comercialização. No entanto, é o marido quem estabelece as relações de mercado e as negociações com os principais agentes. Isto difere de outros estudos que mostram uma participação significativa das mulheres especificamente na elaboração de produtos caseiros (SANTOS, 2006; ZORZI, 2008), usufruindo inclusive certa autonomia no processo de comercialização do produto.

Entre os elementos presentes no relato da produtora, destacam-se: objetivos definidos, condições de produção e mobilidade, acesso e oportunidade de mercado, processo de auto-reconhecimento, trajetória de participação, apoio e reconhecimento familiar e de outros atores, redes sociais, entre outros. De acordo com Kabeer (1999), esses elementos constituem apenas algumas precondições de empoderamento, que são adquiridas através das diversas relações sociais no âmbito familiar, da comunidade e do mercado.

Não obstante, essas redes de relações nem sempre tendem a ser harmônicas, uma vez que são mediadas por relações de poder, normas e práticas sociais (BOURDIEU, 2005; CAUBERGS, 2002; SCOTT, 1995). Por um lado, pela diferenciação que existe nas negociações do processo de comercialização. Essa relação que se estabelece, por exemplo, da mulher com a cooperativa, leva-a a se sujeitar a determinadas condições: além de ter que se associar, é importante produzir sob estritas normas de qualidade e satisfazer a demanda do consumidor. Por outro lado, porque o atendimento das principais instituições de orientação e capacitação é limitado, já que, como a mesma produtora reconheceu, “Aqui todo se faz com política. O Sindicato, a Emater, todos estão envolvidos com essa política que às vezes dificulta o papel deles”.

Essa particularidade mostra que existem as oportunidades para desenvolver o processo de empoderamento, no sentido de obter os recursos (o crédito) para melhorar o bem-estar familiar, incentivar a conscientização, gerar uma imagem de autoconfiança, entre outros aspectos (STROMQUIST, 1997). No entanto, esses aspectos não permitem questionar as normas hegemônicas de gênero, uma vez que se reproduz o papel social das mulheres perante

uma lógica fortemente centrada nas estratégias familiares. Outrossim, é importante lembrar que esse processo não é linear, nem homogêneo para todas as mulheres, já que depende da trajetória de vida e do contexto familiar no qual cada uma está inserida (BATLIWALA, 1997; DEERE E LEÓN, 2002).

7.2.1 O desafio do Pronaf-Mulher: lógica familiar *versus* empoderamento

A origem do Pronaf como um programa voltado principalmente para atender uma nova categoria social, "os agricultores familiares**",** sempre teve um fim compensatório, ao prover "crédito agrícola e apoio institucional" para um setor historicamente desfavorecido e excluído (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005; MATTEI, 2006b; SCHNEIDER et. al. 2004).

No entanto, a participação "visível" das mulheres nesse programa não foi considerada, até recentemente, como uma especificidade desse setor, devido a invisibilidade de seu trabalho e da cultura patriarcal fortemente presente na dinâmica da agricultura familiar. Nesse contexto, o Pronaf-Mulher responde a um dos objetivos gerais do programa: financiamento da produção (através do crédito rural) da agricultura familiar, cujo fim é viabilizar economicamente as unidades produtivas. A criação de um programa específico para "as mulheres" possibilitou e ampliou a participação das mulheres no acesso ao crédito (BRUMER; WEISHEIMER, 2006; MDA/NEAD, 2005) e, de certa forma, favoreceu o reconhecimento das mulheres como novas atoras sociais que emergem de uma condição de "invisibilidade", exigindo igualdade de direitos (GUZMÁN, 2002; HEREDIA; CINTRÃO, 2006) e ao mesmo tempo, conquistando novos espaços públicos que questionam o papel social das mulheres no contexto familiar.

Não obstante, a realidade estudada permitiu questionar o pressuposto de que a existência Pronaf-Mulher pudesse favorecer as mulheres no gerenciamento de uma atividade própria e repercutir no aumento de sua autonomia e sua participação social. Por um lado, identificou-se que a participação das mulheres nos diversos espaços sociais é limitada, assim como também houve pouco interesse de participação das mulheres no programa. Muito embora a demanda de contratos durante o período de referência da pesquisa 2005-2006, teve um aumento (passando de um total de 41 a 21 respectivamente), este aumento não foi na mesma proporção, já que no ano 2006 o crescimento foi 50% menor que no ano anterior.

Por outra parte, a realidade mostra que a autonomia das mulheres é relativa, particularmente para a atividade leiteira, para a qual foi destinado o crédito, uma vez que

algumas mulheres perdem parcialmente o poder no gerenciamento dessa atividade, sobretudo quando a produção é destinada para as agroindústrias leiteiras. Embora isto lhes garanta um retorno financeiro permanente, ele é destinado no "fundo comum" e nem sempre elas têm o controle do recurso, como também nem sempre decidem sozinhas, já que como algumas mencionaram, *"nos decidimos juntos"*. Portanto, a idéia de que *"produzir leite para vender beneficia a família"* e não necessariamente ao individuo esteve presente na idéia da maioria das mulheres. É com base no "ideal de família"[5] e não no "indivíduo" que se organizam as lógicas e as estratégias de produção e reprodução social dos grupos domésticos (LAMARCHE, 1993; TEDESCO, 1999).

Entretanto, na dinâmica familiar na qual as mulheres estão inseridas, mesmo que a administração e a representação da exploração das propriedades familiares estejam centradas no masculino (o produtor), elas não inviabilizam a co-participação da mulher em decisões, na elaboração de sugestões, de iniciativas de acompanhamento, reproduzindo a relação hierárquica entre homens e mulheres (TEDESCO, 1999, p. 176).

Nesse contexto, a ação de uma política de crédito para as mulheres ainda tem que se defrontar com um grande desafio sobre a invisibilidade do trabalho. Como afirma Butto (2003, p.7), "a invisibilidade das contribuições econômicas das mulheres rurais, a denominação do seu trabalho como auxiliar, evidenciam como os laços familiares tornam-se mecanismos de reprodução hierárquica e de submissão entre os membros da família subordinando as mulheres".

O desafio torna-se ainda maior ao considerar que a simbiose "*mulher-terra-família"*, faz parte da identidade feminina no campo que se impõe perante o paradigma das relações de gênero e às mudanças na posição da mulher no contexto rural" (CARNEIRO, 1994, p.21). Segundo a referida autora, a invisibilidade da renda familiar é sustentada pela própria lógica da organização social da família, portanto, mesmo que exista uma reivindicação por uma política pública de crédito em prol do reconhecimento da "trabalhadora rural", colocam-se em "xeque" os valores culturais que definem o "feminino".

Contudo, Schaaf (2001), menciona que, como fruto reivindicativo dos movimentos sociais, especialmente de mulheres trabalhadoras rurais, houve novas perspectivas e algumas mudanças tanto nas relações familiares quanto no processo de trabalho agrícola, ocorrendo uma redefinição da divisão sexual do trabalho. Neste sentido, Melo et al. (2008), afirmam que

[5] Esse "ideal de família" legitima ações, acordos, perdas individuais ou coletivas e ganhos patrimoniais. Entretanto, a noção de família tem sido redefinida pelas mudanças, transformações e novos arranjos, que se refletem nas relações de produção e reprodução social (BATTHYÁNY, 2001; TEDESCO, 1999).

nos últimos anos, a situação das mulheres passou por grandes mudanças socioeconômicas da família e na produção. Segundo as autoras, houve um progresso na redução das desigualdades de gênero, que influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres.

Sendo assim, reconsiderar uma política de agricultura familiar para as mulheres, com perspectiva de gênero, continua sendo um grande desafio, não apenas para os movimentos sociais de mulheres, como principais protagonistas na demanda de uma "política para as mulheres", mas também para as diversas instituições que são as responsáveis pelas diferentes fases[6] na definição de uma agenda política, para os diversos agentes sociais que mediam as ações do crédito e para as próprias beneficiárias do programa (Pronaf-Mulher).

Nesse sentido, Yannoulas (2002) menciona que a questão de gênero nas agendas das políticas públicas pressupõe basicamente dois objetivos: a) fortalecer a organização das mulheres e sua ativa participação nas instâncias de decisão de todas as instituições formuladoras de políticas públicas de trabalho e geração de renda; b) sensibilizar e capacitar lideranças sindicais, empresariais, parlamentares e governamentais, visando uma inclusão sistêmica e regional de igualdade de gênero na sociedade.

No entanto, levar em conta esses critérios através de ações afirmativas não seria tão simples para propiciar o empoderamento econômico, já que existem condições estruturais derivadas da própria lógica do Pronaf que limitam a autonomia de decisão no gerenciamento da atividade produtiva. O programa está circunscrito sob uma "visão produtivista da agricultura familiar", que define o objetivo das agências de financiamento e de outras instituições sem considerar a especificidade do papel das mulheres na unidade familiar e a dinâmica social na qual elas estão inseridas.

Além do mais, ao considerar a lógica de crédito voltada para uma atividade econômica sustentada na agricultura familiar, cujos valores estão fortemente centrados no binômio *mulher-terra-família*, o programa não possibilita questionar condições de ruptura e uma possível transformação nas relações de gênero. Este aspecto difere do estudo de Alves (2007), cuja autora afirma que a inserção das mulheres em projetos produtivos lhes possibilita um auto- reconhecimento, ao se identificarem como capazes de atuar em espaços públicos. Segundo a autora, este aspecto permite-lhes questionar as questões relativas às hierarquias sociais e de gênero.

Embora o crédito para desenvolver uma atividade produtiva seja um recurso econômico, precondição para o empoderamento das mulheres, o financiamento por si só não é

[6]Desde o ponto de vista analítico, Souza (2003) define cinco fases na planificação de uma política, que foram descritas no capítulo dois.

suficiente, uma vez que os recursos sociais e humanos estão ausentes para algumas mulheres ou presentes de forma incipiente para outras. Isso dificulta as condições reais do processo de empoderamento, embora este processo seja relativo para cada uma das mulheres.

Um aspecto que prevaleceu na pesquisa foi a limitada liberdade de escolha para as mulheres desenvolverem uma atividade produtiva, que se manifestou nas poucas possibilidades de gerenciamento e da tomada de decisões em torno da atividade para a qual é destinado o crédito. E mesmo que o Pronaf-Mulher tenha um impacto econômico pelo fato de algumas mulheres poderem contribuir com uma renda a mais para a reprodução familiar, ele ainda não tem atingido totalmente os objetivos propostos. Isto corre porque, na realidade estudada, o crédito tem apenas uma função complementar à unidade familiar. Este aspecto traz uma série implicações que se refletem na invisibilidade da participação da mulher na produção para o consumo familiar.

A própria dinâmica da atividade produtiva na qual as mulheres estão inseridas permite uma reconfiguração na divisão sexual do trabalho e no processo de produção, porém não necessariamente leva a uma transformação social das mulheres, de forma que possa repercutir numa mudança nas relações de gênero. O seguinte depoimento ilustra claramente, na visão do técnico da Emater, a lógica do Pronaf-Mulher:

> [O Pronaf-Mulher] tem que ser mais bem trabalhado, para que esse crédito possa reconhecer a participação da mulher como todo. Também para que ela possa crescer [desenvolver], se organizar e ter um trabalho específico. Talvez precise um trabalho em conjunto entre os órgãos do Estado e as mulheres. Isso é o que vai fortalecer o setor rural. Que o crédito não seja só uma forma de pegar um dinheiro a mais para acrescentar a receita e renda para aquela família, mas bem uma forma de transformar socialmente essas mulheres (Entrevista 37, técnico da Emater).

Portanto, para se repensar numa política de crédito, especialmente o Pronaf-Mulher, desde uma perspectiva de gênero, sob a dimensão de empoderamento, é necessário, por um lado, se questionar sobre o papel das mulheres em determinadas atividades produtivas e identificarem-se as condições reais de "poder" nos espaços de comercialização com base nessas atividades. Além disso, é preciso verificar se as mulheres estão dispostas a romper com a estrutura de dominação, presente no seu *habitus*, que se reproduz no cotidiano familiar.

Mas, por outro lado, é preciso também levar em conta que o impacto do crédito para a agricultura familiar tem um efeito diferencial para homens e mulheres. Neste sentido, é importante considerar uma série de fatores que envolvem as mulheres: objetivos e interesses específicos, trajetória de participação, condições de produção e mobilidade, acesso ao mercado,

processo de capacitação e reflexão, reconhecimento, tanto familiar como de outros atores externos e dos principais agentes vinculados com as questões do crédito.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática desta pesquisa baseou-se tanto nos efeitos da política de crédito rural, especificamente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf-Mulher), a partir de aspectos estruturais, como nas condições de desigualdade social – especificamente nas relações de gênero, considerando a perspectiva de empoderamento– que prevalecem na situação das mulheres rurais, do município de Rodeio Bonito, na Região do Alto Uruguai. No decorrer da pesquisa, tentou-se recuperar não somente a experiência vivida pelas mulheres em torno das condições de acesso ao crédito, mas também sua relação com os processos de transformação que decorrem na unidade familiar, a partir dessa experiência.

Nesse sentido, foi importante destacar a inserção das mulheres no contexto da agricultura familiar, que remeteu à análise das relações de gênero socialmente construídas, especificamente na divisão sexual do trabalho presente na dinâmica familiar. Paralelamente, evidenciaram-se as principais ações dos agentes de mediação envolvidos com o processo de crédito, possibilitando distinguir significados sobre a inclusão das mulheres no Pronaf.

A realidade do contexto local, no qual estas mulheres estão inseridas permitiu identificar algumas especificidades: 1) mulheres solteiras, viúvas ou separadas (sem cônjuge); 2) mulheres casadas e com filhos em idade escolar; 3) mulheres casadas e com filhos casados. Essas diferentes situações e a própria experiência vivenciada pelas mulheres em torno do crédito refletiram algumas das possíveis situações comuns na dinâmica familiar. Essas situações de alguma forma orientam a lógica de aplicação e operacionalização do Pronaf-Mulher, assim como as possibilidades e limites para o processo empoderamento das mulheres.

Para proceder à análise das questões da pesquisa, os resultados foram divididos em três blocos: no primeiro consideraram-se as questões normativas como condições de recebimento e emprego dos recursos do Pronaf-Mulher. Neste caso, privilegiaram-se o processo de gestão, a aplicação do financiamento e as perspectivas de pagamento. Para cada um destes aspectos, foram levados em conta alguns critérios específicos: a difusão da informação, a documentação requerida, o projeto técnico, as formas de concessão do crédito, as condições de produção e de comercialização, o retorno financeiro e a tomada de decisões.

O segundo bloco referiu-se ao papel dos agentes de mediação, destacando algumas ações de intervenção dos mediadores vinculados com o crédito, representantes das diferentes instituições: Sindicato de Trabalhadores Rurais, Empresa Técnica de Extensão Rural, Agência

Bancária e Cooper A1. No mesmo bloco, considerou-se por um lado, o significado social do crédito tanto para as mulheres rurais quanto para os principais agentes de mediação. Por outro lado, considerando-se a participação social como uma estratégia de empoderamento, foram ressaltadas as ações desenvolvidas e suas limitações.

No terceiro bloco, destacou-se a inserção das mulheres rurais na agricultura familiar, considerando, por um lado, a divisão sexual do trabalho e sua participação na atividade leiteira; por outro lado, salientaram-se as trajetórias e as mudanças ocorridas a partir do impacto do Pronaf-Mulher e, ao mesmo tempo, colocou-se em questão o programa sob uma lógica familiar e do empoderamento.

No que diz respeito ao processo de gestão, constatou-se que existem os meios eficientes para a difusão de informação do Pronaf-Mulher, sendo o Sindicato de Trabalhadores Rurais (através da coordenação regional e municipal de mulheres) e a Emater os principais porta-vozes do funcionamento do programa. No entanto, para algumas mulheres, a informação foi ambígua, uma vez que algumas delas reconheceram certo desconhecimento sobre as normas do programa e seus procedimentos bancários. Este aspecto tem provocado, para algumas mulheres, medos e incertezas sobre as condições de pagamento.

Embora, na fase inicial do programa houvesse resistência por parte dos funcionários do banco e dos líderes do sindicato para a inclusão das mulheres no programa, sua existência possibilitou a regularização e a atualização da documentação e, em alguns casos, incentivou as mulheres a se associarem ao Sindicato de Trabalhadores Rurais. O processo de documentação foi facilitado pelo referido órgão, especificamente quanto ao preenchimento da DAP, e foi mais fácil ainda para as mulheres que já tinham experiências prévias na demanda de outras linhas de crédito. Não obstante, para outras mulheres a documentação requerida era totalmente desconhecida, já que foram os maridos ou os filhos os principais responsáveis pelo encaminhamento da documentação; elas apenas compareceram para assinar.

Os projetos foram elaborados pela Emater, sob critérios preestabelecidos, que por um lado, tinham como objetivo demonstrar a capacidade produtiva da atividade financiada e, por outro, pretendiam avaliar as condições de pagamento do financiamento. Estes critérios foram necessários para que a agência bancária liberasse os recursos. Nesse sentido, a orientação sobre o destino do recurso foi direcionada especificamente para atividade leiteira, com objetivo de maximizar a produção e incentivar a venda do produto para os laticínios e a cooperativa. Sob esta lógica, a utilização do crédito respondeu basicamente a uma visão "produtivista da agricultura familiar".

Constatou-se, em alguns casos, que existia um desconhecimento sobre a elaboração do projeto. Além do mais, eles não necessariamente responderam aos interesses de algumas mulheres, de forma que acabaram se sujeitando tanto às sugestões dos técnicos do Sindicato e da Emater quanto aos interesses e as normativas dos bancos. Adicionalmente, identificou-se a ausência de capacitação em torno da atividade produtiva e a falta de fiscalização para a efetivação dos projetos.

Quanto à concessão do crédito, confirmou-se que não há uma estratégia de organização grupal (grupos solidários) para operacionalizar o crédito, apenas prevaleceu a lógica grupal como sistema de "aval cruzado", que era uma condição necessária para obter o financiamento. O caráter grupal representou grandes vantagens às beneficiárias, pelo fato de garantir juros menores na quitação da dívida. Porém, em alguns casos, a constituição de grupos foi imposta com base na capacidade econômica das pessoas, existindo o risco de fragilizar as relações sociais, caso o pagamento da dívida não fosse cumprido "no tempo certo". Mas, em outros casos, a relação de confiança foi determinante para a composição do grupo, o que permitiu reafirmar as relações sociais de parentesco, de vizinhança e de amizade.

No que se refere à aplicação do crédito, ele foi direcionado principalmente para a compra de matrizes bovinas de raça e equipamentos para fortalecer a atividade leiteira. Uma parte do recurso também se destinou para outros implementos destinados a atividades agrícolas e não agrícolas e para o pagamento de dívidas de outras modalidades de crédito. Alguns dos motivos que incentivaram o fortalecimento da atividade leiteira foram relacionados à presença das agroindústrias leiteiras que vem aumentando na região e às condições de crise das principais cultivos (soja e milho) pela estiagem ocorrida no período inicial da implementação do Pronaf-Mulher. Sob estas condições, houve um incentivo para que as mulheres destinassem os recursos à atividade leiteira tanto pelos maridos ou filhos ("responsáveis" pela unidade familiar) como pelos agentes vinculados ao crédito.

Nesse contexto, constataram-se poucas possibilidades de gerenciamento dessa atividade por parte das mulheres. Apesar disso, identificou-se uma diferenciação entre as mulheres tanto na produção quanto na comercialização do produto através da produção do leite para venda (aos laticínios ou à cooperativa) ou da produção em "pequena" escala para a elaboração de queijo. Por conseqüência, a forma de administração e de controle do retorno financeiro são diferenciados, uma vez que o recurso advindo da venda do leite às agroindústrias é destinado a um "fundo comum", administrado pela família, enquanto que o retorno da venda (do leite ou queijo) aos "pequenos consumidores" é considerado como "próprio", representando, assim, para as mulheres, certa autonomia na utilização dos recursos.

O fato de obter um retorno permanente (embora nem sempre estável) da venda do leite às agroindústrias, permitiu às mulheres adquirir alguns bens e satisfazer algumas necessidades básicas, tais como alimentos, medicamentos e despesas da casa, além do pagamento da faculdade dos filhos/as, insumos agrícolas e pagamento das dívidas dos créditos solicitado pelos maridos. Ao mesmo tempo, possibilitou-lhes prever e planejar gastos futuros, o que não seria possível fazer com os recursos advindos da lavoura. É neste sentido que o crédito cumpriu uma função complementar à renda familiar. Portanto, as tomadas de decisões relacionadas com o crédito e a negociação sobre a previsão do pagamento foram feitas de forma conjunta, entre as mulheres e os maridos ou os filhos.

A pesar das incertezas manifestadas por algumas mulheres sobre a perspectiva de pagamento, outras consideraram algumas estratégias que garantem a quitação da dívida: a) mecanismos de negociação com o gerente do banco e poupança direta; b) recursos da previdência social, na forma de aposentadoria, e outros benefícios; e c) apoio de outras linhas de crédito.

Portanto, mesmo que para algumas mulheres o acesso ao Pronaf-Mulher tenha significado uma oportunidade para complementar a renda familiar; a falta de clareza da informação, bem como os espaços para desenvolver as habilidades e os conhecimentos necessários sobre as questões técnicas, financeira e condições de mercado, não necessariamente levou a um possível processo de empoderamento. A diferenciação na administração e na utilização dos recursos em função dos objetivos, dos interesses e da dinâmica familiar permitiu relativizar o gerenciamento da atividade produtiva por parte das mulheres, já que esteve condicionada aos aspectos normativos, estruturais e de operacionalização das agências bancárias.

Quanto ao papel dos agentes de mediação, evidenciaram-se aquele que representa aos agricultores familiares, o Sindicato de Trabalhadores Rurais, e aqueles que representam as instituições do setor público, as agências financiadoras e a Emater. Além disso, considerou-se o papel do agente da cooperativa como uma das instituições que intermedeia o processo de comercialização do leite. Foram destacadas as principais funções do técnico agrícola, das lideranças do sindicato (coordenadoras das mulheres), da extensionista vinculada à área social e dos técnicos da extensão rural da Emater, dos gerentes do banco e do gerente da cooperativa. Constatou-se que cada um desses agentes tem papéis definidos e diferenciados conforme a construção social das necessidades próprias de homens e mulheres.

Identificou-se também que cada um deles orienta suas ações conforme os objetivos e interesses das instituições que eles representam. Em geral os agentes não estão capacitados

para atender as necessidades das mulheres, muito menos estão familiarizados com a temática de gênero. Apenas algumas mulheres representantes dessas instituições tiveram uma proximidade com essa temática. Também foi possível constatar que não necessariamente existe uma parceria entres as diferentes instituições. As diversas ações respondem à operacionalização como todo, portanto, com relação ao Pronaf-Mulher, percebeu-se um distanciamento desses agentes com o impacto do crédito em termos de transformação social.

Contudo, para algumas mulheres, obter o financiamento do Pronaf-Mulher certamente significou uma "conquista". Nesse sentido, o papel do sindicato, através das ações do Movimento das Mulheres para a implementação dos benefícios da Previdência Social aprovados pela legislação de 1988 foi chave para elas terem sido reconhecidas e valorizadas pelo Estado. Embora as ações relacionadas ao crédito estivessem limitadas por conflitos e relações de poder dentro do espaço sindical, a obtenção do financiamento foi fundamental, sobretudo, porque significou uma renda a mais para complementar ou melhorar as condições econômicas da família.

Para algumas mulheres, a experiência de transitar do "espaço privado" (unidade doméstica) ao espaço público (o banco) e conseguir uma conta própria, possibilitou-lhes confiança e segurança e uma oportunidade de negociar com os funcionários dos bancos. Embora esses aspectos fossem necessários para a conquista de auto-estima pelas mulheres e pudessem constituir uma precondição para o seu empoderamento, eles tenderam a agir de forma apenas temporária, para responder as exigências normativas dos bancos. No entanto, as experiências vividas nesses relacionamentos servirão como base para os próximos, tendo em vista o aumento da auto-confiança e da auto-estima que eles proporcionaram às mulheres.

Entretanto, no imaginário das próprias entrevistadas e dos agentes de mediação, as mulheres são dotadas de habilidades e de características particulares que identificam suas potencialidades para assumir responsabilidades de gerenciamento de crédito. Mas, ao mesmo tempo, prevaleceu a representação simbólica da mulher como o principal eixo da família, em função de seu papel reprodutivo, e também seu envolvimento real com as atividades domésticas, limitando o tempo disponível para a ampliação dos empreendimentos produtivos. Para alguns agentes, isso pode ter sido uma limitante para que elas possam gerenciar uma atividade, principalmente no que diz respeito à comercialização dos produtos.

Assim, constatou-se que tanto os agentes de mediação quanto as mulheres constroem uma imagem da realidade social que permite aceitar ou rejeitar a existência da desigualdade social. Essa imagem perpassa as próprias práticas dos agentes de mediação que estão

circunscritas a um contexto histórico, a normas, práticas e ideologias das instituições que eles representam, o que permite reproduzir as relações desiguais de gênero.

Identificou-se também a existência de diversos espaços de participação social dos quais as mulheres atuam: igreja, Sindicato de Trabalhadores Rurais, sede social na comunidade (através de encontros e reuniões) e Emater (através de grupos de trabalho). A participação da maioria das mulheres se dá na igreja, onde algumas se destacam como catequistas ou ministras e, a partir desta participação, adquiriram certo reconhecimento social, o que permitiu identificá-las como lideranças potenciais para coordenar os grupos que solicitaram o crédito.

Não obstante, constatou-se que a participação das mulheres foi mínima nos espaços sindicais, nos grupos da Emater e nos diversos encontros e reuniões. As poucas mulheres envolvidas nesses espaços salientaram a importância da participação, já que através dela conquistaram o reconhecimento social como "agricultoras", aprendizado e conhecimentos sobre os direitos da mulher. Não entanto, identificaram-se fatores de ordem estrutural, cultural, físicos e de poder presentes nesses diferentes espaços que condicionam a participação efetiva das mulheres.

Com base nisso, foi possível afirmar que as possibilidades de empoderamento sob a dimensão social e política são mínimas, pelo fato de não existirem mecanismos de organização e construção de espaços coletivos. Além disso, identificou-se que não houve um processo de envolvimento das mulheres agricultoras nas mobilizações específicas na demanda do crédito. Esse fato dificulta a apropriação do crédito, pelas agricultoras, como "um direito assumido". Adicionalmente, constatou que as possibilidades de reconhecimento das habilidades e do questionamento da submissão das mulheres ainda são muito efêmeras.

No que se refere à inserção das mulheres na agricultura familiar, constatou-se que existe uma clara definição sobre a divisão sexual do trabalho, os papéis são definidos com base na construção do "espaço privado e público". Em torno desses espaços são exercidas determinadas atividades, definidas social e culturalmente como próprias de homens e mulheres. Por sua vez, as atividades são assumidas com base na categoria de "ajuda" que marcam o cotidiano das mulheres, fruto de seu *habitus* no âmbito familiar.

Entre as múltiplas atividades que as mulheres desempenham, destacou-se a atividade leiteira, na qual elas têm uma importante participação, sobretudo quando ela é voltada para o consumo familiar. Porém, em alguns casos, o crédito Pronaf-Mulher contribuiu para o fortalecimento da atividade, privilegiando a qualidade da produção para atender às exigências das agroindústrias. Nesse sentido, o programa incentivou a possibilidade de uma mudança na

lógica de produção e viabilizou uma redistribuição das tarefas relacionadas com essa atividade, porém, sem diminuir a carga de trabalho das mulheres, permanecendo assim a dupla jornada.

Assim, a referida atividade, além de ter sido incentivada pela existência das agroindústrias e pelos diferentes agentes de mediação, foi influenciada também pela trajetória das mulheres, identificando-se duas situações diferenciadas: 1) mulheres que têm trabalhado como empregadas domésticas; e 2) mulheres que têm trajetória no trabalho da roça, sendo a produção leiteira uma de suas principais atividades. Além dos aspectos normativos e conjunturais, a aplicação do crédito, em parte, também foi orientada por essas trajetórias.

Para algumas mulheres, houve algumas mudanças progressivas no uso do retorno financeiro e na lógica de produção. Também vem ocorrendo gradualmente uma mudança na dinâmica produtiva, que consiste na venda do leite em detrimento da produção de queijo. Dessa forma, a tendência é que o recurso que advém da venda do leite deixe de ser "próprio" para se tornar "familiar". Não obstante, para a maioria das mulheres, a atividade leiteira tem significado um valor simbólico, além do econômico, já que a atividade não apenas é praticada desde a infância, mas também, porque a "pequena produção" lhes permite certa autonomia no controle e destino dos recursos, advindos da venda do produto. A situação das mulheres que destinam a produção para as agroindústrias é distinta, tendo em vista que priorizam basicamente a qualidade do produto.

De forma geral, é possível dizer que o fato das mulheres rurais terem obtido o financiamento do Pronaf-Mulher não apenas significou seu reconhecimento por parte do Estado, através de uma política de crédito (fruto das reivindicações dos movimentos sociais), mas significou um aporte à economia familiar. Porém, pelas próprias normativas do Pronaf, o crédito foi um mecanismo de obter um recurso financeiro adicional para a família, cujos procedimentos não foram realizados necessariamente por iniciativa das próprias mulheres, mas através de uma negociação familiar.

Adicionalmente, para algumas mulheres a obtenção do crédito significou uma "conquista" e uma oportunidade para complementar a renda familiar. No entanto, houve uma série de fatores que não facilitaram totalmente a efetivação do crédito, de forma que as mulheres pudessem gerenciar uma atividade própria e ter uma autonomia financeira para propiciar processos de empoderamento sob a dimensão econômica. Esses fatores estão relacionados principalmente com as condições de informação sobre o crédito, a ausência de assistência técnica, a falta do reconhecimento das próprias mulheres sobre suas capacidades e as habilidades e a pouca ou nula sensibilização das principais instituições públicas em lidar com um programa direcionado às mulheres, entre outros.

Portanto, com base nesses resultados questionou-se o objetivo do Pronaf-Mulher, uma vez que sua efetivação partia do pressuposto de que as mulheres pudessem obter um crédito e aplicá-lo numa atividade gerenciada por elas, que se manifestaria em sua independência econômica. Nesse sentido, o crédito não contribuiu para a melhoria na posição das mulheres na hierarquia familiar, nem permitiu visibilizar o trabalho dentro da propriedade familiar, até porque o fato de ter financiado uma atividade econômica sustentada numa lógica familiar dificilmente provocaria uma ruptura na visão tradicional do feminino e nas relações de gênero.

Contudo, a concessão do crédito para as mulheres teve um significado simbólico no sentido de se auto-reconhecerem como "cidadãs legitimas com direitos", já que historicamente não eram reconhecidas pelo Estado brasileiro como principais "sujeitos sociais com direito a crédito". Nesse sentido, a intervenção das políticas públicas, através de programas de crédito rural, como é o Pronaf-Mulher, teve um impacto no sentido de atender às demandas de um público alvo, as mulheres rurais.

Entretanto, o programa esteve focalizado "na mulher" considerando seu "papel tradicional" dentro da unidade familiar. De fato, essa visão é reafirmada pela família, percebida assim por elas e pelos diversos agentes e instituições que mediam o processo de crédito. Portanto, a existência de um "crédito para as mulheres" tem sentido, na medida em que absorve um número maior de "clientes" do sexo feminino, porém apresenta limites por não garantir as condições reais de participação e de transformação social desse público-alvo.

Nesse contexto, o programa respondeu apenas às "necessidades práticas" das mulheres, mas não às condições estratégicas de gênero, já que a questão de gênero não foi considerada no planejamento, nem nas ações do programa. O programa apenas foi proposto como uma estratégia transversal nos planos governamentais. Portanto, é possível afirmar que o Pronaf-Mulher tem sua efetivação social comprometida, respondendo a uma política "para as mulheres" e não a uma "política com perspectiva de gênero.

Dentro desta perspectiva, a noção de empoderamento emerge como uma estratégia e um campo fértil no discurso hegemônico das principais instituições de desenvolvimento, que o adotam como um dos principais objetivos no desenho de programas e políticas voltadas para o setor "mais pobre", "vulnerável" e "menos favorecido" da população. Não obstante, os resultados permitem constatar que a noção de empoderamento é um processo que pode variar para cada uma das mulheres, conforme o contexto, as condições históricas e familiares, a posição familiar e a forma de inserção na agricultura familiar e na comunidade, bem como as estratégias de negociação e mediação estabelecidas para se alcançar determinados objetivos.

Nesse sentido, é um processo sujeito a retrocessos e avanços, que por sua vez, depende de diversos fatores e das ações dos diferentes atores sociais.

Por fim, a temática aqui desenvolvida constitui apenas um aporte para refletir a complexidade que permeia a diversidade plasmada no novo rural brasileiro. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que as mulheres rurais demandam "visibilidade", através da reivindicação de seus direitos, por meio de uma política pública de crédito para a agricultura familiar, são deparadas com uma dinâmica matizada de valores culturais, fortemente enraizadas no meio rural, que as mantêm "invisíveis". Dessa forma, questiona-se o Pronaf-Mulher como uma possibilidade de empoderamento das mulheres e uma estratégia de mudança social nas relações de gênero.

REFERÊNCIAS

ABAMOVAY, R. **Novas tecnologias para o financiamento da agricultura**. Jornal Valor Econômico, publicado em Janeiro, 15, 2008.
Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_jornal/2008. Com acesso em Janeiro, 2008.

_____. A densa vida financeira das famílias pobres. In: ABRAMOVAY, R. (Org.) **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Fadesp, 2004. p. 21-67.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec, Anpocs; Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): Resultados e limites da experiência Brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia,** Brasília, v. 22, n. 1, p.53-66, jan./abr. 2005.

ALAMBERT, Z. **Feminismo, o ponto de vista Marxista**. São Paulo: Livraria Nobel, 1986.

ALVES, M. F. **Gênero e crédito no Oeste Potiguar**: uma experiência de inclusão e articulação. Discutindo a experiência do Pronaf Mulher no Oeste Potiguar. Brasília: MDA, 2007.

_____. Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais. Discutindo a experiência do Pronaf Mulher no Oeste Potiguar. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, 2006, Quito. **Anais**...Quito, 2006. CD-ROM.

ANDERSEN, C. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 2, p.35-50, maio/agosto. 2004.

ANDERSON, J.; HONNETH, A. **Autonomy, vulnerability, recognition and justice**. In: CHRISTMAN, J. ANDERSON, J. Autonomy and the challenges to liberalism. New Essays. Cambridge, 2004.

ANTUNES, M. **O caminho do empoderamento na superação da pobreza**: O caso das quebraideras de coco e trabalhadores (as) rurais da área de atuação da Assema. Dissertação, 2003 (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Curso de Pós graduação em Desenvolvimento e Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

BANDEIRA, L; BITTENCOURT, F. Desafios da transversalidade de gênero nas políticas brasileiras. In: SWAIN, T.; GONTIJO, D. **Mulheres em ação:** práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Mulheres, 2005.

BAQUERO, A. R. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. **Revista Redes,** Santa Cruz do Sul, v.11, n.2, p. 77-93, maio/agosto. 2006.

BATLIWALA, S. El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. In: LEÓN, M(comp.) **Poder y empoderamiento de las mujeres.** Santa Fé Bogotá: Tercer mundo editores, 1997. p. 187-211.

BATTAHYÁNY, K. El trabajo de cuidados y las responsabilidades familiares en Uruguay: Proyección de demandas. In: AGUIRRE, R; BATTAHYÁNY, K. (Coord.) **Trabajo, género y ciudadanía en los países del Cono Sur**. Uruguay: Cinterfor/OIT, 2001. p. 307-331.

BAUER, M, W; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Manual prático. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BELIK, W. **PRONAF**: avaliação da operacionalização do programa. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas— NEA, 1999. mimeo.

BIANCHINI, V. Políticas diferenciadas para a agricultura familiar: em busca do desenvolvimento rural sustentável. In: BOTELHO, F. (Org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial, contribuições do debate**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, v.5, n. 17, 2005, p. 81-98.

BICALHO, E. A mulher no pensamento moderno. In*:* **Estudos de gênero**. Goiana: ECG, 1998, p.21-39. (Cadernos de area n^{o}7).

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa-preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2003.

BOCK, B. Introduction: Rural Gender Studies in North and South. In: BOCK, B. SHORTALL, S. **Rural Gender Relations: Issues and Case Studies**. CABI Publishing. London UK. 2006, p.2-15.

BOSERUP, E. **Women's Role in Economic Development**. London: George Allen & Unwin, 1970.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: **O poder simbólico.** Lisboa: Difel/Bertrand, 1989.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para Mulheres**. Brasília, 2005.

_____.Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM). **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, Dezembro, 2004. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm> Acesso em: 23 fevereiro, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Programa de Promoção da igualdade de Gênero, Raça e Etnia**. Disponível em: www.mda.gov.br/aegre/index.php?sccid=571 Acesso em: 12 março, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**. Disponível em: www.incra.gov.br/. Acesso em: 20 março, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Portal da Secretaria da Agricultura.** Disponível em: http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1651916442.pdf. Acesso em: 30 outubro, 2008a.

_____. Estatísticas do meio rural 2008/Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília: MDA, DIEESE, 2008b.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa bolsa Família. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e. Acesso em outubro, 2008c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portal da Secretaria da Agricultura Familiar**.Legislação sanitária.
Disponível em: http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=343.Acesso em: 10 Janeiro, 2009.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1987.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis,v.12, n.1, p.205-226, jan./abr, 2004.

_____. Mulher e desenvolvimento rural. In PRESVELOU, C.; RODRIGUEZ, F.; ANÉCIO, J. (coord.). **Mulher, família y desenvolvimento rural**. Rio Grande do Sul. Editora Universidade Federal de Santa Maria, 1996, p. 40-58.

_____. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 50-81, jan/jun 2002.

_____. Qual a "vocação" produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura gaúcha. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura Familiar:** realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001, p. 223-254.

_____. **Resource Mobilization and Rural Development**- Patterns of Social Organization in Different Village Settings in South Brazil. 1980. Tese (Doutorado em sociologia). Hebrew University of Jerusalem, HUJ, Israel, 1980.

_____. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força do trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo v.3, n.8, p.20-38, outubro, 1988.

BRUMER, A.; GIACOBBO, E. A mulher na pequena agricultura modernizada. **Revista Humanas**, v.16, n.1, p.139-156, jan./jun. 1993.

BRUMER, A.; WEISHEIMER, N. Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito de Mercosul. In: MDA-PPIGRE- **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul.** Brasília: MDA-NEAD, 2006, p. 189-256.

BRUSCHINI, C. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.289-305.

BUTTO, A. A perspectiva de gênero nos programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza no Brasil: políticas públicas. In: Seminário "Género y Enfoque Territorial del Desarrollo Rural". Natal, 14 a 17 de julho, 2003. Disponível em: http://www.metas2015.unb.br/Documentos/Genero. Acesso em: agosto, 2008.

_____. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: MDA-PPIGRE- **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul.** Brasília: MDA-NEAD, 2006, p.87-116.

CALDAS, N. *et al*. Previdência social rural e agricultura familiar: estudo de impacto em quatro regiões do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43. 2005, Ribeirão Preto, **Anais...** Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. 2005. CD-ROM.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: Panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão no.621. Rio de Janeiro: IPEA. 1999.

CARNEIRO, M. J. Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, 2006, Quito. **Anais**, [Quito: ALASRU], 2006. CD-ROM.

_____. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.

_____. Política de Desenvolvimento e o Novo Rural. In: CAMPANHOLA, C; GRAZIANO DA SILVA, J. F (Org**.). O Novo Rural Brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna/ SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000, v. 4, p. 117-150.

_____. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.8, p.70-82, abr. 1997.

_____**.** Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, n.2, p.11-22, jun. 1994

CAUBERGS, L. Gender and empowerment. **Gender of development.** Otawa, Canadá, 2002. Disponível em: www.atol.be/publ/gender/. Acesso em julho, 2007.

CITELI, M. T. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, p.131-144, 2001.

COLLING, A. A construção histórica do feminismo e do masculino. In: NEVES, M. *et al*.(orgs). **Gênero e cultura:** Questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.13-38.

CONFEDERAÇÂO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Dados Econômicos** disponível em http://www.cnm.org.br/economia/br_economia.asp. Acesso em novembro, 2008.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar:** uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____**. A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS:** um estudo de caso no município de Três Palmeiras. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CONTERATO, M. *et al*. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, RS: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, J.; SABOURN, E. (Org.). **Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p.15-56.

CORTES, S. Técnicas de Coleta e Análise Qualitativa de Dados. **Cadernos de Sociologia.** Porto Alegre, v. 9, p. 11-47. 1998.

CHESTON, S.; KUHN, L. Empowering Women through Microfinance. DRAFT, 2002. Disponível em: http://www.microcreditsummit.org/papers/empowerintro.htm. Acesso em julho, 2007.

DEERE, C.; LEON, M. **O empoderamento da mulher**. Direitos à terra y direito de propriedade na América Latina. Rio Grande do Sul: Ed. UFRGS, 2002.

DELGADO, G. C.; CARDOSO, J. C. Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p.225-250.

DOURADO, I. M. **Rodeio Bonito: Sua história, sua gente**. 1987. Ed. 157p.

DUBET, F. **As desigualdades multiplicadas**. Rio Grande do Sul: Ed.Unijuí, 2003.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Relatório de ações e resultados.** Rodeio Bonito, 2008.

ENGEL,T. *et al.* A. A construção e a utilização do diário de campo em pesquisas científicas. **International Journal of Qualitative Methodos,** p 1-12, set. 2005.

ENGELS, F. **El origen de la familia**. La Propiedad Privada y el Estado. México: Colofón. 2001.

FARAH, M. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.47-71, jan./abr. 2004.

FEDERAÇÃO DE TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Enfim, a sonhada habitação rural. **Revista das Mulheres,** Porto Alegre, ano X, n. 10, p.15-16, 2007.

FERNANDES, S. A. **Gênero e políticas de crédito:** o Pronaf-Mulher em Santa Catarina. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOME ZERO. **Política de segurança para o Brasil**. Disponível em: www.fomezero.gov.br. Acesso em agosto, 2008.

FONSECA, C. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação,** Belo Horizonte, v. 10, p. 58-78, jan./feb./mar./abr. 1999.

FORTE, C. M. **Estudo de caso comparativo entre programas de microcrédito na América Latina:** o impacto socioeconômico nas mulheres das cidades de Bogotá e Recife**.** 2006. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em integração da América Latina)- Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

FRANCH, M. *et al*. **Ajuste estrutural, pobreza, desigualdade de gênero**. Um caderno feminista de informações e reflexão para organizações de mulheres. 2ª Ed. Recife: Gênero-SOS. 2003.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.21, p. 212-259, junho. 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Resumo estatístico do RS:** municípios. Porto Alegre: FEE, 2008. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios.php. Acesso em: 10 novembro 2008.

GARCIA, M.; ABRAMOVAY, M. **Gênero e Meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas:** uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai**/RS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GONÇALVES, E. Pensando o gênero como categoria de análise. In: **Estudos de gênero**. Goiânia: ECG. 1998. p. 41-60. (Cadernos de área no.7).

GRANDI, A. B. Relações de gênero em famílias agricultoras em Santa Catarina. In: PAULILO, M. I.; SCHMIDT, W. (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003, p.39-70.

_____. **Relações de gênero nas famílias agricultoras associadas a mini-usinas de leite no estado de Santa Catarina**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. et al. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário, **São Paulo em Perspectiva**, vol.11, n.2, 1997, p.50-64.

GUERRERO, J. As Microfinanças e o crédito rural. Seminário Internacional BNDES Microfinanças, 2000. BNDES. Rio de Janeiro.

GUIZZO, B. *et al*. O Softaware QSR Nvivo 2.0. na análise qualitativa de dados: ferramenta para a pesquisa em ciências humanas e da saúde. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v.24, n.1, p.53-60, 2003.

GUZMAN, V. A equidade de gênero como tema de debate de políticas públicas. In: FARIA, N. *et al.* (Org.). **Gênero nas Políticas Públicas.** São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista (SOF), 2002, p. 67-86.

HANDY, F; KASSAM, M. Women's empowerment in rural India. Paper presented as the ISTR conference, Toronto Canada, July, 2004.

HEREDIA, B. M. **A morada da vida:** trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, B.; CINTRÃO, R. Gênero a acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, São Paulo, ano 9, n.8, jan./jun. 2006.

HEREDIA, B. M. *et al*. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, N (coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987, p.29-44.

HIDALGO, N. **Género, empoderamiento y microfinanzas**. Um estudio de caso en el Norte de México. Tesis de Maestría. (Maestría en Desarrollo Rural) - Colegio de Postgraduados. Montecillo, Chapingo, México. 2002.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, no. 132, p. 595-609, setembro-dezembro. 2007.

HOFMANN, E.; MARIUS-G.K. **L'empowerment des femmes entre relativisme et instrumentalisation dans des évaluations de la microfinance en Inde.** In: Premières Journées du GRES, Bourdeaux IV, 16-17 septembre 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000:** Amostra: Primeiros resultados. Disponível em: < www.sidra.ibge.gov.br >. Acesso em: junho. 2007.

JUNQUIERA, R.G; ABRAMOVAY, R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 19-33, 2005.

KABEER, N. Gender dimensions of rural poverty: analysis from Bangladesh. **Journal of Peasant Studies**, London, v.18, n.2. p. 241-262, January. 1991.

_____. **Realidades trastocadas, las jerarquías de género en el pensamiento del desarrollo**. México: Ed. Paidos-UNAM, 1998.

_____. Conflicts Over Credit: Re-Evaluating the Empowerment Potential of Loans to Women in Rural Bangladesh. **World Development,** Great Britain, vol. 29, no. 1, pp. 63-84, 2001.

_____. Resources, agency, achievements*:* Reflections on the measurement of Women's Empowemernt. Institute of Social Studies*.* **Development and change**, Oxford, v.30, p.435-464, may. 1999.

_____. **Lugar preponderante del género en la erradicación de la pobreza y las metas del desarrollo del milenio**. Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo. México: Plaza y Valdés, 2006.

KAGEYAMA, A; BERGAMASCO, S. M. A estrutura da produção no campo em 1980. **Perspectivas**, V.12, p.55-72, São Paulo, 1990.

KAGEYAMA, A. *et. al*. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. *et. al*. (orgs). Agricultura e políticas públicas. Brasília: Série IPEA, n^{o}. 127, 1990.

KANDIYOTI, D. **La mujer en los sistemas de producción rural: problemas y políticas**. Barcelona, España: Ediciones del Serbal.1986.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, M. *et al*.(org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 55-63.

KONGOLO, M. Women and Informal Credit: Lessons From Moretele, South Africa. **Journal of International Women's Studies**, vol. 8, no. 4, p. 121-132. May, 2007.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar II: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

_____. (Coord.). **A agricultura familiar I: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LAMAS, M. Las mujeres y las políticas públicas. **Documento de trabajo n.18**. México: Fundación Friedrich Ebert, 1989. p. 5-72.

_____. La antropología feminista y la categoría de género. **Nueva Antropología**, México, v.8, n.30, p. 173-198, 1996.

_____. **El género. La construcción cultural de la diferencia sexual**. México: Ed. UNAM-PUEG, 2003.

LEITE, S. P**.** Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: _____(Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p. 53-93.

MACHADO, L. M. **A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios.** São Paulo: Annablume, 1999.

MACHADO, L. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos PAGU,** Campinas, v.11, [Núcleo de estudos de gênero/UNICAMP], p.107-125, 1998.

MAGALHAES, R. S. A masculinização da produção de leite. In: Seminário Internacional Territórios Rurales em Movimiento, Movimientos Sociales, Actores e Instituciones del Desarrollo Territorial Rural, Santiago, 2006.

MAHMUD, S. Actually how Empowering is Microcredit. Institute of Social Studies. **Development and Change,** Oxford, v.34, n.4, p.577-605, 2003.

MALHOTRA, A. *et al*. Measuring Women's Empowerment as a variable in International Development. Background paper prepared for the World Bank Workshop on poverty and gender: new perspectives, June 28, 2002. Disponível em: http://www.icrw.org/docs/MeasuringEmpowerment_workingpaper_802.doc. Acesso em maio, 2008.

MARASCHIN, A. **As relações entre produtores de leite e cooperativas:** Um estudo de caso na Bacia Leiteira de Santa Rosa (RS). 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, P. E. Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S. *et al.* (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MARTÌNEZ, D. E. **A construção da cidadania através da identidade socioprofissional das mulheres rurais que participam em programas de microfinanciamento**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

MATTEI, L. Políticas públicas de fomento à produção familiar no Brasil: O caso recente do Pronaf. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44. 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. 2006a. CD-ROM.

_____. **Pronaf 10 anos: mapa de produção acadêmica**. Brasília, MDA, 2006b.

MAYOUX, L. L'empowerment des femmes contre la viabilité? Vers un nouveau paradigme dans les programmes de micro-crédit. In: PREISWERK, Y. (Org.). **Les silences pudiques de l´économie.** Economie et rapports sociaux entre hommes et femmes. Bruxelles: Comission Nationale Suisse pour l'UNESCO, Direction du Développement et de la Cooperation, Institute Universitaire d'Études du Développement, 1998, p. 73-97.

MELO, H. *et al.* Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens. O caso do Pontal de Paranapanema. In: LOPEZ, A.; BUTTO, A. (orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária**. Brasília: MDA, 2008, p.83-151.

_____. Os afazeres domésticos contam. **Texto para discussão,** Universidade Federal de Fluminense, Rio de Janeiro, n. 177, p.2-24, 2005.

MELO, H.; DI SABATTO, A. Mulheres rurais - invisíveis e mal remuneradas. In: MDA-PPIGRE- **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul.** Brasília, MDA-NEAD, 2006. p.47-87.

MELO, L. **Relações de Gênero na Agricultura Familiar. O caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira - Pe**. 2003. Tese (doutorado em Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MELLO, M. Transformações sociais recentes no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: migração, secessão e celibato. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44. 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. 2006. CD-ROM.

MELLO, M; SCHMIDT, W. A agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite no Oeste Catarinense: possibilidades para a construção de modelos heterogêneos. In: PAULILO, M.I; SCHMIDT, W. (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

MENASCHE, R; TORRENS, J. C. **Gênero e agricultura familiar:** cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. DESER E Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná: Curitiba, 1996.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENEGHETTI, A. Leite é possibilidade de crescimento para a região. *Jornal Zero Hora.* Porto Alegre, 31 out.2007. Informe comercial, p.8.

MEYER, D. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.57, n.1, p.13-18, jan./fev. 2004.

MINAYO, M. C; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.239-262, 1993.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programas e Fundos: Pronaf-Mulher.**

Disponível em: http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/pronaf_mulher.asp. Com acesso em 15, outubro, 2008.

MOLINEUX, M. Movimento de mulheres. In: OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor. 1996. p.493-496.

MOSER. C. La planificación de género en el tercer mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género. In: GUZMÁN, V. *et al*. (Org.). **Una nueva lectura: género y desarrollo**. Lima: Centro Flora Tristán, 1991, p.57-126.

MULLER, P.; SUREL Y. **A análise das políticas públicas**. Coleção desenvolvimento social. 2.ed. Pelotas, Rio Grande do Sul: Educat, 2004.

NAVAJAS , S. *et. al*. Microcredit and the poorest of the poor: theory and evidence from Bolivia. **World Development**, Great Britain, vol. 28, n. 2, p. 333-346. 2000.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol.16, n.44, 2001.

_____. **Política, protesto e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

NAZAR, A.; ZAPATA E. Las mujeres en el discurso del desarrollo. Desarrollo, bienestar y género: consideraciones teóricas. **Revista de estudios de Género, la Ventana**, Guadalajara, México, n.11, p.73-118, 2000.

NEVES, D. Desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In DUARTE, A.; BRANDENBURG, A. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998. p.147-168.

_____. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, D. (org.) **Desenvolvimento Social e mediadores políticos**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, p. 21-44.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v.8, n.2, p.9-39, 2000.

NICHTER, S. *et al*. Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro: Programa de Desenvolvimento Institucional Internacional, BNDS. Rio de Janeiro, 2002.

NUSSBAUM, M. **Las mujeres y el desarrollo humano. El enfoque de las capacidades.** Barcelona: Editorial Herder, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Agricultura familiar na região Sul**. Brasília: FAO/INCRA, 1996.

_____. **Diretrizes de política agrária de desenvolvimento sustentável para produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

OXAAL, Z; BADEN, S. Gender and empowerment: definitions, approaches and implications for policy. **Brigdge** (development-gender). Report 40. Institute of Development Studies. University of Sussex. Brighton UK, 1997.

PAULILO, M. I. Leite, produção familiar, mercado e saúde pública**. Revista de Ciências Humanas,** Florianópolis, v. 7, p. 31-65, 2002

_____. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO, M. I.; SCHMIDT, W. (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003, p.183-210.

_____.O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje,** Rio de Janeiro**,** v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev, 1987.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PAULILO, M. I. *et al.* Mulher e atividade leiteira: A dupla face da exclusão**. Cadernos de pesquisa**. Florianópolis, n. 21, junho, p. 16-28, 2000.

PEREIRA, S. **De senhoras a mulheres trabalhadoras rurais**: a desordem no MSTTR. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

PETTERSEN, L. T.; SOLBAKKEN, H. Empowerment as a Strategy for Change for Farm Women in Western Industrialized Countries. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 38, n. 3, p. 318-330, 1998.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: < www.pnud.org.br/odm/index.php >.Acesso em: 16 julho, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000**. Disponível em: www.cnm.org.br. Acesso em novembro de 2008.

RAMÍREZ, J. C. ¿Y eso de la masculinidad?: apuntes para una discusión. In: CAREAGA, G; CRUZ, S. **Debates sobre masculinidades:** poder, desarrollo, políticas públicas y ciudadanía. México: UNAM-PUEG, 2006. p.31-56.

RICO, N. **Género, medio ambiente y sustentabilidad del desarrollo**. Serie Mujer y desarrollo. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y El Caribe (CEPAL). 1998.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social**: Métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, A. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Relatório técnico das ações desenvolvidas no período 1995/1998. Brasília, DF: IPEA, 1999. 48 p. (Texto para Discussão, 664)

RODRÍGUEZ, C. Sete grandes debates sobre desigualdade social. In: CATTANI, D.; MOTA, L. (Org.) **Desigualdades na América Latina:** Novas perspectivas analíticas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005. p.207-233.

ROMANO, J.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002.

ROMANO, J.; BUARQUE, C. M. **Crédito e gênero no nordeste brasileiro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

ROSTOW, W. **Etapas de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ROWLANDS, J. El empoderamiento a examen. In: ANDERSON, M. **Desarrollo y diversidad social**. Universidad Complutense, Madrid: Ed. Icaria. 1998.

SACCO DOS ANJOS, F. *et al*. Agricultura Familiar e políticas públicas: o impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Rurais,** Rio de Janeiro, v.42, n.3., p. 529-548,.jul./set. 2004.

SANTOS, J. S. **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul**: uma análise do processo de comercialização. 2006. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas)– Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTOS, T. **Carreira profissional e gênero:** a trajetória de homens e mulheres no contexto da feminização da medicina. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SANTOS, J. V. *et al*. **Agroindústrias e lutas sociais** (A complexidade das lutas sociais em torno do valor do produto). Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.266-284, 1989.

SAVOLDI, L. J. **Rodeio Bonito e sua história**. Rio Grande do Sul: Pluma, 2003.

SCHAAF, A. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCHMITT, C. J. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Z. (org.). **Política, protesto e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996, p. 189-226.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e Industrialização. Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.

_____.**A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. V. 39, 2001, n. 3, p. 117-142, jul/set.

SCHNEIDER, S**.** *et al*. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S. *et al.* (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHRODER, M. Para entender a sustentabilidade das organizações de crédito da agricultura familiar: a importância dos vínculos sociais. In: BRUMER, A.; PIÑEIRO, D. (org.) **Agricultura latino-americana: novos arranjos e velhas questões.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO RIO GRANDE DO SUL. **Programa Juntos para Competir.** Agência SEBRAE de notícias**.** Rio Grande do Sul, 22 nov, 2008. Disponível em: http://sebraers.interjornal.com.br/noticia.km. Acesso em: novembro, 2008.

SEN, A. **O Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

SEN, G. Empowerment as an approach to poverty. **Working paper series**, India, number 97.07. Background paper to the Human Development Report, 1997.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.187-192, 2000.

SOUZA, C. Estado da Arte da Área de Políticas Públicas: Conceitos e Principais Tipologias. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 27, 2003, Caxambu. **Anais**... Caxambu: ANPOCS, 2003.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois Sexos**: trabalho, dominação e resistência*.* São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 185-191.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STREETEN, P. **Thinking about development**. University of Cambridge: Foundation Mattioli. Cambridge, UK.1997.

STROMQUIST, N. La búsqueda del empoderamiento: ¿en qué puede contribuir el campo de la educación? In: LEÓN, M. (comp.) **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Santa Fé, Bogotá: Tercer mundo editores. Facultad de Ciencias humanas, 1997, p. 77-94.

TEDESCO, J. C. O produtor familiar e a agroindústria. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.6 (volume especial sobre "produção familiar, processos e conflitos agrários"), p.112-132, 1994.

_____. **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

TEDESCHI, L. A. **Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul:** identidades e representações sociais (1970-1990). 2007. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2007.

TEYSSIER, S. Sistemas financieros: un enfoque de género. **Cuadernos Agrários**, México, v.7, n. 15, p. 179-194, 1997.

THERBORN, G. **Sexo e poder**: A família no mundo (1900-2000). São Paulo: Contexto, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

VALENZUELA, M. E. Desigualdad de género y pobreza en América Latina. In: _____. (Ed.). **Mujeres, pobreza y mercado de trabajo: Argentina y Paraguay**. Santiago: OIT, 2003.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

VELHO, G; KUSCHNIR, K. Mediação e metamorfose In. **Mana: Estudos de Antropologia Social.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 97-107.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3ª. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001, p.21-55.

WILLIAMSON, J. Democracy and the "Washington Consensus". **World Development**, v.21, n. 8, 1993, p. 1329-1336.

WOORTMANN, E; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da UNB, 1997.

YANNOULAS, S. **Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho.** Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

ZANETTI, C. **Da roça ao banco**: notas sobre a participação das mulheres agricultoras no trabalho e nas políticas públicas. Disponível em: http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/43.pdf Com acesso em 12/11/2008.

ZORZI, A. **Uma análise critica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf-Mulher em Ijuí-RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

APÊNDICE A: PRINCIPAIS ITENS FINANCIADOS DENTRO DA LINHA PRONAF-MULHER NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PLANO SAFRA 2005-2006)

GRANDES CATEGORIAS	ITENS FINANCIADOS
1. Insumos agrícolas	Adubação ecológica, sementes agrícolas, adubo.
2. Aquisição de máquina e equipamentos (agrícolas e não agrícolas), para beneficiamento e processamento	Ordenhadeiras, armazenagem, resfriador, tratores, triturador, misturador, utilitário/caminhão. Indústria de fruta, produção agrícola e sementes.
3. Aquisição de animais e inseminação artificial	Animal do tração, aves, bovinos para o leite, bovino de corte, suíno, criações alternativas, doses de sémen e reprodutor suíno.
4. Horto-Florestal e pastagens	Construção de estufas, floricultura, fruticultura, horticultura, mudas, viticultura, reflorestamento e florestamento, implementação e renovação de parreiral, formação e recuperação de pastagens e de culturas permanentes.
5. Infra - estrutura em geral	Armazem/paiol, aviários, bebedouros, cochos, construção, instalação e reforma de benefeitoria, eletrificação, ensiladeira, estábulos, estradas de acesso, estrumeiras, galpões, infraestrutura para mel, instalações de cercas, piscicultura, pocilga, poço artesiano e canalização, recuperação e reforma de maquinária, salas de ordenha, saneamento básico, silos.
6. Serviço	Correção de solo/adubo, distribuição de adubo calcáreo, sistematização, proteção e recuperação do solo, solo/ destoca para preparação de solo.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE NA INFORMAÇÃO PROPORCIONADA PELA EMATER/RS, 2008.

Nota: Os itens foram financiados em maior grau pelo Banco de Brasil, seguidos pelo Bansicredi, a Crehnor, a Cresol, o Banrisul e a Cooperativa de Crédito.

APÊNDICE B: CONSTRUÇÃO DE INDICADORES COM BASE NAS DIMENSÕES (ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO) DO EMPODERAMENTO

Dimensões	Indicadores	Questões e observações
Econômico: a) Relação com os atores do mercado e as atividades produtivas. b) Uso e controle de recursos: capacidade de gestão, administração e planejamento.	-Melhoria de Bem-estar -Mudanças na situação financeira individual: renda familiar -Mudança nas atividades produtivas e distribuição de tarefas -Imóveis ativos (habitação e pose da terra) -Capacidade de negociação, administração de recursos financeiros, -Acesso, uso e controle dos recursos econômicos **-**Tomada de decisões no uso dos recursos da renda familiar -Mobilização e canalização de recursos -Mudanças no padrão de consumo -Novas atividades produtivas -Inovação de técnicas y práticas de produção	-Habilidades para obter e controlar os recursos -Decisão sobre o investimento das rendas a partir do crédito: ▪ Na educação dos filhos e filhas ▪ Na vestimenta ▪ Na compra ou manutenção dos imóveis ou da vivenda ▪ Na compra de medicamentos ou investimentos para os problemas de saúde ▪ Na compra de produtos para alimentação
Social: **a**) Relações familiares ou com os atores da sociedade civil organizada	-Aceso a informação e conhecimentos técnicos. -Formação e capacitação (financeira, autoestima, técnica). -Relacionamento social através da mobilidade física: ex. deslocamento na cidade mais próxima, ou freqüência de deslocamento às instituições. **-** Percepção e reconhecimento pessoal do desenvolvimento das capacidades ou sentimentos de ter a capacidades agir e decidir - Organização individual ou através de grupos. -Tipo de relacionamento com os grupos e com agentes externos	▪ Desenvolver atividades fora do lar ▪ Desenvolver conhecimentos ▪ Ampliar as amizades ▪ Aumento de confiança ▪ Compartilhar e comunicar os problemas ▪ Participar em viajes ▪ Maior desenvolvimento como liderança ▪ Situações de conflitos sociais nas relações familiares ▪ Negociações sobre a responsabilidade do trabalho doméstico ▪ Mudanças na distribuição das tarefas das atividades produtivas
Político: a)Relação com os atores do Estado b)Vínculos com as instituições políticas locais, participação em manifestações públicas, reivindicações de seus direitos.	-Freqüência Participação com diversos grupos (associações, movimentos sociais ou sindicatos) -Vínculos em outros programas públicos. -Capacidade de negociação com outros setores da sociedade civil e o setor público -Capacidade de estabelecer redes de apoio (vínculos formais e informais)	▪ Fazer parte do sindicato ou desempenhar um cargo administrativo ▪ Habilidades para formular e expressar idéias e opiniões no contexto público ▪ Aumento de participação em novos espaços ▪ Habilidade para formar novos grupos ou iniciar redes de organização

APÊNDICE C: INDICADORES E OS POSSÍVEIS EFEITOS QUE PODEM LIMITAR O PROCESSO DE EMPODERAMENTO (ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO)

Dimensões de empoderamento	Indicadores	Possíveis efeitos
Econômico: a) Relação com os atores do mercado e as atividades produtivas. b) Uso e controle de recursos: capacidade de gestão, administração e planejamento.	-Melhoria de Bem-estar -Mudanças na situação financeira individual: renda familiar -Mudança nas atividades produtivas e distribuição de tarefas -Imóveis ativos (habitação e pose da terra) -Capacidade de negociação, administração de recursos financeiros, -Acesso, uso e controle dos recursos econômicos **-**Tomada de decisões no uso dos recursos da renda familiar -Mobilização e canalização de recursos	-Relações de poder, -Conflitos sociais, -Redistribuição de recursos -Redistribuição de atividades produtivas -Falta de mercado -Controle dos recursos pelos homens -Dependência econômica -Sobrecarga do trabalho -Insegurança -Falta de acesso a terra -Doenças por sobrecarga de trabalho
Social: **a**) Relações familiares ou com os atores da sociedade civil organizada	-Aceso a informação e conhecimentos técnicos. -Formação e capacitação (financeira, auto-estima, técnica). -Relacionamento social através da mobilidade física: ex. deslocamento na cidade mais próxima, ou freqüência de deslocamento às instituições. **-** Percepção e reconhecimento pessoal do desenvolvimento das capacidades ou sentimentos de ter a capacidades agir e decidir - Organização individual ou através de grupos. -Tipo de relacionamento com os grupos e com agentes externos	-Relações de poder -Conflitos sociais -Falta de apoio técnico -Falta de reconhecimento social -Falta de capacitação -Insegurança, -Falta de auto-estima -Fortalecimento dos vínculos familiares -Fortalecimento das relações de vizinhança -Fortalecimentos de vínculos com os agentes externos
Político: a)Relação com os atores do Estado b)Vínculos com as instituições políticas locais, participação em manifestações públicas, reivindicações de seus direitos.	-Freqüência Participação com diversos grupos (associações, movimentos sociais ou sindicato) -Vínculos em outros programas públicos. -Capacidade de negociação com outros setores da sociedade civil e o setor público -Capacidade de estabelecer redes de apoio (vínculos formais e informais)	-Conflitos sociais -Relações de poder -Falta de tempo -Redistribuição do tempo -Falta de espaços de participação -Falta de reconhecimento social -Insegurança -Fortalecimentos de vínculos com os agentes externos

APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA A MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

DATA_____LOCALIDADE_____MUNICÍPIO_____

ENTREVISTADOR/A_____ NÚMERO _____

I. DADOS GERAIS

1. Nome_____2. Idade_____

3. Estado Civil_____4. Escolaridade. _____

5. Ocupação _____6. Tem filhos/filhas ( ) sim ( ) não

Caso tenha respondido sim: número:_____Idade_____Sexo_____

8. Principais atividades econômicas _____

9. Renda (mensal) aproximada das atividades_____

II. TRAJETÓRIA DAS MULHERES QUE ACESSARAM AO CRÉDITO

10. Que tipo de atividades (agrícolas e não agrícolas) desenvolvia antes de ter acesso ao crédito?
11. Tinha alguma renda dessas atividades?
12. Para que destinava essa renda?
13. Como se distribuíam (divisão do trabalho e tempo) na família, essas atividades?
14. Quem tomava as decisões para realizar essas atividades?
15. Quem decidia pelo uso e distribuição dos recursos?
16. Como você decidiu (principais motivos) pegar o crédito Pronaf?
17. Como você ficou sabendo do crédito Pronaf?
18. Conhece as condições ou regras necessárias (característica do projeto, tipo de documentação, valor mínimo para ter conta no banco, condições de pagamento, tempo de recuperação etc.) para acessar o crédito?

19. Você já tentou alguma vez acessar ao crédito Pronaf? Foi uma decisão sua ou de sua família (marido, filho)? Como isso foi decidido ou acertado? Foi uma decisão coletiva ou individual? Além de você, alguém da família tem acessado ao crédito, que tipo?
20. Encontrou alguma dificuldade ao acessar ao crédito? Se sim, de que tipo?
    ( ) Preenchimento do formulário
    ( ) Decisão sobre a atividade para a qual solicitar o financiamento/crédito
    ( ) Elaboração do Projeto
    ( ) Apoio do marido ou pai
    ( ) Garantias ou outra situação junto ao banco
    ( ) Outra: qual?
21. Além do crédito que outras fontes de renda possui? (venda de produtos, aposentadoria, bolsa família, outros apoios).
22. Para quê você destinou ou usa o recurso do crédito? (gado, pastagem, máquinas agrícolas, sementes, adubo, defensivos, freezer, geladeira, materiais de construção, máquina de costura, outros).
23. A atividade para a qual você recebeu o dinheiro do Pronaf tem algum retorno financeiro, através da venda?
24. Que produtos vende, quem faz a venda (você, seu marido, pai ou irmão)?
25. Quem decide sobre o uso do recurso e como é utilizado este dinheiro?
26. Você conta com algum apoio (Sindicato, Banco, Emater) para se informar sobre o tipo de projeto ou atividade que teria que desenvolver com os recursos do crédito?
27. Que tipo de apoio recebeu (assistência financeira, organizativa, técnica)? Teve algum custo? Onde foi realizado? E por quanto tempo?
28. Qual desses apoios considera que teve maior importância para você? Por quê?
29. Após ter acesso ao crédito e à assessoria, teve algum acompanhamento técnico para o desenvolvimento das atividades produtivas? Por quanto tempo?
30. Você acha que melhorou sua situação econômica após o recebimento do crédito? Se sim, especifique: comprou algum eletrodoméstico novo, reformou ou melhorou a casa, comprou material escolar, melhorou a alimentação dos membros da família, teve mais dinheiro para comprar remédios, comprou roupas para você e/ou para membros de sua família?

31. Para que destina sua renda familiar que obtém do crédito? (educação dos filhos, na vestimenta, compra ou manutenção de imóveis, terra, compra de medicamentos, produtos para alimentação, outros).
32. Quem decide (você, seu marido, pai ou irmão) sobre o uso dos recursos?
33. Você acha que poderá pagar facilmente ou terá problemas para pagar o empréstimo que fez? Se terá problemas, quais serão? Como poderá resolvê-los?
34. Mudou alguma coisa na divisão das tarefas nas atividades produtivas e domésticas a partir de seu acesso ao crédito?
35. Como tem sido a participação familiar (marido, filhos/as, pai, mãe, outros) nessas tarefas? Quais as atividades em que você passou a ser auxiliada ou foi substituída por outra pessoa?
36. Tem participado em alguma instituição (sindicato, conselho municipal, cooperativa?
37. Tem algum cargo administrativo? De que tipo? Teve algum reconhecimento por sua participação?
38. O fato de ter tido acesso ao crédito lhe permitiu estabelecer novas relações (conhecer pessoas, estabelecer vínculos de amizade, vizinhança, outras)?
39. Como isto se deu? Quais são esses grupos ou os novos amigos ou amigas?
40. Tem participado ou ido a encontros (município, região, estado, fora do país) desde que teve oportunidade de acessar ao crédito?
41. Quando participa de um desses encontros, você vai sozinha, ou com o marido, pai ou filho?
42. Quem faz as tarefas domésticas? Quem cuida dos seus filhos? Tem algum tipo de conflito com o marido, com o pai, irmão ou com os filhos/as por sair de casa?
43. Como você se sente desde que teve a oportunidade de acessar ao crédito? (mais **segura**, tem mais coragem de **falar com técnico**, e **falar em reuniões**, mais **valorizada**, **reconhecida**)
44. O que você acha que deveria ser melhorado nas condições de acesso e nas características do Pronaf?
45. Você gostaria de comentar alguma coisa a mais sobre sua experiência a partir de seu acesso ao crédito?

APÊNDICE E: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EXTENSIONISTAS, FUNCIONARIOS DO BANCO E REPRESENTANTES DO SINDICATO

DADOS GERAIS

Nome: _____Sexo_____

Instituição: _____ Localidade_____

Posto administrativo: _____Data_____

I. EXTENSIONISTAS (EMATER)

1. Desde quando e como (elaborando projetos; assessoria técnica, organizativa, financeira etc.) a instituição apóia atividades para as mulheres, relacionadas ao crédito Pronaf?
2. Quais são os principais vínculos (redes com outras instituições) que a instituição tem desenvolvido para facilitar as questões operativas para o acesso ao crédito às mulheres?
3. Que tipos de projetos são elaborados e quais são os principais critérios para sua elaboração?
4. Tem pessoal capacitado para atender as necessidades (técnicas, organizativas, etc.) sobre os projetos das mulheres?
5. A instituição (Sindicato, Emater) promove espaços para mostrar as experiências de trabalho (atividades produtivas) das mulheres?
6. Você acha que faz alguma diferença elaborar projetos para mulheres e homens? Por quê?
7. Você acha que as mulheres têm necessidades diferentes dos homens no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades produtivas?
8. Após de receber o crédito, a instituição monitora ou dá seguimento nas atividades para as quais é destinado o recurso do crédito?
9. Você acha que as atividades desenvolvidas pelas mulheres através do crédito geram ou poderiam gerar condições de emprego na comunidade?
10. Você acha que as mulheres têm feito alguma inovação nas atividades para as quais destinam o crédito?

11. Você acha que as mulheres têm melhorado sua organização, procurado outros recursos (outros apoios), participado no sindicato o em outra instituição, desde que tiveram acesso ao crédito?
12. Qual é sua opinião (vantagem e desvantagem) sobre o fato de que as mulheres tenham acesso ao crédito?
13. O que você acha que poderia ser melhorado (tecnicamente) nas condições de acesso ao crédito para as mulheres?
14. O que você acha que é importante para atender as demandas das mulheres, uma vez que elas têm oportunidade de acessar ao crédito?

II. AGENTES DO BANCO

15. Quais são os principais critérios que a instituição (banco) considera para que as mulheres possam ter acesso o crédito?
16. Esses critérios são diferentes para mulheres que acessam o crédito de forma individual e grupal?
17. Você acha que os recursos do crédito que são destinados para desenvolver as atividades produtivas das mulheres são suficientes?
18. Você acha que faz alguma diferença o fato de que mulheres e homens acessem ao crédito? Por quê?
19. Vocês oferecem assessoria sobre as condições administrativas do banco? (abertura de conta, os juros, período e condições de pagamento, regras internas, seguro de vida)
20. Vocês oferecem alguma orientação sobre o tipo de atividade para o qual deverá destinar se os recursos do crédito?
21. Após a disponibilização do crédito, a instituição supervisiona as atividades para as quais é destinado o recurso? com que freqüência?
22. Quais são as estratégias que a instituição usa para garantir que o cliente vai pagar no tempo certo?
23. Quais são as principais dificuldades que você identifica com a operação do crédito para as mulheres?
24. O que você acha que poderia ser melhorado (normativamente) para facilitar as condições de acesso ao crédito para as mulheres?

III. LIDERANÇAS E TÉCNICOS DO SINDICATO

25. Quais são as estratégias de divulgação sobre as questões de crédito?
26. A partir de quando as mulheres começaram acessar o crédito?
27. Para que tipos atividades começaram solicitar os recursos?
28. Que outras atividades poderiam gerar renda na comunidade?
29. Existe um apoio para a formação para os responsáveis ou as responsáveis que estão vinculados com o crédito?
30. O sindicato oferece algum tipo de estímulo ou reconhecimento pelo desempenho das atividades (organização, difusão) para as quais as mulheres destinam o crédito?
31. Qual é sua opinião (vantagem e desvantagem) sobre o fato de que as mulheres tenham acesso ao crédito?
32. O que você acha que precisaria para facilitar as condições de acesso ao crédito para as mulheres?
33. O que você acha que é importante para atender as demandas das mulheres, uma vez que elas têm oportunidade de acessar o crédito?

IV. GERENTE DA COOPERATIVA

34. Quais são os principais critérios para ser sócio da cooperativa (documentação, produtos de comercialização, etc.)? São os mesmos critérios para as mulheres?
35. Que tipos de produtos de comercialização são privilegiados pela cooperativa?
36. Existe um apoio para a formação ou capacitação para os associados, ou associadas no caso?
37. Existe alguma parceria com outras entidades: o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a Emater ou o banco?
38. Qual é sua opinião (vantagem e desvantagem) sobre o fato de que as mulheres possam incidir no processo de comercialização na cooperativa? Existe alguma diferença entre os homens e as mulheres?
39. O que você acha que precisaria para facilitar as condições de comercialização para as mulheres?

APENDICE F: EVOLUÇÃO SOBRE AS DIVERSAS PERSPECTIVAS RELACIONADAS À MULHER EM DESENVOLVIMENTO (MED) E GÊNERO EM DESENVOLVIMENTO (GED)

Perspectiva	Enfoque teórico	Auge	Objetivo	Percepção sobre a mulher	Ações
Bem-Estar	Pré-MED	1950-1970	Integrar a mulher por meio do melhor desempenho de seu papel de mãe.	As mulheres são vistas como beneficiárias passivas do desenvolvimento.	Programas de complementação alimentar, contra a desnutrição e planejamento familiar.
Equidade	MED	1975-1985, introduzido na década da mulher	Conseguir a equidade para a mulher no processo de desenvolvimento.	As mulheres são percebidas como participantes ativas do desenvolvimento.	Acesso a recursos produtivos para promover a autonomia política e econômica da mulher.
Contra a Pobreza	MED	A partir dos anos1970	Assegurar que as mulheres de baixa renda aumentem sua produtividade, pois a pobreza das mulheres é entendida como um problema de desenvolvimento e não de subordinação.	Reconhece o papel reprodutivo da mulher e procura criar os mecanismos para e atender as necessidades práticas das mulheres.	Projetos de geração de renda (através de atividades tradicionais) de pequeno porte, porém não são levadas em conta a matéria prima necessária e as garantias de mercado.
Eficiência	MED	Após 1980	Assegurar que o desenvolvimento aconteça de forma eficiente e efetiva a através da contribuição econômica das mulheres.	Participante na produção econômica, associada com a produtividade e a equidade.	Provisão de serviços sociais (ex. programas habitacionais).
Empoderamento	MED GED	Desde 1970, maior auge a partir da década de 1990	Aumentar o poder, a través da autoconfiança, fortalecimento e controle sobre os recursos.	O empoderamento através do aumento de autonomia.	Mobilizações sociais, grupos de base, institucionalização, políticas com perspectiva de gênero (transversalização de gênero).

Fonte: Elaboração própria com base nos aportes de Moser (1991) e Machado (1999).

APÊNDICE G: CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO, PERFIL DAS MULHERES E CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO PARA TER ACESSO AO PRONAF-MULHER (PLANO SAFRA 2005-2006)

Grupo	Perfil das mulheres	Condições de financiamento ao obter o crédito
Grupos A, A/C ou B (para as mulheres destes grupos tem um caráter de microcrédito, portanto poderá ser utilizado para qualquer atividade geradora de renda desenvolvida pela mulher).	**A,A/C-**Mulheres integrantes de unidades familiares assentadas de reforma agrária ou beneficiárias do crédito fundiário. **B-**Mulheres integrantes de unidades familiares com renda bruta anual de até R$ 2 mil (de toda a família).	-O financiamento é de até R$ 1 mil; -A taxa de juros é de 1% ao ano; -O prazo de pagamento é de até 2 anos. -Um desconto de 25% sobre cada parcela paga até a data do vencimento.
Grupo C	Mulheres integrantes de unidades familiares com renda bruta anual acima de R$ 2 mil até R$ 14 mil (de toda a família).	-O financiamento equivale a um mínimo de R$ 1,5 mil e um máximo de R$ 6 mil; -A taxa de juros é de 3% ao ano; -O prazo de pagamento é de até 8 anos, incluída uma duração máxima de 5 anos de carência, quando a atividade requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade, ou até 3 anos de carência, nos demais casos. -Um desconto de R$700,00 para pagamentos feitos até a data do vencimento.
Grupo D	Mulheres integrantes de unidades familiares com renda bruta anual acima de R$ 14 mil até R$ 40 mil (de toda a família)	-O financiamento é de no máximo de R$18 mil. -A taxa de juros é de 3% ao ano; -O prazo de pagamento é de até 8 anos, incluída uma duração máxima de 5 anos de carência, quando a atividade requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade, ou até 3 anos de carência, nos demais casos.
Grupo E	Mulheres integrantes de unidades familiares com renda bruta anual acima de R$ 40 mil até R$ 60 mil (de toda a família)	-O financiamento equivale a um máximo de R$36 mil; -A taxa de juros é de 7,25% ao ano; -O prazo de pagamento é de até 8 anos, incluída uma duração máxima de 5 anos de carência, quando a atividade requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade, ou até 3 anos de carência, nos demais casos.

APÊNDICE H: CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO PARA TER ACESSO AO PRONAF-MULHER (PLANO SAFRA 2008-2009)

Clientes	Mulheres integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no PRONAF, independentemente de sua condição civil.
Finalidade	Atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora, conforme projeto técnico ou proposta simplificada.
Condições de financiamento	a) 1% a.a. - para uma ou mais operações que, somadas ao valor nominal dos financiamentos "em ser", não excedam R$ 7 mil por mutuário; b) 2% a.a. - para uma ou mais operações que, somadas ao valor nominal dos financiamentos "em ser", superem R$ 7 mil e não excedam R$ 18 mil; c) 4% a.a. - para uma ou mais operações que, somadas ao valor dos financiamentos "em ser", superem R$ 18 mil e não excedam R$ 28 mil; d) 5% a.a. - para uma ou mais operações que, somadas ao valor dos financiamentos "em ser", superem R$ 28 mil e não excedam R$ 36 mil.
Prazo total	Até 10 anos, para a aquisição de máquinas, tratores e implementos novos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar sua necessidade; e, até 8 anos nos demais casos.
Prazo de carência	a) até 3 anos, para a aquisição de máquinas, tratores e implementos novos e para os demais itens, podendo, neste último caso, ser observado o disposto na alínea "b"; b) até 5 anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar sua necessidade.
Amortização	a) A data da primeira amortização e a periodicidade de pagamento do principal serão definidas pela instituição financeira credenciada, de acordo com o fluxo de recebimento de recursos da propriedade beneficiada. b) A periodicidade de pagamento do principal poderá ser mensal, trimestral, semestral ou anual. c) Durante o período de carência, não haverá pagamento de juros, os quais serão capitalizados na mesma periodicidade de pagamento do principal que vier a ser pactuada, ressalvadas as operações com periodicidade Mensal cujos juros serão capitalizados trimestralmente. Durante a fase de amortização, os juros serão pagos juntamente com o principal.
Limite de financiamento	▪ R$36 mil. Esse limite pode ser elevado em até 50%, desde que o projeto técnico ou a proposta de crédito comprove o incremento da renda ou economia de custos, no caso de recursos destinados à aquisição de máquinas, tratores e implementos, veículos utilitários, embarcações, equipamentos de irrigação, equipamentos de armazenagem e outros bens destinados especificamente à agropecuária, exceto veículos de passeio. ▪ A mesma unidade familiar de produção pode contratar até dois financiamentos ao amparo do PRONAF Mulher, sendo que o segundo fica condicionado: a) à quitação ou ao pagamento de pelo menos três parcelas do financiamento anterior; e b) à apresentação de laudo de assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado e a capacidade de pagamento.

FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2008). Adaptado pela autora.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo